

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Aline Lima Santos

SISTEMA MIGRATÓRIO BRASIL-PORTUGAL

Hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e
contrafluxos populacionais no limiar do século XXI

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, 2016.

Aline Lima Santos

SISTEMA MIGRATÓRIO BRASIL-PORTUGAL

Hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e
contrafluxos populacionais no limiar do século XXI

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como Requisito Parcial para Obtenção do Título de Doutor em Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rosa Ester Rossini

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo, 2016.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aline Lima Santos

Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.(a) _____

Instituição: _____ Assinatura _____

À Ana Lúcia Lima Santos, com amor,
pela maternidade.

Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana.

Eric Hobsbawm

Agradecimentos

A etapa do percurso acadêmico que se encerra com este doutorado só foi possível porque tive apoio familiar, suporte dos amigos e condições institucionais. Meus sinceros agradecimentos à todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Reconheço o suporte dado por minha mãe, Ana Lúcia Lima Santos, e por minhas irmãs, Érica Lima Santos e Sara Lima Santos. Aproveito para expressar todo meu amor por essas pessoas que são parte fundamental do que sou.

Durante cerca de 13 anos tive a honra de ser orientada pela Professora Rosa Ester Rossini. Desde a iniciação científica, passando pelo mestrado e doutorado, aprendi imensamente com seus ensinamentos acadêmicos e com sua sabedoria de vida. Sou privilegiada por ter tido a oportunidade da convivência sempre frutífera ao meu amadurecimento pessoal e intelectual.

Em Portugal, fui bem acolhida e amparada cuidadosamente pela Professora Maria Beatriz Rocha-Trindade. Agradeço toda a atenção e carinho com a qual abriu as portas para o desenvolvimento da etapa desta pesquisa em Portugal.

Meus sinceros agradecimentos aos professores e pesquisadores dedicados aos estudos sobre migrações entre Brasil e Portugal na Universidade Aberta, na Universidade de Lisboa e Pontifícia Universidade Católica Minas e da Universidade do Vale do Rio Doce. Destaca-se especialmente as equipes do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Nestes centros de pesquisa, agradeço especialmente a Professora Maria Lucinda Fonseca, ao Professor João Peixoto, ao Professor Jorge Malheiros, ao Professor Duval Fernandes, ao Professor Mauro Santos e à Professora Sueli Siqueira, cujos trabalhos motivam e inspiram.

Ressalto ainda a oportunidade de participar dos projetos “ITINERIS: Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Européia” e “REMIGR: Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”, coordenados, respectivamente pelo Professor Duval Fernandes e João Peixoto, a quem sou grata pela confiança de compartilhar experiências de pesquisa.

Obrigada aos colegas e amigos que fiz em Portugal, que levo junto ao coração e espero

reencontrar em outras ocasiões. Ressalto especialmente Filipa Pinho, Franz Buhr, Juliana Iorio, Katielle Susane, Suelda Albuquerque, Verônica Silva, Yurika Akemi. Meu agradecimento especial a Romerito Valeriano da Silva, companheiro de pesquisas de campo, de angústias e de enfrentamento das saudades de casa.

Aos funcionários da Universidade Aberta de Lisboa, e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo minha consideração e gratidão pela paciência e presteza.

Obrigada aos colegas e amigos do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN). Agradeço especialmente a Ana Elisa Pereira, pela amizade e presteza com que cuida de todas as pessoas que usam o laboratório para realizar suas pesquisas.

Minha gratidão a Antônio Marcos Roseira, Carme Macchi, Daniel Cunha, Elisa Freitas, Elisângela Couto, Jonatas Mendonça, José Fonseca, Lúcia Lirborio, Maíra Fernandes, Pedro Mezgravis, Renata Mendes, Silas Junqueira, Thiago Godoi, pela ajuda na reta final sem a qual eu não teria sido capaz de cumprir o prazo. Cada um de vocês sintetizam para mim a essência da palavra amizade. Com carinho, meus agradecimentos se estendem a Aderbal Cunha Junior, Eliana Hashimoto e Joceley Souza, pelos cuidados com minha saúde.

Agradeço o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP), por meio de bolsa de doutorado no país e bolsa de estágio em pesquisa no exterior. A ausência destes subsídios materiais impossibilitariam o desenvolvimento desta pesquisa.

Muito obrigada aos homens e mulheres, brasileiros e portugueses imigrantes que participaram deste estudo, compartilhando suas experiências e colaborando nas reflexões aqui feitas.

Minha gratidão ao Brasil, pela oportunidade de viver a experiência da identificação, e à Portugal, pela chance da vivência da condição de alteridade.

Resumo

SANTOS, A. L. (2016). *Sistema migratório Brasil-Portugal: hierarquias geográficas e dinâmicas dos fluxos e contrafluxos populacionais no limiar do século XXI*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

As migrações constituem um dos pilares da relação entre Brasil e Portugal. Com esta premissa este estudo tem por objetivo compreender a formação, a sustentação no tempo e a configuração atual do sistema migratório luso-brasileiro. Partindo da Geografia da População, dialoga-se tanto com os demais campos da própria ciência geográfica, especialmente a Geografia Política e a Geografia Econômica, como com as demais ciências humanas e sociais, dentre outras a Sociologia e a Antropologia. Adota-se uma periodização que busca articular as migrações e as imaginações geográficas produzidas e produtoras das ordens geopolíticas. Esta perspectiva diacrônica tem como ponto de partida a formação do estado territorial português e, posteriormente, do estado territorial brasileiro. Enfatiza-se, em especial, como homens e mulheres imigrantes brasileiros e portugueses participam das transformações recentes de Portugal e do Brasil, respectivamente. Desde o final da década de 2000 há uma situação em que fluxos e contrafluxos migratórios praticamente se equivalem. Dados quantitativos e qualitativos foram utilizados para demonstrar que portugueses no Brasil e brasileiros em Portugal imigrados a partir de 2000 possuem perfis diferentes quanto à idade, sexo, nível de instrução e inserção no mercado laboral. A análise das semelhanças e divergências entre estes grupos de imigrantes levou à consideração de que enfrentam barreiras e desafios distintos, mas têm em comum sua contribuição para ressignificação de uma relação pretérita e assimétrica, marcada pelo compartilhar de uma população luso-brasileira.

Palavras Chave: sistema migratório, território, população, Brasil, Portugal.

Abstract

SANTOS, A. L. (2016). *Brazil-Portugal migration system: geographical hierarchies and dynamics of flows and counterflows in the XXI Century threshold*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Migration is one of the pillars of the relationship between Brazil and Portugal. Over this assumption, this study aims to understand the formation, the maintenance over time and current configuration of Luso-Brazilian immigration system. Starting from Population Geography, the thesis dialogues with the main disciplines of geographical science, notably Political Geography and Economic Geography, as well as other human sciences like Sociology and Anthropology. A periodization is adopted in an effort to articulate the migration and geographical imaginations seen as result and an inductive process of geopolitical orders. This diachronic perspective takes as bottom line the formation of portuguese territorial state and, later, the formation of brazilian territorial state. The research seeks to emphasize, particularly, how brazilian and portuguese immigrants, men and women, participates on the recent transformations of Brazil and Portugal. Since the end of this decade, there is a situation in which migration flows and counterflows are virtually equivalent. Quantitative and qualitative data were used to demonstrate that portugueses in Brazil and brazilians in Portugal, those whom emigrated from 2000 until now, have different profiles in terms of age, sex, educational level and labour market insertion. The analysis of the similarities and differences between these groups of immigrants led to the consideration that they do face barriers and different challenges, but combine a contribution to a redefinition of a historical and asymmetrical relationship, strongly marked by the sharing of a Luso-Brazilian population.

Key words: migratory system, territory, population, Brazil, Portugal.

Resumen

SANTOS, A. L. (2016). *Sistema migratorio Brasil-Portugal: jerarquías geográficas y las dinámicas de los flujos y contraflujos populacionales en el interdicto del siglo XXI*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Las migraciones constituyen uno de los pilares maestros de la relación entre Brasil y Portugal. Con esta premisa, este estudio tiene por objetivo comprender la formación, continuidad en el tiempo y configuración actual del sistema migratorio luso brasileño. Partiendo de la Geografía de la Población, esta temática dialoga con los campos propios de la ciencia geográfica, especialmente la Geografía Política y la Geografía Económica, como también con las demás ciencias humanas y sociales, de entre otras, la Sociología y la Antropología. Se adopta una periodización que busca articular las migraciones y los imaginarios geográficos producidos y productores de los órdenes geopolíticos. Esta perspectiva diacrónica inicia con la formación del estado territorial portugués y, posteriormente, del estado territorial brasileño resaltando especialmente cómo hombres y mujeres inmigrantes brasileños y portugueses participan de las recientes transformaciones de Portugal y de Brasil, respectivamente. Desde finales de la década de 2000 se constata una situación en la cual los flujos y contraflujos migratorios son prácticamente equivalentes. Datos cuantitativos y cualitativos han sido utilizados para demostrar que portugueses en Brasil y brasileños en Portugal, inmigrados a partir de 2000, poseen distintos perfiles cuanto a la edad, sexo, nivel de instrucción e inserción laboral. El análisis de las similitudes y divergencias entre estos grupos de inmigrantes corroboró a la consideración de que enfrentan barreras y desafíos distintos, pero que tienen en común el aporte contributivo para resignificar una relación pretérita y asimétrica, marcada por el compartir de una población luso- brasileña.

Palabras Clave: sistema migratorio, territorio, población, Brasil, Portugal.

Lista de Ilustrações

Figura 1 Fac-símile. Mapa dos confins do Brasil com as terras da coroa da Espanha na América, 1749.....	58
Figura 2: Mapa da Província de São Paulo, 1868.....	86
Figura 3: Mapa da Província de São Paulo, 1886.....	88
Figura 4: Brasil: aglomerações de emigração internacional – 2010.....	206
Foto 1	77
Foto 2	77
Foto 3	78
Mapa 1: População brasileira emigrante, por município - 2010	201
Mapa 2: População emigrante brasileira para Portugal, por município - 2010.....	203
Mapa 3: Percentual de emigrantes brasileiros para Portugal em relação ao total estrangeiro, por município - 2010.....	205
Mapa 4: População imigrante no Brasil, por município - 2010	289
Mapa 5: Imigrantes portugueses no Brasil, por município - 2010	291
Mapa 6: Proporção de imigrantes portugueses no Brasil, por município - 2010.....	293
Mapa 7: Imigrantes portugueses que fixaram residência no Brasil entre 2000 e 2010, por município - 2010	295
Mapa 8: População de imigrantes em Portugal, por concelho - 2011	298
Mapa 9: Imigrantes brasileiros em Portugal, por concelho - 2011	299
Mapa 10: Proporção de imigrantes brasileiros em Portugal, por concelho - 2011	301

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo, 1911 - 1945.....	103
Gráfico 2: Emigração de Portugal para o Brasil e a França, 1960-1969	118
Gráfico 3: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo, 1946-1970	125
Gráfico 4: Portugal - Saldo das transferências financeiras com a CEE, 1986-1990	140
Gráfico 5: Brasil: entradas de estrangeiros, 1961-1970	146
Gráfico 6: Brasil e Portugal: Taxa de Desemprego, 1990-1999	179
Gráfico 7: Brasil e Portugal: Produto Interno Bruto a preços correntes, 2000-2009.....	192
Gráfico 8: Portugal: estoque da população estrangeira total e brasileira, 2000-2009	195
Gráfico 9: Brasil e Portugal: Inflação (preços médios ao consumidor), 2010-2015	217
Gráfico 10: Brasil - número de autorizações concedidas a portugueses, 2005-2013	218
Gráfico 11: Brasil - total de imigrantes estrangeiros e portugueses, segundo estado de residência, 2010	290
Gráfico 12: Brasil - estrutura etária da população imigrante portuguesa, 2010.....	309
Gráfico 13: Portugal - estrutura etária da população imigrante brasileira, 2010.....	311
Gráfico 14: Brasil - estrutura etária da população imigrante portuguesa que fixou residência entre 2000 e 2010, 2010	314
Gráfico 15: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo estado civil, 2010	318
Gráfico 16: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo estado civil, 2010	319
Gráfico 17: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo nível de instrução, 2010	327
Gráfico 18: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo sexo e nível de instrução, 2010.....	328
Gráfico 19: Brasil: imigrantes portugueses que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo nível de instrução, 2010.....	328
Gráfico 20: Brasil - imigrantes portugueses de 15 a 64 anos, que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo nível de instrução, 2010	329
Gráfico 21: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo nível de instrução, 2011	330

Lista de Quadros e Tabelas

Quadro 1: Regime de Soberanias	67
Quadro 2: Características da primeira onda de emigração brasileira para Portugal	148
Quadro 3: Características da segunda onda de emigração brasileira para Portugal	210
Quadro 4: Estatuto do estrangeiro no Brasil: sumário do conteúdo da lei	241
Quadro 5: Lei dos estrangeiros em Portugal: sumário do conteúdo da lei	242
Tabela 1: Brasil: dez principais municípios de origem de emigrantes internacionais, 2010	202
Tabela 2: Brasil - dez principais países de destino de emigrantes internacionais, 2010.....	204
Tabela 3: Brasil - dez principais municípios de origem de emigrantes para Portugal, 2010.....	204
Tabela 4: Brasil: aglomerações de emigração internacional, segundo destino em Portugal – 2010.....	207
Tabela 5: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo município de origem – 2010	208
Tabela 6: Brasil - imigrantes portugueses, segundo os dez principais municípios receptores, 2010.....	292
Tabela 7: Brasil - proporção de imigrantes portugueses, segundo os dez principais municípios receptores, 2010.....	294
Tabela 8: Brasil - portugueses que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo os dez principais municípios receptores, 2010	296
Tabela 9: Portugal - população estrangeira, segundo os dez principais concelhos receptores, 2010.....	297
Tabela 10: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo os dez principais concelhos receptores – 2011	300
Tabela 11: Portugal - imigrantes brasileiros que fixaram residência entre 2005 e 2011, segundo os dez principais municípios receptores, 2011	302

Lista de abreviaturas e siglas

ACM – Alto Comissariado para as Migrações
AKB – Associação Keynesiana Brasileira
BCE – Banco Central Europeu
BF – Bolsa Família
BPC – Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
CDHIC – Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CE – Comissão Europeia
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
CEE – Comunidade Econômica Europeia
CEMRI - Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais
CFB/88 – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CGI – Coordenação Geral de Imigração
CIC – Centro de Integração da Cidadania do Imigrante
CNAI – Centro Nacional de Apoio ao Imigrante
CNIg – Conselho Nacional de Imigração
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
COMECON – Council for Mutual Economic Assistance
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRP/76 – Constituição da República Portuguesa de 1976
ECA – Escola de Comunicação e Artes
ESF – Espacio sin Fronteras
EUA – Estados Unidos da América
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
GCMF – George C. Marshall Foundation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IEDs – Investimentos Estrangeiros Diretos
IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa
INE – Instituto Nacional de Estatística^{3/4}
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPMA – Instituto Português do Mar e da Atmosfera^{3/4}
ISEG - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa

MAI – Ministério da Administração Interna
MIPEX – Migrant Integration Policy Index
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MPI – Migration Policy Institute
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego,
NASDAQ – National Association of Securities Dealers Automated Quotations
NEPO – Núcleo de Estudos da População
OCEE – Organização de Cooperação Econômica Europeia
OIM – Organização Internacional para as Migrações
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PFB – Polícia Federal do Brasil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo
PROCON – Órgão de Proteção ao Consumidor
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PUC-Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
REMIGR – Projeto “Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”
RMSP – Região Metropolitana de São Paulo RNE – Registro Nacional de Estrangeiro
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal
UCLA – University Of California, Los Angeles
UE – União Europeia
UEFA – União das Federações Europeias de Futebol
UEM – União Econômica e Monetária
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNRRA – United Nations Relief and Rehabilitation Administration URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USA PATRIOT ACT 2001 - Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
RESUMEN	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE QUADROS E TABELAS.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	14
SUMÁRIO.....	16
INTRODUÇÃO	18
PARTE 1.....
ORDENS GEOPOLÍTICAS E SISTEMAS MIGRATÓRIOS: AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS TERRITORIAIS	27
CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	28
CAPÍTULO 1
PORTUGAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DA ORDEM GEOPOLÍTICA	38
DA RECONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA À FORMAÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS	38
OS ESFORÇOS PORTUGUESES PARA MANUTENÇÃO DE UM IMPÉRIO SEM HEGEMONIA	51
CAPÍTULO 2
DO CONCERTO DA EUROPA ÀS RIVALIDADES INTERIMPERIAIS (1815-1945): ESPONTANEIDADE DA MIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL.....	67
HEGEMONIA BRITÂNICA DA ECONOMIA POLÍTICA MUNDIAL, NOVA RELAÇÃO ENTRE BRASIL E PORTUGAL E SEUS IMPACTOS NOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS	67
EMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA	80
CAPÍTULO 3
ORDEM GEOPOLÍTICA DA GUERRA FRIA E O FIM DAS ONDAS MIGRATÓRIAS TRANSATLÂNTICA	109
<i>Disputas ideológicas: referências e contrapontos em mundo dividido.....</i>	<i>109</i>
<i>Divisão internacional do trabalho e migrações no mundo capitalista da Guerra Fria </i>	<i>111</i>

PARTE 2.....	
ORDEM GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA E O SISTEMA MIGRATÓRIO LUSO- BRASILEIRO: VELHAS E NOVAS DINÂMICAS.....	150
AS MIGRAÇÕES NO MUNDO PÓS-GUERRA FRIA	151
CAPÍTULO 4	
BRASIL E PORTUGAL NA ORDEM GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA: ESPECIFICIDADES DO SISTEMA MIGRATÓRIO LUSO BRASILEIRO	164
<i>Onda que finda, onda que inicia: as migrações do Brasil para Portugal nos anos 1990</i>	<i>167</i>
<i>O crescimento da onda migratória do Brasil para Portugal nos anos 2000</i>	<i>186</i>
<i>Nova mudança dos ventos? Rearranjos e tendências recentes do sistema migratório luso- brasileiro.....</i>	<i>215</i>
CAPÍTULO 5	
POLÍTICAS IMIGRATÓRIAS NO BRASIL E EM PORTUGAL: A DIALÉTICA ENTRE O DIREITO DOS ESTRANGEIROS E OS INTERESSES NACIONAIS	224
<i>O paradigma da nação e a formulação de políticas imigratórias.....</i>	<i>224</i>
<i>As políticas migratórias e o status jurídico dos estrangeiros: discriminação positiva de brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil?</i>	<i>231</i>
<i>Imigrantes e vivências do enquadramento normativo do país receptor.....</i>	<i>263</i>
CAPÍTULO 6	
ENFRENTANDO FRONTEIRAS: IMIGRANTES, INSERÇÃO E USO DO TERRITÓRIO	283
<i>Migrar e ser migrante: o fenômeno migratório como processo e condição.....</i>	<i>283</i>
<i>Distribuição geográfica dos imigrantes no destino</i>	<i>286</i>
<i>O perfil contemporâneo de imigrantes brasileiros e portugueses.....</i>	<i>308</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	352

Introdução

Este é um estudo inserido no âmbito da Geografia da População. Esta disciplina da Geografia, instituída nos anos 1950 com o objetivo de descrever, observar e explicar as variações territoriais da população, teve em seu desenvolvimento pelo menos três características centrais: a população interpretada como 'agregado numérico', a forte influência da demografia e da economia, a prevalência do uso de métodos quantitativos.

Este padrão dominante das pesquisas acabou por distanciar a Geografia da População dos debates teóricos da Geografia como um todo. No Brasil, nota-se certo desinteresse dos geógrafos por essa subdisciplina. Talvez isso derive da forte reação crítica, fundamentalmente marxista, aos métodos neopositivistas empregados nas pesquisas produzidas pela Geografia Quantitativa, cujos objetivos focavam a identificação de padrões de comportamento e modelos de funcionamento dos fenômenos.

O conhecimento das dimensões territoriais da dinâmica populacional ainda é limitado, portanto, mais pesquisas se fazem necessárias, especialmente no Brasil. Adiciona-se que atualmente o fenômeno da imigração, tema central na Geografia da População, tem adquirido expressão, ao passo que tem havido fortalecimento da relação entre o Estado e os brasileiros emigrantes. Dessa forma, impõe-se a revisão de leis migratórias, o que se articula à definição dos termos de acesso dos estrangeiros ao território brasileiro. Trata-se de uma tarefa que exige repensar a identidade e os interesses nacionais tanto na esfera doméstica como na participação do país no âmbito internacional.

Neste contexto, os estudos em Geografia da População colaboram para atualizar a disciplina, realinhando seus debates por meio de um olhar retrospectivo que incorpora tradição e novas perspectivas teórico-metodológicas. Assim, contribui-se para os avanços no conjunto da ciência geográfica e, deste modo, para oferecimento de respostas eficazes da sociedade brasileira às novas problemáticas impostas pelas transformações nas dinâmicas populacionais.

Assumindo tal desafio, buscou-se compreender as migrações internacionais a partir do Estado territorial, privilegiando uma análise que, além da economia, considere os aspectos políticos que engendram os deslocamentos,

bem como as normas territoriais de acesso, gestão e controle dos fluxos. Destaca-se o esforço de ultrapassar a ideia de população como 'agregado numérico', readmitindo como elemento teórico a noção de 'ser humano', aliás, fundamento da Geografia Humana, grande área de concentração na qual deve estar inserida a Geografia da População. Nestes elementos encontram-se a justificativa deste estudo.

Em termos mais específicos, as relações entre Brasil e Portugal são enfocadas. Os nexos entre estes países não têm recebido atenção dos geógrafos brasileiros, ao contrário do que se verifica na História, por exemplo. Contudo, tais relações existem de maneira intensa no presente, como demonstram os fluxos e contrafluxos populacionais entre ambos na atualidade.

Para a maior parte dos brasileiros, cujos laços de ascendência com o povo português estão distantes, Portugal pertence à História. Apesar disso, esta percepção foi contrariada pelo crescimento da emigração brasileira a este país a partir dos anos 1980. Este fato atualizou a relação Brasil-Portugal, suscitando a curiosidade científica, fomentando novas reflexões e debates.

Mais recentemente, particularmente no fim dos anos 2000, é notável no cotidiano de muitos brasileiros, tanto por contatos diretos (no trabalho, na vizinhança ou conhecidos de conhecidos) como por contatos indiretos (notícias divulgadas pelos meios de comunicação, por exemplo) a presença de uma nova geração de imigrantes portugueses no Brasil. Este contingente populacional diferencia-se radicalmente das representações predominantes que os brasileiros possuem dos portugueses. Tal fato, igualmente, suscita, por um lado, curiosidade científica, por outro, ressignificações do povo português e de Portugal no Brasil. Em Portugal, é de se esperar que o mesmo tenha ocorrido. A presença brasileira promoveu reflexões e ressignificações do Brasil.

Disso decorre a motivação e o interesse por estudar os movimentos migratórios que ocorrem entre Brasil e Portugal: em que medida as trocas populacionais reforçam as relações entre estes países tornou-se a preocupação central no desenvolvimento desta pesquisa? Esta questão tem em si embutida a compreensão de que o fenômeno migratório é solidário de outros fatos que ocorrem em diferentes escalas geográficas e segundo as condições históricas.

Apesar de seu caráter longitudinal na história humana, as causas e

consequências das migrações são datadas e localizadas. Observar as migrações no contexto espaço-temporal em que ocorreram permite, inclusive, identificar padrões de comportamento do fenômeno. Assim, tratou-se das migrações entre Brasil e Portugal principalmente a partir dos anos 2000.

Ao longo desse estudo, defende-se a ideia de que as migrações são práticas espaciais que expressam as hierarquias geográficas resultantes das relações entre os Estados territoriais na economia política internacional. Assim sendo, os movimentos populacionais formam sistemas migratórios que expressam as ordens geopolíticas. Aliás, ambos se desenvolvem e se reforçam mutuamente.

A leitura bibliográfica que contribuiu para elaboração do que é aqui apresentado privilegiou os trabalhos produzidos no âmbito da ciência geográfica, mas também incluiu a produção de diversas disciplinas das ciências humanas e sociais produzidas tanto no Brasil quanto em Portugal e outros países, como por exemplo EUA e Inglaterra. Tal fato confere a este estudo um caráter interdisciplinar, sem o qual não é possível se aproximar da complexidade do fenômeno migratório.

É explícita a contribuição da História para o desenvolvimento desta pesquisa, mas além dela, contribuiram especialmente alguns debates que têm sido realizados por antropólogos referentes à hierarquia das alteridades, aqui interpretadas como manifestação de hierarquias geográficas. Estas são conteúdos presentes nas imaginações geográficas constituintes de discursos, que sustentam as ordens geopolíticas. Além da Antropologia, deseja-se sublinhar também a influência das discussões no âmbito do Direito e da Sociologia, com suas contribuições na formulação do Direito Internacional, das teorias sobre migrações, na compreensão da divisão do trabalho (em suas diversas manifestações) e nos debates sobre a construção das identidades, etc.

Além dessas leituras, destaca-se o uso de dados secundários que foram produzidos por instituições brasileiras, portuguesas e internacionais. Particularmente, foram fundamentais os dados dos recenseamentos e de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial sobre população e outras informações de caráter econômico, por exemplo.

O estudo aqui apresentado também procurou utilizar dados estatísticos que oferecessem informações sobre as características das migrações entre Brasil e Portugal. As principais bases de dados a que se recorreu foram os recenseamentos e os registros administrativos do Brasil e de Portugal.

No caso brasileiro foram exploradas as autorizações de trabalho concedidas pela Coordenação Geral de Imigração (CGI) ou as autorizações concedidas pelo Conselho Nacional de Imigração (CNI) decorrentes de situações especiais, como estrangeiro em união estável com brasileiro ou investidores estrangeiros. Vale destacar que a emissão de uma autorização nem sempre corresponde ao ingresso de um estrangeiro de fato. Apesar dessa limitação, esses dados indicam a solicitação por trabalho regular no país, permitindo um esboço do perfil socioeconômico do demandante da autorização e, ainda informa que profissão será exercida pelo estrangeiro no país de destino, caso o ingresso realmente ocorra.

Com relação ao Censo Demográfico Brasileiro, utilizou-se sobretudo os dados disponíveis para o ano de 2010. Vale ressaltar que em 2010, pela primeira vez, o recenseamento incluiu questões que permitiram obter dados estatísticos sobre a emigração de brasileiros. Contudo, tais informações são subestimadas, uma vez que para ser computado o emigrante deveria ter no Brasil alguém que apontasse a sua ausência.

O Censo Demográfico Brasileiro também foi a principal fonte de estatísticas sobre imigração. Privilegiou-se os dados sobre os estoques de portugueses no Brasil, por vezes comparando-se dados referentes ao ano de 2000 e de 2010 para fazer inferências sobre as dinâmicas dos fluxos. Cabe ressaltar que foram considerados dados sobre o quesito “nacionalidade”, deixando-se de examinar o movimento de retorno dos brasileiros de Portugal para o Brasil.

No caso de Portugal foram utilizados principalmente os dados do Censo Demográfico 2011, tendo sido consideradas as informações sobre naturalidade, definida como local de residência da mãe no momento do nascimento. Isto porque os dados sobre nacionalidade acabam omitindo os estrangeiros como nacionalidade portuguesa. Aliás, embora tenham sido também utilizados os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de Portugal, sublinha-se que tais informações também padecem da mesma limitação.

Aos dados quantitativos agrega-se o enfoque qualitativo, com o qual se obteve e se analisou os dados primários. Cabe lembrar que tais abordagens não são excludentes e o uso da abordagem qualitativa contribui para que os aspectos individuais no tratamento das questões migratórias não sejam desprezados.

Os procedimentos para obtenção dos dados primários envolveram a realização de pesquisas de campo no Brasil e em Portugal e a execução de entrevistas semi dirigidas com imigrantes, brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil, e com representantes de instituições relacionadas à temática estudada, dentre as quais sobressaem Consulados, Associações de Migrantes, etc.

É necessário ressaltar, porém, as várias técnicas utilizadas, dentre elas a observação participante. A frequência do convívio estabelecido com muitos brasileiros residentes em Portugal e portugueses no Brasil possibilitou a recolha de muitos dados fornecidos informalmente que preencheram as respostas procuradas no esquema de perguntas anteriormente desenhado. Essa técnica ultrapassa muito as respostas dadas em entrevistas que lançam perguntas já formatadas.

Tomando um critério de seleção intencional tão usado nas condições que se apresentavam – falta de meios humanos e financeiros e inexistência de uma estrutura de amostragem – foram entrevistadas um total de 45 imigrantes, sendo que 23 eram brasileiros em Portugal (15 mulheres e 8 homens) e 22 eram portugueses no Brasil (11 mulheres e 11 homens). Para participar da pesquisa, essas pessoas se enquadraram nos seguintes critérios em conjunto: 1) eram maiores de 14 anos; 2) imigraram a partir de 2000; 3) residiam no país de destino há pelo menos 6 meses; 4) entendiam-se enquanto imigrante brasileiro em Portugal ou enquanto imigrante português no Brasil. Para a obtenção dos dados primários, esta pesquisa considerou apenas a última etapa da imigração e não atentou para deslocamentos realizados em fases anteriores.

Parte significativa das entrevistas com imigrantes portugueses no Brasil foram realizadas no âmbito de dois projetos: o “Projeto Intineris: Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-Membros da União Europeia”, realizado em 2012, e o “Projeto REMIGR: Regresso ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa”, realizado em 2015. Participou-se na obtenção de dados em ambos os inquéritos citados.

O Projeto Itineris teve por objetivo auxiliar as autoridades brasileiras e europeias na elaboração de políticas públicas voltadas aos migrantes, de modo a promover a segurança e os direitos humanos. O projeto resulta de uma parceria entre o International Center for Migration Policy Development (ICMPD), de Viena, financiado pela União Européia, e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), do Ministério do Trabalho e Emprego, e do Conselho Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça.

Tal projeto foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Estudos Distribuição Espacial da População – GEDEP, do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC Minas, sob coordenação do Prof. Dr. Duval Fernandes e abrangeu três cidades, nomeadamente, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A fase da pesquisa realizada em São Paulo contou com a colaboração do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM (Missão Paz de São Paulo). Mediante a indicação desta instituição, no âmbito desse projeto, foram realizadas pesquisas de campo, entrevistando pessoas provenientes de Portugal, que vieram morar no estado de São Paulo no decorrer da última década.

Por sua vez, o Projeto REMGIR foi financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) de Portugal e teve por objetivo compreender o volume, as características e as peculiaridades dos novos movimentos de emigração portuguesa, procurando salientar as relações que os novos emigrantes mantêm com o país de origem. Nesta pesquisa foram considerados os fluxos ocorridos a partir de 2000 enfatizando-se sobretudo a emigração de jovens qualificados, isto é, jovens adultos que possuem diploma de ensino superior, mas também trabalhadores pouco qualificados. A pesquisa foi realizada em alguns dos principais destinos atuais da emigração portuguesa na União Europeia: França e Reino Unido. Fora da Europa, os países selecionados foram Angola e Brasil. A colaboração prestada a este inquérito incluiu entrevistas com imigrantes portugueses e com outros atores que lidam diretamente com tal grupo da população residente no Brasil, dentre os quais menciona-se representantes de associações de imigrantes, por exemplo.

Ambos os projetos tinham interesses congruentes com os objetivos desta pesquisa no intuito de aprofundar o conhecimento acerca da imigração recente de portugueses no Brasil. Vale ressaltar, por fim, as entrevistas ocorreram sobretudo

no estado de São Paulo, já que as dimensões continentais do Brasil inviabilizaram economicamente um escopo espacial mais abrangente. Apesar disso, considera-se terem sido significativos os dados aí obtidos, já que a pretensão era considerá-los qualitativamente e tendo em conta a concentração destes imigrantes nesta unidade da federação.

Por sua vez, o conjunto das entrevistas com imigrantes brasileiros em Portugal apresentou um escopo especial territorialmente mais abrangente ao nível do país. As entrevistas foram realizadas em ocasiões de pesquisas de campo feitas na cidade do Porto, na Área Metropolitana de Lisboa, com destaque para os concelhos¹ de Lisboa e Almada, especialmente as freguesias de Lisboa e Costa da Caparica, que se destacam pela representatividade da população brasileira no total da população residente e, por fim, no entorno de Faro, no Algarve, sul de Portugal.

Além destes materiais recolhidos, a própria experiência da mobilidade estudantil, permitiu a vivência cotidiana de um ano em Portugal, enfrentando-se situações congruentes àquelas vivenciadas e descritas por imigrantes. Vale destacar novamente as inúmeras conversas informais e a convivência com brasileiros que se enquadram nos critérios adotados por esta pesquisa. As informações assim adquiridas também ofereceram conteúdos úteis para análise.

Todas as entrevistas formais foram gravadas. Posteriormente, os depoimentos foram passados para a forma escrita. As transcrições foram realizadas com a colaboração de uma técnica especializada, já que se trata de uma atividade demorada e que a bibliografia recomenda ser realizada por uma terceira pessoa, que não participou da entrevista.

Partindo das informações obtidas e das leituras bibliográficas realizadas, adotou-se uma perspectiva diacrônica, para observar e analisar como se configurou, do passado até os dias atuais, o sistema migratório formado entre Brasil e Portugal. Recorre-se à periodização para verificar as relações entre as transformações nas ordens geopolíticas e nesse sistema migratório. As reflexões assim elaboradas perpassam todo o trabalho, compondo especialmente a

¹ Na divisão administrativa de Portugal, os concelhos equivalem aos municípios no Brasil. Aliás, embora o termo “concelho” seja mais utilizado, ele é de fato sinônimo da palavra município.

primeira parte deste estudo, intitulada “Ordens Geopolíticas e Sistemas Migratórios: As Migrações Internacionais na Formação dos Estados Territoriais”.

Nela, analisa-se os precedentes da constituição dos Estados territoriais modernos e o início da expansão mundial do capitalismo. Destaca-se o papel das migrações e o caráter precoce de Portugal na formação de um império que incluiu o que atualmente corresponde ao território brasileiro (Capítulo 1 – Portugal e o processo de formação da ordem geopolítica).

Posteriormente, examina-se o período de hegemonia britânica e o período de acirramento das rivalidades interimperiais (1815-1945). Salienta-se como as migrações transatlânticas de caráter espontâneo participaram das transformações político- econômicas mundiais, observando especialmente a afirmação e incremento da imigração de portugueses para o Brasil (Capítulo 2 – Do Concerto da Europa às Rivalidades Interimperiais (1815-1945): espontaneidade da migração portuguesa para o Brasil).

Na sequência da discussão, examina-se o mundo pós Segunda Guerra Mundial, marcado pelas disputas de superpotências hegemônicas e rupturas nos sistemas migratórios mundiais dos períodos anteriores. O continente europeu deixa de ser o grande emissor das migrações transatlânticas, fato para o qual contribuiu as transformações no sistema migratório luso-brasileiro (Capítulo 3 – Ordem Geopolítica da Guerra Fria e o Fim das Ondas² Migratórias Transatlânticas).

A segunda parte deste estudo é intitulada de “Ordem Geopolítica do Liberalismo Transnacional e o Sistema Migratório Luso-Brasileiro: Velhas e Novas dinâmicas”. Nela enfatiza-se a participação do Brasil e de Portugal na ordem geopolítica contemporânea, caracterizada pelo poder hegemônico dos EUA.

Dividida em três capítulos, nesta parte se atenta às principais transformações políticas e econômicas em Portugal e no Brasil a partir da queda do muro de Berlim, procurando demonstrar as condições estruturais em que as decisões e ações individuais de migrar foram tomadas. A partir disso, identifica-se

² A mobilidade que caracteriza os movimentos migratórios e que pode ser designada por vários vocábulos encontra na utilização de dois fenômenos naturais, os “ventos” e as “ondas” a tradução perfeita da deslocação que refere, pois indicam ritmo, fluidez, envolvem estrutura e conjuntura. Por este motivo estas metáforas foram adotadas neste trabalho, como se verá adiante, em especial no Capítulo 3.

as principais características de distintas ondas migratórias no sistema considerado (Capítulo 4 - Brasil e Portugal na Ordem Geopolítica Contemporânea: Especificidades do Sistema Migratório Luso-Brasileiro).

Na sequência, enfatizando a migração enquanto processo, analisa-se as políticas imigratórias em vigor nos países considerados. As distinções entre os arcabouços normativos adotados explicitam as maiores restrições de direitos de estrangeiros no Brasil do que em Portugal, país que tem outorgado aos imigrantes maiores possibilidades de entrada e permanência em situação regular (Capítulo 5 - Políticas Imigratórias no Brasil e em Portugal: a Dialética entre o Direito dos Estrangeiros e os Interesses Nacionais).

Por fim, enfatiza-se a migração enquanto condição de pessoas. Designadamente, de maneira sintética, buscou-se identificar e refletir sobre a distribuição territorial das áreas de destino, o perfil dos migrantes quanto à estrutura etária, ao sexo e ao nível de instrução e os nichos de mercado de trabalho no qual se inserem. (Capítulo 6 - Enfrentando barreiras: imigrantes, inserção e uso do território).

Espera-se, com isso, ter contribuído para o debate e aprofundamento dos conhecimentos sobre a população no âmbito da geografia e demais ciências que se interessam pela temática das migrações, colaborando para a compreensão desse importante fenômeno que se intensificou no período atual e que se manteve como um dos pilares das relações entre Brasil e Portugal.

Parte 1

**Ordens Geopolíticas e Sistemas Migratórios: as Migrações
Internacionais na Formação dos Estados Territoriais**

Considerações Preliminares

O deslocamento de pessoas tem caráter longitudinal, uma vez que sempre esteve presente na história da humanidade. Porém, adquiriu conteúdos novos, explicitamente políticos, com o advento dos Estados territoriais modernos.

Associados à soberania sobre um território e sobre uma população culturalmente coesa (nação) que aí habita e que com ele se identifica, o Estado foi adotado como paradigma, sendo considerado o ator político de maior relevo. A origem deste entendimento está na primeira parte do século XVIII, precisamente na Alemanha, onde uma geografia dita “pura” ou “natural” pretendia fazer uma crítica burguesa àquela feita pelos geógrafos defensores do regime feudal, que tinham a cartografia como sinônimo de conhecimento geográfico (FARINELLI, 2000).

O último representante deste movimento crítico, que intencionava transcender a geografia como cartografia, foi Friedrich Ratzel. Na sequência de Carl Ritter e Alexander von Humboldt, este autor identificou o Estado como a expressão mais acabada da sociedade organizada. A partir daí o Estado ‘tomou posse’ da geografia, tornando-se seu sujeito supremo (FARINELLI, 2000, p. 951). Este entendimento também foi adotado pelas demais ciências humanas e sociais, como a sociologia e as relações internacionais, que passaram a ter no Estado territorial e na soberania territorial seus fundamentos mais seguros.

Como ente político definido territorialmente e delimitado por fronteiras, o Estado tornou-se uma referência geográfica fixa, cujos limites coincidiam com os limites da sociedade. Sinônimo de uma nação, de um povo, o Estado adquiriu legitimidade evocada pelo mito da exclusividade e singularidade cultural, somada à coesão e homogeneidade. De modo simultâneo, estas definições territoriais e culturais levaram à oposição entre o doméstico e o estrangeiro, ou, em outros termos, entre o nacional e o internacional, bem como foi associado à cidadania e à identidade uma filiação territorial (AGNEW & CORBRIDGE, 1995).

A realidade, porém, é mais complexa e demonstra os reducionismos promovidos por esta base de interpretação convencional: a “armadilha territorial”, para utilizar expressão cunhada pelo geógrafo John Agnew. Tal complexidade é melhor compreendida se se observa o Estado como uma instituição histórica em

constante construção. Além disso, deve-se buscar entender os processos em diferentes escalas, o que fica encoberto partindo-se de polarizações entre esfera interna e externa. E, por fim, a cidadania e a identidade não se constituem via filiação territorial exclusiva, mas podem incluir múltiplas dimensões, como nacionalidades, gênero, sexualidade, etnia, etc (AGNEW & CORBRIDGE, 1995).

A “armadilha territorial” levou à compreensão de que para o Estado interessa transformar a sociedade que o forma e o legitima em população, passível de ser conhecida por meio de números e estatísticas a fim de direcioná-la a seus interesses e objetivos. Os estudos sobre população de maneira geral e, especificamente a produção da subdisciplina geografia da população, foram historicamente marcados por questões nacionais e desenvolvidos mediante financiamento e a partir da agenda dos estados (BAILEY, 2005).

Desde a Antiguidade a ideia de “conhecer para dominar” justificou recenseamentos, praticados desde os mais remotos impérios - como demonstra o registro de um censo realizado na China do imperador Yao em 2.238 a.C., passando por censos no Egito, Grécia e Roma Antiga, conforme testemunham algumas referências em textos bíblicos, na Idade Média, exemplificado pelo *Domesday Book* de Guilherme I da Inglaterra, dentre outros – até os dias atuais. Aliás, o desenvolvimento dos métodos estatísticos aplicados ao conhecimento da população se deu *pari passu* à centralização do poder e da estruturação institucional (RODRIGUES, 2008).

A população, portanto, sinônimo de coleção de pessoas, serve como recurso ao Estado, constituindo-se em produtores e consumidores de bens, em pagadores de impostos, em potenciais recrutas para exércitos, em grupos sociais e comunidades políticas coesas (BAILEY, 2005, p. IX). Neste sentido, ela é feita pelo e para o Estado, é um trunfo, um estoque de energia, tal como afirmado pelos geógrafos Claude Raffestin (1993) e Adrian Bailey (2005). Entretanto, assumindo uma perspectiva relacional, tal como os mencionados autores evidenciam, a população é um elemento atuante que pode oferecer resistência ao poder estatal, decorrendo daí, seu caráter ambivalente (RAFFESTIN, 1993, p. 67).

Sendo as migrações um fenômeno demográfico de interesse aos Estados, cabe analisar quais são as relações entre ambos. Adotam-se duas premissas: (1) os estados territoriais são unidades políticas históricas e geográficas, construídas

de modo dinâmico pelas sociedades a que representam; (2) as migrações participam da construção dos Estados, sendo ora parte de estratégias ora desafios aos objetivos estatais.

Diante disso, pretende-se historicizar e contextualizar as migrações internacionais vinculando-as ao processo de construção, sempre provisória porque dinâmica, dos Estados. Questiona-se: quais as relações entre migrações internacionais e construção dos Estados? Como tais relações se manifestam quando se trata de Brasil e Portugal?

Para refletir acerca de tais questões, adota-se a periodização da história em ordens geopolíticas. Ordem geopolítica diz respeito ao contexto histórico e geográfico no qual um conjunto de atividades, estratégias, instituições e regras dirigem a economia política internacional. Nos termos dos geógrafos John Agnew & Stuart Corbridge (1995, p. 15):

In our usage 'order' refers to the routinized rules, institutions, activities and strategies through which the international political economy operates in different historical periods. The qualifying term 'geopolitical' draws attention to the geographical elements of a world order. This is not some 'special' or 'extra' feature of an abstract order. Rather it is intrinsic to it. Orders necessarily have geographical characteristics. These include the relative degree of centrality of state territoriality to social and economic activities, the nature of the hierarchy of states (dominated by one or a number of states, the degree of state equality), the spatial scope of the activities of different states and other actors such as international organizations and businesses, the spatial connectedness or disconnectedness between various actors, the conditioning effects of informational and military technologies upon spatial interaction, and the ranking of world regions and particular states by the dominant states in terms of 'threats' to their military and economic 'security'³.

1 ³ “No nosso uso “ordem” refere-se a regras rotinizadas, instituições, atividades e estratégias através das quais a economia política internacional opera em diferentes períodos históricos. O termo qualificador “geopolítico” chama atenção para os elementos geopolíticos de uma ordem mundial. Este não é um traço “especial” ou “extra” de uma ordem abstrata. Pelo contrário, é intrínseco a ela. As ordens necessariamente têm características geográficas. Estas incluem o relativo grau de centralidade da territorialidade do estado em relação a atividades sociais e econômicas, a natureza da hierarquia dos estados (dominada por um estado apenas ou um número deles, o grau de igualdade do estado), o escopo espacial das atividades de diferentes estados e outros atores, tais como as organizações internacionais e as empresas, a conectividade ou desconectividade entre vários atores, os efeitos condicionantes de tecnologias informacionais e militares sobre a interação espacial, e o ranqueamento de regiões mundiais e estados particulares pelos estados dominantes em termos de “ameaças” à sua “segurança” militar e econômica” (Tradução livre)

Uma das características geográficas de uma ordem geopolítica é a produção de padrões de fluxos migratórios. Evidências empíricas e discussões teóricas atestam que não há aleatoriedade nestes movimentos. Nas palavras do geógrafo americano Glenn Trewartha (1974, pp. 166, 167), “as migrações são específicas e particulares a certos continentes, países, regiões, localidades e cidades (...) o processo de migração é seletivo”.

A seletividade e o padrão autorizam a identificação de sistemas migratórios. Para fins desta análise, quando há um padrão regular de trocas de pessoas entre áreas específicas que perduram no tempo, há um sistema migratório. A definição adotada aqui é congruente com aquela discutida pelo sociólogo americano Douglas Massey, *et. all.* (1993, p.454) em artigo que revisa as teorias das migrações internacionais. Textualmente, afirma-se:

(...) migration flows acquire a measure of stability and structure over space and time, allowing for the identification of stable international migration systems. These systems are characterized by relatively intense exchanges of goods, capital and people between certain countries and less intense between others. An international migration system generally includes a core receiving region, which may be a country or group of countries, and a set of specific sending countries linked to it by unusually large flows of immigrants⁴.

O sociólogo e economista político Stephen Castles (2005, p. 23) parte de uma posição bastante próxima ao dizer:

Um sistema migratório é constituído por dois ou mais países que trocam migrantes entre si. É necessário examinar os dois extremos do fluxo e estudar todas as ligações (econômicas, culturais, políticas, militares, etc) entre os locais em causa. Os movimentos migratórios resultam normalmente de ligações prévias entre os países emissor e receptor, decorrentes de colonização, influência política, trocas comerciais, investimentos ou laços culturais.

⁴ “os fluxos migratórios adquirem uma medida de estabilidade e estrutura no espaço e no tempo, permitindo a identificação de estáveis sistemas de migração internacional. Estes sistemas são caracterizados por relativamente intensas trocas de bens, capitais e pessoas entre determinados países e menos intensa entre outros. Um sistema de migração internacional geralmente inclui uma região central de recepção, que pode ser um país ou grupo de países, e um conjunto de países de origem específicas ligadas a ele por invulgarmente grandes fluxos de imigrantes” (Tradução livre).

Compreendem-se os sistemas migratórios como resultantes de práticas espaciais, regras e ideias nas quais se assentam as ordens geopolíticas. Isso permite superar as explicações reducionistas baseadas em atributos e noções genéricas e instintivas como, por exemplo, de “escolha racional” presente no modelo clássico de atração-repulsão das teorias sobre migrações. Além disso, esta abordagem oferece caminhos para examinar como as migrações moldam as condições para os movimentos futuros (MABOGUNJE, 1970; BAKEWELL, 2012; BAKEWELL, de HAAS, & KUBAL, 2011).

A teoria dos sistemas migratórios tem se desenvolvido a partir de debates que tiveram como referência o texto *Systems Approach to a Theory of Rural-Urban Migration*, de Akin L. Mabogunje, publicado em 1970. Este geógrafo nigeriano interpretou as migrações rural-urbanas no oeste africano fundamentando-se na teoria geral dos sistemas.

Embora tenha trazido importantes contributos para os estudos em migrações, alguns dos quais já citados, a teoria geral dos sistemas tem sido objeto de críticas. Algumas delas apontam para a desconsideração da mudança social e da ação individual e para a reificação da estrutura social ao se partir desta matriz estrutural- funcionalista (BAKEWELL, 2012).

Esforços têm sido realizados para incorporar os avanços nesta discussão à análise das migrações. Citam-se, por exemplo, os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do projeto *Theorizing the Evolution of European Migration Systems* (THEMIS), por investigadores como Oliver Bakewell e Hein de Haas, dentre outros.

Embora ainda sejam necessários aprofundamentos, as reflexões assinalam a tendência da teoria geral dos sistemas em despolitizar e despersonalizar as migrações. Coloca-se assim uma provocação e um desafio aos estudiosos dos deslocamentos populacionais: incorporar em suas preocupações as desigualdades de poder, a ação individual, a diversidade e complexidade do comportamento humano, dentre outros fatores, que mostram que a existência de um sistema não significa passividade e previsibilidade das migrações (BAKEWELL, de HAAS, & KUBAL, 2011).

Tais ressalvas vão ao encontro da perspectiva relacional, que supera a concepção da população somente enquanto recurso, esquecendo seu caráter

atuante, muitas vezes desafiador e subversor na construção do estado. Porém, a geografia se interessa pelas migrações como processo social amplo e não apenas como ação individual.

Os autores da Escola de Geopolítica Crítica, ao definirem a ordem geopolítica, evidenciam seu interesse na geografia da economia política internacional. Condizente a este interesse e ciente de que os indivíduos pouco participam enquanto atores diretos no âmbito internacional, entende-se que os indivíduos não escapam à ordem geopolítica.

Inspirados na ideia de multiplicidade do tempo proposta por Fernand Braudel (1990), considera-se que na espessura da ordem geopolítica estão ajustadas a medida do indivíduo em sua vida cotidiana, as conjunturas e a estrutura. Desta forma, a ação de migrar, no âmbito individual, é um impulso pontual. Considerada em conjunto com outros indivíduos, isto é, enquanto massa, a ação é reveladora da conjuntura, que contém traços de permanências e regularidades do passado, ao mesmo tempo em que se diferencia dele.

Assim entendida, a ordem geopolítica pressupõe movimento, interação e dinamismo dos objetos geográficos, das relações sociais e das práticas espaciais. Tomando a ordem geopolítica como ponto de partida para compreensão das migrações internacionais, a geografia fixa, das permanências e repartições, dá lugar à geografia da ação, das relações de força e disputas, conflitos, mas igualmente de cooperação (LACOSTE, 1989).

Por um lado, os sistemas migratórios são resultado de práticas espaciais possibilitadas e condicionadas pela ordem geopolítica. Por outro, as migrações como práticas espaciais afetam a ordem, promovendo sua transformação. Este processo de mão dupla não pode ser explicado somente por circunstâncias domésticas, locais, nacionais ou, dito de modo mais geral, pela “proximidade” ou “familiaridade”. Mas exige observar também os vínculos com o “distante” ou “estranho”. Trata-se, pois, de realizar uma interpretação multiescalar e multidimensional, do local ao global, passando por escalas geográficas intermediárias; incluindo indivíduos em sua vida cotidiana, e instituições em busca de seus interesses.

A ordem geopolítica está associada a regras, rotinas, representações ideológicas que são incorporadas nas práticas e enquadram os comportamentos

dos atores que dela fazem parte. Para John Agnew e Stuart Corbridge (1995), o complexo conjunto de crenças, ideias e doutrinas alastram-se pelo tecido social e conferem legitimidade à ordem. Em outros termos, a ordem é sustentada por discursos.

Ao discorrer sobre a reorganização do poder de punir no século XVIII, Michel Foucault (1999b, p. 86) argumenta que ela se apoiava em um discurso que fornecia uma “receita geral para o exercício do poder sobre os homens”, via interesses, representações, sinais. Desenvolveu-se assim uma “*tecnologia de poderes sutis*”, que tinha “o espírito como superfície de inscrição para o poder, com a semiologia por instrumento; a submissão dos corpos pelo controle das ideias”. O filósofo afirma ainda:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1999a, p. 9)

Os estudiosos da Escola de Geopolítica Crítica adotam esta compreensão foucaultiana do discurso como estrutura de significado social abrangente que permeia todos os aspectos da sociedade. Desdobram este raciocínio identificando na ordem geopolítica a combinação de relações de poder consensuais, como o predomínio de alguns discursos em detrimento de outros na sociedade civil; e coercitivas, como o uso da força bélica para atingir certos fins almejados. A liderança, via consenso ou coerção, exercida por alguns agentes, leva à noção gramsciana de hegemonia, que não necessariamente associa-se a um agente territorial dominante – como as concepções tradicionais costumam supor. Conforme o geógrafo Gearóid Ó Tuathail (1996, p. 47):

what is important here is the activity of rule making and rule following rather than state dominance, for hegemony is more than the primus inter pares power of a state. One can have a condition of hegemony without a hegemonic state⁵.

⁵ O que é importante aqui é a atividade de elaboração de regras e as regras a serem seguidas, em vez de domínio estatal, a hegemonia é mais do que o poder primeiro entre iguais de um Estado. Pode-se ter uma condição de hegemonia sem um Estado hegemônico (Tradução livre).

Jonh Agnew & Stuart Corbridge (1995) sintetizam ao afirmar que a hegemonia se refere a um complexo cultural de práticas e representações vinculadas à ordem geopolítica particular. Essa, é composta por agentes com distintas capacidades de ação, uma vez que nem todos conseguem ajustar para si de modo conveniente a intenções que possuem e os resultados que alcançam. Isso, somado as diferenças de poder e riqueza entre os atores no âmbito internacional, produzem hierarquias, nas quais uns são preponderantes em relação aos outros em circunstâncias e momentos específicos.

Neste trabalho, os Estados territoriais são foco de atenção. Isso convém porque esses são atores com papel privilegiado na regulação das lutas de classes, sendo o seu comportamento, tanto na esfera doméstica como internacional, expressão de interesses de grupos dominantes e das concessões feitas aos interesses de grupos dominados (LIPIETZ, 1988). Examina-se como se deu a formação dos estados territoriais e como os mesmos se comportam, no passado e atualmente, especialmente no que se refere às migrações.

Apenas quando emerge um sistema interestatal mundial é que se pode identificar a existência de uma ordem geopolítica. E isso ocorreu indissociavelmente da formação de um sistema capitalista mundial. Conforme ensinou o historiador Fernand Braudel, e é destacado pelo economista e sociólogo Giovanni Arrighi (1996), o capitalismo depende do poder estatal.

Arrighi (1996) propõe ainda que os sucessivos regimes de acumulação pelos quais o capitalismo se expandiu mundialmente formam ciclos sistêmicos de acumulação, em que se alternam fases de expansão material e fases de expansão financeira. A cada ciclo, há alargamento da economia mundial e maior complexidade de estruturas governamentais, empresariais e de outros atores que participam do processo de acumulação do capital (ARRIGHI, 1996). Compreender a articulação política e econômica na formação dos Estados e do mercado mundial requer que se observe os distintos regimes de acumulação e seus respectivos modos de regulação, os quais culminam na divisão internacional do trabalho.

Por regime de acumulação entende-se certa estabilidade e coerência, de longo prazo, de condições de produção e reprodução. Para isso, é preciso a existência de um modo de regulação, que significa “um conjunto de regras

interiorizadas e procedimentos sociais, que incorpora o social nos comportamentos individuais (o habitus, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu)”, conforme explicou o economista e político francês Alain Lipietz (1988, p. 30). Daí que, define o autor mencionado:

... a divisão do trabalho efetivamente existente entre as nações não passa do resultado dos esforços de umas para controlar ou se libertar das outras, dos esforços obstinados de tal ou qual aliança de classes para a autonomia nacional, ou pelo contrário, das políticas de abandono levadas ao seio de cada uma das nações. A divisão do trabalho não é uma exigência do capitalismo mundial (...). Repito mais uma vez que a divisão internacional do trabalho é um ‘achado’ - ou melhor, a combinação de achados, de resistências, ou de adaptação a esses achados (LIPIETZ, 1988, p. 40).

A divisão internacional do trabalho é resultado de processos de lutas sociais e de adaptações às transformações que envolvem fluxos, trocas e interações políticas e econômicas. Ainda que tais adaptações e processos se realizem a partir de condições dadas e herdadas, há possibilidade de que Homens e Estados construam sua história. Afinal, a ordem geopolítica, o regime de acumulação mundial, o modo de regulação e a divisão internacional do trabalho são inseparáveis e dinâmicos. Suas transformações são igualmente alterações de operações da economia política internacional, que, por sua vez, são acompanhadas de novas representações e discursos sobre a divisão e os padrões do espaço global.

Este enquadramento teórico metodológico oferece as bases para a periodização aqui proposta, fortemente influenciada por aquela que identifica as ordens geopolíticas, elaborada por John Agnew e Stuart Corbridge (1995). A periodização dos processos mundiais de acumulação do capital proposta por Giovanni Arrighi (1996) é também utilizada neste trabalho. Busca-se, portanto, articular as ordens geopolíticas com os ciclos sistêmicos de acumulação, a fim de observar como se deu historicamente a construção de Portugal e do Brasil e suas respectivas inserções na economia política internacional, verificando o papel desempenhado pelas migrações.

De início, destacam-se aspectos da fase precedente à primeira ordem geopolítica identificada por John Agnew e Stuart Corbridge (1995), que começa em 1815. Nesta fase, o comando da economia mundial esteve centralizado nas

mãos de Gênova e, posteriormente, da Holanda. Então, com o Congresso de Viena, inicia-se a Ordem do Concerto da Europa, na qual a Inglaterra se destaca como centro das redes de produção, comércio e poder. A partir de 1875, quando os EUA passam a comandar a economia mundial, até 1945, temos a Ordem das Rivalidades Interimperiais, seguida pela Ordem da Guerra Fria, que durou até os anos 1990, quando então inicia-se, a Ordem Geopolítica Contemporânea.

Passa-se agora a exposição breve das características principais de cada um destes períodos da história, destacando o papel desempenhado pelas migrações na construção dos Estados brasileiro e português.

Capítulo 1

Portugal e o Processo de Formação da Ordem Geopolítica

Da Reconquista da Península Ibérica à Formação do Império português

A formação de Portugal enquanto estado territorial foi um processo que data do início do século XII. Tal fato, amplamente estudado, não deixou de ser controverso e de carecer de esclarecimentos, tendo recebido contribuições de eminentes geógrafos, como o português Orlando Ribeiro, que ao analisar a formação do Estado Português, demonstrou a “precoce unidade” e a “*definição da mais antiga fronteira que se conhece*” (1987, p. 60).

Conforme o cientista político alemão Alexander Wendt, a intersubjetividade desempenha um papel relevante na criação de um Estado. Em seus próprios termos: “*actors acquire identities relatively stable, role - specific understandings and expectations about self - by participating in such collective meanings. Identities are inherently relational*”⁶ (WENDT, 1992, p. 397). Assim, a consolidação do Estado português enquanto ator político dotado de identidade e interesses passou necessariamente pelo seu reconhecimento pelos demais atores que, no contexto europeu, estabeleciam entre si relações de poder.

Em 1139, Dom Afonso Henriques torna-se rei do Condado Portucalense. Mas é apenas quarenta anos depois que é reconhecido como tal pelo rei de Leão, Dom Afonso

VII. Em 1179, por meio da Bula “*Manifestis Probatum*”, o papa Alexandre III sanciona o reino de Portugal sob autoridade régia de Dom Afonso Henriques. Observa-se, a seguir, o conteúdo do documento:

ALEXANDRE, BISPO, SERVO DOS SERVOS DE DEUS, AO
CARÍSSIMO FILHO EM CRISTO, AFONSO, ILUSTRE REI DOS
PORTUGUESES, E A SEUS HERDEIROS, IN PERPETUUM.

Está claramente demonstrado que, como bom filho e príncipe
católico, prestaste inumeráveis serviços a tua mãe, a Santa Igreja,

⁶ “os atores adquirem identidades relativamente estáveis, papéis- entendimentos e expectativas específicas sobre si - pela participação em tais significados coletivos. As identidades são inerentemente relacionais” (Tradução livre).

exterminando intrepidamente em porfiados trabalhos e proezas militares os inimigos do nome cristão e propagando diligentemente a fé cristã, assim deixaste aos vindouros nome digno de memória e exemplo merecedor de imitação. Deve a Sé Apostólica amar com sincero afecto e procurar atender eficazmente, em suas justas súplicas, os que a Providência divina escolheu para governo e salvação do povo. Por isso, Nós, atendendo às qualidades de prudência, justiça e idoneidade de governo que ilustram a tua pessoa, tomamo-la sob a protecção de São Pedro e nossa, e concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos. E para que mais te afervores em devoção e serviço ao príncipe dos apóstolos S. Pedro e à Santa Igreja de Roma, decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério. Continua, pois, a mostrar-te filho caríssimo, tão humilde e devotado à honra e serviço da tua mãe, a Santa Igreja Romana, e a ocupar-te em defender os seus interesses a dilatar a fé cristã de tal modo que esta Sé Apostólica possa alegrar-se de tão devoto e glorioso filho e não duvide da sua afeição. Para significar que o referido reino pertence a São Pedro, determinaste como testemunho de maior reverência pagar anualmente dois marcos de ouro a Nós e aos nossos sucessores. Cuidarás, por isso, de entregar tu e os teus sucessores, ao Arcebispo de Braga pro tempore, o censo que a Nós e a nossos sucessores pertence. Determinamos, portanto, que a nenhum homem seja lícito perturbar temerariamente a tua pessoa ou as dos teus herdeiros e bem assim o referido reino, nem tirar o que a este pertence ou, tirado, retê-lo, diminuí-lo ou fazer-lhe quaisquer imposições. Se de futuro qualquer pessoa eclesiástica ou secular intentar cientemente contra o que dispomos nesta nossa Constituição, e não apresentar satisfação condigna depois de segunda ou terceira advertência, seja privada da dignidade da sua honra e poder, saiba que tem de prestar contas a Deus por ter cometido uma iniquidade, não comungue do sacratíssimo Corpo e Sangue de Jesus Cristo nosso divino Senhor e Redentor, e nem na hora da morte se lhe levante a pena. Com todos, porém, que respeitarem os direitos do mesmo reino e do seu rei, seja a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo, para que neste mundo recolham o fruto das boas obras e junto do soberano juiz encontrem o prémio da eterna paz (GONÇALVES F. R., 1981, pp. 53-54).

Para fins deste estudo, vê-se a Bula *Manifestis Probatum* como uma espécie de “registro de nascimento” de Portugal no contexto da Europa Medieval. Essa era marcada pelas relações de parentesco e filiação interpessoal; os limites territoriais tinham pouca expressão diante dos vários centros políticos, alianças e obrigações pessoais que culminavam em uma pluralidade de fronteiras

hierárquicas (AGNEW & CORBRIDGE, 1995, p. 85).

Vassalo do rei de Leão, Dom Afonso Henriques temia as pretensões de domínio de Dom Afonso VII, seu primo. A autonomia política foi adquirida com o reconhecimento da Igreja Católica, que garantiu a sua soberania sobre o território português. Evidentemente, esta ação expressava a convergência de interesses militares e econômicos do Pontífice e do rei de Portugal, os quais tinham os mouros como inimigo comum.

A articulação entre o poder eclesiástico e o poder régio deram as condições para a Reconquista. O domínio cristão do que atualmente corresponde ao território português, cuja dimensão é 92.212 km², se deu lentamente. Na segunda metade do século XI, aproximadamente 57% dessa superfície era ocupada por muçulmanos, os quais, no século XIII, detinham apenas cerca de 2,7% do que viria a se consolidar enquanto Portugal (RODRIGUES, 2008, p. 42).

A Reconquista também vincula-se intimamente ao sólido crescimento demográfico observado entre o século XI e início do XIV. Apesar da escassez das fontes e das limitações que aquelas poucas existentes oferecem, o surgimento de novas vilas e aldeias, bem como de novos mosteiros para homens e mulheres são evidências de aumento da população, especialmente no norte, mais estável politicamente (RODRIGUES, 2008, pp. 84-85).

Embora a Reconquista tenha custado muitas vidas, principalmente de homens, e tenha incentivado a emigração da população invadida, estima-se que as gerações que participaram do processo e as seguintes apresentaram taxas de natalidade elevadas. A isso se somam os incentivos da Igreja e do Rei para ocupação das áreas menos povoadas, via concessão de “privilégios tributários e de autonomia administrativa” (RODRIGUES, 2008, p. 89), fatores que atraíram os mais pobres e marginalizados das áreas localizadas ao norte do país, evitando acúmulo de tensões sociais nesta região.

O crescimento populacional mencionado coaduna-se com aquele observado no restante da Europa (RODRIGUES, 2008, p. 89). O uso de novos instrumentos agrícolas e a rotatividade de culturas, bem como o enriquecimento da dieta alimentar, adotando-se inclusive hábitos mouros, ajudaram a fortalecer a imunidade das pessoas e diminuíram os riscos de fome no continente (RODRIGUES, 2008, p. 81). O trabalho em demografia histórica desenvolvido por

Teresa Ferreira Rodrigues (p.80) informa: “a população europeia terá duplicado entre 1000 e 1340, passando de 24,7 para 55,9 milhões”. A autora continua: “*estima-se que a população europeia tenha aumentado lentamente (apenas 0,08% ao ano) entre 1000 e 1200, embora com desigualdades regionais, acelerando-se essa dinâmica até o último quartel do século XIII*”.

Essa Europa medieval que passava pelo incremento populacional era caracterizada por uma cristandade encurralada e ameaçada pelo “barbarismo externo”, tal como assinalou Halford J. Mackinder (2011), em famosa conferência na Royal Geographical Society, em 1904. As pressões externas, vindas tanto da África como da Ásia, levaram à união de distintos povos europeus na organização de resistência. Tais tribulações amadureceram e fortaleceram a cristandade, por meio das Cruzadas (MACKINDER, 2011). São essas, pois, as origens de um sistema interestatal pan- europeu e o pano de fundo da formação e consolidação do Estado territorial português.

Não é sem propósito que, representado pelo escultor português António Manuel Soares dos Reis com a armadura de cavaleiro, portando uma espada, a imagem popular de Dom Afonso Henriques é sintetizada no apelido “o Conquistador”. Essa centralização do poder na figura do rei português, autorizada pelo representante de Deus, subordinou atividades econômicas e sociais □ guerra jurisdição política demarcada por fronteira. Para além disso, foi uma expressão dos processos que levaram a constituição da Europa impelida para a “*conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global*” (ARRIGHI, 1996, p. 11).

A articulação de Portugal e Gênova e o pioneirismo no expansionismo europeu

Na transição da Europa Medieval para a Europa Moderna, o □ guerra □ st e sociólogo italiano Giovanni Arrighi (1996, p. 33) identificou a coexistência de duas lógicas do poder: a capitalista e a territorialista. A primeira era adotada pelas cidades- estados italianas, nomeadamente Veneza, Florença, Gênova e Milão. Tinha como fim a acumulação de capital, enquanto a expansão territorial era um meio útil para aquisição de riquezas. A lógica territorialista, por sua vez, tinha a expansão territorial como fim, sendo a acumulação de capital um meio para atingi-

la ou uma consequência. Nas palavras do autor:

Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se inverte: o controle do capital circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é o meio (ARRIGHI, 1996, p. 34).

Os séculos XIV e XV foram marcados pelo aumento das disputas pelo poder, da competitividade e do capital excedente dentro da Europa. Além das rivalidades entre os Estados Territoriais que emergiam, sendo emblemático o caso dos conflitos da Guerra dos Cem Anos, entre a França e a Inglaterra, havia as disputas entre as cidades-estados italianas pelo controle das rotas de comércio com o Oriente. Por outro lado, os Estados territoriais recém surgidos, impeliam-se para o controle das rotas de comércio, ameaçando Veneza, Florença e Milão (ARRIGHI, 1996).

A definição de Portugal enquanto Estado territorial, foi seguida pela concentração de seus esforços e seus recursos no alargamento das conquistas. Isso é demonstrado pela incorporação do Algarve no século XIII, e dos “descobrimientos” a partir do século XV.

A causalidade da localização geográfica na história de Portugal é evidente. As disputas com os vizinhos espanhóis, a leste, e as amplas possibilidades oferecidas pelo Atlântico, a oeste, levaram a que os governantes territorialistas portugueses se lançassem à expansão marítima. Portugal tornou-se um poder marítimo pioneiro, iniciando a apropriação política de espaços extra-europeus e o processo de contorno do mapa do mundo, finalizado cerca de quatrocentos anos depois (MACKINDER, 2011).

O pioneirismo português, bem como os descobrimientos e a constituição do império constituem o mito sobre o qual se elabora a identidade nacional portuguesa ainda nos dias atuais. Ao elaborar uma genealogia dessa identidade, o historiador e antropólogo português José Manuel Sobral (2012) destaca a continuidade histórica da ênfase a tais eventos, apesar dos diferentes contextos atravessados pelo país. Lançando mão dos resultados do inquérito realizado em 2003 pelo International Social Survey Programme sobre as atitudes sociais dos portugueses, com foco na identidade

nacional, o autor demonstrou que a história é a maior fonte de orgulho de ser português, seguida da literatura. Observa-se, todavia, que esta última produz narrativas que vinculam o presente e o passado, utilizando-se da história como matéria-prima. Dedicado a estudar a cultura portuguesa, Eduardo Lourenço (1994) chama atenção ao mesmo fato, em suas palavras:

Talvez, todos os povos existam em função de certo momento solar que confere sentido e euforiza magicamente a memória do que são. Mas poucos com tanto radicalismo e constância como o povo português. Essa euforia mítica deve-a, quase exclusivamente, ao papel mediano e simbolicamente messiânico que desempenhou num certo momento da História ocidental convertida por essa mediação, pela primeira vez, em História mundial.

Os feitos de Portugal, contudo, não teriam sido possíveis sem a articulação com Gênova, pelo financiamento dos poderosos banqueiros mercantis desta cidade-estado italiana. As tensões entre lógica territorial e lógica capitalista na gestão do Estado, que marcaram o século XIV, não foram verificadas neste caso. Portugal e Gênova estabeleceram entre si a simbiose necessária para promover, supervisionar e beneficiar-se da expansão territorial e mercantil (ARRIGHI, 1996). Disso resultou a difícil distinção entre a burguesia e a aristocracia, apontada pelo historiador Vitorino Magalhães Godinho, que conclui: “no mundo que os portugueses vão criando nestes séculos, o vetor social dinâmico é o cavaleiro-mercador” (GODINHO, 1989 apud VIEIRA, 2001, p.32).

Tal associação política e econômica explica muito da presença genovesa em Lisboa durante a Baixa Idade Média. Conforme recorda a demógrafa Teresa Ferreira Rodrigues (2008, p. 137), esta comunidade estrangeira “constituída por indivíduos ligados à navegação e a actividades mercantis, exerceu uma influência econômica destacada desde as primeiras décadas de Trezentos”. Igualmente não por acaso, é digno de nota, foram concedidos privilégios a estes imigrantes em Portugal já em 1338, sendo renovados no século posterior (RODRIGUES, 2008).

Em um contexto em que governantes territorialistas procuravam incorporar em seus domínios o principal Estado capitalista, Portugal articulou-se com ele, buscando redes de comércio alternativas (ARRIGHI, 1996). A tomada de Ceuta, em 1415 e a descoberta da ilha da Madeira, em 1419, foram os primeiros avanços deste projeto bem sucedido. Porém, é com o contorno da África, via Cabo da Boa

Esperança que a Europa alteraria definitivamente sua condição geopolítica, tal como argumenta Halford Mackinder (2011, p. 96):

O resultado mais importante da descoberta da rota do cabo da Boa Esperança para as Índias foi conectar as costas de navegação leste e oeste da Eurásia, ainda que através de uma rota circular, e em certa medida neutralizou a vantagem estratégica da posição central que mantinham os nômades das estepes, ao pressioná-los pela retaguarda. A revolução começada pelos grandes marinheiros da geração Colombina dotou a cristandade da mobilidade de poder mais ampla possível, com exceção da mobilidade das asas. (...) O vasto efeito político que isso produziu foi inverter as relações entre Europa e Ásia, porque na Idade Média a Europa estava encerrada entre um deserto intransponível ao sul, um oceano desconhecido a oeste, vastidões geladas ou cobertas de florestas ao norte e a nordeste, e ao leste e a sudeste era constantemente ameaçada pela mobilidade muito superior dos homens montados em cavalos e camelos. Agora a Europa surgia para o mundo, multiplicando mais de trinta vezes a superfície marinha e as terras costeiras a que ela tinha acesso, e envolvendo com sua influência o poder terrestre euroasiático que até então havia lhe ameaçado a própria existência.

Crise demográfica e formação do império português

A nova condição geopolítica da Europa se deu na sequência do fim de três séculos marcados pelo crescimento populacional no continente. De fato, apesar das diferenciações geográficas do fenômeno, o decréscimo populacional europeu ultrapassou os 30% em pouco mais de um século. Mais precisamente, se em 1340 estima-se uma população europeia de 73,5 milhões de pessoas, a redução leva a que, em 1450, a mesma atinja 50 milhões de pessoas (RODRIGUES, 2008).

Tal crise demográfica estava alicerçada no ímpeto incontável da fome, da peste e da guerra que assolaram a Europa no decorrer dos séculos XIV e XV. A fome resultava dos baixos níveis de produtividade agrícola, do consequente aumento dos preços dos alimentos e de alterações de ordem climáticas, que tornaram os invernos mais rigorosos, trazendo grandes prejuízos a produção de trigo e centeio – base da dieta alimentar.

As epidemias de peste, por sua vez, foram sendo disseminadas ao longo de rotas de comércio e foram introduzidas na Europa por vias terrestres, a partir da Crimeia, e por vias marítimas mais frequentadas, matando pelo menos um

terço do mundo cristão. O permanente estado de guerra e de latência de guerra em diversas partes do continente no mencionado período, enfim, foi outro fator que contribuiu para restrição do crescimento populacional (RODRIGUES, 2008).

O comportamento da população portuguesa seguiu a tendência europeia de despovoamento ou estagnação. Nos primeiros anos do século XIV, verifica-se certa estabilidade demográfica, mantida até 1348, ano em que Lisboa é atingida por um surto de peste, que, conjugada a outros fatores de crise geral, culmina na redução de mais de 30% da população portuguesa (RODRIGUES, 2008, p. 113).

Apesar de períodos de lenta recuperação, a crise persiste e o conjunto de habitantes em Portugal atinge um valor mínimo de 900 mil pessoas entre 1445 e 1455. Somente a partir 1460 é que a recuperação do crescimento populacional se sustenta significativamente no país (RODRIGUES, 2008, p. 120).

Na época da tomada de Ceuta e da colonização da Ilha da Madeira, portanto, o cenário demográfico enfrentado por Portugal era bastante desmotivador a quaisquer empreendimentos que exigissem a emigração de súditos reinóis. Como exemplo dentre outros muitos, cita-se que a “falta de gente” foi argumento usado pelo Conde de Arraiolos em 1433, para se opor à conquista do reino marroquino de Fez (RODRIGUES, 2008).

Evidentemente, o desvio do comércio promovido por Portugal, fruto do desenvolvimento e melhorias das técnicas de navegação, exigiu a instalação de povoamentos pontuais estratégicos na costa litorânea africana. Apesar disso, na prática, o expansionismo português exigiu nessa fase número reduzido de súditos para assegurar a posse das áreas conquistadas.

Não foi, portanto, significativo o impacto dessas saídas para a redução do contingente populacional, o qual resultava muito mais do assombroso aumento da mortalidade e da redução da natalidade. Argumentos pautados na “falta de gente” vão perdendo seus fundamentos a partir da retomada do crescimento populacional, na segunda metade dos quatrocentos, entretanto continuariam a fazer parte de discursos para justificar a escravidão e para dissuadir a emigração (RODRIGUES, 2008, p.119).

A despeito da crise demográfica, a partir dos quatrocentos vai se gestando um padrão migratório de caráter global que teria no continente europeu seu centro irradiador para a África, Ásia, América, e Oceania. No século XVI, o

esboço deste padrão já está melhor delineado. Tal fato foi acompanhado pela retomada do crescimento demográfico no continente, muito embora de modo descontínuo, apresentando diversidade geográfica.

Estima-se que se em 1500 os europeus somavam 81 milhões de pessoas, em 1700 esta população passou para 120 milhões. Uma característica nova deste período constituiu-se na complexidade e intensidade dos deslocamentos populacionais da Europa como um todo: são, sobretudo, migrações em direção as cidades; deslocamentos relacionados aos descobrimentos e povoamento de áreas fora do continente; migrações forçadas por motivos religiosos ou de guerras políticas.

Portugal, por sua vez, também conheceu incremento populacional neste período, apresentando fases de avanços e recuos pontuais, cuja resultante era o lento ritmo deste aumento. Esta dinâmica populacional deu maior suporte à expansão marítima.

A emigração intensifica-se, inicialmente, de modo muito comedido, dirigindo-se nas primeiras décadas do século XV ao norte da África. Entre os séculos XV e XVI, estes fluxos se direcionavam à costa oeste africana e ao Índico e, ao longo do século XVI, estão cada vez mais orientados ao Atlântico e à América. Consideradas em conjunto, nestas áreas do domínio português no início do século XVI, os residentes somavam cerca de dez mil pessoas, dedicadas aos negócios, ao comércio e a vigilância militar (HIGGS, 1990; GARCIA, 1998). Vale lembrar que, no mesmo século, a população em Portugal não ultrapassava 1,5 milhão de pessoas (SERRÃO, 1970).

As características essenciais deste fenômeno emigratório também foram se alterando e tornando-se mais complexo: iniciou-se como mera e pontual ocupação militar e povoamento de ilhas desabitadas e foi tomando feições de diferentes formas de colonização (RODRIGUES, 2008). Resta chamar atenção para a centralidade de eventos como a viagem de Vasco da Gama (1497), a chegada ao Brasil (1500), a perda da independência portuguesa (1580-1640), a descoberta de ouro no Brasil no fim do século XVII, os quais culminaram na intensificação das saídas de pessoas de Portugal.

A ampliação do espaço português a oeste, tendo eles alcançado o continente americano em 1500, quando chegaram ao que seria o território

brasileiro, foi o evento que possibilitou posterior formação do sistema migratório entre Brasil e Portugal. A chegada dos portugueses ao Brasil, nos dois primeiros séculos de colonização, foi numericamente pouco expressiva – não tendo ultrapassado uma média anual de quinhentas pessoas até o fim do século XVII. De 1500 a 1700, estima-se que aproximadamente 300.000 portugueses vieram ao Brasil (IBGE, 2000). Este movimento migratório foi acompanhado pela imigração africana forçada para o trabalho escravo: apesar das grandes limitações dos dados disponíveis, as avaliações são de que entre 1531 e 1700, mais de 600.000 africanos desembarcaram no Brasil (IBGE, 2000).

Os emigrantes saíram de todo o território português e formavam um grupo heterogêneo: eram viajantes, aventureiros, militares, funcionários régios, missionários. Todos eles estavam a serviço do Estado, de maneira direta ou indireta, via empresas de âmbito nacional. Nesta fase da formação de Portugal, apesar de alguns considerarem um dano ao desenvolvimento interno, os discursos relativos às emigrações destacavam-na em relação aos fins da coroa. Os emigrantes eram vistos como parte da busca pela riqueza e como apoio a pátria no estabelecimento do império.

Talvez, por isso, seja mais preciso denominar tais migrantes como “colonos”, muito embora o historiador português Joel Serrão (1970, p. 598) reconheça as dificuldades de, na prática, distingui-los daqueles emigrantes que deixaram o país por iniciativa própria e motivações de ordem pessoal, “independentemente de solicitações oficiais e, até, muitas vezes, em oposição a estas”. De qualquer modo, desenvolveu-se a partir daí uma visão heroica e orgulhosa do emigrado. Fato que veio a ser um elemento de relevo na construção da identidade nacional portuguesa (HIGGS, 1990). Enraizada na consciência nacional, a emigração seria elaborada como uma necessidade orgânica do povo português (COSTA, 1911).

Relações com a alteridade e geografias imaginadas: a construção da identidade portuguesa

O estabelecimento de fronteiras políticas, por um lado, e a expansão, por outro, remetem atenção à oposição binária que se estabelece com a alteridade. O contato com o “outro” foi definindo a identidade portuguesa. A construção do

Estado português se deu paralelamente ao estabelecimento de hierarquias da alteridade, mencionam-se brevemente as relações estabelecidas com alguns grupos estrangeiros, nomeadamente, mouros, judeus, europeus, africanos e americanos.

A identidade portuguesa surge, primeiramente, baseada na fé cristã, contra os “infiéis” mouros. Em seguida, no contexto do povoamento das ilhas da Madeira e dos Açores, a presença estrangeira fez-se notável. Citam-se, por exemplo, os judeus sefarditas, os genoveses, os florentinos – dedicados à produção de açúcar na ilha da Madeira -, os flamengos, os franceses e, por fim, os ingleses, em uma sequência temporal.

Os sentimentos xenófobos contra os judeus aumentaram quando a conversão ao cristianismo se tornou obrigatória e, posteriormente, foi instaurada a Inquisição em Portugal, empurrando-os à migração para o Brasil onde tornaram-se parte da aristocracia açucareira. As disputas pelo poder e as pressões competitivas na Europa manifestaram-se nas reações contra flamengos, franceses no território do império (VIEIRA, 2001).

Do mesmo modo, os italianos, especialmente genoveses, sendo católicos e detentores de capital, gozaram de boa integração na aristocracia madeirense, por meio de privilégios reais ou do matrimônio, por exemplo (VIEIRA, 2001). No que diz respeito aos africanos, Portugal fundamentou na religião a justificativa para a escravidão, ao associar estas pessoas com a narrativa bíblica em que Noé amaldiçoa seu filho Cã e seus descendentes a serem servos dos servos de seus outros filhos Sem e Jafé (FLORENTINO, 2007).

Quanto aos povos americanos encontrados no litoral pelos portugueses, somavam cerca de um milhão de pessoas em aldeias de dimensões distintas, que variavam de 300 a 2 mil habitantes. A ordem de grandeza desta população era próxima à da população portuguesa no mesmo período. Sublinha-se que eram pertencentes à matriz tupi e foram vistos inicialmente como “gente bela e dadivosa”; pouco tempo depois esta imagem deu lugar a visão de “canibais, comedores de carne humana, totalmente detestáveis” (RIBEIRO D. , 1995, p. 31). Neste encontro, a missão civilizadora e salvacionista era auto atribuída aos portugueses. Não por acaso, o antropólogo Darcy Ribeiro (1995) categorizou os povos ibéricos como formadores de um império mercantil salvacionista.

Os indígenas provocaram grande curiosidade nos invasores. As primeiras impressões dos portugueses com relação aos indígenas americanos estão testemunhadas na carta de Pero Vaz de Caminha. O conteúdo deste documento demonstra o sentido da novidade diante da alteridade que não se enquadrava nos povos conhecidos.

Caminha chama atenção para a nudez dos indígenas como forma de ingenuidade e não como bestialidade, como eram vistos os povos africanos com tais costumes (FONSECA L., 2000). Deste modo, notava-se que o indígena se diferenciava dos africanos, dos orientais, dos europeus, pela cor da pele, pelas vestimentas, pelos artefatos, e demais elementos utilizados para identificação da alteridade. Ele era o novo, o exótico (FONSECA L., 2000).

Mas, conforme argumenta o historiador Luís Adão Fonseca (2000, p. 44), o sentido dessa novidade é mais profundo. Ela é colocada como retro-alteridade temporal, isto é, ela remete a um tempo original. “Eles são o que costumava-se ser” é a ideia implícita, inaugurando um discurso geopolítico tipicamente moderno cujas bases estáveis se firmam em uma imagem do “outro” como “atrasado” e “desfavorecido”, caso permaneçam como estão (AGNEW & CORBRIDGE, 1995, p. 49).

Evidentemente esta retro-alteridade temporal ajusta-se a alteridade espacial: os indígenas estão do outro lado do Atlântico. A dimensão geográfica destas percepções da diversidade humana merece destaque. A expansão portuguesa e subsequente expansão de outras potências europeias levou à nova conceitualização dos oceanos e das terras para além da Europa (FONSECA L., 2000).

Foram sendo criadas “geografias imaginativas”, articuladas com práticas espaciais que, conjuntamente, formariam o discurso civilizacional que amparou a ordem geopolítica sucessora desta fase de transição. Para evidenciar o que se entende por “geografias imaginativas”, cita-se Edward Said (1990, p. 64):

Um grupo de pessoas que vive em uns poucos hectares de terra estabelece fronteiras entre a sua terra e adjacências imediatas e o território além, que chama de "terra dos bárbaros". Em outras palavras, essa prática universal de designar na própria mente um espaço familiar que é "nosso" e um espaço desconhecido além do "nosso" como "deles" é um modo de fazer distinções geográficas

que pode ser inteiramente arbitrário. Uso a palavra arbitrário porque a geografia imaginativa do tipo "nossa terra - terra bárbara" não requer que os bárbaros reconheçam a distinção. Para "nós", basta estabelecer essas fronteiras em nossa mente; conseqüentemente, "eles" ficam sendo "eles", e tanto o território como a mentalidade deles são declarados diferentes dos "nossos". Desse modo, até um certo ponto as sociedades modernas e as primitivas parecem derivar suas identidades negativamente. Um ateniense do século V, com toda a probabilidade, sentia-se tão não-bárbaro quanto se sentia positivamente ateniense. (...) Muitas vezes a maneira como alguém se sente como não-estrangeiro está baseada em uma ideia muito pouco rigorosa do que há "lá fora" além do seu próprio território. Todo tipo de suposições, associações e ficções parece povoar o espaço que está fora do nosso próprio.

O texto de Caminha e as hierarquias da alteridade, enquanto parte da construção de um discurso geopolítico, demonstravam as regras, os recursos conceituais que portugueses utilizaram para espacializar a economia política (AGNEW & CORBRIDGE, 1995). Deste modo, pode-se reproduzir as "geografias imaginadas" portuguesas do século XV e XVI como um planisfério em que o Oriente era sinônimo de especiarias lucrativas, a África *locus* de recursos humanos para o trabalho e pontos de apoio para o comércio e as possessões americanas como área a ser evangelizada e na qual se buscava ouro.

Ainda sobre a epístola de Caminha, é possível identificá-la como uma mensagem ideológica, isto é, uma ideia política em ação (AGNEW & CORBRIDGE, 1995). Sendo endereçada ao rei de Portugal, ela informa as possibilidades de domínio, via evangelização. "A novidade acaba por funcionar como argumento ideológico cuja compreensibilidade deve ser situada no quadro dos projetos políticos que informam a estratégia manuelina de então" (FONSECA L., 2000, p. 45).

Do axioma absolutista de que os monarcas estavam acima e à parte das pessoas comuns porque eram representantes de Deus derivaram sociedades centralizadas e hierarquizadas (ANDERSON, 2008). Essa ideologia enquanto parte de um discurso geopolítico culminou em uma organização social no Brasil colonial dotada de dois polos opostos entre si, mas complementares: os colonos que, sendo cristãos, deveriam dominar e enriquecer e os trabalhadores e servos que, sendo "bárbaros", deveriam ser salvos para a vida eterna. Segundo Darcy

Ribeiro (1995, p.71), “ideologia nenhuma, antes nem depois, foi tão convincente para quem exercia a hegemonia, nem tão inelutável para quem a sofria, escravo ou vassalo”.

Os esforços portugueses para manutenção de um império sem hegemonia

Os desafios da União Ibérica e da hegemonia holandesa: as tentativas de restrição das emigrações portuguesas

Se no interior da organização social colonial a hegemonia portuguesa era incontestada, no âmbito mundial ela nunca foi completa. De um lado, sua vizinha Espanha impunha-se como grande rival. De outro, o poder econômico das cidades italianas e a concorrência das demais potências europeias no decorrer do século XVI, XVII e XVIII explicitavam as fragilidades do poder português. Os tempos de glória de Portugal foram, por isso, efêmeros. Um abalo significativo se deu com a União Ibérica (1580-1640) e com a ascensão de um novo ciclo sistêmico de acumulação, caracterizado pelo comando da Holanda⁷ na economia mundial desde meados do século XVII até as últimas décadas do século XVIII.

Em 1580, houve centralização política das coroas espanhola e portuguesa no rei espanhol Filipe II (Filipe I, em Portugal), na crise sucessória instalada após a morte do rei português Dom Henrique, que não possuía herdeiros. Apesar disso, num primeiro momento da união, o projeto colonial português no mundo foi mantido em sua estrutura e organização. Porém, os conflitos nos quais a Espanha estava envolvida repercutiram tanto para Portugal como para suas colônias, que acabaram atraindo a atenção dos concorrentes e inimigos dos espanhóis, dentre eles os holandeses.

As redes comerciais e, principalmente, financeiras controladas pela Holanda abrangiam o mundo. Inclusive, o sucesso da empresa açucareira no nordeste brasileiro era em muitos aspectos o resultado da cooperação comercial e

⁷ Sobre o processo de ascensão e declínio da hegemonia holandesa na economia mundial, ver ARRIGHI, Gionvanni. O Longo Século XX, 1996. Sugere-se especialmente, no Capítulo 1, o item “As origens do moderno sistema interestatal “ e, no Capítulo 2, o item “O segundo ciclo sistêmico de acumulação (holandês)”.

financeira estabelecida com os holandeses, os quais também refinavam o açúcar e distribuíam-no pelo Báltico, França, Inglaterra e outras partes da Europa (FURTADO, 1977, pp. 9-10). A exitosa participação da colônia americana portuguesa no mercado de açúcar pode ser exemplificada mediante recordação de que na virada dos Quinhentos para os Seiscentos a renda per capita da população de origem europeia no Brasil era muito superior da que se observava na Europa, fato jamais reproduzido na história brasileira (FURTADO, 1977, p. 44).

Os acordos entre portugueses e holandeses para execução deste comércio se viram prejudicados com a União Ibérica, sendo este um fator motivador das invasões holandesas no Brasil. Junto a esse prejuízo e ameaça à sua lucrativa colônia americana, Portugal sofre a perda de entrepostos na África e no Oriente, bem como vê sua burguesia e nobreza empobrecida durante o domínio espanhol, que ao longo do tempo foi cerceando a autonomia administrativa e política portuguesa.

O período abrangido por 1580 e 1640 foi também aquele em que a dimensão da emigração portuguesa aumentou significativamente. O geógrafo português Jorge Carvalho Arroteia (1983, pp. 16-17) faz referência a um volume de 360 mil emigrados, numa população residente que em meados do século XVIII não ultrapassava os 2,14 milhões de pessoas. Serrão (1978) indica que a colônia viu sua população multiplicar por quatro em vinte anos, a partir da união dinástica.

A intensificação deste movimento de saídas de Portugal foi combatida pelo poder régio mediante restrições inauguradas pela publicação, em 1603, das Ordenações e Leis do Reino de Portugal, documento conhecido vulgarmente por Ordenações Filipinas (GONÇALVES P., 2010, p. 13). No livro quinto desta compilação jurídica, lê-se a seguinte disposição:

TÍTULO CVII - DOS QUE SEM LICENÇA DEL REY VÃO, OU MANDÃO Á INDIA, MINA, GUINE; E DOS QUE INDO COM LICENÇA, NÃO GUARDÃO SEUS REGIMENTOS.

“Defendemos, que pessoa alguma de qualquer stado, e condições que seja, assi natural destes Reinos como estrangeira, não vá, nem envie fora de nossos Navios, em Navios outros alguns, ás partes, terras, e mares da India, ou á cidade de S. George da Mina, ou ás partes de Guiné, ou outras quaesquer terras, mares e lugares de nossa Conquista a tratar, resgatar, nem fazer guerra sem nossa licença, e autoridade, sob pena de fazendo-o, morrer por isso morte natural, e por esse mesmo feito perder para Nós todos seus bens” (ALMEIDA, 1870, pp. 1253-1264).

No decorrer do século XVII, mesmo após a dominação dinástica espanhola, foram emitidos alvarás, cartas régias, cartas de lei e provisões na tentativa de contenção da emigração livre. Tais regulações e proibições estiveram sujeitas a severas penalidades, persistiriam e até foram intensificadas nos séculos subsequentes.

Restauração, expulsão dos holandeses e descoberta do ouro: nova fase da história colonial brasileira

Após a Restauração da Independência em 1640, a fragilidade do poder português é patente. A Espanha, que demorou mais de vinte anos para reconhecer a independência, apesar de seu enfraquecimento militar e declínio do poder imperial, constituiu-se em ameaça permanente (FURTADO, 1977). Por outro lado, a crescente atividade imperialista, manifestada com a presença holandesa no nordeste brasileiro e a concorrência com a França e Inglaterra minavam recursos e lucros. O esforço e a vitória portuguesa de expulsar os holandeses do nordeste acirraram ainda mais o problema econômico, tendo em vista a perda do monopólio da produção açucareira. Conforme recorda o economista Celso Furtado (1977, pp. 25-26):

Senhores da técnica de produção e muito provavelmente aparelhados para a fabricação de equipamentos para a indústria açucareira, os holandeses se empenharam firmemente em criar fora do Brasil um importante núcleo produtor de açúcar.

Dessa forma, menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil, operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram totalmente novos, e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica.

Portugal foi incapaz de concorrer vantajosamente com o açúcar produzido nos engenhos das colônias holandesas, inglesas e francesas na América Central. Em decorrência disso, instala-se a decadência econômica da sua colônia americana, manifestada na queda considerável da rentabilidade, já que os preços do produto diminuíram à metade no mercado internacional (FURTADO, 1977, p. 53).

Apesar disso, na fase auge da economia açucareira, os portugueses empenharam-se na expansão de seus domínios ao norte, garantindo a ocupação e defesa da área abrangida pela faixa litorânea desde sul da foz do Amazonas. As tentativas de instalação de colônias de povoamento permanente, como o envio de 300 açorianos ao Maranhão nos anos 1620, atestam essas ações expansionistas (FURTADO, 1977, p.66).

Portugal tornou-se, então, um império sem hegemonia, mas garantiu suas “posses territoriais derivadas de sua posição prévia na conquista europeia do mundo” (AGNEW, 2008, p. 208). Esta alteração em seu status geopolítico, de certo modo, alavancou o povoamento do Brasil, onde se encontrava uma das suas principais fontes de poder e riqueza, e estimulou a interiorização da população com a finalidade de se buscar ouro.

Enfim encontrado o ouro no Brasil na virada para o século XVIII, inicia-se uma nova fase da história colonial brasileira, marcada pela expansão econômica e materializada, por exemplo, no Convento de Mafra, cujo projeto foi iniciado em 1717, pelo rei Dom João V. O historiador português Jorge de Macedo (1954) considera que Portugal e Brasil formaram um todo econômico indissociável no século XVIII, caracterizado por produtos como tabaco, madeiras, ouro e diamantes, açúcar, dentre outros. Em suas palavras:

É na dualidade Portugal-Brasil que assenta todo o sistema econômico português do tempo. O movimento do porto de Lisboa era ativíssimo, quer em barcos nacionais, quer estrangeiros. Só nesse porto, no decênio de 1740-1750, entraram e saíram, uma média anual superior a 800 barcos, dos quais, à volta de 300, eram portugueses; deste último número temos cerca da terça parte em ligação direta com o Brasil. Nos seus porões, vinham os referidos produtos que tão procurados eram na Europa (MACEDO, 1954, pp. 83-84).

Inaugura-se também um novo ciclo do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal, onde a emigração portuguesa ganha volume sem precedentes. Na primeira metade do século XVIII, estima-se que a média de entradas anuais de portugueses no Brasil foi de dez mil pessoas (IBGE, 2000). As taxas brutas de emigração sobem e, até 1760, sustentam-se em torno dos 4‰ (RODRIGUES, 2008, p. 284). Com relação à imigração forçada de origem africana, os fluxos para o Brasil também aumentaram significativamente. Estima-se o desembarque de

mais de 1,6 milhão de pessoas no decorrer do século XVIII (IBGE, 2000).

Os emigrados portugueses para o Brasil eram majoritariamente homens, fidalgos, letrados e profissionais liberais, e, em número reduzido, pessoas de camadas mais humildes no contexto metropolitano. Na colônia, a inserção destes imigrantes se dava no desempenho de cargos públicos ou no comércio, além de alguns tornarem-se proprietários e fazendeiros. Destinavam-se, principalmente, às cidades (SERRÃO, 1978).

A nova etapa de prosperidade da economia colonial brasileira tornou o ambiente propício para o desenvolvimento de uma imagem de um Brasil onde era possível o enriquecimento rápido. A ideia de fazer fortuna foi concretizada por poucos daqueles que se dedicavam sobretudo ao comércio. Dentre esses poucos, alguns fizeram a viagem de retorno às suas terras de origem, tendo sido popularmente denominados “mineiros”. Ainda que em número reduzido suas histórias de sucesso e ascensão econômica alimentavam os fluxos de saídas para o Brasil e precederam outro “tipo social” português: o “brasileiro de torna viagem”, a qual teria durabilidade histórica e desdobramentos que se pretende demonstrar (SERRÃO, 1978).

As saídas de Portugal foram centrais na constituição da tendência demográfica negativa que marcou o período. Apesar disso, outros fatores como episódios de aumento da mortalidade por epidemias, guerra ou questões agrícolas também colaboram para o decréscimo populacional do reino (RODRIGUES, 2008).

A mencionada tendência demográfica faz parte de um contexto em que os fluxos de saída do continente cresceram em proporção e números absolutos especialmente nos países sede de impérios coloniais, como Inglaterra, Espanha e Portugal (RODRIGUES, 2008). No contexto do século XVIII, de modo geral, o continente europeu mantém um regime demográfico caracterizado por lento crescimento populacional, conservando características dos dois séculos anteriores e disparidades regionais significativas: apenas a porção oriental do continente cresceu de forma sustentada, alcançando um crescimento populacional de 17% em cerca de um século (RODRIGUES, 2008).

Na conjuntura demográfica de lento crescimento, o aumento da emigração portuguesa acirrou preocupações da coroa com o povoamento da metrópole. O

receio da falta de disponibilidade de mão de obra para o trabalho nas lavouras e do conseqüente aumento dos salários eram preocupações que justificavam a adoção de maiores restrições às saídas ao longo do século. O cerceamento legal à emigração foi realizado por meio das seguintes medidas: lei de 20 de Maio de 1720; alvará de 25 de Junho de 1760; alvará de 10 e de 27 de Setembro de 1765; alvará de 9 de Janeiro de 1792. Nelas, verifica-se a imposição de passaportes visados após investigação judicial e, paulatinamente, abrandamento das penalidades àqueles que pretendiam emigrar sem cumprimento dos dispositivos legais⁸.

Por outro lado, as disputas geopolíticas com a Espanha levaram à formulação e execução de uma política colonial de envio de casais e militares dos arquipélagos dos Açores e da Madeira para diferentes partes do Brasil, mas sobretudo da porção meridional, em meados dos Setecentos (MADEIRA, 1999). A ocupação efetiva passou a ser o objetivo da coroa portuguesa e dos luso-descendentes, os quais “foram esquecendo o meridiano acordado em Tordesilhas” (FERREIRA, 2001, p. 88).

Razões de caráter socioeconômico e natural transformaram a emigração em recurso da população para fuga da miséria em anos de colheitas agrícolas ruins e em casos de catástrofes como terremotos (MADEIRA, 1999, p. 201). O culto ao Divino Espírito Santo, presente em diversas partes do Brasil ainda hoje, ilustra a herança da influência dos casais e famílias açorianas que se instalaram no país⁹.

Direcionados pelo poder régio para assegurar, ocupar e explorar áreas das fronteiras imperiais, tal política garantiu a Portugal a posse do que hoje equivale a Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A ocupação de fato da porção meridional da América portuguesa esteve associada à expressão cartográfica do projeto geopolítico que o reino tencionava levar a cabo e que foi vitorioso nos acordos com a Espanha, principalmente porque neste contexto foi-se afirmando o princípio

⁸ O Museu da Emigração oferece uma sistematização do arcabouço normativo português que intencionava regular e restringir as emigrações. O documento digital encontra-se disponível em <http://www.museu-emigrantes.org/docs/conhecimento/legislacao_emigracao.pdf>. Acesso em 18/05/2015.

⁹ A cobertura dessa celebração feita pela investigadora Lélia Pereira da Silva Nunes revela a dispersão do culto ao Divino Espírito Santo explicado pela emigração açoriana naquele Estado que data do século XVIII.

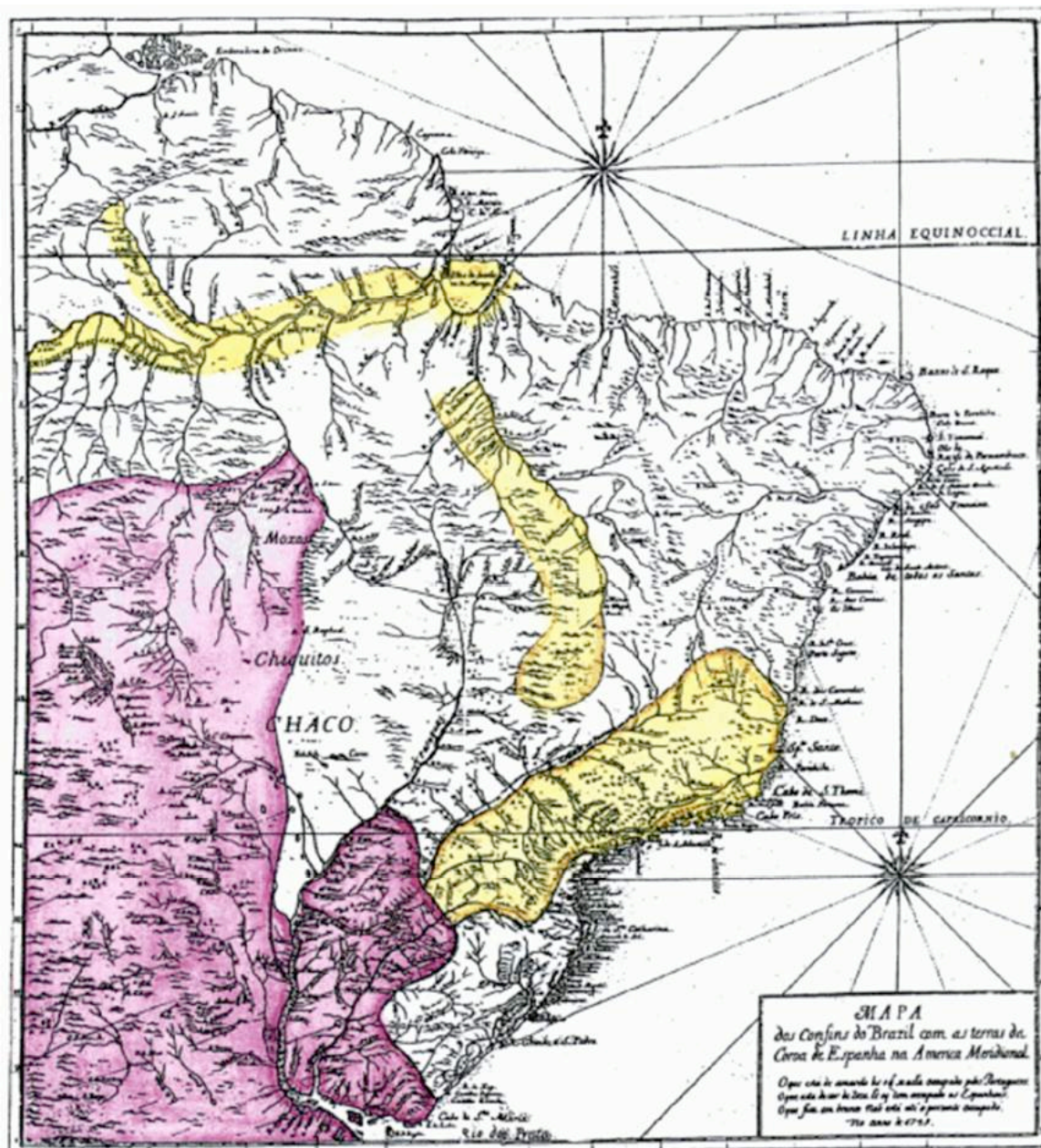
uti possidetis no direito internacional.

A instrumentalização da cartografia neste projeto geopolítico confirma os argumentos de que um mapa pode anteceder a realidade espacial. O mapeamento também cumpre o papel de instigar a administração, a proteção do estado e atualizar a representação de si mesmo. Thogchai Winichakul, especialista em história do sudeste asiático, citado por Benedict Anderson (2008, p. 240):

Um mapa antecipava a realidade espacial, e não vice-versa. Em outros termos, um mapa era um modelo para o que (e não um modelo do que) se pretendia representar. (...) Ele havia se tornado um instrumento real para concretizar projeções sobre a superfície terrestre. Agora era necessário um mapa que respaldasse as reivindicações das tropas e os novos mecanismos administrativos. (...) O discurso do mapeamento era o paradigma dentro do qual funcionavam e serviam as operações tanto administrativas quanto militares.

No Tratado de Madri, de 1750, o “Mapa dos Confins do Brasil com as terras da coroa da Espanha na América”, conhecido como “Mapa das Cortes”, de 1749, foi instrumento de negociações diplomáticas relevantes. Segundo a historiadora Júnia Ferreira Furtado: “o Mapa das cortes foi coligido a partir de vários mapas (...) ele foi feito sob medida para conseguir mais terras na negociação com os espanhóis e traz erros propositais ao situar territórios colonizados por portugueses mais a leste do que estavam” (MARCOLIN, 2014, p. 89). Estes erros de longitude (ver Figura 1), traziam, por exemplo, a Foz do Amazonas e Cuiabá sob mesmo meridiano.

Figura 1 Fac-símile. Mapa dos confins do Brasil com as terras da coroa da Espanha na América, 1749



O “Mapa das Cortes” foi feito sob orientação do diplomata Alexandre Gusmão e exemplifica a instrumentalização da cartografia para fins geopolíticos portugueses na América. Suas distorções propositalmente foram capazes de garantir a posse das terras correspondentes a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como asseguraram o domínio das áreas além do meridiano acordado em Tordesilhas. Em amarelo, foram representadas as ocupações portuguesas, enquanto em rosa estão representados os domínios espanhóis.

Fonte: MACHADO, Lia Osório (coord). **Terra limitanea. Atlas da Fronteira Continental do Brasil**, 2002.

Disponível em <http://www.retis.igeo.ufrj.br/atlas_de_frenteira/atlas1/mapacortes.htm>. Acesso em 20/05/2015.

O sistema migratório luso-brasileiro: algumas considerações sobre os contrafluxos

Durante os séculos XVI, XVII e XVIII, o sistema migratório formado entre Brasil e Portugal configurou-se com o predomínio da vinda de portugueses ao Brasil, acompanhando a construção do império colonial. Todavia, isso não significa que os fluxos do Brasil para Portugal eram inexistentes.

Apesar de pouco expressivos numericamente, os fluxos emigratórios do Brasil para Portugal eram formados sobretudo de pessoas do sexo masculino, pertencentes a elite rural colonial, de ascendência lusa. Eram denominados mazombos. Tais movimentos possuíam sobretudo caráter temporário e finalidade de estudo. Encerravam íntima relação com o fato de que, excetuando-se os seminários teológicos, Portugal proibiu a organização de instituições de ensino superior em suas colônias (ANDERSON, 2008).

O acesso ao ensino superior, portanto, exigia a viagem à Metrópole. Os mazombos frequentavam principalmente o curso de direito na Universidade de Coimbra. De 1601 a 1800, registraram-se 2.135 matriculados. No decorrer destes duzentos anos, a média anual era de 10,7 matrículas de alunos provenientes do Brasil, especialmente da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, muito embora outras origens tenham adquirido relevância no decorrer do tempo, demonstrando a expansão da ocupação portuguesa e a formação do território brasileiro (FONSECA F. T., 1999).

Exemplo dessa experiência típica da classe dominante do Brasil colonial é o caso de Gregório de Matos. Mazombo, nascido em 1633, o conhecido poeta alcunhado “Boca de Inferno” chegou a Lisboa em 1650, dois anos depois, ingressou na Universidade de Coimbra onde ocorreu sua formação em direito e em cânones. Após ter exercido cargos públicos em Portugal, voltou à Bahia em 1680 (PAPAVERO, 2007).

O caso de Gregório de Matos demonstra que as possibilidades de carreira para os descendentes lusos nascidos nas colônias eram menos excludentes do que no Império espanhol, por exemplo. Aos mazombos era possível o exercício de altos cargos na Metrópole. Entretanto, ao longo do tempo, a distinção entre metropolitanos e mazombos foi se instituindo e cristalizando de modo irredutível a cada geração.

Princípios iluministas basearam ideias de que a “ecologia” e o clima

impactavam a formação do caráter e da cultura. Daí, na formulação de “geografias imaginativas” foi se firmando a inferioridade e subordinação daqueles nascidos nas colônias, vistas como lugares inferiores e subordinados à Metrópole (ANDERSON, 2008). Esse desprezo pela gente da terra, conforme a expressão de Darcy Ribeiro (1995, p. 128), era incorporado pelo mazombo, uma vez que ele mesmo “se vexava muito da sua condição de filho da terra, recusando o tratamento de nativo e discriminando o brasilíndio mameluco ao considerá-lo como índio”.

Por outro lado, os mazombos empenhavam-se em evidenciar sua superioridade na sociedade colonial ao destacar sua honra por meio da comprovação de sua riqueza, da posse de terras e escravos, da valorização do fato de serem cristãos velhos. Na hierarquia social da colônia, que, acreditava-se, era reflexo da lei natural e divina, estavam no patamar mais elevado, eram, enfim, a nobreza da terra (PAPAVERO, 2007, p. 134).

O antropólogo Darcy Ribeiro (1995, p. 188) recordou as palavras de Padre Cardim sobre a ostentação desta elite: “enfim (conclui ele) em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa”. Mais uma vez, lança-se mão da experiência biográfica de Gregório de Matos enquanto membro desta elite. Conforme assinala a antropóloga Claude Papavero (2007, p. 172) ao analisar a obra do poeta:

Iravam-no com especial vigor os esforços de ascensão na hierarquia social, tanto de comerciantes portugueses recém-chegados, quanto da crescente população mestiça ou cristã nova, razoavelmente bem sucedida, cujas aspirações ameaçavam o status dos colonos, de sangue limpo, estabelecidos de longa data na capitania. Matos, que não aceitou passivamente desmandos de governadores, tampouco perdoou ascendências cristãs novas, mouras, negras, mulatas ou indígenas a membros conhecidos da sociedade soteropolitana. Taras de origem dos pais, como a prática bem sucedida de atividades manuais ou de vendas a varejo, que despertavam ambições de ascensão social nos filhos enriquecidos, foram ainda denunciadas raiosamente em seus poemas. O poeta expressou sua indignação frente às ambições de uma camada ascendente de população, desejosa de ocupar lugar de destaque na sociedade soteropolitana.

Em suma, as relações entre metropolitanos e mazombos, distanciavam-se na proporção em que os primeiros, recém-chegados, empenhavam-se no enriquecimento e que os segundos viam sua posição na hierarquia social

ameaçada. Tais relações de estranhamento tornavam-se cada vez mais difíceis quando se iniciou a crise açucareira e o posterior ciclo do ouro, já que eram cada vez mais volumosos os fluxos imigratórios de portugueses que, por iniciativa individual e espontânea, buscavam no Brasil colonial melhores condições de vida.

As ondas de imigrantes portugueses, a que se somavam às ondas de africanos escravizados para as terras que posteriormente constituíram o território brasileiro, resultaram na radical transformação da composição étnico-racial da população que aí habitava. O projeto colonial português, num primeiro momento de iniciativa régia, mais do que particular, levado a cabo pelos europeus, com utilização de mão-de-obra africana incorporou o Brasil ao mercado internacional e transformou radicalmente as organizações sociais existentes, culminando na degradação humana de povos indígenas, acometidos por doenças, vícios e marginalização.

Nota-se a hecatombe provocada pelas doenças trazidas pelos colonizadores. As epidemias de varíola em 1562 e 1563 testemunham o decréscimo da população indígena, principalmente. Darcy Ribeiro (1995, p. 143) estimou que a população ameríndia em 1500, na área que hoje corresponde ao território brasileiro, atingia 5 milhões de pessoas. Já em 1600, esse contingente tinha sofrido redução para 4 milhões de habitantes. Em 1700, o decréscimo populacional foi ainda maior, tendo restado 2 milhões de indígenas. Apenas em 1800 é que a população da colônia voltaria aos 5 milhões, contudo, em termos qualitativos relacionados a composição étnica, as diferenças com relação às primeiras fases da colonização eram radicais.

Embora se saliente a componente populacional, o processo migratório evidentemente teve dimensões e consequências muito mais amplas. Nos termos do geógrafo francês tropicalista Pierre Gourou (1984, p.153) *“desde el siglo XVI, por tanto en tan solo tres siglos, la mitad de la superficie de las tierras emergidas (...) ha visto su geografía humana profundamente transformada por las migraciones”*.

Disputas por hegemonia, ascensão britânica e a subordinação de Portugal

Nas lutas pela supremacia no poder econômico-político mundial a Holanda não foi capaz de sustentar por pouco mais de meio século seu status de líder, tendo sido sucedida pela hegemonia britânica, ainda no século XVIII. Desde o fim do século XVII, a acumulação de capital por parte dos holandeses foi sendo acompanhada pelo aumento de sua capacidade de imporem-se no sistema político europeu. Tal fato incentivou os governantes territorialistas a dedicarem mais esforços ao comércio, somados ao empenho em expandir seus territórios e seus súditos, que lhes era característico. Emergiram, assim, Estados simultaneamente territorialistas e capitalistas que constituíram impérios comerciais de escala mundial, utilizando estratégias distintas comumente denominadas “mercantilistas” (ARRIGHI, 1996).

Tendo emergido em 1648, sob a égide da hegemonia holandesa, o Sistema de Westfália significou um novo arranjo mundial de governo em que os Estados soberanos se relacionavam pautados no direito internacional, no equilíbrio de poder e na ausência de autoridade acima deles (cf. ARRIGHI, 1996, pp.43, 47, 53). Mas no período conturbado de disputas de âmbito interestatal e intra-estatal no continente europeu ao longo do século XVII e especialmente na virada do XVIII para o XIX, o sistema westfaliano foi desrespeitado e menosprezado, como demonstram as ações da França napoleônica.

A ampliação da concorrência, das disputas e conflitos entre tais impérios, com destaque para a França e a Inglaterra, foram minando o poderio holandês que, por sua vez, foi abandonando o comércio e especializando-se em financiar tais competições e outras demandas por capital. Mas, de acordo com Giovanni Arrighi (1996, p. 147):

O renascimento territorialista – que, em roupagens mercantilistas, espalhava-se pela Europa – acabou apanhando os holandeses, os quais, sob a pressão dos interesses territorialistas em seu próprio meio, que a Casa de Orange apressou-se em liderar e organizar, foram arrastados para os combates, com consequências desastrosas. Assim, na guerra que decorreu da rebelião norte-americana, os holandeses marcharam com a França contra a Grã-Bretanha. Como a França, porém, as Províncias Unidas nada ganharam com a derrota britânica. Ao contrário, os britânicos retaliaram violentamente e, no correr da quarta Guerra Anglo Holandesa (1781-84), aniquilaram o que restava do poderio naval

holandês, ocuparam o Ceilão, controlado por holandeses, e ganharam acesso às ilhas Molucas.

Como resultado destes acontecimentos, Amsterdam deu lugar a Londres como *locus* das altas finanças na Europa. À medida que o Reino Unido ascendia no comando da economia política mundial, a dependência de Portugal, que já gravitava em sua órbita, aumentava. Desde o século XIII, ou possivelmente antes, a Inglaterra logrou acordos privilegiados com os portugueses, como demonstram documentos de 1298, 1367, 1400, 1453, 1495, 1642, 1654, 1661 os quais conferiam paulatinamente e em grau cada vez maior vantagens comerciais aos ingleses (FREYRE, 1948). Em suas disposições foi sendo outorgado ao Reino Unido o *status* de nação mais favorecida.

Na prática isso significou, dentre outros benefícios, liberdade do exercício do comércio na metrópole e nos domínios lusos, direito de circulação, direito de porte de armas, liberdade de culto e religião, extensa jurisdição extraterritorial (FREYRE, 1948; FURTADO, 1977). Essa dependência e sujeição portuguesa foi estratégia política para garantir sua posição de metrópole colonial, evidenciando as fragilidades da autoridade e a soberania efetiva de Portugal no século XVIII.

O Tratado de Methuen, assinado em dezembro de 1703, consagrou tais prerrogativas uma vez mais ao se admitir a importação e consumo dos produtos têxteis britânicos em Portugal. Por sua vez, esse país, na articulação com a Inglaterra, garantiu à sua produção vinícola taxa alfandegária mínima. Apesar desta aparente vantagem econômica, o livre comércio das manufaturas inglesas nos domínios portugueses minou seus recursos. De acordo com Darcy Ribeiro (1995, p.380):

O âmbito dessa transferência pode ser avaliado em documentação da época, que indica terem alcançado até 50 mil libras semanais os pagamentos portugueses em ouro pelas importações que o reino e o Brasil faziam aos industriais ingleses. Esse ouro contribuiria para custear as guerras contra Napoleão e, sobretudo, para financiar a expansão da infraestrutura industrial da Inglaterra.

Por esse motivo, Celso Furtado (1977) afirmou que no ciclo do ouro, cujo apogeu se deu em meados dos Setecentos, coube à Portugal uma posição de mero entreposto entre Reino Unido e Brasil, oferecendo apenas uma miragem de

riqueza ao Reino. Já para a Inglaterra, o ouro brasileiro impulsionou o desenvolvimento manufatureiro, permitiu ampliação da capacidade de importação, possibilitou acúmulo de capital que tornou o sistema bancário o mais importante do continente. Para o Brasil, por seu turno, o ouro financiou uma expansão demográfica inédita, estruturalmente distinta das anteriores, porquanto marcada pelo predomínio de pessoas de origem europeia.

Se do ponto de vista econômico o tratado de 1703 significou prejuízos à Portugal, em termos políticos ele possibilitou que finalmente se lograsse a estabilidade territorial da América portuguesa. A reafirmação da amizade com a Inglaterra garantiu a posição portuguesa na Conferência de Utrecht (1713-1715), que decidiu o fim da Guerra de Sucessão de Espanha.

Nestas negociações políticas, as articulações de John Methuen e D. Luís da Cunha, garantiram o domínio português entre o Amazonas e o Oiapoque, pois a França foi dissuadida de suas reclamações sobre o direito de navegação no rio Amazonas e sobre a posse da Foz. Além disso, foi assegurado reconhecimento internacional da independência de Portugal desde 1640 e o reconhecimento espanhol dos direitos portugueses sobre a colônia do Sacramento (FURTADO, 1977, p. 34).

Neste período, Portugal tornou-se alvo estratégico nas disputas franco-britânicas. Controlar este império significava ter acesso às matérias-primas vindas de suas colônias e apropriar-se da sua marinha mercante e militar. Nos anos da consolidação da hegemonia britânica e em todo o período marcado por ela ocorreram complexas mudanças econômicas, políticas, tecnológicas e sociais que alterariam profundamente as relações entre o espaço colonial brasileiro e Portugal. Na sequência da perda da colônia britânica norte-americana e dos déficits na balança comercial em relação a Portugal no fim do século XVIII e início do XIX, o Brasil lentamente foi se tornando alvo das ambições do Reino Unido (ARRUDA, 2008).

Ficou evidente para os britânicos que o Brasil era responsável pelo superávit da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra. Tal fato se devia especialmente à produção do algodão, que também alimentavam as indústrias têxteis francesas, sua principal concorrente. Dominar o Brasil, portanto, possibilitaria: 1) obstruir a intermediação portuguesa; 2) ampliar o suprimento de

matéria-prima (algodão) para indústria; 3) atrofiar a emergente indústria francesa; 4) abrir mercado brasileiro aos produtos ingleses manufaturados (ARRUDA, 2008).

Para atingir estes fins, em um primeiro momento, os britânicos incentivaram o contrabando. Ulteriormente, de modo mais direto e agressivo, diante do receio de que Portugal fosse dominado por Napoleão, conjecturou-se a conquista militar do Rio de Janeiro, por volta de 1805 (ARRUDA, 2008). Entretanto, as circunstâncias ditadas pelos franceses, levaram Portugal e Reino Unido a estabelecerem entre si a Convenção Secreta de 22 de outubro de 1807. Dos nove artigos presentes no documento, destaca-se o artigo II, que explicitava o compromisso assumido pelo Reino Unido, textualmente:

“No caso em que Sua Alteza Real o Príncipe Regente se visse obrigado a levar a pleno e inteiro efeito a Sua magnânima resolução de passar ao Brasil (...) estará prompto Sua Magestade Britannica a ajuda-lo n’esta empresa, a proteger o embarque da família Real e a escolta-los à América” (CASTRO, 1857, pp. 241-243).

Além de assegurar a ajuda e proteção à travessia para o Brasil, os britânicos garantiram a Portugal a permanência da dinastia Brigantina no trono (ARRUDA, 2008). Por sua vez, a situação de Portugal sublinhava a fragilidade do império, submetendo-o a fazer concessões de soberania, manifestadamente com o fim do exclusivismo comercial português (ARRUDA, 2008). A este respeito, cita-se o artigo VII do referido documento: “quando o Governo Portuguez estiver estabelecido no Brazil proceder-se- ha à negociação de um Tratado de auxílio e de comércio entre o Governo Portuguez e a Gran-Bretanha” (CASTRO, 1857, p. 247).

Os compromissos acordados neste documento pré-estabeleceram a História futura do Brasil e de Portugal. Como se sabe, finalmente, mudou-se o eixo das relações entre metrópole e colônia, tendo sido sediado o centro administrativo do império na cidade do Rio de Janeiro. Em consequência, houve reestruturação administrativa da colônia, o que culminou em sua elevação à categoria de reino, formando o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. São notáveis igualmente os investimentos em bens públicos e infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro. Aponta-se desde a construção de teatro e instituições de ensino à

pavimentação de ruas, dentre inúmeras outras obras¹⁰.

Outro desdobramento destas alterações de âmbito político e econômico foi o acréscimo populacional na cidade do Rio de Janeiro. A cidade recebeu imigrantes portugueses, vindos com a Família Real, e comerciantes estrangeiros, sendo evidentemente os ingleses os mais numerosos. A presença da Corte no Brasil deu início a um tratamento não-discriminatório aos estrangeiros, estimulando a imigração. Aos ingleses, por sua vez, foram outorgadas especificidades positivas, representadas pela Conservatory Court, na qual um juiz inglês no Brasil tratava segundo a lei inglesa, dos crimes cometidos por ingleses no país.

“Além disso, o então príncipe regente, por meio de decreto de 25 de novembro de 1808, possibilitou a concessão de terras aos estrangeiros residentes no Brasil, da mesma forma, em que, segundo as regras da época, eram concedidas as sesmarias aos portugueses” (RAMOS, 2008, p. 726).

As relações entre um império frágil e uma potência em ascensão manifestaram-se com esta última ora permitindo e colaborando, ora coagindo as ações de Portugal. Daí porque o historiador José Jobson de Andrade Arruda (2008) afirmou que a ação inglesa foi motivo estrutural da mudança da família real para o Brasil e da abertura dos portos do Brasil ao comércio.

¹⁰ Destaca-se também a atração provocada pela cidade do Rio de Janeiro aos portugueses que continuamente para lá emigravam. Tal fenômeno fez com que essa cidade assumisse uma tal dimensão que existe referência do peso significativo que nela assumiu essa nacionalidade. Sobre esse assunto, recomenda-se a leitura do artigo de Rosana Barbosa Nunes, “Imigração portuguesa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX”.

Capítulo 2

Do Concerto da Europa às Rivalidades Interimperiais (1815-1945): espontaneidade da migração portuguesa para o Brasil

Hegemonia britânica da economia política mundial, nova relação entre Brasil e Portugal e seus impactos nos movimentos populacionais

Interesses e interferências britânicas na independência brasileira

Colabora nesta análise a concepção de que o poder circula entre diferentes atores e locais. Ao invés de interpretar a soberania pautada no Estado territorial, prefere-se observá-la como resultado de circulação, negociações, redefinições de poder. Assume-se a ideia de soberania efetiva e regimes de soberania. Isto é, a capacidade dos estados exercerem soberania interna e externa em combinações globais distintas de autoridade e de territorialidade. Esta última diz respeito ao uso estratégico do território com a finalidades organizacionais (AGNEW, 2005; 2009). Partindo de tais pressupostos, John Agnew propõe quatro tipos ideais distintos de regimes de soberania, sintetizados na tabela a seguir:

Quadro 1: Regime de Soberanias

		Territorialidade do Estado	
		Consolidada	Aberta
Autoridade Central do Estado	Forte	Clássica	Globalista
	Fraca	Integrativa	Imperialista

Fonte: AGNEW, John. *Globalization and Sovereignty*, 2009, p. 130.

Ao propor esta tipologia, John Agnew (2005, p. 9) salienta que na prática os estados participam de vários regimes de soberania, combinando de diversos modos autoridade e territorialidade. A soberania, como prática de controle e autoridade política, é uma construção social e manifesta relações de subordinação hierárquica entre diferentes atores geopolíticos. Seus resultados materiais podem ser territoriais e não territoriais (AGNEW, 2009, p. 129).

O Reino Unido, angariando apoios contra as violações napoleônicas ao Tratado de Westfália, logrou sucesso na restauração do sistema com o Tratado de Viena, em 1815. A partir daí, sua capacidade de reorganizar a economia política internacional levou à superação do sistema westfaliano (ARRIGHI, 1996, pp. 52-53). Identifica-se neste momento o início da Ordem Geopolítica do Concerto da Europa (1815-1875), na qual se instaurou a versão westfaliana da soberania do estado, correspondente de maneira ideal a um regime clássico de soberania efetiva, caracterizado por uma autoridade central do Estado forte e uma territorialidade consolidada.

No entanto, este modelo ideal de soberania, quando atingido, conviveu com o regime imperialista, conforme exemplificado pelos impérios coloniais de Portugal, Espanha, França, Holanda, Reino Unido; e com o regime globalista, sob a hegemonia britânica (AGNEW, 2005, p. 446).

Giovanni Arrighi (1996), ao discorrer sobre o que identifica como terceiro ciclo sistêmico de acumulação capitalista, sob a égide britânica, afirma que o Reino Unido implantou um imperialismo de livre comércio. Sublinha-se a compreensão que este país constituiu uma versão do regime globalista, estando no topo das hierarquias entre os estados europeus, no decorrer do período analisado.

Neste novo sistema internacional, o poder dos monarcas foi se deslocando para a coletividade das comunidades nacionais. Tal “democratização” se deu paralelamente a concentração de poder nas mãos de um único Estado: o Reino Unido. Conforme explica Giovanni Arrighi (1996, p. 53):

... o Reino Unido esteve envolvido na política de todas as regiões do mundo, detendo – o que é mais importante – uma posição de comando na maioria delas. Pela primeira vez, o objetivo de todos os Estados capitalistas anteriores – assenhorear-se do equilíbrio de poder global, em vez de ficar a serviço dele – foi integralmente, se bem que temporariamente, realizado pela principal nação capitalista da época.

O controle britânico do equilíbrio de poder global foi gerido por meio do Concerto da Europa. A ele se soma a relevância das altas finanças, formada por um grupo de financistas globais, que também se tornou instrumento da liderança britânica no mundo. Esta dependência de regimes não territoriais de poder ainda

hoje é uma das características centrais do regime de soberania globalista. Tal combinação de fatores levou aos cem anos (1815 a 1914) de paz europeia sobre o qual se debruçou Karl Polanyi (2000).

A compreensão do processo de ruptura política entre Brasil e Portugal, que culminou na independência em 1822, deve considerar esta conjuntura. Nas palavras de Zília Osório de Castro (2006, p.17), tal processo se inicia com:

... a deslocação da Corte para a colônia, onde ficou radicada entre 1808 e 1821, fez do Rio de Janeiro a capital do Império, e criou em Portugal o sentimento de dependência colonial, agravado pelas dramáticas consequências das invasões francesas, ao mesmo tempo que ali desenvolvia a vocação da independência brasileira em consonância com os interesses ingleses.

A independência do Brasil, atribuída como momento fundador na ampla historiografia nacional sobre o tema, foi reconhecida primeiramente pelos EUA, em 1824. Os países europeus, por sua vez, resistiram, já que no Congresso de Viena haviam se comprometido e estavam interessados na defesa do colonialismo.

A Inglaterra envolveu-se como articuladora diplomática e grande intermediária das relações entre Brasil e Portugal nos três anos até o reconhecimento da independência, nos termos dos onze artigos que compõem o Tratado do Rio de Janeiro, de 29 agosto de 1825. Tal como consta no preâmbulo, o mencionado documento:

... reconheceu o Brasil na categoria de império independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e o seu sobre todos muito amado e presado filho D. Pedro por imperador, cedendo e transferindo, de sua livre vontade, a soberania do dito império ao mesmo seu filho e seus legítimos sucessores, e tomando somente, e reservando para a sua pessoa o mesmo título. Estes augustos senhores, aceitando a mediação de Sua Magestade Britânica para o ajuste de toda a questão incidente à separação dos dois estados, têm nomedo plenipotenciários, a saber: Sua Magestade Fidelíssima ao Il.mo Cavalheiro sir Charles Stuart, conselheiro privado de Sua Magestade Britânica... (CASTRO Z., 2006).

As ações britânicas buscaram garantir e aprofundar privilégios políticos e comerciais com o Brasil e assegurar os interesses da dinastia de Bragança, mantendo as já estabelecidas relações amistosas com Portugal. Os britânicos

financiaram a indenização brasileira acordada com Portugal, que tinha dívida contraída junto à Inglaterra. O dinheiro emprestado, desta forma, permaneceu nos cofres de Londres e foi acrescido com os pagamentos do Brasil referentes a serviços da dívida e juros.

Desagradando tanto o Brasil como Portugal, o Reino Unido foi o grande beneficiário do acordo. De qualquer modo, o balanço foi a elevação do Brasil como estado territorial soberano, mas cujo regime de soberania efetiva subordinava-se política e economicamente ao Reino Unido. Por seu turno, Portugal, via seu império ser restringido, fato que evidenciava ainda mais a fragilidade de seu regime imperialista e sua submissão ao regime globalista.

A criação do “homo economicus” e as grandes emigrações europeias transatlânticas

Karl Polanyi demonstrou as implicações sociais da economia de mercado, uma das instituições centrais do século XIX, sustentada pela hegemonia britânica. Ele constatou que a constituição do mercado auto-regulável paralelamente à Revolução Industrial foi acompanhada pela desarticulação social. “Que ‘moinho satânico’ foi esse que triturou os homens transformando-os em massa?”, perguntou-se o historiador, economista e antropólogo húngaro, notando também a devastação da natureza (2000, p. 51).

É neste momento também que adquiriram expressão teorias econômicas, políticas e sociais que enfatizam o ser humano primordialmente como “*homo economicus*”, dotado naturalmente de disposição para trocas das quais pudesse tirar vantagem. Tal postulado seria adotado na elaboração das primeiras teorias sobre população e sobre migrações, delas derivariam as ideias de que ser humano, enquanto ser racional, analisaria as vantagens e desvantagens da migração e decidiria de acordo com o que lhe trouxesse maiores possibilidades de melhoria de condições de vida. Os modelos de atração e repulsão apoiados numa perspectiva de equilíbrio do espaço geográfico e do mercado de trabalho, bem como na primazia do indivíduo na tomada de decisão do ato de migrar daí decorreram.

O famoso artigo “*The Laws of Migration*”, datado de 1885, de autoria do geógrafo e cartógrafo inglês Ernest Georg Ravenstein talvez tenha sido o primeiro

a sintetizar essas ideias liberais no âmbito da compreensão do fenômeno migratório. Partindo da observação das migrações internas no Reino Unido do fim do século XIX, o autor asseverou que, indubitavelmente, o clamor pelo trabalho nos centros industriais e de comércio era a causa primeira das correntes migratórias. As leis da migração expunham as formas distintas em que isso ocorria (RAVENSTEIN, 1885). Apesar de amplamente criticado, os pressupostos basilares deste trabalho ainda se constituem em referências para o debate sobre migrações.

Entretanto, Karl Polany (2000) demonstrou, recorrendo à história e à etnografia, que a propensão às trocas e à busca racional de vantagens materiais não passava de um aspecto subordinado da vida econômica nas sociedades. Assim, formula a crítica à ortodoxia do pensamento liberal:

Uma série de escritores de economia política, história social, filosofia política e sociologia em geral havia seguido na esteira de Smith e estabelecido o seu paradigma do selvagem barganhador como axioma das suas respectivas ciências. Na realidade, as sugestões de Adam Smith sobre a psicologia econômica do homem primitivo eram tão falsas como as de Rosseau sobre a psicologia política do selvagem. A divisão do trabalho, um fenômeno tão antigo como a sociedade, origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia e capacidade individual. A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é quase que inteiramente apócrifa. A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente (POLANYI, 2000, p. 63).

De qualquer maneira, o que se teve foi a transformação da terra e dos seres humanos em mercadorias negociadas no mercado auto-regulável. Esta mudança social alterou a organização da sociedade, transformando o humano em acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 97). Este é o pano de fundo que justifica o porquê do volume de pessoas acrescidas aos sistemas migratórios da fase precedente.

Soma-se a esse contexto o crescimento populacional na Europa. Durante o ciclo sistêmico de acumulação do capital liderado pelo Reino Unido, isto é, da segunda metade dos Setecentos ao início dos Novecentos, a população europeia aumentou de 140 milhões para 450 milhões de pessoas (RODRIGUES, 2008).

Este aumento resulta, dentre outros fatores e levando-se em conta os diferentes ritmos e as variações geográficas do processo, do desenvolvimento da ciência médica, que resultou em queda da mortalidade enquanto permaneceram estáveis as elevadas taxas de fecundidade. Citam-se como exemplos a maior atenção aos cuidados médicos na infância, o desaparecimento da peste, e a diminuição do cólera e da varíola, (RODRIGUES, 2008, p. 327).

Tal incremento demográfico alimentou a emigração europeia em massa, associada à criação de um mercado mundial com a presença de fluxos de capitais, de bens e matérias-primas de longa distância. Os principais irradiadores da população passam a ser os países mais desenvolvidos e que apresentavam maior crescimento econômico, como o próprio Reino Unido, mas que justamente por esse motivo, tinham parcela significativa de sua população lutando para superar a miséria e degradação humana. O início do processo de industrialização correspondeu ao movimento populacional internacional de larga escala (MASSEY, 2003).

Em Portugal, especificamente, o crescimento populacional apresentava-se timidamente até a segunda metade do século XIX. Durante os Oitocentos, a população portuguesa aumenta de quase 3 milhões para 5,5 milhões de habitantes. Pode-se considerar que houve manutenção dos regimes demográficos anteriores, os quais eram marcados por elevadas taxas de mortalidade e natalidade. A este baixo crescimento vegetativo, acrescia-se a emigração. Este regime vai sofrendo alterações à medida que o país vai atingindo maior desenvolvimento econômico. Paralelamente ao crescimento econômico e demográfico, a emigração vai tomando vulto sem precedentes, especialmente a partir de 1870 (RODRIGUES, 2008).

José Maria Eça de Queirós, dos mais notáveis romancistas realistas portugueses, endereçou um Relatório Diplomático Consular ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João de Andrade Corvo, no ano de 1874, no qual reconheceu a emigração como fuga do pauperismo. Entretanto, foi além ao destacar quatro atributos da emigração europeia no século XIX: universalidade, espontaneidade, individualidade e isolamento (QUEIRÓS, 2000).

Eça de Queirós apontou que a emigração do século XIX progressivamente abrangeria classes sociais mais educadas e se estenderia por todos os países e

raças, tendendo à universalidade: “popularizou-se no espírito público”, assegurou (QUEIRÓS, 2000, p.61). A espontaneidade das egressões adivinha de que eram cada vez menos frequentes os movimentos de saída da Europa motivados por guerras, divergências, perseguições e disputas religiosas e políticas; recorda-se que se trata de um período marcado pela estabilidade política e paz no contexto europeu. Por fim, destaca o autor, na condição de diplomata, que esta emigração é individual e isolada, isto é, “o emigrante parte, só ou com a família à sua custa, com utensílios próprios, sem dependências e sem contratos prévios, livre, *self-acting*, e apresenta-se no mundo colonial isolado com o simples recurso da sua força e da sua vontade” (QUEIRÓS, 2000, p. 58).

Emigração portuguesa para o Brasil e o mito do enriquecimento rápido

Neste contexto, o já constituído sistema migratório entre Brasil e Portugal também adquire expressividade numérica. Tratava-se da “fuga de uma população que sofre”, segundo assinalou Eça de Queirós (2000, p.16). Com a ruptura política entre Portugal e Brasil, os deslocamentos deixaram de integrar-se ao projeto imperial português para se tornarem manifestações de “distorções do desenvolvimento capitalista dependente”, como observou Miriam Halpern Pereira (1981, p. 16). Emigrar tornou-se empreendimento espontâneo e individual sem apoio do país de origem, que pelo contrário, buscava conter as saídas mediante políticas de emigração restritivas.

No início do século XIX, o aumento da imigração portuguesa no Brasil foi provocado pela mudança da família real. No período de 1808 a 1817, por exemplo, entraram no Brasil cerca de 24 mil portugueses. Após a independência, a tendência foi a ampliação dos fluxos. Na segunda metade dos Oitocentos, mais de 80% da população que deixava Portugal estabelecia-se no Brasil. Estimativas dão conta de que em 1856 e 1857, a média anual ultrapassou oito mil imigrantes portugueses (IBGE, 2000). Depois da Guerra do Paraguai (1864-1870), precisamente na última década do século, registrou-se mais de 15 mil imigrantes por ano, perfazendo um total de mais de 316 mil entradas de portugueses no Brasil (IBGE, 2000).

A população emigrada de Portugal era sobretudo jovem, solteira, do sexo

masculino e saída de zonas rurais. Porém as diferenças entre os sexos e a proporção de menores foi sendo alterada, com uma tendência a diminuição ao longo dos anos, especialmente devido a reunificação familiar (RODRIGUES, 2008). Apesar de ser possível identificar esse perfil, é preciso chamar atenção à multiplicidade de situações que a emigração oitocentista portuguesa abrangeu: atravessou grupos distintos, em circunstâncias sociais diversas, incluiu decisões individuais de um lado, decisões familiares de outro, contou com redes sociais que envolviam amigos, parentes, agências de recrutamento, dentre outras inúmeras condições (ALVES, 1994).

A historiografia é vasta na menção ao mito do enriquecimento fácil e rápido que o Brasil poderia oferecer, presente na sociedade portuguesa do século XIX. Havia de fato uma ânsia por ascensão social relâmpago, que seria permitida pela emigração e alardeada de diversas maneiras no retorno, desejo sempre presente nos projetos migratórios de então. Consensualmente, sabe-se que o número de retornados era pequeno comparativamente ao número de egressos. Sobre esse assunto, vale citar a transcrição do retrato da comunidade portuguesa traçado pelo consulado de Manaus no início do século XX:

Uma vez fixado no Brasil, portanto, o português, especialmente o que vive com certa independência, desfruta regular posição no comércio, exerce qualquer cargo público ou ostenta as honrarias da Guarda Nacional, constitui geralmente família, integrando-se na sociedade brasileira, sendo raros os que regressam à pátria (...) Assim a olvida quando se vê num meio aonde a vida lhe é relativamente mais fácil, a ponto de deprimi-la com referências e alusões pouco honrosas para quem as emite, não sendo a menor levandade classificá-la de terra miserável (ALVES, 1994, p. 250).

Alguns autores estimam, porém, que o retorno chegou a atingir cerca de 40% (ALVES, 1994). A maior parte regressava pobre e com a saúde deteriorada, alguns voltavam em situação econômica de nível médio, que lhes permitia uma vida remediada, e, por fim, uma minoria retorna com a posse de fortunas. Estes últimos faziam o possível para afirmarem-se pessoalmente, buscando prestígio social e ostentando suas riquezas.

Esse mito, transformado em projeto migratório por muitas pessoas, tem origens no período da descoberta do ouro no Brasil, mas foi intensificado através da figura daqueles emigrantes que retornavam à sua terra de origem em

condições econômicas e sociais distintas e melhores do que aquelas deixadas. Denominados como “brasileiros”, estes emigrantes de “torna viagem” simbolizavam que a emigração poderia significar mobilidade social ascendente. Nas palavras de Joel Serrão (1970, p. 604):

a experiência quotidiana de ‘brasileiros’ de torna-viagem, enriquecidos no comércio (e nunca na meação da exploração agrícola), permanecia incentivo local à saída, conquanto o destino de muitos que passaram a abandonar o Reino não pudesse ser outro além da prestação de serviço braçal nas fazendas.

Em um Portugal onde triunfava o liberalismo político econômico, no qual instaurava-se a Monarquia Constitucional (1820-1910)¹¹, o território ia sendo modernizado com a instalação de telégrafos, ferrovias, indústrias, promovendo certo crescimento econômico e alterando hábitos tradicionais e rurais (BASTOS, 2014). Mas tais transformações, dotadas de imensas fragilidades estruturais, não teriam sido possíveis sem os capitais dos emigrantes.

Em áreas ao norte do país, das quais é emblemático o caso do município de Fafe, localizado na região minhota, os emigrados foram responsáveis pela construção de escolas, asilos, hospitais, jardins, passeios públicos, residências com arquitetura diferenciada das tradicionais, além de terem instalado indústrias, especialmente têxteis. O historiador Miguel Monteiro (2004) indica que de 1860 a 1930 o emigrante do Brasil criou uma nova Fafe, marcada por original configuração urbana e por uma nova paisagem arquitetônica. As especificidades dessas construções são assim descritas pelo historiador:

... são caracterizadas por uma arquitectura e decoração de “gosto brasileiro” e “Arte Nova”, onde sobressaem as águas furtadas e os andares assotados. As frontarias são lisas e rebocadas a branco ou com graciosos azulejos onde predominam as cores amarela e verde. As varandas reduzem-se a uma pedra linear com guardas de ferro forjado ou fundido e as fachadas, com guias de pedra, verticais, a toda a altura do edifício, completam com as clarabóias a decoração destas construções, símbolos do Brasil que acolheu os emigrantes de Fafe no século XIX (MONTEIRO, 2004, p. 38).

Além das residências ostentatórias e das ações de filantropia

¹¹ O triunfo do liberalismo resultou dos movimentos que caracterizaram a Revolução do Porto, contexto que estimulou a decisão pelo regresso da Corte Portuguesa a Portugal em 1821. Dentre outros desdobramentos dessa revolução, cita-se a formulação da primeira Constituição Portuguesa, em 1822.

características destes “brasileiros de torna-viagem”, destaca-se igualmente uma maneira de viver própria. Tinham hábitos que negavam ou se contrapunham a sua origem social pobre, ligada a pequena propriedade agrícola. Adotaram como costume a realização de constantes viagens entre Portugal e Brasil, onde instalavam-se principalmente em Manaus e no Rio de Janeiro, envolvendo-se sobretudo nos negócios da borracha e no comércio, respectivamente. Enviavam os filhos para estudar no estrangeiro, especialmente na França, Bélgica e Suíça, viajavam pela Europa, usavam roupas cosidas em costureiros renomados, frequentavam os melhores teatros (MONTEIRO, 2004).

Vista ora com simpatia ora com desprezo em Portugal, essa imigração de retornados do Brasil no século XIX deixou consideráveis marcas na cultura portuguesa em suas mais diversas manifestações, por exemplo na literatura. Em nota introdutória ao texto de Eça de Queirós (2000), Isabel Pires Lima chama atenção às farpas por ele publicadas, em que ironizava o estereótipo romântico destes “brasileiros”, sublinhando os defeitos, que incluíam: grosseria, mau gosto, exibicionismo, sandice, ignorância, dentre outros atributos. Diria o autor que o “brasileiro” é “o português dilatado pelo calor” (QUEIRÓS, 2000, pp. 17-18). Zomba ele, ainda:

Há longos anos o Brasileiro (não o brasileiro brasílico, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil) é entre nós o tipo de caricatura mais francamente popular (...) grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grilhão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto (...).

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro. O trabalho tão santamente justo, lembra nele, com riso, a venda da mandioca numa baía de Pernambuco; o dinheiro, tão humildemente servido, recorda nele, com gargalhadas, os botões brilhantes nos coletes de pano amarelo (Eça de Queirós op. cit. MONTEIRO, 2004, p. 45).

Foto 1



Hospital de São José, pertencente à Santa Casa da Misericórdia, foi inaugurado em 1863. A construção do edifício foi financiada por “brasileiros” que em Fafe dedicaram-se à filantropia. Trata-se de uma réplica do Hospital da Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro.
Local: Fafe, Portugal **Foto:** Aline Lima Santos **Data:** 21/07/2014

Foto 2



Palacete cuja construção foi concluída em 1912, financiado pelo “brasileiro”, João Alves de Freitas, emigrante português que se dedicava ao comércio em Manaus. Atualmente abriga o Arquivo Municipal de Fafe. Dentre inúmeras características arquitetônicas singulares, observa-se a presença de clarabóias e palmeiras imperiais.
Local: Fafe, Portugal **Foto:** Aline Lima Santos **Data:** 21/07/2014

Foto 3



Com a fachada recoberta com azulejos nas cores do Brasil, este é mais um edifício emblemático da arquitetura de “brasileiros” em Fafe. Foi construído em 1882 e abriga o Club Fafense.

Local: Fafe, Portugal **Foto:** Aline Lima Santos **Data:** 21/07/2014

Sarcasmos à parte, toda essa materialidade herdada por Portugal, nos dias atuais, constitui patrimônio admirável para a sociedade portuguesa e brasileira. O município de Fafe exemplifica tais contribuições, como testifica o Hospital de São José (ver Foto 1), o Arquivo Municipal (Foto 2) e o Club Fafense (Foto 3), dentre inúmeros outros edifícios que constituem o patrimônio arquitetônico da cidade. Tais contribuições levaram o historiador Daniel Bastos (2014, p. 13) a afirmar: “o regresso ao torrão de origem trouxe consigo um espírito burguês empreendedor e filantrópico marcado pela fortuna”.

Os “brasileiros de torna-viagem” desempenharam um importante papel social, econômico e político, transformaram paisagens e colaboraram para o desenvolvimento de seu país de origem.

É de se destacar que esta fase da emigração portuguesa, e europeia de modo geral, contou com avanços técnicos e organizacionais significativos, em especial na última metade do século XIX. As melhorias incluíam incrementos da velocidade, regularidade, organização e informação dos transportes e das comunicações.

A disponibilidade de crédito e a posição política britânica nas disputas por poder foram fundamentais para a indução da expansão da indústria britânica de

bens de capital, especialmente a indústria siderúrgica que diante da sua enorme produção buscou mercados fora do território britânico. A conversão do capital em mercadorias foi acelerada. Investia-se sobretudo em transportes terrestres e marítimos. O acréscimo técnico ao meio geográfico, representado principalmente pelas ferrovias, deu-se paralelamente ao processo de mecanização da indústria têxtil. As exportações britânicas de ferro, aço e maquinarias cresceram vertiginosamente, articulando interesses de empreiteiras, siderurgistas, banqueiros, empresários, etc. O resultado foi a enorme expansão capitalista no decorrer do século XIX (ARRIGHI, 1996, pp. 164- 165).

Na experiência migratória, isso significou o encurtamento do tempo das viagens, a melhoria das condições dos navios e o barateamento das passagens, tornando a emigração mais suportável econômica, física e emocionalmente (LEITE, 1991). A este respeito, Eça de Queirós, em relatório já referido, afirmou:

... um escritor francês tem razão quando diz que na realidade a causa da emigração é a descoberta do vapor. A primeira facilidade é toda subjetiva – está no homem, é o menor receio que o universo inspira. Os países distantes, mais conhecidos pelos estudos de geografia, pelos livros de viagens, pelos jornais, pelas comunicações de comércio, não inspiram nada do antigo horror. O homem está familiarizado com a terra; mares a atravessar, regiões novas a habitar, desertos, guerras de indígenas não parecem, como outrora, semelhanças da morte. (...) A ciência, a organização naval domina o mar: os naufrágios são raros, os transportes são excelentes, largos, são, ventilados, limpos, higiênicos, por interesse das companhias e sob os regulamentos dos governos. Nos portos de embarque, as administrações locais por interesse, os governos por dever, as associações por filantropia têm criado todas as facilidades: o emigrante é alojado a preços mínimos, tratado nas enfermidades, protegido nos contratos, fornecido de utensílios, de víveres, de roupas; e tudo está previsto, desde o preço da passagem até à ponte movediça em que há-de embarcar do cais para o vapor (...). A emigração torna-se assim um acto fácilimo, acessível aos mais tímidos (QUEIRÓS, 2000, pp. 106-107).

Tais alterações técnicas, organizacionais e de velocidade decorrentes do desenvolvimento e difusão da industrialização expressaram-se nas rotas marítimas entre Portugal e Brasil. Talvez a mais emblemática transformação tenha sido o processo de substituição dos veleiros por vapores. Ao discuti-lo, o professor de história econômica portuguesa, Joaquim da Costa Leite (1991, p. 749) citou o cônsul de Portugal em Recife em 1845, Joaquim Baptista Moreira,

que afirmou: “os vapores são ingleses e os navios à vela são portugueses”. Na década de 1870, ficou evidente a incapacidade dos portugueses de absorção da nova tecnologia naval, enquanto crescia a quantidade de naus estrangeiras que faziam as rotas destinadas ao Brasil.

Particularmente com relação ao Brasil, Gilberto Freyre (1948) também destacou os muitos navios ingleses que faziam rotas entre o Brasil e outros países. Além disso, chamou atenção aos investimentos britânicos no país, os quais envolviam a construção de estradas de ferro.

O geógrafo, historiador e político Caio Prado Júnior, por sua vez, apontou como herança deixada pelo Império à República (1889) o aparelhamento técnico do território brasileiro. Em 37 anos, contados a partir de 1852, quando do estabelecimento das estradas de ferro, foram acrescentados 9.000 km de ferrovias e, em 1889, cerca de 1500 estavam em construção. Uma rede de telégrafos de aproximadamente 1.000 km também foi outro legado ao que se somou uma incipiente industrialização no setor de manufaturas têxteis (PRADO JÚNIOR, 1994, pp. 198-197).

Emigração e imigração no Brasil: a construção da identidade brasileira

A elite brasileira emigrante para Portugal

Uma vez mais, sublinha-se que apesar do predomínio dos fluxos migratórios egressos de Portugal para o Brasil, não se pode desconsiderar a existência de pessoas emigradas do Brasil para Portugal. Há grande dificuldade de mensurar o contingente populacional brasileiro que habitava em Portugal nos Oitocentos, sobretudo porque a legislação brasileira, após a independência, nacionalizou os imigrantes que não declararam seu desejo de manterem-se como estrangeiros no país, como se observará mais cuidadosamente adiante. Assim, muitos portugueses retornados a Portugal podem ter se declarado como brasileiros ou como portugueses, de acordo com o julgamento do que lhes seria mais vantajoso em suas circunstâncias pessoais.

De qualquer maneira, o recenseamento português de 1890 registrou 5.307 nacionais brasileiros residentes em Portugal, o que correspondia a 0,1% do total dos habitantes do país. Cerca de 80% dos imigrantes em Lisboa eram espanhóis e brasileiros, sendo estas as comunidades estrangeiras mais numerosas (RODRIGUES, 2008). Os fluxos de brasileiros para Portugal eram ainda substancialmente constituídos por filhos da elite que iam estudar nas Universidades e Escolas portuguesas.

A prática conferia e/ou afirmava o *status* social do indivíduo, bem como permitia o contato mais próximo com ideias europeias, supostamente “modernas” e “avançadas”. João Paulo Pimenta (2008) ao recorrer a trabalhos como o do primeiro- secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen, ou do diplomata Manuel de Oliveira Lima, ilustra como as ideias sobre a civilidade europeia se constituíram em verdadeiros mitos no imaginário nacional brasileiro.

Elementos destas interpretações, dotados de teores pseudocientíficos, consolidaram-se, apesar de os avanços recentes nas pesquisas e discussões sobre o tema evidenciarem os conflitos e as complexidades presentes no processo da independência e sua fase subsequente. Francisco Adolfo de Varnhagen, tendo estudado no Real Colégio Militar da Luz, em Lisboa, e Manuel de Oliveira Lima, formado em letras na Faculdade de Lisboa em 1887, são representantes desta elite ilustrada que desempenhou papel relevante no futuro político do país, tornando-se agentes da modernização de cima para baixo, tal como interpretou José Murilo de Carvalho (1996).

Europa como modelo e imigração como remédio ao “medo branco”

As características do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal no decorrer da ordem geopolítica do Concerto da Europa deram-se paralelamente à construção deliberada da identidade e da nacionalidade brasileira, na qual a relação com os portugueses foi essencial. Cita-se, por exemplo, a Constituição de 1824, que estabelece em seu artigo 6º, item IV, que eram cidadãos brasileiros:

Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência (BRASIL, 1824).

Sublinha-se, igualmente, no Tratado do Rio de Janeiro de 1825, o estabelecimento de uma disposição que seria renovada sucessivamente até os dias atuais, presente no artigo 5º:

Os súbditos de ambas as nações, portuguesa e brasileira, serão considerados e tratados nos respectivos estados como os da nação mais favorecida e amiga; e seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos; ficando entendido que os actuais possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacífica dos mesmos bens (CASTRO Z., 2006, p. 51).

Neste e em outros documentos foi se formulando e se consolidando um discurso geopolítico positivo acerca' das relações Brasil – Portugal. Também o imigrante português no Brasil foi sendo construído oficialmente menos como alteridade e mais como ascendente, povo com o qual se tinha laços familiares. Isso se firmou a despeito dos fatos econômicos, políticos, diplomáticos e do antilusitanismo que marcou as relações entre estes países e seus povos em distintas fases desde a independência.

A isso se somam os marcantes eventos políticos e econômicos com desdobramentos mundiais, dentre eles a Independência dos EUA (1775-1783), a Revolução Francesa (1789-1799), a Revolução Haitiana (1791-1804) e a Revolução Industrial, do período do fim do século XVIII e início do XIX. Tais episódios históricos estiveram imbuídos de princípios que abalaram a organização social em distintas partes do mundo, inclusive no Brasil colonial. Ressalta-se que, na sequência destes acontecimentos, a independência brasileira foi galgada em momento de sérias dificuldades econômicas, que incluíram a inflação e o empobrecimento da população urbana, para financiar o déficit do recém-nascido governo imperial (FURTADO, 1977).

Caracterizada pelo profundo abismo social existente entre as elites dominantes e as classes subordinadas, a estratificação social do Brasil nesta fase de transição política acumulou tensões sociais que se manifestaram em inúmeras tentativas de insurreições, levantes, inconfidências. O ódio do pobre negro, ao

rico branco, da qual a Revolta dos Malês (1835) é exemplo, e o desprezo e opressão desse último ao primeiro; as incompatibilidades entre empresários nativos e estrangeiros; a aversão dos brasileiros aos comerciantes portugueses, como evidenciado pela Revolução Praieira de Pernambuco (1847-1848), igualmente expressaram os reclamos por reorganização social no Brasil.

Especialmente a ameaça de autodeterminação dos negros no Brasil, provocou no início do século XIX o “medo branco”, baseado no pavor/pânico provocado pela ideia de perda dos privilégios adquiridos pelos brancos no decorrer da fase colonial. Decorreu daí o aprimoramento da questão racial como arma política, para produção de uma estrutura social hierárquica racializada, na qual os brancos ocupam posições mais altas e são agentes de dominação dos não-brancos (SCHUCMAN, 2012).

Em outros termos, receosos de perder sua posição privilegiada nesta reordenação social, a elite dominante tratou de combater brutalmente todas as tentativas de algum modo revolucionárias. A formulação de um discurso de irmandade com relação aos portugueses foi uma estratégia utilizada para manutenção da ordem, tal como explicou Darcy Ribeiro (1995, p. 300):

Nessas circunstâncias, é compreensível que os mais brancos e os privilegiados terminassem por se convencer de que seus interesses eram coincidentes com uma independência formal monárquica e lusófila, porque só está estava armada com o velho aparato repressivo e era essencialmente solidária com o latifúndio e a escravidão.

Recorda-se que o discurso geopolítico é compreendido como as regras e recursos conceituais com as quais as elites políticas, em contextos históricos específicos, espacializam a economia política internacional em lugares, povos e disputas, produzindo “geografias imaginativas” tal como explicaram Agnew & Corbridge (1995, p.48) e Said (1990). Neste sentido, a elite produtora da historiografia brasileira do fim do século XIX e início do século XX procurou destacar o Brasil como resultado da ação civilizadora portuguesa e europeia, a qual teria atingido seu ápice, tendo construído um país independente, civilizado e promissor.

Ideologicamente buscando aproximações com a Europa, o país adotou um regime político distinto dos demais países independentes americanos. A

“monarquia tropical” era vista como elemento de superioridade em relação aos outros Estados territoriais do continente. O Brasil afastava-se, deste modo, de seus vizinhos de antiga colonização espanhola, vistos como anárquicos e selvagens (SANTOS L. C., 2005)¹².

Paralelamente, a classe dominante brasileira atuava na desqualificação de negros e indígenas, utilizando-se de discursos raciais, sustentados por uma suposta superioridade biológica dos brancos e euro-descendentes, aditada à superioridade cultural já consolidada desde o discurso geopolítico civilizacional anterior. O Brasil, assim, apartava-se dos povos autóctones e, igualmente, empreendia esforços para subjugar socialmente os negros (SCHUCMAN, 2012).

Mais uma vez, vale enfatizar o papel do mapa como instrumento conformador do modo como o Estado imaginou seu domínio (ANDERSON, 2008). O Atlas do Império do Brazil, datado de 1868, é um exemplo de como os contornos cartográficos podem ser frutos de uma imaginação territorial datada, cuja intenção é atender a “interesses nacionais”, isto é, interesses daqueles localizados no topo da hierarquia social estabelecida. O autor, Cândido Mendes de Almeida, pertencente à nobreza imperial brasileira, apresentou como razão de ser da obra a instrução dos filhos da pátria e também dos “estranhos”. Em seu espírito liberal, afirma o autor:

“He mister que dos dons que possuimos instruamos nossos semelhantes que vivem em outras regiões, para que também conosco permutem os que lhe couberam em sorte e de que temos necessidade; ou venhão ajudar-nos a colher a nossa herança, se houver restoulhar. Felizmente podemos acolher com os braços bem abertos todos os que nos demandarem: tão inexoráveis são as riquezas do nosso solo. Façamos, se possível, cada vez mais conhecidas as nossas formosas plagas, convidemo-los de um modo cortez e animador, a virem auxiliar-

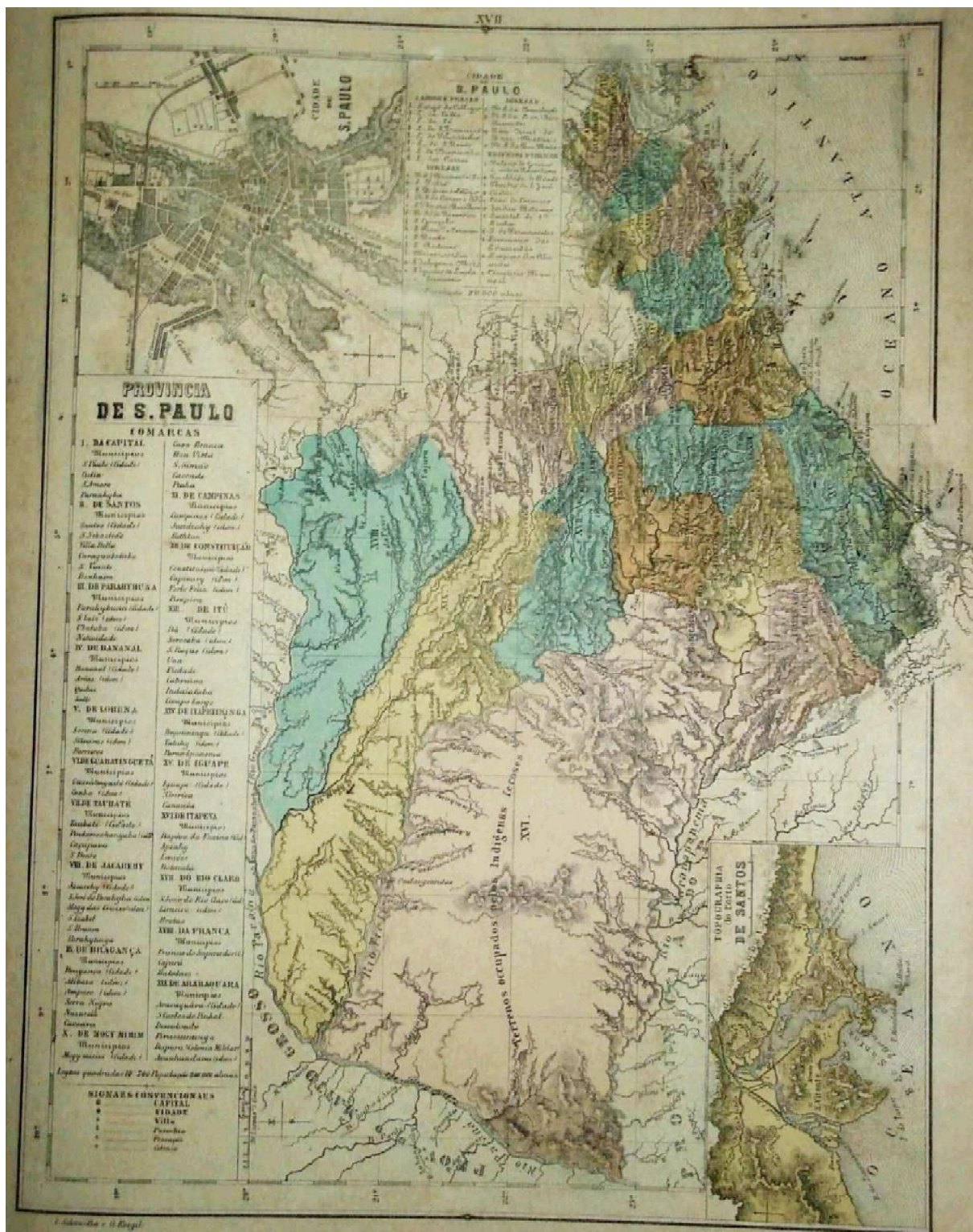
¹² O cientista político e ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, afirmou a este respeito: “A monarquia foi a base da especificidade e da identidade internacional do Brasil no século XIX, no âmbito das Américas: um império em meio a repúblicas; uma grande massa territorial de fala portuguesa que permaneceu num mundo hispânico que se fragmentava, tendo no hemisfério norte os Estados Unidos da América, que se expandiam territorialmente. Por isso, no século XIX, em razão da nossa inserção na América do Sul, ser brasileiro era ser não hispânico. Nesse sentido, o Brasil recriou com a especificidade da escala continental a singularidade linguística e sociológica que, na Europa e na península Ibérica, caracterizaram historicamente Portugal. A percepção de que ser brasileiro era também ser latino-americano só surge mais tarde, na República, como aponta Euclides da Cunha” (LAFER, Celso. Relações Brasil-Portugal: passado, presente, futuro, 2003, p.72).

nos no amanho deste grande e opulento patrimônio” (ALMEIDA, 1868, p. 07).

Em tempos de conflitos entre vizinhos sul americanos, expressos na Guerra do Paraguai (1864-1870), evidentemente que o convite realizado por Cândido Mendes de Almeida não era endereçado a todos os estrangeiros, mas sim àqueles considerados aptos para o auxílio à modernização do grande território representado, nomeadamente os europeus. Compatível com tal chamada aos estrangeiros, o material cartográfico apresentado sobrepõe às áreas geográficas a natureza dos humanos aí habitantes, concebendo a população ameríndia como “indígenas ferozes”, tal como é possível observar no mapa da Província de São Paulo (ver Figura 2).

O exemplo demonstra que o advento do Império foi mais um passo na consolidação do indígena enquanto alteridade na construção da identidade brasileira. De modo mais amplo, isso era um aspecto da produção de um construto ideológico no qual os brancos impuseram sua raça como paradigma normativo padrão, isto é, formularam a branquitude, conforme argumenta a psicóloga social Lia Vainer Schucman (2012). Utiliza-se o termo “raça” em sua acepção social e política, resultado de tentativas de classificação da diversidade humana segundo ideias biológicas equivocadas, mas que, tendo sido desenvolvidas desde o século XIX, serviram para “diferenciar, hierarquizar e localizar os sujeitos em nossa sociedade” (SCHUCMAN, 2012, p. 15).

Figura 2: Mapa da Província de São Paulo, 1868



Fonte: ALMEIDA, Cândido Mendes. Atlas do Império do Brazil, 1868, p. 17.

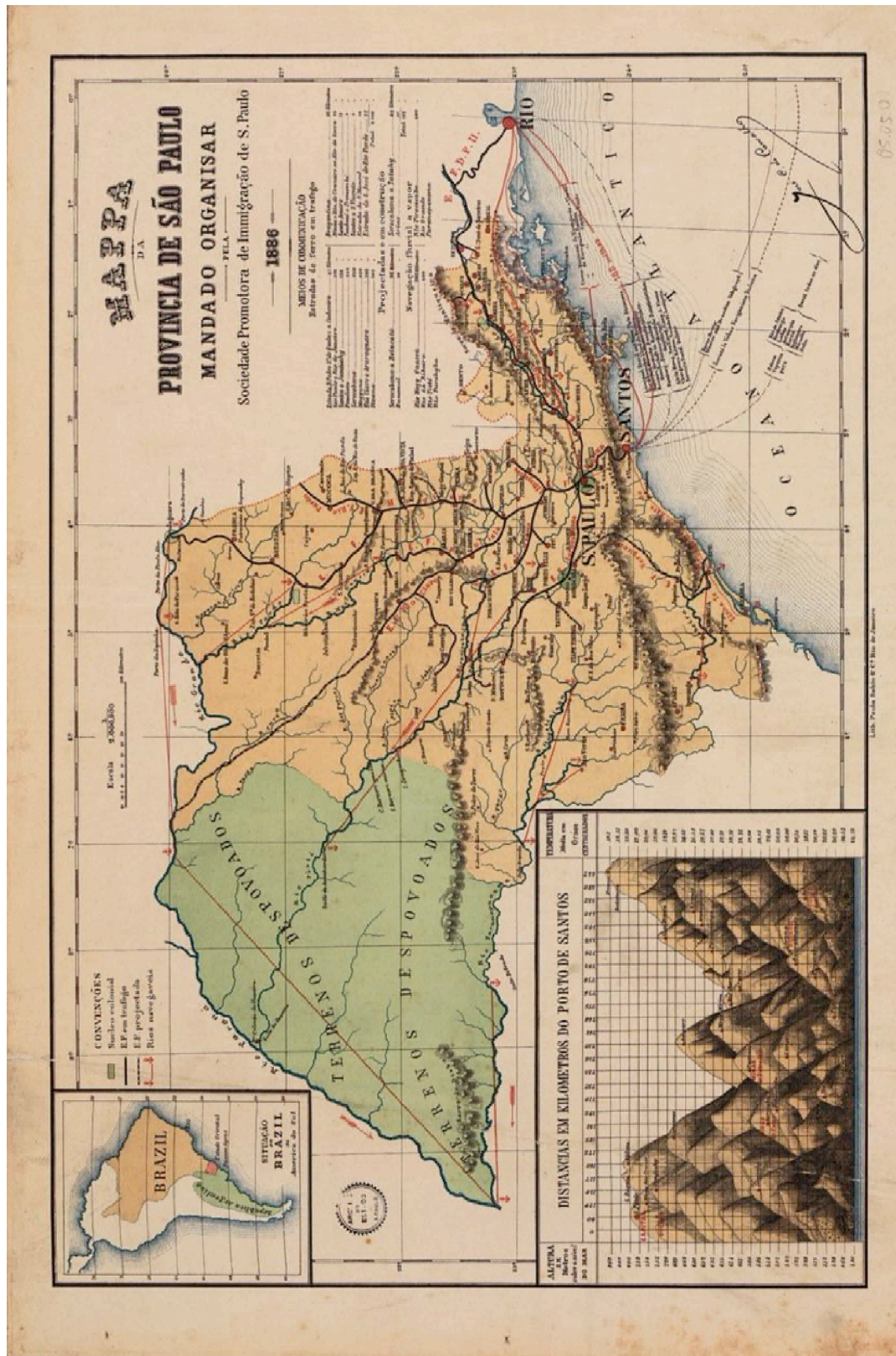
O estabelecimento da branquitude ressaltou tanto a superioridade cultural como biológica, em um ambiente marcado pela miscigenação, e resultou na estratificação social brasileira baseada em aparência, *status* social e fenótipo. A localização dos sujeitos nesta hierarquia racial permite maior ou menor acesso aos recursos de ordem material e simbólica (SCHUCMAN, 2012). Mas esta construção ideológica talvez não teria o sucesso preservado nos dias atuais caso, simultaneamente, não fosse acompanhada de estratégias para evitar conflitos sociais de conteúdo racial.

Assim, instaurou-se o louvor à mestiçagem como elemento essencial da identidade brasileira. A dita “democracia racial” também foi propalada, assumindo-se possibilidades de “branquização social ou cultural” dos negros e outros não-brancos, configurando o que Darcy Ribeiro (1995) identificou como racismo assimilacionista, de conteúdo fortemente patriarcal. O viajante austríaco Joseph Hormeyer (1824-1873), ao viajar para Porto Alegre nos anos 1850, produziu um livro subsidiado pelo governo imperial brasileiro que permite exemplificar a produção desse discurso, no qual observou:

“era notável através do tempo que os portugueses e seus descendentes fossem os senhores mais brandos de escravo, e isso valia em especial para os brasileiros, onde reina entre senhores e escravos uma relação verdadeiramente patriarcal” (Hormeyer op. cit. ZUBARAN, 1999, p. 22).

A associação da branquitude e do racismo assimilacionista no Brasil do século XIX atingiu diferentemente negros e indígenas. Enquanto aos primeiros ainda resta a “branquização”, os últimos foram literalmente apagados do mapa. A intenção de expropriar os indígenas de suas terras com o intuito de expandir cafezais e modernizar o território brasileiro, faria com que as “áreas ocupadas por indígenas ferozes” passassem a ser representadas cartograficamente como “terrenos despovoados” (ver Figura 3).

Figura 3: Mapa da Província de São Paulo, 1886



Fonte: Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo, Mapa da Província de São Paulo, 1886.

Conforme já mencionado, à luz do espírito iluminista e do positivismo científico, intelectuais europeus garantiam as implicações geopolíticas decorrentes das distintas “raças”. Valendo-se da naturalização, isto é, da representação do ser humano nos termos de processos e fenômenos naturais, um entendimento evolutivo dos povos foi se afirmando, inspirados na obra “A origem das espécies” de Charles Darwin, publicada em 1859. Com essas bases, distinguiram-se os povos imperiais dos povos colonizados, colocando os europeus como superiores, pela sua suposta aptidão natural (AGNEW & CORBRIDGE, 1995; IANNI, 1987).

Esse novo discurso geopolítico naturalizado lançou mão também, juntamente com os mapas dos recenseamentos, como instrumentos de conformação do Estado territorial e da identidade nacional. Após a independência, foi realizado o Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Conforme a tendência observada nos censos realizados na segunda metade dos Oitocentos em distintas partes do mundo, à construção de classificações étnico-raciais foi somada a quantificação sistemática (ANDERSON, 2008).

Foram registrados dez milhões de habitantes no território do Brasil Império, de proporções continentais, distribuídos por 21 províncias. Dos residentes no país, quase 4% eram estrangeiros (382.116 pessoas), os grupos mais numerosos eram formados por pessoas provenientes do continente africano e de Portugal, que juntos perfaziam quase 79% dos imigrantes. Os portugueses somavam 125.876 pessoas, isto é, 33% dos estrangeiros. Ressalta-se a composição étnica da população residente no Brasil registrada pelo Censo de 1872: aqueles que se declararam “pardos ou pretos” representaram quase 58% da população, enquanto os que se consideravam “brancos” corresponderam a 38% (CEDEPLAR, 2012).

Tais eram as características demográficas brasileiras em uma fase de início de superação da crise econômica que marcou os primeiros decênios do Brasil independente. O café firmava-se como principal produto da pauta de exportação brasileira e mostrava-se promissor e lucrativo (FURTADO, 1977). Isso ocorria em uma conjuntura de aumento de preços no mercado internacional, decorrente da crise enfrentada pelo Haiti e do aumento da procura pelos EUA que sendo grandes consumidores de café, buscavam produtores diferentes daqueles diretamente dominados pelos ingleses, como as Índias Ocidentais, por exemplo

(PRADO JÚNIOR, 1994, p. 160). Adaptado às condições ecológicas e tendo à sua disposição ampla possibilidade de incorporação de terras para a produção, em áreas próximas ao Rio de Janeiro, o café foi elemento fulcral na transferência em definitivo do eixo econômico- político do país para a região sudeste.

Os proprietários rurais produtores de café se consolidaram socialmente como classe dominante no decorrer do Império. A escravidão permanecia, mas foi se tornando cada vez mais difícil defendê-la de modo claro, prevalecendo atitudes e opiniões ambíguas e contraditórias. De qualquer maneira, a ameaça latente da população escrava era mencionada repetidamente e a necessidade de formação de uma população homogênea foi se esboçando. Caio Prado Júnior (1994, p. 144) sintetiza essa interpretação ao citar as palavras do Primeiro Ministro do Brasil independente, José Bonifácio de Andrada e Silva, que afirmou:

“É tempo de irmos acabando gradualmente até os últimos vestígios da escravidão entre nós, para que venhamos a formar em poucas gerações uma nação homogênea, sem o que nunca seremos verdadeiramente felizes. É da maior necessidade ir acabando tanta heterogeneidade física e civil; cuidemos pois, desde já, em combinar sabiamente tantos elementos discordes e contraditórios, em amalgamar tantos metais diversos para que saia um Todo homogêneo e compacto, que se não esfarele ao pequeno toque de qualquer nova convulsão política”.

Passados 28 anos da independência, foi estabelecido o fim do Tráfico Negreiro (1850), muito em decorrência das pressões diplomáticas e militares do Reino Unido. A impossibilidade de importação de pessoas escravizadas gerou declínio populacional deste estrato social brasileiro, abalando a organização da sociedade escravocrata (PRADO JÚNIOR, 1994).

Apesar disso, a postura reacionária das elites logrou impor-se e o avanço para a completa abolição da escravidão se fez muito lentamente, com recursos que visavam protelar o inevitável, mediante concessões sempre parciais, manifestados na Lei do Ventre Livre (1871) e na Lei dos Sexagenários (1885). Com poucos resultados concretos, o grande efeito dessas leis foi o controle das pressões emancipatórias.

Mas os interesses e esforços abolicionistas foram adquirindo cada vez mais força, conquistando o fim da escravidão em 1888, com a promulgação da Lei Áurea. Essa lei dispõe, em seu artigo primeiro, que “é declarada extinta a

escravidão no Brasil” e, em seu artigo segundo, que “revogam-se as disposições em contrário”, sendo este todo o conteúdo do documento, aparentemente curto e simples, mas repleto de relevância para história brasileira (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 182).

Os desdobramentos da Lei Áurea significaram a transformação estrutural do regime de trabalho no Brasil. Ela seria o gatilho para alteração dos valores sociais atribuídos ao trabalho, muito embora isso demoraria algumas gerações. De primeira, seus impactos incluíram o acesso dos negros a “bens simbólicos” como o ócio e a recreação (RIBEIRO D., 1995).

O comerciante inglês John Luccock, que em 1809 registrou sua viagem ao sul do Brasil, escreveu a respeito de escravos libertos: “pode bem ser que os pretos achem excessivo um trabalho diminuto; (...) Quando se encontra algum deles vadiando à toa e se lhe aconselha a tomar qualquer serviço, a resposta mais comum é: ‘Eu já ganhei meu dia’” (Luccock op. cit. ZUBARAN, 1999, p. 28). Esta espécie de testemunho colaborou no processo de desqualificação da força de trabalho dos negros, característico da elaboração do discurso geopolítico naturalizado, mas a ação descrita comprova também as baixíssimas ambições materiais desta parcela da população, fruto do sucesso da “inculcação de valores que limitavam ao extremo o número de coisas desejáveis e apropriadas à condição humana que ele (o negro) se atribuía” (RIBEIRO D., 1995, p. 398).

Na sociedade brasileira escravocrata, a lassidão e a ociosidade eram recursos simbólicos essencialmente destinados aos brancos e proprietários de terra. Esclarece-se portanto a relevância desta nova possibilidade aos negros, cuja função social de trabalhar e exercer qualquer atividade que fosse necessária ao senhor de terras, não lhe trazia qualquer benefício material e/ou moral. Por isso, sancionada a abolição, aumenta a resistência dos negros libertos e da população nativa, de maneira geral, a submissão à fazenda. A subordinação ao trabalho era vista como tolhedora da liberdade. Seu engajamento como trabalhador agrícola assalariado foi preterido a favor da economia de subsistência nos arredores dos centros urbanos e nas áreas mais interiorizadas do país.

Entretanto, a necessidade de trabalhadores para a produção cafeeira era irrefutável desde a extinção do tráfico negreiro. A população negra diminuía e envelhecia, o que decorria da impossibilidade de reposição por meio da imigração

forçada e do baixo crescimento vegetativo que lhe era característico. Apontava-se como solução a imigração europeia, elaborando-se uma nova etapa da política populacional brasileira. Conforme relata o Sr. José Henriques Ferreira, cônsul português em Pernambuco, em carta ao Marquez de Loulé, datada de 1857:

A extinção do tráfico da escravatura foi um golpe no rápido e progressivo engrandecimento do Brazil que, não tendo outros braços produtores senão os dos escravos, se não tinha preparado para esta falta. Com a mortalidade natural, a simples falta de importação de escravos trazia ao Brazil uma notavel diminuição em seus productos agrícolas, mas à natural cresceu a extraordinária da febre amarela e cólera; sente-se portanto já uma falta consideravel de braços agrícolas, que augmenta de dia para dia.

O governo do Brazil conhece o mal e prevê o cataclysmo a que ele póde conduzir o império, razão por que se esforça em promover por todos os meios a colonização (op. cit. PEREIRA, 1981, p. 141).

Povoar o gigantesco território brasileiro, com uma população branca, útil ao trabalho na produção cafeeira e na formação e consolidação de uma classe média moderna eram as intenções assumidas. Tal política, dotada de claros objetivos demográficos e econômicos, foi se desenvolvendo ao longo do século XIX, incluindo ações públicas e privadas de atração de europeus, como a propaganda, o subsídio às passagens e a fixação dos imigrantes nas fazendas, sob regime de parceria.

O proprietário de fazenda de café, Senador Nicolau de Campos Vergueiro, idealizou esse sistema de povoamento, introduzindo em sua propriedade, por iniciativa pessoal e recursos próprios, famílias vindas da Europa entre 1847 e 1857. O sucesso deste empreendimento foi imitado em distintas partes de São Paulo (PRADO JÚNIOR, 1994).

Mas predominava ainda, em meados dos Oitocentos, no patronato brasileiro uma mentalidade tipicamente escravocrata, desvalorizadora do trabalho e do trabalhador. Transferiam-se aos imigrantes europeus formas de tratar análogas àquelas com as quais se tratavam os escravos, caracterizadas pela violência física e moral, precariedade econômica e vulnerabilidade social.

Ademais, as rivalidades dos nacionais com os estrangeiros ainda não tinham sido controladas, sendo bastante ameaçadoras aos últimos. A isso se

somam as falsas promessas a que estavam sujeitos os imigrantes e os contratos pouco claros e muitas vezes falaciosos que, assinados no país de origem, de nada serviam no Brasil. Em 1859, o Ministro de Estado Honorário e Embaixador de Portugal na Corte do Império do Brasil, Sr. Conde de Thomar, escreveu ao Sr. Duque da Terceira denunciando a situação de penúria enfrentada por muitos portugueses recém chegados à ex-colônia:

Apresentam-se diariamente á porta da legação de Sua Magestade um grande número de portuguezes infelizes, pedindo uns esmola, outros passagem para Portugal e alguns mesmo para Angola. Pertence a máxima parte d'estes infelizes a classe de iludidos com as fallazes promessas de grandes fortunas, apenas chegados a este imperio.

...Socorro a alguns com esmola, que comportam as minhas pequenas forças financeiras, mas declaro a v. Exa., que este estado é demasiado violento para um representante de Sua Magestade...

...Não me atrevo a propor meio nenhum ao governo de Sua Magestade, mas reclamo uma providencia para fazer desaparecer dos olhos do público este estado lamentoso, principalmente em um paiz que por ter sido nossa colônia, não deve presenciar tão grandes miserias e desgraças (PEREIRA, 1981, pp. 151-152)

Em um primeiro momento, o foco das políticas de povoamento do território destinava-se a atração dos imigrantes europeus não portugueses, preferencialmente povos de origem saxã do leste do continente. Isso porque as relações entre a elite brasileira e os antigos colonizadores do país ainda não haviam encontrado uma harmonia estável. A classe privilegiada no Brasil acataria em alguma medida a emergente teoria da superioridade ariana, que colocavam os portugueses como exemplos de “degeneração latina”, assinalados pela indolência (ZUBARAN, 1999).

A relação com as pessoas imigrantes provenientes de Portugal, portanto, era marcadamente ambígua e contraditória. Na relação entre brasileiros e portugueses os conflitos variaram em intensidade durante o Brasil Império e o Brasil República, mas eram fortemente influenciados por questões de classe e por períodos de crescimento ou abrandamento de tensão social, decorrentes de conjunturas políticas e econômicas. O imigrante português apresentava diversas facetas. Sendo julgado de diferentes formas, conforme a situação em que se encontrava e o papel que assumia - ora aparecia como “trabalhador” ora como

“explorador” ou “sugador” (LOBO, 2001, p. 29).

Algumas vozes, que posteriormente viriam prevalecer, destacavam os portugueses como sendo os imigrantes ideais, tal como advogou Silvio Romero, dentre outros intelectuais da época, que chamavam atenção às proximidades culturais e à história compartilhada (SCHNEIDER, 2011). A este respeito o cônsul português em Pernambuco, em 1857, documenta sua opinião ao mesmo tempo que relata a situação:

Os colonos que melhor podem aproveitar, máxime ao norte do Brazil, são incontestavelmente os portuguezes, tanto do continente com do archipelago açoriano; são estes que mais se identificam com a população brasileira, de quem são parentes, e de quem têm a mesma língua e religião, talvez os únicos que lhes podem substituir um dia os braços africanos, por se acharem já habituados aos grandes calores do nosso estio, que não são aqui excedidos pelo sol do tropico. Os brasileiros sensatos estão penetrados d’esta verdade, mas o governo, que também a não desconhece, não tem força, principalmente fora da orla marítima, para garantir aos colonos sua segurança e fortunas, para as quaes olha a canalha como para cousa que lhe pertence, porque, dizem ele, o Brazil é seu, e tudo quanto possui o estrangeiro lhes é roubado (op. cit. PEREIRA, 1981, p. 141).

Diante do exposto, é de se esperar que a inserção do imigrante europeu, particularmente o português, enquanto trabalhador assalariado no Brasil tenha sido acompanhada de conflitos. Incidentes diplomáticos, denúncias e reclamos da imprensa europeia colaboraram para melhorar as condições dos imigrantes no Brasil e, em alguns momentos, reduzir a atração dos fluxos que só iriam se consolidar após abolida a escravidão (RIBEIRO D., 1995).

No caso específico da emigração portuguesa para o Brasil, ressalta-se os esforços políticos realizados para sua contenção e as tentativas de redirecioná-las para colônias africanas¹³. Mais uma vez, o depoimento e a opinião do cônsul português, Sr. José Henriques Ferreira, é revelador da conjuntura, afirmou ele:

Eu não me oporia á emigração para o Brazil, se visse que os portuguezes eram aqui bem acolhidos e tratados como merecem os serviços que lhe vem prestar e a necessidade a que vem

¹³ A crise política que Portugal enfrentava e as graves crises econômicas que o assolavam fizeram nascer o debate em torno da questão: “qual o destino da emigração portuguesa traria mais vantagens?”. Equacionar as colônias da África, muito especialmente Angola, e o Brasil, foram objeto de análise de vários clássicos que nessa época abordaram o problema, como Oliveira Martins, por exemplo.

ocorrer; porém os brasileiros são ingratos, e assentam que ainda fazem aos portugueses favor, quando lhes roubam suas fortunas e lhes poupam as vidas. Eles conhecem a necessidade que têm de nossos braços, as vantagens que tiram da nossa emigração, mas não o querem confessar e nos pagam com ódio e perseguição. Esta ingratidão da parte de um povo que tudo nos deve, reclama de nós uma justa represália, que está na simples recusa de nossos braços, os quaes tão vantajosamente podemos aproveitar em nossas colônias da Africa (PEREIRA, 1981, pp. 141-142).

Essa opinião foi veementemente refutada por outros políticos e intelectuais portugueses, como Oliveira Martins, e Afonso Costa. Argumentava-se que enquanto as colônias africanas ofereciam principalmente oportunidades em atividades agrícolas aos emigrados portugueses, a natureza do movimento para o Brasil era sobretudo comercial-industrial. Isso se ratifica observando-se a concentração destes imigrantes no Rio de Janeiro, apesar de os portugueses constituírem a nacionalidade mais dispersa no território brasileiro (COSTA, 1911).

O caráter mais rentável das atividades desenvolvidas pelos portugueses no Brasil culminava no envio de remessas importantes à economia portuguesa. Além disso, notava-se as já consolidadas relações comerciais luso-brasileiras, as quais dificilmente seriam superadas pelas colônias africanas em um horizonte de curto prazo. Salientava-se, igualmente, os riscos e prejuízos econômicos decorrentes para Portugal, caso o Brasil se “desaportuguesasse” (COSTA, 1911).

Brasil e Portugal: desacerto de interesses nos movimentos populacionais

No último quartel do século XIX a realidade da imigração no Brasil mudou sobremaneira. As políticas de subsídio e propagandas foram instauradas de forma mais organizada e honesta, a segurança havia aumentado e a hostilidade frente aos estrangeiros diminuía.

As novas condições dos imigrantes no Brasil mereceram elogios de Eça de Queirós (2000, p.108), que apontou a distinção do país na veiculação de uma publicidade que exaltava as forças produtivas do solo. Também assinalou o autor: “no Brasil (...) a tranquilidade política tem deixado todo o vagar da paz ao comércio e à agricultura; à segurança individual é maior, à justiça mais imparcial; não há hostilidade contra os estrangeiros, nem contra as diferentes religiões”

(QUEIRÓS, 2000, p. 142).

Apesar disso, o descompasso de interesses de Portugal e do Brasil com relação aos movimentos populacionais persistiram. Portugal, seguindo sua tradição, impunha medidas restritivas às migrações. Dentre as restrições, obrigava a apresentação de passaporte nas saídas do país; estabelecia, para emissão de passaportes, a comprovação anterior de contrato de trabalho ou pagamento da passagem; cobrava fiança dos homens jovens de 14 aos 25 anos de idade; exigia autorização dos maridos para a emigração das mulheres casadas (PEREIRA, 1981, pp. 100-101).

Na prática, essas medidas resultaram em uma rede de recrutamento clandestino de emigrantes, que envolviam negócios lucrativos como a falsificação de passaportes, o oferecimento crédito, dentre outras atividades. A historiadora e socióloga portuguesa Maria Baganha (1991, pp. 728-729), ao analisar a dimensão da clandestinidade, indica que houve variações circunstanciadas entre o período de 1855 a 1930. No decênio iniciado em 1855, a taxa de clandestinidade provavelmente manteve-se por volta dos 5%, de 1890 a 1900 subiu para 13 a 15%, caindo para 7% no período de 1911 a 1930. Fatores como o serviço militar obrigatório, as elevadas taxas militares e a morosa burocracia são considerados pela autora citada na constatação do perfil da emigração clandestina: trata-se sobretudo de homens jovens.

A existência da volumosa emigração portuguesa clandestina era sintomática da efetividade da aplicação das leis e do funcionamento das instituições. Havia uma postura oficiosa, tolerante e flexível com relação a emigração. Portugal, enquanto país capitalista dependente e subdesenvolvido, passava a experimentar os benefícios econômicos decorrentes das saídas de pessoas de seu território, sintetizados nas remessas enviadas do exterior. Com intuito de manter a entrada desses capitais, foram sendo criados obstáculos administrativos para evitar a egressão de famílias completas, daí as autorizações dos maridos exigidas às mulheres casadas, por exemplo. De fato, a fragmentação geográfica da família tanto sustentava o envio de remessas, como era fator moderador de tensões sociais, já que o desenvolvimento econômico do país ocorria muito lentamente (PEREIRA, 1981).

O crescimento da emigração portuguesa pode ser avaliado observando o

número de emigrantes por mil habitantes. Se entre 1855 a 1864 foi estimada uma taxa de 20,1 emigrados a cada mil habitantes, em 1890 a taxa foi de 56,2; já no período de 1901 a 1911 ela atingiu o pico de 75,9, decrescendo a partir de então, chegando a 52,5 entre 1921-1930 (BAGANHA, 1991, p. 735). O resultado foi envelhecimento populacional em Portugal, despovoamento de algumas áreas, especialmente no interior, e feminização da população. Diante destas desvantagens, sobrava o consolo das remessas, cuja importância financeira era geograficamente desigual, mas que para o conjunto da economia portuguesa tornou-se uma fonte de divisas imprescindível.

A historiadora portuguesa Miriam Halpern Pereira (1981) chamou atenção para a estabilidade dos fluxos de capitais enviados pelos emigrados no período de 1896 a 1924. Constituindo-se em uma fonte segura de divisas para Portugal e cumprindo papel importante na balança de pagamentos do país, esses envios culminariam na monetarização da vida na zona rural, permitiam investimentos em terras, em construções, dentre outros usos. Nota-se, desta forma, a centralidade do câmbio brasileiro para a vida do emigrado, para a situação de sua família em Portugal e para a situação econômica do país, de modo mais geral.

Em suma, assistia-se a ambiguidade da política de emigração portuguesa: de um lado insiste-se na tradicional repressão às saídas, de outro, tolera-se a emigração clandestina. Contemporaneamente, o Brasil formulou, organizou e efetivou uma política deliberada de incentivo a vinda de imigrantes. O papel desempenhado pela Sociedade Promotora da Imigração da Província de São Paulo (1886-1894) foi fundamental. Tratava-se de uma sociedade sem fins lucrativos, formada por cafeicultores pertencentes ao cenário político-econômico paulista e nacional, que atuou na gerência e administração das verbas públicas destinadas à imigração.

Além de contar com a atuação de iniciativa privada, as leis brasileiras no final do século XIX foram generosas com os estrangeiros. A Constituição Republicana de 1891, por exemplo, ampliou a definição dos cidadãos brasileiros, incorporando dentre eles, conforme disposto no artigo 69, § 4º, §5º e §6:

4º) os estrangeiros, que achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem;

- 5º) os estrangeiros que possuem bens imóveis no Brasil e forem casados com brasileiros ou tiverem filhos brasileiros contanto que residam no Brasil, salvo se manifestarem a intenção de não mudar de nacionalidade;
- 6º) os estrangeiros por outro modo naturalizados (BRASIL, 1891).

E, no que se refere aos direitos, a mesma Constituição de 1891 declarou a igualdade entre nacional e estrangeiro, chegando a supressão do passaporte. Segundo consta no documento:

Art.72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no paiz a inviolabilidade dos direitos concernentes á liberdade, á segurança individual e á propriedade, nos termos seguintes:

§ 10 - Em tempo de paz qualquer pessoa pode entrar no território nacional ou dele sair com a sua fortuna e bens, quando e como lhe convier, independentemente de passaporte.

Nota-se claramente a adoção de princípios liberais, bem como a visão do imigrante europeu como recurso populacional para desenvolvimento econômico. Aderia-se e corroborava-se com a visão eurocêntrica do mundo. Conveniente tanto para o continente americano como para a Europa, fato que se expressa na relação Brasil-Portugal, estes movimentos populacionais foram compreendidos como fato da “moderna atividade econômica” e “força civilizadora”, para utilizar termos de Eça de Queirós que afirmou “um publicista inglês disse com razão que não há vício no velho mundo que se não torne virtude no novo” (2000, p. 122).

Rivalidades interimperiais e imigrações no Brasil: do liberalismo ao nacionalismo

Declínio britânico e ascensão estadunidense no comando da economia política mundial e os movimentos populacionais europeus

Conforme exposto, a configuração do sistema migratório estudado estabelecida no decorrer da Ordem do Concerto da Europa iria adquirir volume na Ordem das Rivalidades Interimperiais (1875 a 1945). É preciso, porém, salientar algumas especificidades do funcionamento da “sociedade de Estados” nesta etapa da economia política internacional.

A Ordem das Rivalidades Interimperiais inicia-se na sequência da crise de 1873, explicitada pela quebra da Bolsa de Viena, seguida pela de Nova Iorque, acompanhada pela crise agrária e considerada a primeira crise do capitalismo verdadeiramente internacional. A crise atingiu profundamente as economias industrializadas europeias e os EUA. Falências de pequenas e médias empresas, aumento de custos da produção industrial, queda de sua rentabilidade, queda de preços, superprodução de mercadorias, redução de salários, desemprego e aumento de tensões sociais foram algumas de suas consequências diretas e indiretas (CURVO, 2011).

A resposta encontrada pelos países industrializados no decorrer da Grande Depressão de 1873-96 foi o acirramento da competição intercapitalista e a intensificação das disputas interimperiais, que se manifestou explicitamente por meio da corrida armamentista. Inicia-se, neste momento, o declínio do poder hegemônico britânico, ao passo que os EUA ascendem lentamente no comando do regime de acumulação capitalista.

O Reino Unido passou por duas décadas de estagnação econômica (1873-1896), apesar do crescimento industrial (CURVO, 2011). Enquanto isso, a Alemanha recém-unificada (1871) e os EUA adotaram posturas protecionistas e centralizadoras, deslocando as relações intercapitalistas da esfera das empresas para a esfera da intervenção dos Estados (ARRIGHI, 1996).

Isso se refletiu no desenvolvimento de parques industriais competitivos, baseada no caso alemão, na “racionalidade tecnológica” que buscava primordialmente eficiência técnica e, no caso estadunidense, em inovações organizacionais que promoveram integração vertical das empresas, via planejamento e administração. Diante de tais transformações as indústrias e empresas britânicas, que garantiam o poder britânico e se caracterizavam por sua “racionalidade pecuniária” em busca de lucros, foram superadas prejudicando a posição de liderança do Reino Unido (ARRIGHI, 1996).

Soma-se a este processo as pretensões expansionistas alemãs na conquista de seu suposto espaço vital. Para conter o avanço germânico elevaram-se os custos de defesa dos impérios europeus, particularmente do império britânico. Esta conjuntura ofereceu as condições para que os EUA deixassem de ser principalmente devedores e se tornassem sobretudo credores em relação ao

Reino Unido. Conforme Giovanni Arrighi (1996, p. 278), ainda no início da Primeira Guerra Mundial, em 1915:

“grande parte dos equipamentos necessários só podia ser fornecida pelos Estados Unidos, e sua compra deu início à erosão dos direitos britânicos à renda produzida nos Estados Unidos, bem como à acumulação de direitos norte-americanos sobre as receitas e ativos britânicos”

Em suma, na Ordem das Rivalidades Interimperiais, assiste-se ao declínio da hegemonia britânica e a ascensão dos EUA como potência mundial. Do ponto de vista da soberania efetiva, no período de 1875 a 1945 consolidou-se o regime clássico e imperialista em detrimento do regime globalista (AGNEW, 2005).

A isso se adiciona uma tendência ao enfraquecimento da vitalidade do pensamento e das políticas liberais. Com efeito, especialmente no leste europeu, a depressão econômica promoveu o sentimento nacionalista, que foi fortalecido e encontrou um ‘bode expiatório’ para explicar os problemas nacionais: os bancos estrangeiros e os judeus (CURVO, 2011). Desenvolve-se, no lugar dos ideais liberais, um movimento de cerceamentos chauvinistas ao comércio, investimento e migração. Retraíram-se paulatinamente os movimentos internacionais de mercadoria, capital e trabalho, que ficou bastante evidente no período entre guerras (1914-1945).

De fato, a emigração europeia entra em fase de limitação (MASSEY, 2003). As dificuldades impostas ao transporte no oceano Atlântico justificam em parte a diminuição dos fluxos populacionais no período da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945). No caso português, os movimentos emigratórios decaem significativamente nas fases de conflito mundial. Se nos primeiros treze anos do século XX saíram regularmente em média 41 mil pessoas por ano do país, durante a Primeira Guerra saem em média 19 mil; já de 1939 a 1945, saem aproximadamente 8.450 (ARROTEIA, 1983, p. 21).

A diminuição dos movimentos populacionais de saída da Europa se dá apesar da continuidade do crescimento demográfico no continente. Interessa pontuar que de 1850 para 1950 a Europa, que tinha 276 milhões de habitantes passa a ter mais de 547 milhões, o que representava cerca de 25% da população mundial coeva (ONU, 1999; 2013). O decréscimo da mortalidade, especialmente a infantil, continuou como grande responsável por este aumento, apesar da

relevância de fatores como aumento paulatino da escolaridade e progressiva queda da fecundidade, dentre outros. Portugal, segue a tendência do continente e continua crescendo em ritmo lento. Se em 1900 o país era habitado por 5,4 milhões de pessoas, em 1950 sua população chega a 8,4 milhões (ONU, 2013; RODRIGUES, 2008).

As relações Brasil – EUA, um novo projeto de nação para o Brasil e a promoção das migrações internas

A despeito do conturbado contexto internacional no período abrangido pela Ordem das Rivalidades Interimperiais, o Brasil conheceu, como anteriormente dito, uma fase de expansão do progresso material e das forças produtivas. Assim, fortaleceu sua participação no mercado mundial na condição de exportador de matérias-primas tropicais e alimentos. Os mercados aos quais se destinavam os produtos brasileiros se alargavam diante do crescimento populacional europeu e, principalmente, americano (FURTADO, 1977; PRADO JÚNIOR, 1994).

Os EUA, desde o início do século XIX despontavam como um dos principais mercados consumidores. Em 1860, o país tornou-se o principal comprador das exportações brasileiras. Simultaneamente, ascendeu na hierarquia da ordem geopolítica internacional fundamentando-se em um discurso de solidariedade continental, tecendo ideias e ações pautadas no panamericanismo.

Por meio da afirmação da doutrina Monroe (1823), sintetizada na ideia de “América para os americanos”, os EUA posicionaram-se contrariamente ao colonialismo europeu no continente americano. Essa seria a pedra angular da sua política externa e traria impactos profundos à economia e às relações políticas do Brasil, especialmente após a Primeira Guerra Mundial¹⁴.

Antes do conflito o Reino Unido era a maior fonte de capital financeiro do

¹⁴ O geógrafo Antônio Marcos Roseira (2011), ao estudar a projeção do Brasil na América do Sul, mostra que, no fim do século XIX e início do século XX, o panamericanismo tornou-se uma expressão da emergência os EUA como potência mundial e tendeu a incentivar iniciativas de cooperação multilateral no continente. Diante das resistências da elite brasileira em estreitar os relacionamentos regionais, a política externa brasileira, personificada n’o Barão de Rio Branco, acabou por valorizar principalmente uma “aliança não escrita” com os EUA. A proclamação da República (1889), porém, fez com que os vizinhos americanos, em especial da América do Sul, aparecessem pela primeira vez no discurso oficial brasileiro. Essa aproximação se desenvolveria lentamente, buscando superar o isolamento brasileiro por um lado e constituindo-se no embrião de uma consciência regional sul americana capaz de minimizar a fragmentação do subcontinente.

Brasil, o maior fornecedor de mercadorias importadas, que incluíam carvão mineral, tecidos de algodão e lã, trilhos e locomotivas, dentre outras manufaturas. A isso adiciona-se o papel britânico enquanto maior investidor estrangeiro. O capital era aplicado especialmente em ferrovias, telégrafos, comércio, bancos e companhias de utilidade pública (GARCIA E. V., 2002).

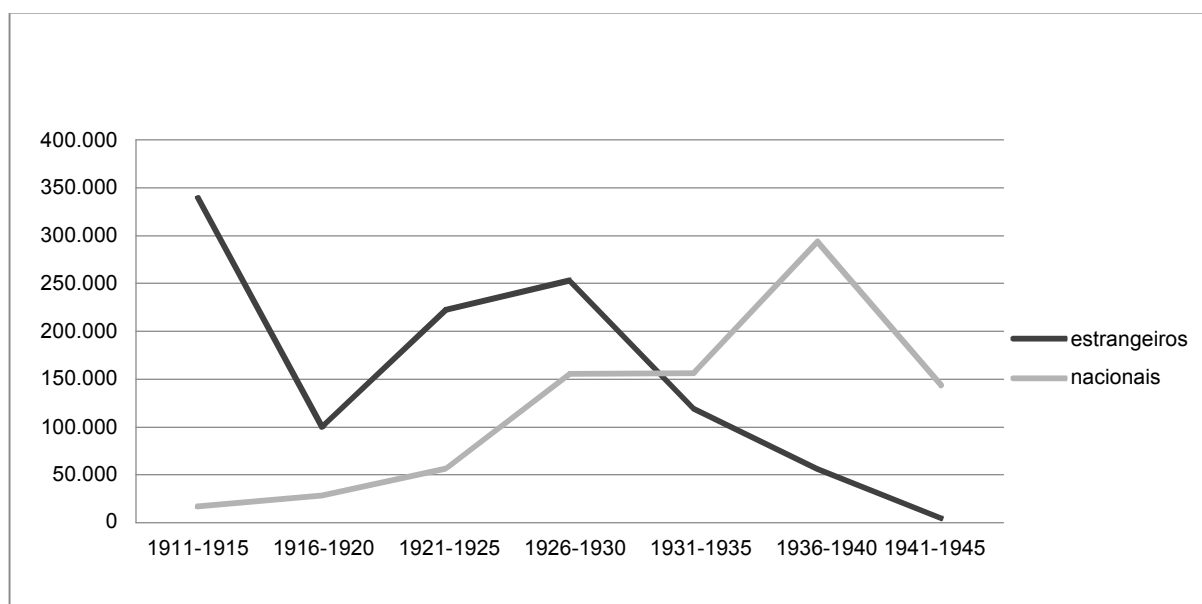
Durante o conflito, repentinamente, foram paralisadas as transações comerciais, financeiras, comerciais e o movimento populacional entre a Europa e a América. A lacuna daí decorrente, foi preenchida, em certa medida, pelos EUA, que estendeu sua presença no continente e, particularmente, no Brasil (FURTADO, 2007). Os estadunidenses tinham US\$ 50 milhões investidos no Brasil em 1913, até 1929 tais inversões foram multiplicadas por quase dez vezes, tendo atingido a cifra de US\$ 476 milhões (GARCIA E. V., 2002).

Os EUA investiram principalmente em bens de consumo duráveis, com destaque para os automóveis, mas também em petróleo, produtos farmacêuticos, companhias de seguro, empresas de comunicação e entretenimento, além de realizar investimentos em infraestrutura, como por exemplo no setor de energia elétrica. Convém ressaltar a instalação da Ford em 1921, da General Motors em 1925, dentre outras ações que demonstram a ampliação das relações entre Brasil e EUA, manifestando igualmente a transição da hegemonia na esfera da economia política internacional (GARCIA E. V., 2002).

Como resposta à crise decorrente da Primeira Guerra Mundial, os investimentos nacionais brasileiros passaram do setor agroexportador para o incipiente setor industrial. De 1914 a 1922, segundo Celso Furtado (2004, p.185), o índice da produção industrial cresceu 150%. Essa industrialização visava suprir a demanda de produtos importados como tecidos, dentre outras demandas correntes. Este crescimento, porém, seria esgotado rapidamente, pois, era dependente da expansão das exportações.

Por sua vez, no que diz respeito à população, houve diminuição dos trabalhadores estrangeiros gerada pela Primeira Guerra. Os dados referentes à imigração destinada ao estado de São Paulo são reveladores deste decréscimo da entrada de trabalhadores estrangeiros e do simultâneo aumento da imigração de trabalhadores nacionais (ver Gráfico 1).

Gráfico 1: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo, 1911-1945



Fonte: ROSSINI, Rosa Ester. Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo, 1975, p.187. **Organização:** Aline Lima Santos

No quinquênio de 1911 a 1915 entraram em São Paulo 339.026 estrangeiros, o que representou mais de 95% do total imigrado para este estado. Entre 1916 e 1920, o contingente da imigração estrangeira caiu para 100.098, correspondente a quase 78% do total.

Por sua vez, comparando tais períodos, a migração nacional para São Paulo aumentou 17,35%, deixando o patamar dos 4,78% para o de 22,13%. Tal representatividade no conjunto dos movimentos para o estado cairia aproximadamente dois pontos percentuais no quinquênio de 1921 a 1925, mas voltaria a crescer a partir de 1926. De 1931 a 1935, 56,72% das imigrações para São Paulo eram oriundas do próprio país.

A proporção destes movimentos acima dos 80% no decênio subsequente demonstra os impactos da Segunda Guerra Mundial para os deslocamentos vindos do exterior, que atingiu o mínimo de 4.763 pessoas entre 1941-1945 (3,2% dos que imigraram para o estado). Mas também evidencia os incentivos aos deslocamentos internos e a valorização do trabalhador nacional. Vale ressaltar que esta reconfiguração dos movimentos de população no Brasil e para o Brasil fez parte de um contexto em que a questão nacional é novamente colocada em

debate, conforme apontado pelo sociólogo Octávio Ianni (1987)¹⁵.

Elaborou-se, de fato, um novo discurso valorizador do trabalhador brasileiro: “sem luxúria, nem preguiça” (IANNI, 1987, p. 348). A eles soma-se um novo discurso sobre o território nacional, que desqualificava a região nordeste enquanto lugar de atraso e fracasso. Conjuntamente, a região sudeste, especialmente o estado de São Paulo era engrandecida como locomotiva do país, local de acolhimento e generosidade. Instalou-se uma política de subsídios migratórios, que nada mais era do que uma adequação da política imigratória ao novo contexto (PAIVA, 2004).

Esse novo projeto de nação, porém, era conservador na medida em que se coadunava com os interesses da classe agroexportadora e com a classe industrial incipiente. Além disso, a desqualificação do nordeste especialmente com a utilização do argumento da incapacidade de desenvolvimento resultante de condições naturais, nomeadamente das secas, permitiu que as oligarquias tradicionais tivessem maior acesso aos recursos do Estado. Por sua vez, as elites da região centro-sul do país anunciavam o seu papel civilizador no país, destacando o seu “dever” com o acolhimento de seus compatriotas nordestinos (PAIVA, 2004). Nota-se claramente na esfera doméstica a reprodução de elementos da geopolítica naturalizada de âmbito internacional.

¹⁵ Afirma este autor: “Na história da sociedade brasileira, a questão nacional foi colocada pelo menos três vezes. Em termos particularmente fortes, foi colocada com a Declaração da Independência em 1822, a Abolição da Escravatura em 1888 e a Revolução de 1930. Essas datas marcam apenas o momento inicial de uma nova época de lutas sociais, debates, conquistas e derrotas que compreendem diferentes da questão nacional. Em cada uma dessas épocas, a sociedade se põe diante de problemas tais como os seguintes: raça, mestiçagem e população; povo e cidadão; terras devolutas, indígenas, ocupadas, griladas e tituladas; províncias, ou Estados e Estado Nacional; centralismo e federalismo; região e nação; língua nacional, línguas portuguesa, indígena, africana ou língua brasileira; língua e dialetos; religião oficial e religiões populares; cultura oficial, erudita, popular, indígena, africana, europeia ou brasileira; sociedade nacional, independência e soberania; nacionalismo e imperialismo; sociedade civil e Estado nacional. Em cada época, a sociedade brasileira se põe diante de alguns ou todos esses problemas” (IANNI, Raças e classes sociais no Brasil, 1987, p. 345).

Renovação dos portugueses como “imigrantes ideais” aos “interesses nacionais” brasileiros

No que diz respeito ao sistema migratório luso-brasileiro, o início do século XX e o período entre guerras foram acompanhados de fases de verdadeira euforia da emigração para o Brasil, conforme assinala o geógrafo português Jorge Carvalho Arroteia (1983). De 1900 a 1913, por exemplo, registraram-se uma média anual de 6.700 pessoas emigradas oficialmente. Já entre 1919 e 1930 a média anual subiria para 22.226 pessoas. Para o Brasil direcionava-se mais de 50% de toda a emigração portuguesa até a meados do século XX (GARCIA, 1998; SERRÃO, 1970).

Os fundamentos estruturais deste movimento emigratório, do ponto de vista da esfera doméstica portuguesa, estiveram assentados na instabilidade política e econômica relacionada ao surgimento da República em 1910 e, posteriormente, no golpe militar (1926) e implementação do Estado Novo (1933). Tais eventos da história nacional de Portugal alimentaram as saídas, com exceção de alguns anos durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e outros momentos de restrições que refletia a crise econômica de 1929. Menciona-se igualmente, no que diz respeito ao Brasil, na segunda metade da década de 1920, a proibição das saídas de remessas ao exterior, motivada pelo desaquecimento da economia, cessando a fonte de recursos de famílias portuguesas cuja capacidade de consumo dependia quase totalmente destes envios (PEREIRA, 1981).

A proibição da saída de capitais ao exterior por parte do Brasil em meados da década de 1920 expressava um direcionamento do país à tendência mundial de contenção da “fuga de capitais” para promover estabilidade da moeda, paralelamente acompanhada do cerceamento aos movimentos de imigração. Mas somente no decênio seguinte é que seria elaborada nos termos da lei uma política explicitamente restritiva, tendo o Brasil incentivado as imigrações até então.

Apesar de fatores como as guerras mundiais e as crises econômicas reduzirem significativamente os fluxos de entrada no país e da década de 20 inaugurar uma fase de cerceamentos sutis à imigração, a Era Vargas (1930-1945) foi que efetivamente as restringiu. As ações nesta direção balizavam-se no protecionismo que se desenvolveu paulatinamente no decorrer da Ordem das

Rivalidades Interimperiais e que, nos anos que se seguiram à Grande Depressão, fez as altas finanças desaparecerem da política mundial, o nazismo emergir com furor na Alemanha, dentre outros marcos (ARRIGHI, 1996).

No Brasil, a crise de 1929 reduziu bruscamente a capacidade de importar, gerou depreciação cambial e inflação. Para fazer frente a estas dificuldades, a industrialização foi induzida pelo Estado com políticas de substituição de importações. Tal processo, típico da década de 1930, aproveitou a capacidade produtiva ociosa da indústria incipiente surgida nas décadas de 1910 e 1920. Isso, porém, ampliou a demanda de produtos intermediários e de equipamentos, intensificando e aprofundando a industrialização (FURTADO, 2007).

Os chamados “interesses nacionais” justificaram o protecionismo adotado no Brasil e em outros países do mundo, as fronteiras fortaleceram-se, os sentimentos nacionalistas também. Acirraram-se desconfianças com relação aos estrangeiros. A Revolução Russa (1917) e a Grande Depressão (1929) intensificaram preocupações com a ameaça “ideológica” e “econômica” que os imigrantes poderiam representar, já que a crise significou diminuição da oferta de trabalho. De modo geral os nacionalismos retornaram a pauta da agenda política e foram acompanhados pelo aumento da xenofobia (RAMOS, 2008).

O tratamento liberal dado aos estrangeiros da fase anterior teve seu fim definitivo com a Constituição da República de 1934. No documento, artigo 113, §15, foi prevista a possibilidade de a União “expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País” (BRASIL, 1934). Salienta-se igualmente o forte controle, a sujeição aos interesses econômicos e o desejo de assimilação ao qual passaram a estar sujeitos os estrangeiros que imigraram ao país a partir de então:

Art. 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do País.

§ 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos.

§ 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena (BRASIL, 1934).

A adoção do regime de cotas foi mantida na Carta de 1937¹⁶. Tal normativa, estendida a qualquer imigrante, vigorou durante todo o Estado Novo (1937/1945) e tinha o intento de preservar os padrões étnicos-raciais da população brasileira (MENDES, 2011). Além disso, o governo Vargas implementou políticas de ensino que valorizavam o idioma português, chegando a proibir que se falasse outras línguas. De fato, a questão idiomática tornou-se central e dizia respeito a autoridades policiais e militares (ROCHA-TRINDADE, [2009] 2015).

Porém, rapidamente, levantaram-se vozes na defesa dos portugueses como imigrantes ideais, que garantiriam o povoamento do território sem colocar em risco a coesão social. Tais estrangeiros seriam supostamente mais próximos, tendo em vista as afinidades culturais e de tradição, bem como os laços de parentesco, sendo, portanto, mais facilmente assimilados à nacionalidade.

Em decorrência disso, novos dispositivos legais foram instaurados visando favorecer a imigração portuguesa. O Decreto nº 3.010, de 20 de Agosto de 1938, que versa sobre a entrada dos estrangeiros em território nacional, é um exemplo dentre os vários textos jurídicos que determinam condições especiais de imigração e permanência dos portugueses no Brasil¹⁷. Dessa forma, o Estado brasileiro reiterava sua opção por se construir explicitamente como parte do mundo criado pelo português. Reafirmou-se, assim, a brasilidade, formulada sobre a hegemonia lusitana, embora ideologicamente assumida como síntese das “três raças” (ROCHA-TRINDADE, 2015).

¹⁶ Conforme disposto no artigo “Art 151 - A entrada, distribuição e fixação de imigrantes no território nacional estará sujeita às exigências e condições que a lei determinar, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos” (BRASIL, 1937).

¹⁷ Ver, por exemplo o Art. 166, que estabelece: “Afim de evitar a concentração de estrangeiros em núcleos coloniais, emancipados ou não, fundados quer pela União, quer pelos Estados ou Municípios, quer por empresas ou particulares, a D.T.C. velará para que seja mantido um mínimo de 30 % de brasileiros natos e um máximo de 25 % de estrangeiros de cada nacionalidade. § 1º Na falta de brasileiros a D.T.C. solicitará autorização do Conselho de Imigração e Colonização, para localizar estrangeiros, de preferência de nacionalidade portuguesa” (BRASIL, 1938).

Tal opção brasileira levou à aproximação entre Vargas e Salazar, muito embora as visitas oficiais planejadas não tenham ocorrido em virtude da guerra. No que diz respeito aos imigrantes, a ótica da segurança nacional com que os imigrantes italianos, alemães e japoneses passaram a ser vistos no Brasil, criou ambiente favorável aos portugueses que continuaram em termos relativos como fluxos importantes, muito embora quantitativamente a sua diminuição seja patente (ROCHA-TRINDADE, [2001]2015).

Capítulo 3

Ordem Geopolítica da Guerra Fria e o Fim das Ondas Migratórias Transatlântica

Disputas ideológicas: referências e contrapontos em mundo dividido

O término da Segunda Guerra Mundial trouxe profundas transformações às práticas político-econômicas de âmbito internacional. A reprodução ampliada da economia mundial capitalista passou definitivamente para comando dos EUA; o padrão-ouro nos moldes definidos pelos britânicos sucumbiu, dando lugar a um novo sistema monetário e de gerenciamento econômico internacional, definido em Bretton Woods; a Carta das Nações Unidas instituiu novas relações entre os Estados territoriais, por exemplo ao limitar a licitude da guerra à legítima defesa individual ou coletiva; simultaneamente os meios de violência empregados contra o Japão no fim do conflito mundial demonstravam os novos alicerces militares que poderiam ser empregados dali adiante; os impérios foram esfacelados, as colônias africanas e asiáticas tornaram-se independentes (ARRIGHI, 1996; HOBBSAWM, 1995)

Essas são apenas algumas das incontáveis alterações que permitem identificar uma nova ordem mundial, definida sobretudo por uma situação internacional *sui generis*: a bipolaridade. Sua característica mais relevante foi a concorrência e as disputas travadas entre dois regimes de soberania efetiva imperialista, representados pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pelos EUA, este último com tendência a se firmar como regime globalista (AGNEW, 2005). Inaugurou-se, portanto, a Ordem Geopolítica da Guerra Fria (1945-1990).

Apesar de EUA e URSS constituírem-se como superpotências que estabeleceram entre si o equilíbrio de poder, assinala-se a desigualdade de suas forças, especialmente no imediato pós guerra. Sem dúvida, os EUA centralizavam de forma extrema a liquidez de capitais e a capacidade produtiva, bem como eram dotados por poder aquisitivo sem paralelo no mundo (ARRIGHI, 1996;

HOBBSAWM, 1995). Ainda assim, os americanos vociferavam a ameaça comunista de maneira mais enfática do que os soviéticos bradavam a ameaça capitalista.

A Doutrina Truman, adotada a partir de 1947, é emblemática deste fato e provocaria a conformação do clima apocalíptico do período avaliado. A partir dela, os EUA reorientaram sua política externa, que, anteriormente isolacionista ou, por vezes, direcionada à esfera continental, foi ampliada para o mundo ocidental capitalista como um todo. Sua inspiração foi o New Deal (1933-1937) de Franklin D. Roosevelt, que a partir de ideias keynesianas assumiu a intervenção estatal como instrumento para superação da crise da economia doméstica decorrente da Grande Depressão (1929) e para a salvaguarda da segurança social. A Doutrina Truman lançava mão dos mesmos princípios, extrapolando-os para a política externa americana, mas direcionando-os exclusivamente aos seus aliados, com os quais formava um pólo oposto e irreconciliável com o mundo comunista, comandado pela URSS (ARRIGHI, 1996).

Verifica-se, a partir de então, a formulação de disputas de ideologias geopolíticas distintas na organização político-econômica do mundo. Os concorrentes, EUA e URSS, valeram-se de mitos, propagandas, slogans e outras formas de publicidade para demonstrar sua superioridade frente ao outro nas dimensões culturais, econômicas, populacionais, militares, tecnológicas, etc. Aliás, a referência ao “Outro” tornou-se central, uma vez que comparações permitiam explicitar a supremacia ao mesmo tempo que, sendo a alteridade tida como inferior, destacava-se sua qualidade de ameaça (AGNEW & CORBRIDGE, 1995).

Estes discursos ideológicos se superimpuseram de maneira vinculada a geografias imaginadas possíveis de serem representadas em um planisfério dividido em Leste (socialista) e Oeste (não socialista) (BAILEY, 2005). Outra forma típica de se imaginar o mapa *mundi* de modo a atender esta ordem geopolítica foi a classificação em três mundos: o primeiro, representava a esfera americana; o segundo, correspondia à esfera soviética; o terceiro, relativo aos países não alinhados e as ex-colônias, era a área de disputa para a expansão dos anteriores (AGNEW & CORBRIDGE, 1995).

Tal divisão do espaço global significou homogeneização do mesmo, pois desconsiderava as diversidades. Apenas duas situações eram possíveis: a de “amigos”, “aliados” ou “nosso” e a de “inimigos”, “ameaça” ou “deles”. EUA e URSS buscaram, destarte, administrar as diferenças, amalgamando-as ou coibindo-as e reprimindo-as internamente e em sua área de influência. Isto confluuiu para o fortalecimento de identidades geográficas em um momento em que os Estados territoriais eram vistos como os atores capazes de solucionar problemas e garantir a segurança social e nacional (AGNEW & CORBRIDGE, 1995). Sob o risco latente do ataque do inimigo os Estados territoriais encorajaram a adesão ideológica e os sentimentos de pertença. A insegurança política e cultural, igualmente, estimulou as alianças internacionais, motivando cooperações econômicas, militares, etc (BAILEY, 2005).

Essa geografia imaginada condicionava as trocas materiais, produzindo uma divisão internacional do trabalho particularizada. Os fluxos de mercadorias e pessoas que desde longa data haviam se estabelecido entre Oriente e Ocidente foram rompidos quase completamente. A porção capitalista do globo e a porção socialista organizavam-se de maneira independente uma da outra, mas considerando a ameaça alheia (BAILEY, 2005).

Apesar da homogeneização do espaço mundial promovida pelas disputas ideológicas, cada uma das esferas em contraponto caracterizava-se internamente por imensas diferenças de riqueza e poder, produtoras também de divisões espaciais do trabalho peculiares. Interessa, para fins deste estudo, observar como se estruturou a divisão internacional do trabalho no mundo ocidental capitalista, salientando a função desempenhada pelo Brasil e por Portugal.

Divisão internacional do trabalho e migrações no mundo capitalista da Guerra Fria

Portugal: desconfianças e inserção no novo ambiente político-econômico europeu

É possível traçar esquematicamente, com fundamentos empíricos, a divisão internacional do trabalho no período da Guerra Fria como uma estrutura na qual os países do norte, mais ricos, tinham a função de fornecer produtos industrializados aos países do sul, mais pobres, que, por sua vez, muniam os

primeiros com matérias- primas. Tal esquema não parece diferir daquele típico da economia mundial anterior. Certamente, muitos elementos herdados foram consolidados, estabilizaram-se e permaneceram, reproduzindo relações sociais tanto na esfera internacional como na esfera doméstica dos distintos países.

Mas rearranjos significativos também ocorreram. O próprio domínio político- econômico dos EUA era inovador. Após o conflito mundial, o país continuava a expandir sua economia e sua produção industrial. Ao mesmo tempo, sendo detentor de poder político internacional sem precedentes, adotava como prioridade colaborar com a reconstrução da Europa e do Japão, com intenção de mantê-los como aliados e garantir consumidores para sua produção.

A proposição do *European Recovery Program*, conhecido como Plano Marshall, por ter sido elaborada pelo Secretário de Estado americano George Marshall em 1947, teve papel fundamental para expansão material do ocidente capitalista. Em 1948, imbuído pela Doutrina Truman, o Congresso americano aprovou o Plano, que direcionava aproximadamente 13 bilhões de dólares no decorrer de 1948 a 1951 para a reconstrução europeia, vista pelos EUA como uma questão de investimento em prosperidade e segurança. Apesar de ter se direcionado também aos países soviéticos, a oferta foi recusada pelos mesmos, que posteriormente, em 1949, formaram o Council for Mutual Economic Assistance (COMECON). Esta rejeição dos países europeus alinhados à URSS à proposta americana delineou mais claramente a cisão e a fronteira Leste-Oeste.

O Plano Marshall exigia que os Estados europeus interessados na ajuda gerissem o programa de modo solidário e com assistência técnica dos EUA. Para isso, foi necessário criar, em 1948, a Organização de Cooperação Econômica Europeia (OCEE), no âmbito da qual se estabeleceu um complexo programa comum que contemplava as necessidades específicas de cada país (ROLLO, 1994). Tal imposição significou o término da Europa das rivalidades, prevalecendo a partir daí a cooperação entre os Estados territoriais. Dezesesseis países da Europa Ocidental, incluindo Portugal, foram beneficiados pelo programa. Os maiores montantes de investimento foram realizados no Reino Unido, na França e na Alemanha. A ajuda americana incluía desde alimentos à combustível e maquinário industrial (GCMF, 2015).

A adaptação de Portugal a este novo ambiente internacional se deu repleta de rejeição ao socialismo e desconfiança em relação aos EUA e aos movimentos de cooperação. O pós-guerra não foi capaz de alterar substancialmente a estratégia da política externa portuguesa, que tradicionalmente privilegiava as colônias africanas, a Inglaterra, a Espanha e o Brasil (ROLLO, 1994). Isso explica, em parte, a permanência dos fluxos de emigração transatlântica, que embora menos volumosos continuavam tendo o Brasil como destino preferencial, fato que duraria toda a década de 1950 e o início dos anos 1960 (MOREIRA, 2005).

As primeiras reações do governo salazarista tinham finalidade de manifestar coadunação à proposta americana. Assim instruído, João Bianchi, embaixador de Portugal em Washington em 1947, respondeu ao Departamento de Estado dos EUA: “o governo português (...) tenciona dar apoio, na medida em que os recursos portugueses o permitam, à iniciativa do general Marshall” (op. cit. ROLLO, 1994, p.843). Efetivamente, Portugal já vinha agindo nesta direção, oferecendo créditos, fornecendo mercadorias e fazendo ofertas gratuitas ao Vaticano e à United Nations Relief and Rehabilitation Administration (UNRRA)¹⁸, porém colocou-se inicialmente no papel de mero observador das ações de formação de programas de cooperação que concretizavam ao Plano Marshall (ROLLO, 1994).

Entretanto, tal condição de isolamento foi suavizada quando Portugal foi convidado pela França e pelo Reino Unido a participar ativamente do programa de cooperação que iria efetivar o Plano Marshall. O convite foi aceito, pois permitia a Portugal engajar-se na gestão dos problemas europeus e ter acesso aos créditos oferecidos para a recuperação econômica.

Essa adesão ao Plano, porém, foi realizada sem grandes empenhos e com profundas hesitações. Oliveira Salazar receava haver intenções imperiais dos EUA, pois a preponderância econômica deste país poderia submeter politicamente a Europa e estender-se ao continente africano, por meio das colônias, implicando a perda de controle dessas. A fragilidade do poder imperial português diante de

¹⁸ A UNRRA foi criada em 1943 e, posteriormente, incorporada pela ONU. A instituição visava assistir economicamente os países europeus devastados pela guerra e ajudar nos processos de repatriação dos refugiados, oferecendo também ajuda econômica aos mesmos. O órgão tinha participação de mais de quarenta Estados, mas a maior parte de seu financiamento era garantida pelos EUA.

um credor poderoso e potencial ator hegemônico global atemorizava o ditador português (ROLLO, 1994; PEREIRA P. C., 2006). Fazer parte do plano de reconstrução da Europa, apesar disso, era instrumento para reiterar a qualidade europeia da identidade portuguesa, sem contudo desprezar o atributo atlântico e africano desta mesma identidade.

Do ponto de vista das necessidades econômicas, o regime salazarista adotou a estratégia de negar a necessidade de ajuda financeira alegando uma situação favorável. Propagandeava-se oficialmente a ideia de que era injusto que Portugal aumentasse a procura por crédito americano, já que outros países europeus tinham necessidades econômico-financeiras mais contundentes. As fragilidades, porém eram preocupantes, o que se manifestava no agravamento da situação do saldo da balança comercial portuguesa: em cinco anos o superávit de 4.543 milhões de escudos atingidos em 1942 passou para uma situação deficitária de 2.970 milhões de escudos (ROLLO, 1994, p. 859).

O país importava produtos industriais e exportava produtos de caráter não essencial. Sua posição na divisão territorial do trabalho no continente europeu reproduzia a estrutura do mundo capitalista ocidental. O fim do conflito mundial consistiu também no término de uma fase de restrições, conjugada com o aumento das importações e crescimento da inflação (PEREIRA P. C., 2006). Soma-se a isso as necessidades de aquisição no exterior de maquinários para levar a cabo um programa planejado em 1944-1945 que visava fomentar a indústria e melhorar a infraestrutura de energia elétrica e de transportes. Na outra vertente do sistema de comércio português, vinhos do Porto e da Madeira, cortiças brutas, conservas de peixe encabeçavam a pauta de exportação e eram de difícil escoamento em tempos de grandes prioridades que não o luxo. Além de outros produtos que, tendo sido valorizados durante a guerra, no novo contexto tinham os preços despencados.

Frente a isso, o regime salazarista impunha medidas de restrição à importação e de incentivos à exportação. Os resultados, todavia, foram demasiadamente modestos e levaram à diminuição das reservas monetárias portuguesas. A circunstância de crise econômica culminou em uma atitude mais pragmática com relação aos EUA e, finalmente, na solicitação de auxílio. O suporte financeiro recebido diretamente ultrapassou 54 milhões de dólares, além

dos auxílios indiretos de difícil contabilização (ROLLO, 1994, p. 868).

As consequências decorrentes do recebimento de ajuda do Plano Marshall são ainda pouco claras, mas inegavelmente houve redução da situação de déficit na balança de pagamentos. Além disso, foi dado impulso ao processo de industrialização do país. Contudo, seguramente, tratou-se de uma das maiores transformações da política externa portuguesa, apontando para abertura econômica e, mais profundamente, para internacionalização da sua economia (ROLLO, 1994).

Nas demais economias europeias beneficiadas, os financiamentos para reconstrução oriundos do Plano Marshall ofereceram as condições para posterior expansão do crescimento da economia mundial capitalista dos anos 1950 e 1960, considerados por alguns estudiosos como a Era do Ouro (HOBBSAWM, 1995). O esforço de rearmamento da Europa empreendido a partir dos anos 1950 foi decisivo para essa ampliação da produção e do comércio no mundo, tal como explicou Giovanni Arrighi (1996). Isso porque os investimentos militares aumentaram a liquidez, permitindo converter rapidamente os capitais excedentes em mercadorias.

No caso português a ajuda militar proveniente dos Estados Unidos alcançou as cifras de 82 milhões de dólares (PEREIRA P. C., 2006). Destaca-se nesta fase a tolerância internacional, nomeadamente americana e europeia, com relação ao regime português antidemocrático e autoritário. Tal condescendência decorria da importância geoestratégica de Portugal no período da Guerra Fria, que serviu também de estímulo ao investimento militar mencionado. Os interesses direcionavam-se sobretudo aos Açores, cuja localização permitia controlar operacionalmente todo o Atlântico Norte e articular os EUA e a Europa defensiva e ofensivamente em relação ao bloco soviético. Diante disso, uma eventual desestabilização política em Portugal poderia gerar consequências nefastas para o eixo norte do mundo capitalista ocidental (PEREIRA P. C., 2006).

Aos esforços de rearmamento da Europa Ocidental estava associado um novo modo de regulação, centrado no consumo de massa e fundamentado no fordismo (LIPIETZ, 1988). A tendência presente desde a fase anterior nos EUA difundiu-se por todo o mundo capitalista. Nos termos de Eric Hobsbawm (1995, p. 259):

Muito do grande *boom* mundial foi assim um alcançar ou no caso dos EUA, um continuar de velhas tendências. O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada *junk food* (...). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas (...). Em suma, agora era possível o cidadão médio desses países viver como só os muitos ricos tinham vivido no tempo de seus pais (...).

Em uma Europa que se reerguia da guerra a escassez de trabalhadores era um entrave importante ao novo modelo de produção. A necessidade de mão de obra foi suprida por imigrantes com contratos temporários, muitos deles provenientes de antigas colônias, como exemplificam os fluxos emigratórios da Argélia para a França. Reproduziam-se, assim, aspectos da estrutura imperial herdada. Alguns autores defenderiam a existência de neocolonialismos/neoimperialismos (BAILEY, 2005). A inclinação era, portanto, de que, na produção, o fator trabalho fosse fornecido pelos países do Sul. Observa-se, então, a correspondência entre a divisão internacional do trabalho e os padrões migratórios internacionais.

Como já apontado, as características da divisão internacional do trabalho do mundo ocidental capitalista eram reproduzidas na escala do interior do continente europeu. Portugal correspondendo ao sul europeu, exportador de bens industriais baratos, cuja produção se dava mediante pagamentos de salários baixos, permaneceu enquanto país na qual a vertente emigratória dos movimentos populacionais era predominante (LIPIETZ, 1988; SERRÃO, 1978).

Esta especificidade merece atenção. Se nas ordens geopolíticas anteriores emigrava-se em maior ou menor grau, dependendo dos contextos, de toda a Europa, os movimentos populacionais de saída de Portugal se coadunavam com tal característica geral. A partir de 1945, houve transformação substancial desse quadro. Enquanto a emigração portuguesa rapidamente retoma patamares do início do século, grande parte dos países da Europa Ocidental passam a atrair imigrantes (SERRÃO, 1978; MASSEY, 2003).

Recorda-se que os EUA impuseram seu modelo de desenvolvimento aos países da Europa Ocidental, passando a influenciar culturalmente, financeiramente e institucionalmente os mesmos. Em consequência, a adoção de

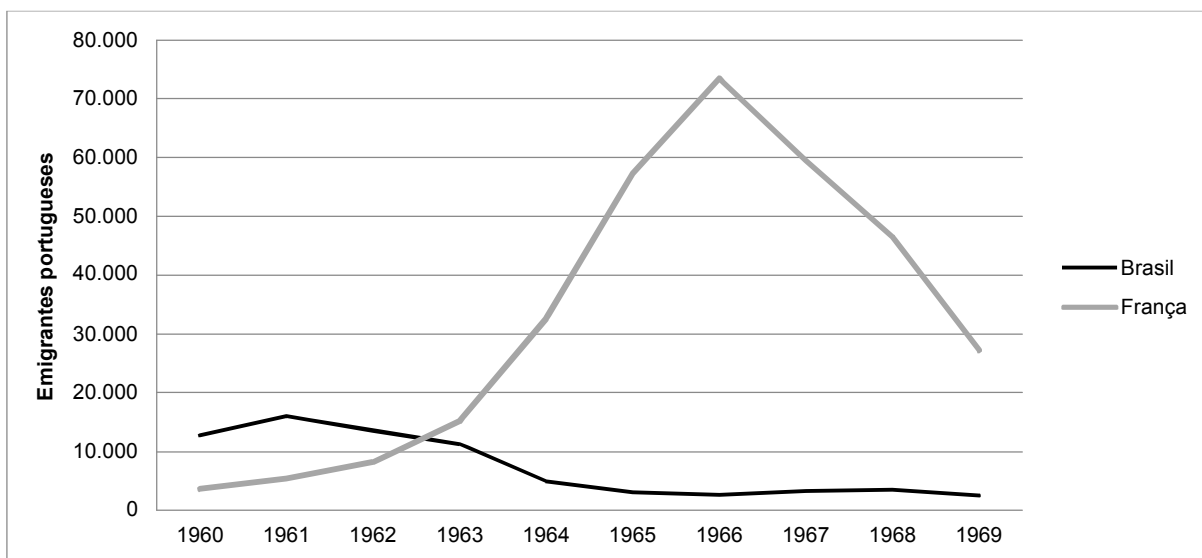
políticas de bem estar social, o crescimento do poder aquisitivo da população e a necessidade de contratualização das relações de trabalho transformaram-se em consenso nos países ricos, o que explica sua atratividade para as pessoas dispostas a empreender projetos migratórios.

Os países ricos da Europa Ocidental cresciam economicamente e neles alargavam-se as garantias às liberdades individuais, ampliavam-se os direitos dos cidadãos, bem como o Estado providência era fortalecido. Em decorrência disso, o ciclo transatlântico da emigração portuguesa foi se arrefecendo, enquanto paralelamente aumentou o volume dos fluxos direcionados a outros países do continente. Nas palavras da socióloga Maria Beatriz Rocha-Trindade ([2002]2015, p. 496):

“A partir de 1960, o ciclo intra-europeu passou a sobrepujar o ciclo transatlântico da emigração portuguesa. No decênio de 1960 produziu-se um fenômeno marcante na história das migrações portuguesas: o Brasil que até 1963 tinha constituído o principal destino dos seus emigrantes cede à França, nesse mesmo ano, o mesmo lugar”.

Com efeito, se em 1962 a emigração portuguesa para o Brasil foi estimada em 13.555 pessoas, no ano seguinte ela caiu para 11.281, sendo ultrapassada por aquela destinada à França, que em 1963 atingiu o montante de 15.223 portugueses (ver Gráfico 2). A construção civil para os homens e o serviço doméstico para as mulheres era o grande nicho do mercado de trabalho na qual se inseriam essa população imigrante na França (ROCHA-TRINDADE, [2002] 2015).

Gráfico 2: Emigração de Portugal para o Brasil e a França, 1960-1969



Fonte: ROCHA-TRINDADE, Políticas de migrações: Portugal e Brasil, [2002] 2015, p. 497.
Organização: Aline Lima Santos

O perfil dos emigrados de Portugal era, sobretudo no decorrer da década de 1950, pessoas do sexo masculino, solteiro, na faixa etária entre 15 e 45 anos, que no país de origem provinham das áreas e das atividades agrícolas (BAGANHA, 1994). À medida que crescem as emigrações de modo geral e as saídas clandestinas em particular, esse perfil foi se tornando mais heterogêneo (BAGANHA, 1994). Tal movimento de egressos da população era motivado por razões econômicas, sociais e políticas (MOREIRA, 2005).

Apesar das novas características expostas, ressalta-se que seria errôneo supor a inexistência destes fluxos anteriormente, o que mudou foi o volume dos mesmos. As estatísticas francesas indicam a chegada assídua de portugueses no país no período abarcado por 1876 e 1911; estima-se mais de mil pessoas imigradas (ROCHA- TRINDADE, [2014] 2015, p. 251).

Semelhanças e diferenças podem ser sublinhadas com relação à emigração portuguesa em sua fase transatlântica e sua fase europeia. Alterações relacionadas à origem e ao destino da emigração portuguesa são dignas de nota. As saídas com destinos transatlânticos eram provenientes especialmente das regiões centro e norte do país. Já as áreas emissoras de pessoas para a Europa estavam mais dispersas pelo território de Portugal (ROCHA-TRINDADE, [2014] 2015).

No que diz respeito às vias e aos meios de transporte, vale salientar que é cada vez maior a facilidade de condições geográficas para chegar ao país de destino. As vias marítimas dão lugar às vias terrestres. Os preços eram mais baixos para as viagens no interior do continente. As longas distâncias dão lugar à proximidade. A emigração deixa de ser tendencialmente permanente para tornar-se cada vez mais temporária ou circular, pois, devido a maior velocidade com que se faz os deslocamentos, é possível visitas frequentes ao país de origem (ROCHA-TRINDADE, 2015).

Tais aspectos colaboram na compreensão da irregularidade de parte significativa da emigração. Condicionalismos inibidores à emigração, como a exigência de passaporte para a saída e a obrigatoriedade dos serviços militares, faziam da irregularidade uma opção pertinente para algumas pessoas, apesar dos riscos a ela envoltos. Daí que não se tratava de um fato novo na emigração portuguesa. Mas as facilidades dos deslocamentos para os novos destinos potencializou o volume dos fluxos clandestinos.

Se em 1960, para cada um emigrante irregular que foi para França havia aproximadamente oito emigrados regulares, em 1971 o quadro é totalmente oposto: para cada um que deixou Portugal em situação legal havia dez que o fizeram em situação clandestina (MOREIRA, 2005, p. 54). A isso soma-se a possibilidade de regularização posterior à entrada no território oferecida então por grande parte dos países de destino, especialmente a França e a Alemanha (REIS, 2006).

Guiado pela aspiração de mobilidade social ascendente, demonstrado por conquistas materiais e simbólicas, como a compra de uma casa, o projeto emigratório continuou pautando-se no desejo do retorno e em decisões individuais e/ou familiares. O “eldorado brasileiro” dava lugar ao “eldorado francês” e/ou outros “eldorados europeus”.

Algumas das paisagens das vilas de origem dos fluxos migratórios da segunda metade do século XX teriam além de casas de “brasileiros” também as casas de “franceses”. Como as anteriores, essas últimas traziam influências estéticas do país de imigração distinguindo-se do entorno, mais simples e rústico, além de contribuir para modernização e urbanização de áreas de fisionomia e dinâmica rural (ROCHA- TRINDADE, 2015, p. 253). Porém, uma diferença

importante entre os “brasileiros” e os “franceses” ou outros “europeus” é que nenhum destes últimos retornaram na condição de ricos, como era típico entre os primeiros (SERRÃO, 1985)

Consequência direta e indireta disso são a continuidade do envio de remessas e da importância destes fluxos como fonte de recursos para o governo português (PASCKES, 1990/1991). Estimativas apontam que nos anos 1950 as remessas corresponderam a 2% do produto interno bruto de Portugal, nos anos 1960, representou 4%, na década de 1970 significaram 8%, atingindo 10% nos anos 1980. Muito embora esse capital tenha gerado pressões inflacionárias e contribuído para sobrevalorizar a taxa de câmbio, seus efeitos positivos incluíram a formação de capital, o desenvolvimento do sistema bancário e a diminuição do desemprego, dentre outros benefícios à economia (BAGANHA, 1994).

Por fim, resta aludir a políticas migratórias. Do lado português, o governo antidemocrático e autoritário de Salazar deu continuidade às políticas restritivas à emigração, mas buscou promover políticas de emprego associadas àquelas que visavam expandir a indústria e incentivavam o setor de serviços (PASCKES, 1990/1991). As ambiguidades, entretanto, mantiveram-se, com a tolerância aos fluxos de saída em virtude da consciência da relevância das remessas para o equilíbrio da balança comercial do país.

Os principais países de acolhimento dos emigrados portugueses, por seu turno, adotavam no decorrer dos decênios de 1950 e 1960 uma política de incentivo à imigração. Porém, o estímulo era dado às entradas de caráter temporário e, como visto, respondia à escassez de mão de obra, sendo assim tratava-se de fluxos laborais. Ressalta-se, dessa forma, uma diferença crucial do ciclo intra-europeu em relação ao ciclo transatlântico, já que neste último a imigração permanente era incentivada com objetivos de povoamento do território.

Brasil: expansão econômica e incremento das migrações internas

No pós-Guerra, a posição de supremacia dos EUA no continente americano os deixaram suficientemente seguros para relegar a área para segundo plano em sua política de segurança nacional. As expectativas dos países americanos de recebimentos de auxílios econômicos provenientes dos EUA foram frustradas, especialmente na região sul continental. Decorre daí relativo

distanciamento do Cone Sul em relação ao poder hegemônico e fortalecimento das relações destes países entre si. O Brasil, por exemplo, reforçou uma política externa independente até 1964, quando o golpe militar promoveu “alinhamento automático” aos EUA (ROSEIRA, 2011).

Apesar da inexistência de um “Plano Marshall para o continente americano”, a expansão material característica dos anos 1950 e 1960 também foi observada no Brasil. A liquidez da economia capitalista oferecia volumosa disponibilidade de crédito que financiou um crescimento excepcional da economia brasileira. A conjuntura internacional do pós-guerra favoreceu grandemente os investimentos na indústria destinada à produção voltada ao mercado interno. Houve, portanto, uma continuidade e aprofundamento de processos que vinham paulatinamente se desenvolvendo na primeira metade do século XX e que se direcionavam à transformação estrutural da economia brasileira ao diminuir o papel do mercado externo como centro dinâmico (FURTADO, 1977; PRADO JÚNIOR, 1994).

O fim do conflito mundial foi seguido pelo aumento brusco das importações brasileiras, levando a um desequilíbrio econômico. Adotou-se, diante disso, uma política seletiva de redução e controle das importações. Foram privilegiadas as importações de bens de capital e de matérias-primas, enquanto os bens de consumo acabados tiveram seus preços elevados.

Resultou daí, nos anos 1950 e 1960, o aumento dos investimentos na indústria e nos setores relacionados a ela. Estabeleceu-se, assim, uma indústria de bens de consumo durável, fruto da substituição de importações (PRADO JÚNIOR, 1994). Em pouco tempo, porém, tal processo ia renovar a dependência com relação ao exterior, já que cresceu a necessidade de importação de equipamentos mecânicos e outros insumos fundamentais à produção. Fato esse que valorizou novamente o intercâmbio externo e promoveu a incorporação de processos tecnológicos exógenos e mais complexos (FURTADO, 1977).

Essa fase da economia brasileira também se distingue pelos investimentos em infraestrutura materializados na construção de grandes obras de engenharia, com financiamento externo, especialmente o capital norte-americano. Tal abertura ao capital internacional, promovida pelo governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), rompeu com o protecionismo adotado pelo governo de Getúlio Vargas.

Entretanto, a lógica desenvolvimentista foi mantida e estimulou-se os investimentos em rodovias, hidrelétricas, aeroportos, etc. Grandes multinacionais instalaram-se no país, Brasília tornou-se a capital, para citar apenas algumas consequências deste processo.

Seguindo a tendência dos países pobres sob a égide da Guerra Fria, apontada pelo historiador Eric Hobsbawm (1995), o golpe militar no Brasil foi dado em 1964, com apoio dos EUA e ideologicamente legitimado pelo combate ao perigo da revolução comunista. Os governos militares (1964-1985), autoritários e nacionalistas, persistiram na adoção da lógica dos grandes investimentos em infraestrutura associada com a abertura ao capital internacional, ampliando ainda mais a dívida externa.

O Estado brasileiro era dirigente e patrocinador do processo de industrialização e de melhoria das infraestruturas. Em comum com o que estava em voga no mundo, todos os governos brasileiros dos decênios de 1950 a 1980 assumiram que o desenvolvimento econômico devia ser orientado pelo Estado. Segundo suas concepções na época, os países ricos eram modelos que davam as receitas para se conquistar o desenvolvimento econômico e social do país (SANTOS A. L., 2010).

Assim, foram assumidas políticas inspiradas no Estado do Bem Estar Social. No entanto, isso se deu de forma problemática, contraditória e carente de bases consistentes para sua sustentação (SANTOS A. L., 2010). Juntos e sucessivamente tais governos brasileiros colaboraram em maior ou menor grau para a industrialização do país, alterando essencialmente a estrutura econômica, com reflexos importantes na estrutura social.

Como apontado por Eric Hobsbawm (1995, p. 344), “o Brasil se tornou por algum tempo o oitavo maior país industrial do mundo não comunista”. Mas, além do aumento da dívida externa já referido, o modo como foram levados a cabo o planejamento e a iniciativa estatal esteve sempre imbuído de corrupção, desperdício e burocratização (HOBSBAWM, 1995).

Apesar dos problemas, a industrialização e as infraestruturas construídas neste período adicionaram novo conteúdo técnico ao território brasileiro. Isso permitiu maior integração das regiões do país ao mesmo tempo em que incrementou substancialmente a fluidez do território (SANTOS M., 2005). Outros

atributos geográficos relevantes dessa fase da história foi o aumento populacional acompanhado com o acirramento do processo de urbanização, explícita no crescimento espacial e demográfico das cidades do país e nos intensos fluxos migratórios egressos das zonas rurais.

De 1950 a 1991, quase 95 milhões de pessoas se somaram à população brasileira, que passou de 51.944.397 para 146.815.821 de habitantes. O crescimento populacional verificado até os anos 1970 era resultante da queda da taxa de mortalidade associada a elevadas taxas de fecundidade, correspondendo à primeira fase do processo de transição demográfica (BRITO, 2009). Tratava-se de uma realidade típica dos países pobres de economia capitalista. Em 1950, 36,16% da população brasileira residia nas cidades. Em 1991, a taxa de urbanização atingiu 75,59%. O mencionado aumento foi notável em todas as regiões, entretanto, tal processo apresentou importantes disparidades regionais.

O sudeste manteve-se com taxas de urbanização superiores às aquelas apresentadas pelo conjunto do país. Em 1950, 47,55% do seu contingente populacional residia nas zonas urbanas, número que ultrapassou o patamar dos 88% em 1991 (IBGE, 1940-2010). Tal acelerado processo de urbanização no período considerado, em grande medida, decorre da seletividade da modernização no território brasileiro. Reafirmou-se a primazia econômica, política e em infraestruturas dessa região, especialmente do estado de São Paulo, ao passo que aprofundou-se as desigualdades regionais e sociais (SANTOS A. L., 2010).

O economista brasileiro Paul Singer, em análise clássica sobre o fenômeno considerado, ressaltou aspectos macroestruturais propulsores dos movimentos populacionais brasileiros característicos do período da Guerra Fria. Segundo o autor, os vínculos entre industrialização e migrações internas baseiam-se em transformações estruturais da economia associadas a aspectos históricos e nos desequilíbrios regionais presentes no país. Em sua visão:

As migrações internas (sem falar das internacionais, que poderiam, em boa parte, ser explicadas do mesmo modo) não parecem ser mais que um mero mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta, em última análise, ao rearranjo espacial das atividades econômicas. (...) A criação de desigualdades regionais pode ser encarada como o motor principal das migrações internas que acompanham a industrialização nos moldes capitalistas (SINGER, 1973, pp. 33,37).

O saldo migratório do estado de São Paulo foi superior a 1,5 milhão de pessoas desde os anos 1960 até 1990. Nesse período foram acrescentadas à população paulista 6.711.477 de habitantes provenientes de outras áreas do país. Este volume de pessoas que passou a residir no estado corresponde a 16% dos que deixaram as zonas rurais no Brasil (CARVALHO J. A., 2002).

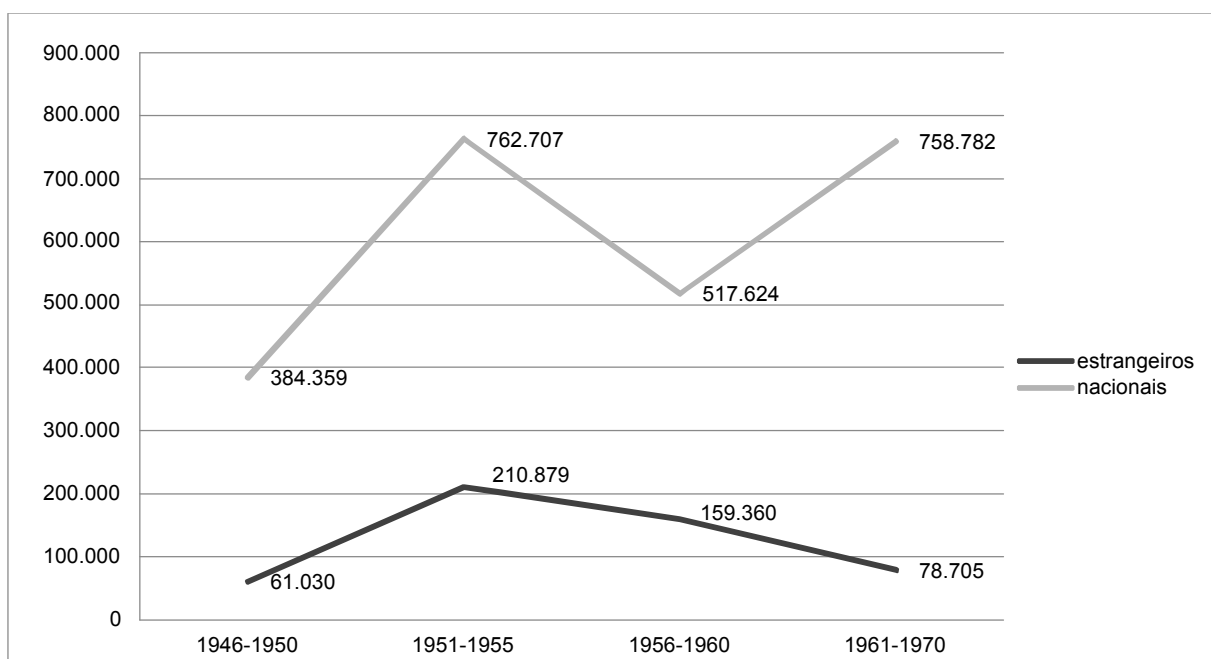
As áreas carentes de investimentos, caracterizadas pela estagnação e recessão econômica, alimentaram as áreas mais dinâmicas e beneficiadas do país com mão de obra. Do ponto de vista das dinâmicas inter-regionais, o nordeste somado ao estado de Minas Gerais continuaram sendo os celeiros de trabalhadores do país, agora orientados para o trabalho na indústria em expansão na região sudeste.

O êxodo rural foi vertiginoso. Se é verdade que ele resultou dos impulsos industrializantes ocorridos nas cidades, também não convém ignorar as transformações pelas quais passava o campo. Menciona-se, por exemplo, a introdução de inovações técnicas no cultivo (novas maneiras de realizar a adubação, a mecanização, etc), na criação de animais, a maior eficiência dos meios de transporte e nas vias de comunicação, as novas leis que equiparavam os direitos dos trabalhadores rurais e urbanos. Tudo isso promoveu a evasão do campo e o aumento da população urbana (ROSSINI, 1975).

Processou-se uma transformação estrutural na distribuição da população brasileira. De 1960 a 1990 mais de 42 milhões de brasileiros deixaram o campo e passaram a residir nos aglomerados urbanos (CARVALHO J. A., 2002). Nem sempre, porém, as pessoas que deixaram o campo conseguiram engajar-se como mão de obra em atividades urbanas, constituindo aquilo que a geógrafa Rosa Ester Rossini (1975) identificou como população excedente urbana, obrigada a retornar ao campo na condição de trabalhador “volante”, morador da cidade.

As migrações nacionais para o estado de São Paulo cresceram desde a década de 1910, como já mencionado, e ultrapassaram as imigrações internacionais com mesmo destino na primeira metade dos anos 1930 (ROSSINI, 1975). Seu comportamento no pós-guerra apresentou momentos de expansão e contração, mas manteve-se em patamares muito maiores do que a imigração vinda do exterior (ver gráfico 3).

Gráfico 3: Imigração estrangeira e nacional para o estado de São Paulo, 1946-1970



Fonte: ROSSINI, Rosa Ester. Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo, 1975, p.180. **Organização:** Aline Lima Santos.

Essas últimas vinham caindo desde a primeira metade do século, refletindo dentre outras mudanças as políticas migratórias restritivas adotadas no Brasil e as guerras. O processo continuou e, embora tenha conhecido leve expansão no decênio de 1946-1955, retraiu-se de 1956 a 1970, quando a imigração estrangeira em São Paulo foi inferior a 80.000 pessoas. Nos anos 1950, 2,4% da população residente no Brasil era nascida no exterior. A representatividade dos imigrantes no total dos habitantes do país caiu para 0,5% em 1991 (IBGE, 1940-2010).

Na vertente oposta dos movimentos internacionais, a emigração não chamava atenção nos anos 1960 e 1970. Isso porque os fluxos eram quantitativamente pouco significativos, eram esporádicos e tinham sobretudo

perspectiva temporária. As circunstâncias que engendraram as saídas relacionavam-se, em boa medida, ao regime político do país: eram os exilados políticos.

Os fluxos laborais temporários para os EUA também são dignos de menção. Estes movimentos são emblemáticos da influência norte-americana no Brasil e de seus impactos para formulação de “geografias imaginadas”. Conforme as palavras da antropóloga americana Maxine Margolis (2013, p. 48):

A partir do início dos anos 1940, os EUA tomaram conta do “imaginário geográfico” dos brasileiros que admiravam os filmes, a música e a tecnologia norte-americanos, ao mesmo tempo que viam o modo de vida daquela sociedade através de lentes cor-de-rosa. Ao saturar o público brasileiro com representações do que seria ter uma vida boa, no estilo norte-americano, a mídia brasileira desempenhou um papel no fluxo, ainda que de maneira não intencional. Não é nem um pouco surpreendente que a oportunidade de visitar a fonte de tais imagens idílicas tenha se constituído em atrativo poderoso para aspirantes a imigrantes.

A presença de uma empresa de mineração instalada nos anos 1940 na região de Governador Valadares (MG) foi um dos fatores que contribuíram para originar a emigração temporária para os EUA, capaz de criar uma tradição de emigração que nos anos 1980 e 1990 chegaria ao seu ápice. A mineradora norte americana extraiu mica para utilização em produtos de guerra, desde rádios a detonadores, no decorrer dos anos 1940 e 1950. Seu funcionamento exigiu a presença de técnicos, engenheiros, dentre outros profissionais, de Boston para Governador Valadares (ASSIS, 1999; SIQUEIRA *et al*, 2010; MARGOLIS, 2013).

O contato dos locais com esta população estrangeira fez dos EUA um ponto de referência enquanto “eldorado”. A isso se adiciona os investimentos da empresa no combate à malária, as inversões em saneamento básico, a instalação de luz elétrica, de ferrovia e os novos hábitos de consumo trazidos do exterior. Nos anos 1960, quando a demanda por mica entrou em declínio, o declínio econômico da região se deu rapidamente e os primeiros emigrantes foram buscar melhores condições nos EUA. A partir daí, intensificaram-se as redes sociais que vincularam fortemente um cotidiano de relações entre lugares de origem e destino, em especial Governador Valadares e Boston (SIQUEIRA *et al*, 2010).

A emigração para os EUA, mesmo em sua fase incipiente, era também efeito da forte aliança bilateral do Brasil com poder hegemônico capitalista. No

entanto, pensando ainda em termos de estratégias brasileiras na economia e na política mundial vale sublinhar suas pretensões no Atlântico Sul, onde fez esforços para se aproximar comercial e financeiramente de países africanos, e na América do Sul, especialmente na Bacia do Prata, onde tinha por objetivo tornar-se uma potência regional de modo submisso aos EUA (BECKER & EGLER, 2011).

Os fluxos emigratórios do Brasil para o Paraguai demonstravam essa estratégia. Embora tais emigrações de brasileiros tenham sido incentivadas pelo governo paraguaio a partir do final dos anos 1950 para fins de modernização da agricultura, o Estado brasileiro omitiu-se frente a ocupação das áreas do outro lado da fronteira. De sua perspectiva, esse movimento inseria-se na lógica da expansão da fronteira agrícola brasileira naquilo que Bertha Becker e Cláudio Egler identificaram como “marcha para o oeste” (SPRANDEL, 2006; BECKER & EGLER, 2011).

Os deslocamentos populacionais no Brasil até o fim dos anos 1970 trouxeram em seu bojo importante possibilidade de mobilidade social. A melhoria de condições de vida, porém, não significava para muitos a superação da pobreza, já que na maior parte dos casos, mudou-se de um patamar da escala social para o imediatamente superior, isto é, a mobilidade se deu na base da pirâmide social. A pobreza rural dava lugar a pobreza urbana, localizada nas periferias das cidades (IANNI, 1977).

Mas, de qualquer maneira, as migrações internas abriam um horizonte de ascensão social para aqueles que deixavam as zonas rurais empobrecidas. A emigração do campo era motivada pelo desejo de “melhores condições de vida” e respondia a condição de miséria permanente presente no cotidiano da população rural. Aliás, conforme assinalado pela antropóloga Eunice Ribeiro Durhan (1973), a industrialização criou novas necessidades, desagregou a estrutura da sociedade rural, impôs níveis mais altos de produção e consumo, aumentou a necessidade do dinheiro e promoveu a inclusão na economia monetária.

Assim, o tradicional recurso à mobilidade espacial, mecanismo de alívio de tensões econômicas e sociais típico da economia de subsistência e generalizado na vida rural brasileira, adaptou-se rapidamente à expansão da economia industrial, passando a direcionar-se não mais ao campo, mas sim às cidades

(DURHAN, 1973). Na cidade, um melhor padrão de vida era conquistado, diante da melhoria de acesso a alguns direitos sociais, das oportunidades de trabalho e emprego oferecidas e da elevação do nível de consumo (PASTORE & SILVA, 2001).

Dos anos 1940 aos 1970 houve ampliação dos estratos médios da sociedade brasileira. Formou-se uma classe média ligada ao setor industrial moderno e também a construção civil. No entanto, uma vez mais, deve-se manter em vista que o aumento da renda nacional por habitante se deu em simultâneo com o incremento da desigualdade social (POCHMANN, 2010).

Resta enfatizar, por fim, conforme exposto acima, que a mobilidade espacial no Brasil, especificamente as migrações internas, articulou-se à mobilidade social, produzindo uma tradição na cultura brasileira que ficaria explícita a partir dos anos 1980. Envolvendo indivíduos, famílias, redes sociais articulando locais de origem e destino, as migrações internas destes anos criaram uma tradição migratória na cultura brasileira.

Crise no mundo capitalista na Ordem da Guerra Fria: novas posturas face à população

De fato, chama atenção no início da Guerra Fria os problemas de uma Europa em que as Guerras Mundiais dizimaram de 50 a 60 milhões de pessoas e destruíram patrimônios (RODRIGUES, 2008). Conforme já discutido, o recrutamento de trabalhadores temporários desdobrou-se na nova condição do continente, no qual passou a predominar a imigração intimamente ligada ao processo de reconstrução e à necessidade de recursos naturais e humanos, ao passo que diminuía a proporção de europeus nos fluxos migratórios internacionais, especialmente transcontinentais (MASSEY, D. *et all*, 1998).

De modo geral, assinala-se a visão economicista com a qual os países europeus buscavam regular as imigrações no período pós guerra. Era de se esperar, diante disso, que as políticas de atração de mão de obra imigrante temporária fossem interrompidas quando houvesse abalos na economia. Tal fato veio a ocorrer em fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970.

A partir de 1968, vários eventos davam indicações de que a articulação entre liberalismo econômico, democracia social e planejamento econômico no

mundo ocidental rico tinha encontrado seus limites. Pressões inflacionárias, queda da taxa de lucros, explosão salarial, colapso do sistema financeiro de Bretton Woods (1971) e crise do petróleo (1973) levaram ao fim da chamada Era de ouro, marcada pela expansão material, trazendo dentre seus desdobramentos uma etapa de restrições às imigrações (ARRIGHI, 1996; HOBBSAWM, 1995).

O caso francês é elucidativo. Segundo dados publicados pela ONU e tabulados pelo *Migration Policy Institute* (MPI), 10,3% da população total residente na França nos anos 1970 era imigrante. Era a maior proporção de imigrantes na população de um país da Europa Ocidental e uma das maiores do mundo (MPI, 2013). Os principais fluxos imigratórios para a França durante o período de 1945 e 1973 eram incentivados por políticas de atração e provinham da Argélia e de Portugal.

Enfatiza-se, que a gestão dos fluxos, a formulação das leis e as discussões que as envolveram implicou antagonismos e conflitos. Tratava-se, sem dúvida, de uma questão política delicada, muito embora tenha prevalecido a postura pragmática economicista. As políticas francesas de atração de imigrantes, embora tenham concedido a permanência de forma condicional e temporária, foram incapazes de evitar o enraizamento de muitos imigrantes e suas famílias.

Entretanto, desde 1968 as políticas com as quais se buscava gerir estes fluxos passaram a ser revistas e transformadas em direção à restrição. Isso porque as revoltas estudantis deram visibilidade aos imigrantes ao denunciar problemas relativos à moradia, por exemplo (REIS, 2006). Na sequência desses episódios, no início dos anos 1970, greves de trabalhadores, evidenciaram novamente os estrangeiros na população residente. Tensões sociais tomaram forma, com aumento de xenofobia associado à crise econômica, chegando a episódios de assassinatos de imigrantes argelinos. A possibilidade de regularização após a entrada dos imigrantes no território francês foi extinta. Acordos bilaterais com a Argélia visando o cerceamento dos fluxos foram assinados (REIS, 2006).

Em 1972, foi fundado o Front Nacional, partido representante da direita radical francesa, que começa a associar a imigração à segurança. Segunda a visão desse grupo político, a imigração representava uma ameaça contra a cultura e a economia francesa e, portanto deveria ser estancada em prol da nação (REIS, 2006). Em 1974 é posto fim a política de atração de trabalhadores

imigrantes, toma seu lugar, esforços de formulação de políticas de “imigração zero”. Todavia, tais esforços esbarravam sempre na legislação francesa de direitos humanos, que reconhecia por exemplo o direito a reunificação familiar (REIS, 2006). O resultado da nova forma de lidar com a imigração na França foi a manutenção da proporção dos imigrantes em relação ao total de residentes em patamares estáveis, em detrimento do crescimento observado dos anos 1950 aos anos 1970 (MPI, 2013).

Esse exemplo francês demonstra como os assuntos relativos à população adquiriram importância na ordem geopolítica da Guerra Fria. De modo geral, mudanças significativas ocorreram quanto ao tamanho, ao ritmo de crescimento e ao comportamento da população no mundo. No que diz respeito aos comportamentos da população, salienta-se a queda da taxa de mortalidade nos países mais pobres, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o uso de novos métodos contraceptivos, a cada vez maior concentração da população em áreas urbanas, a inversão de padrões migratórios tradicionais, dentre inúmeras outras alterações.

Quanto ao tamanho, se em 1950 a população mundial era de 2,5 bilhões de pessoas, em 1970 ela tinha crescido para 3,7 bilhões. O ritmo deste crescimento foi se acelerando, tendo alcançado a maior taxa de crescimento médio anual (2,11%) no ano de 1964. Daí até 1972 essa taxa manteve-se acima dos 2% (UN, 2013).

O aumento, evidentemente, ocorreu com intensas variações geográficas. O Sul global cresceu mais rapidamente, em especial nos continentes africano e asiático, o que impactou a distribuição da população. Em 1950 a Europa concentrava 22% da população mundial, em 1970 passou a reunir pouco menos de 18%. A África e a América, nos mesmos vinte anos, ganharam 1% de representatividade, passando de 9% para 10% e de 13% para 14%, respectivamente; enquanto a Ásia, que agrupava 55%, passou a agrupar 57% (UN, 2013).

O geógrafo americano Glenn Trewartha qualificou o rápido crescimento populacional do imediato pós-guerra como o mais básico e significativo de todos os fenômenos sociais e econômicos de seu tempo. Daí porque enfatizou a negligência à Geografia da População como uma fragilidade da ciência geográfica

moderna. Em 1953, o autor, então presidente da Associação de Geógrafos Americanos (AAG), proferiu discurso posteriormente publicado sob o título “*A Case for Population Geography*”, em que expunha sua convicção na urgência de realocar o elemento população na agenda das preocupações da ciência geográfica, conferindo-lhe maior proeminência (TREWARTHA, 1953).

Este discurso frequentemente é tido como fundador da Geografia da População enquanto subdisciplina da Geografia Humana. Apesar de a primeira obra a lançar as bases para as discussões e concepções clássicas da subdisciplina ter sido escrita antes, em 1951, pelo francês Pierre George, intitulada “*Introduction a l’étude géographique de la population du monde*”.

Deste momento em diante, inserida no contexto de Guerra Fria, tanto as superpotências hegemônicas como outros países, especialmente os ricos, passariam a incentivar a produção do conhecimento nesta área, visando subsidiar o planejamento e lidando com preocupações referente à provisão social, envelhecimento, relações internacionais, urbanização, migrações, dentre outros temas considerados de interesse nacional (BAILEY, 2005).

Especialmente nos anos 1960 e 1970 a Geografia da População amadureceu com as contribuições de Glenn Trewartha, que dentre seus trabalhos está a publicação em 1969 do livro “*A geography of population: world patterns*”, Wilbur Zelinsky, que em 1970 publicou seu trabalho “*Prologue to Population Geography*”, ou Jacqueline Beaujeu-Garnier, que entre 1969 e 1973 publicou os dois volumes de sua obra “*Géographie de la population*”. Todos estes trabalhos são referências tradicionais aos pesquisadores vinculados à subdisciplina e encontram-se traduzidos em vários idiomas, inclusive em português.

O fenômeno migratório consolidou-se como uma das problemáticas mais relevantes na Geografia da População, especialmente nos países ricos ocidentais. Sem dúvida, os geógrafos contribuíram essencialmente nas tentativas de formulação de teoria(s) sobre migração. O período da Guerra Fria foi fértil na produção acadêmica sobre o tema.

O americano Everett Lee destacou-se no debate quando em 1966 publicou artigo que virou referência nos estudos sobre movimentos populacionais, intitulado “*A theory of migration*”. A intenção do autor era estabelecer um esquema geral, que atualizasse as formulações propostas por Ravenstein (1885),

à luz daquilo observado em seu tempo. Assim, valorizando aspectos econômicos intervenientes nas decisões e processos migratórios tanto nas áreas de origem como nas de destino, Lee (1966), levou em conta também os obstáculos intervenientes – como as barreiras físicas, exemplificada em seu texto com o muro de Berlim, as políticas migratórias ou o custo dos transportes –, e os fatores pessoais, que podiam ser relacionados ao ciclo de vida, à características psicológicas, etc.

Pode-se considerar que esta e outras contribuições teóricas, no decorrer dos anos 1950, 1960 e 1970, respondiam às preocupações com relação à população mundial e às populações nacionais, promotoras de iniciativas de cooperação internacional para aprofundamento do conhecimento. Tais iniciativas incluíam o plano estatístico, buscando padronizar a coleta de informações em diferentes países, o que permitiria comparações mais pertinentes das suas dinâmicas populacionais. Adiciona-se a isso os esforços conjuntos de planejamento familiar, dentre outras tentativas de gestão internacional das dinâmicas populacionais (BARATA, 2003).

Posteriormente, na conjuntura de crise dos anos 1970, a ilusão presente nos países destino de imigrantes de que os trabalhadores “convidados” voltariam aos seus respectivos países de origem foi contrariada com a permanência e o aumento de solicitações de reunificação familiar. Questões relacionadas à coesão social, ao progresso e ao desenvolvimento passaram a ganhar relevo e igualmente estimularam reflexões sobre as relações entre geografia e população (MASSEY, D. *et al*, 1998).

A imposição de restrições à imigração nos países ricos inaugurou nova postura política relacionada também com a diminuição da necessidade de trabalhadores estrangeiros, tendo em vista a revolução tecnológica que se desenvolveu durante a Guerra Fria. Os conflitos entre EUA e URSS demandaram o desenvolvimento de alta tecnologia que, a partir dos anos 1970, transformou-se em inovações usadas para fins civis (HOBBSAWM, 1995). A pesquisa científica tornou-se um insumo à produção, que passou a ser intensiva em capital e altamente poupadora de mão de obra. O perfil dos trabalhadores necessários aos países ricos foi alterado. Passava-se a desejar a imigração de pessoas altamente qualificadas, que, porém, não era característica predominante dos fluxos

provenientes dos países do Sul.

Vale lembrar que os fluxos migratórios que adquiriram expressão na Guerra Fria partiam principalmente de áreas com disponibilidade de trabalhadores e limitadas em capital e tecnologia, para áreas com escassez de terra e recursos, mas intensivas em capital e tecnologia (MASSEY, D. *et all*, 1998). Assim, não é coincidência a renovação de raciocínios inspirados na teoria formulada por Thomas Robert Malthus, especialmente advogada por representantes dos governos ricos, como explicita a posição dos mesmos na III Conferência Mundial da População em Bucareste, ocorrida em 1974.

De fato, essa conferência tinha claro intento político de formular maneiras de contenção do acréscimo populacional. Isso porque, num raciocínio raso, globalizante e reducionista, via-se ameaça proeminente de desequilíbrio na relação entre população e recursos (BARATA, 2003). Em síntese, vale citar o geógrafo Adrian Bailey (2003, p. 55):

Globally, population growth emerged as a key matter for at least two reasons. First, in the eyes of national and international communities, the apparent unevenness of population growth began to threaten economic recovery and social progress. Several nations within Europe, including France and East Germany, were aware of their slow or even stationary population growth. Earlier population based answers to the problem of a shrinking labour force, namely the recruitment of foreign-born guest workers to staff key industrial sectors, quickly became part of the perceived problem. Second, and related, the economic fortunes of the global South were very much the business of the increasingly interdependent North. Family planning norms from secular industrial society began to diffuse to the global South on the back of cultural messages about modernization and progress. China strengthened its own commitment to its one-child policy¹⁹.

¹⁹ “Globalmente, o crescimento populacional emergiu como o assunto-chave por pelo menos duas razões. Primeiro, aos olhos das comunidades nacionais e internacionais, a aparente irregularidade do crescimento populacional começou a ameaçar a recuperação econômica e o progresso social. Muitas nações dentro da Europa, incluindo a França e a Alemanha Oriental, estavam cientes de seu lento ou estacionário crescimento populacional. Respostas populacionais anteriores como base para o problema de uma força de trabalho diminuindo, ou seja, o recrutamento de trabalhadores convidados estrangeiros para os principais setores industriais, rapidamente tornou-se parte do problema percebido. Em segundo lugar, e relacionado ao anterior, o destino econômico do Sul era muito e cada vez mais interdependente dos negócios com o Norte. As normas de planejamento familiar da sociedade industrial secular começaram a se difundir para o Sul acompanhadas de mensagens culturais sobre modernização e progresso. A China reforçou o seu próprio compromisso com a sua política de filho único” (BAILEY, 2003, p.55). (Tradução livre).

A problemática do crescimento populacional se coadunava também com o aumento da importância estratégica política e econômica do Sul. A expansão dos padrões fordistas de produção e consumo dos EUA para os demais países ricos do Norte significou maior necessidade e pressão sobre as reservas mundiais de insumos primários, disponíveis nos países pobres. Estes, por sua vez, sujeitados política e economicamente, mobilizavam seus recursos em prol dos países do Norte (ARRIGHI, 1996).

Mas, o direito à autodeterminação dos povos declarado na Carta das Nações Unidas (1945) e apadrinhado pelos EUA, inspirou vontades de aquisição de soberania em distintas partes do Sul. Isso poderia implicar na redução da flexibilidade para utilização dos recursos por parte dos países ricos, já que a luta por soberania no Sul poderia culminar em valorização dos recursos naturais em benefício dos interesses nacionais, aumentando assim a competitividade entre os países do Norte (ARRIGHI, 1996). Tais receios de fato vieram a se concretizar em algumas situações.

Com o fim da Guerra do Vietnã (1954-1975), a hegemonia americana e a postura de vigilantes do mundo livre adotada pelo país sofreram abalos, perdendo temporariamente a confiança tanto na esfera doméstica como no cenário internacional. A lacuna deixada resultou na emergência de forças locais pró independência, por vezes apoiadas pela URSS, as quais acabaram com os resquícios dos impérios coloniais da ordem geopolítica anterior. A crise da hegemonia americana, tanto militar como ideológica, promoveu inversão das relações de poder na Guerra Fria: Sul e Leste fortaleceram-se. Conforme destaca Giovanni Arrighi (1996, p. 334):

Esse novo revés para o poder mundial dos Estados Unidos – que não por acidente, trouxe em sua esteira a crise de confiança do dólar norte-americano, o segundo choque do petróleo e a invasão soviética do Afeganistão – finalmente convenceu o governo dos Estados Unidos de que era chegado o momento de abandonar a tradição de confronto com as altas finanças privadas, embutida no New Deal, e de, em vez disso, buscar sua assistência por todos os meios disponíveis, para recuperar a vantagem na luta pelo poder.

A fase de expansão material do ciclo de acumulação americano passou, assim, para a fase de expansão financeira. Os EUA abriram sua economia e estimularam/impuseram que outros países também o fizessem, muitas vezes promovendo também a abertura política. Além disso, o país estabeleceu políticas monetárias restritivas, altas taxas de juros e desregulamentação aos países pobres, fazendo-os sucumbir as crises da dívida. Na sequência, a queda da URSS no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 faria aumentar as pressões competitivas dos mais pobres por capital circulante (ARRIGHI, 1996).

O poder hegemônico dos EUA iria se intensificar em termos de regime globalista. Como consequência, houve fortalecimento e a criação de instituições internacionais e aumento do fluxo de capitais e mercadorias. No fim da década de 1980 a Europa Ocidental intensificaria o processo do qual decorreria a construção de um regime de soberania integrativa (AGNEW, 2005).

Portugal no contexto de crise capitalista na ordem da Guerra Fria

No decorrer dos anos 1950 e 1960, Portugal experimentou importante expansão material expressa na minimização de sua defasagem diante dos demais países da Europa Ocidental. Este crescimento econômico orientado por um regime autoritário, mas pragmático, caracterizou-se pela diminuição da participação da agricultura no produto interno bruto do país, ao passo que aumentaram a contribuição da indústria e dos serviços. Nos termos do economista João Luis César das Neves (1994, p. 1018):

De 1958 a 1973 foi criada a nova estrutura da economia portuguesa. O produto quase triplicou no país nestes quinze anos. A agricultura, que contribuiu com 34% do PIB e ocupava 43% da população em 1958, encontrava-se em 16% do produto total e 34% da população em 1973. A abertura ao comércio externo (importações + exportações) subiu de 41% para 56% do PIB.

A industrialização foi acompanhada pelo discurso do progresso e da modernização, que se tornaram palavras-chave do regime salazarista. Soma-se a isso, como dito acima, a tendência à abertura econômica do país, manifesta, por exemplo na adesão à Associação Europeia de Livre Comércio, criada em 1960, da qual participava com a Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça e Reino Unido (NEVES, 1994).

Conforme assinalado anteriormente, tais transformações foram acompanhadas pelo aumento das emigrações portuguesas. Em 1960, para cada mil habitantes 3,6 pessoas deixaram o país. O ápice do fenômeno no período considerado se deu no ano de 1966, quando 120.239 pessoas emigraram de Portugal. De 1960 a 1970 estima-se que o saldo migratório português tenha sido - 1.306.559. Em consequência, a população residente em Portugal sofre retração, passando de 8,8 para 8,6 milhões de pessoas (PORDATA, 2015; RODRIGUES, 2008).

No contexto de crise do capitalismo mundial dos anos 1970, por sua vez, Portugal enfrentou uma fase revolucionária, que incluiu suas instituições, sua política, seu território e os processos migratórios no qual se inseria. Em 1974 a Revolução dos Cravos pôs fim a um regime ditatorial de quase 50 anos, para substituí-lo foi adotado um regime democrático moderno. Na sequência da queda da ditadura, completou-se o processo de descolonização e a consequente destruição do império português.

No ano 1970, para cada mil habitantes havia 7,6 emigrados; em 1980, eram 2,7 emigrados por mil habitantes (PORDATA, 2015). Nota-se, em vista disso, um arrefecimento das saídas decorrentes da crise nos países de destino e das transformações internas pelas quais Portugal passava. Mas é a vertente imigratória que traria a grande novidade desta fase:

... a descolonização dos territórios africanos trouxe a Portugal quase meio milhão (480 000) de pessoas de 1973 a 1976, uma subida da população total de 5,6% em três anos. Este é o único período do século XX em que se registou uma significativa imigração líquida no país. 1% da população entrou no país, em média, durante os dezessete anos de 1974 a 1990 (NEVES, 1994, p. 1023).

Impôs-se, desta forma, a necessidade de repensar as normas de entrada, permanência, saída e expulsão no país. Em consequência, em 1981, passou a vigorar o Decreto-Lei 264-B/81, de 03 de setembro, cuja intenção era adaptar o arcabouço normativo até então vigente à nova realidade e aos “interesses nacionais”. Nos termos do preâmbulo do referido documento:

Havendo conveniência em reunir num único diploma a legislação reguladora da entrada, permanência, saída e expulsão de estrangeiros do território nacional, em ordem a facilitar o conhecimento da lei por parte dos interessados e a sua aplicação pelas entidades competentes;
Verificando-se a necessidade de rever normas já desajustadas por forma a adaptá-las às exigências do interesse nacional; Convindo disciplinar situações até agora não previstas na lei, dotando, assim, as entidades competentes dos necessários instrumentos legais (PORTUGAL, 1981).

Respondendo as tais carências, esse Decreto-Lei foi o único aparato legal produzido por Portugal até meados dos anos 1990. Durante uma década e meia, portanto, o país não incluiu a temática imigratória em seu debate político ou no conteúdo programático do governo (PINHO, 2014).

A imigração (especialmente de retorno) para Portugal na década de 1970, ocorreu em um contexto de baixas taxas de crescimento do PIB. Apesar da alternância de fases de recessão e de recuperação, o PIB português não ultrapassou taxas médias anuais de 2,5%. Esse arrefecimento era em grande medida resultado das crises do capitalismo internacional, elemento fortemente dinamizador da economia portuguesa (RODRIGUES, 2008).

Convém assinalar também as transformações ocorridas no comércio exterior português ao longo da Guerra Fria. Nos anos 1950, Portugal tinha como maior cliente o Reino Unido. Para esse país, em 1952, foram escoados mais de 12% das exportações, enquanto para a Alemanha (6,3%) e para a França (4,2%), as exportações representavam 10,5% do total. Em 1973, o volume do escoamento para o Reino Unido atingiu o ápice de 24% do total exportado, ao passo que as vendas para a Alemanha e a França não chegavam aos 13%. Contudo, em 1984, o volume das exportações para os britânicos caiu para 15%, no mesmo momento em que para a Alemanha e a França, a proporção do escoamento ultrapassou os 26% do total (NEVES, 1994).

No que se refere às importações portuguesas, em 1952 o Reino Unido, responsável por 15,9% do total importado, novamente destaca-se como maior fornecedor. Alemanha (7,3%) e França (4,7%) respondiam por 12% da origem das compras de Portugal. Em 1973, a Alemanha (14,4%) superava os britânicos (11,4%) como principal fonte dos produtos importados. Em 1984, as importações portuguesas foram menos concentradas, mas prevalece o fornecimento alemão,

que representa 10,1% do total, seguido pela França (8%) e pelo Reino Unido (6,8%) (NEVES, 1994).

Em suma, os dados citados demonstram que no decorrer da Guerra Fria, e conforme afirma Alain Lipietz (1988, p. 145) o país deixou se estabelecer como uma colônia para os britânicos e uma metrópole para a África, e tornou-se basicamente uma região de fabricação, abastecendo o mercado comum com produtos de industrialização leve e com mão de obra, em especial a França e a Alemanha Ocidental, de quem também passaram a importar mais.

No que diz respeito à identidade portuguesa, os principais eventos para Portugal no período da Guerra Fria, como o esfacelamento do império colonial, não deflagrou grandes dramas. Talvez porque um dos alicerces mais importantes desta identidade permaneceu: a emigração. Eduardo Lourenço (2011, p.105), ao analisar a Europa no imaginário português, afirmou: “a nossa imagem de nação colonizadora converteu-se em imagem de nação emigrante”.

Não por acaso, nos anos 1970 e 1980 isso se expressou em distintos dispositivos legais que procuraram manter e fortalecer os laços de Portugal com as Comunidades Portuguesas²⁰. A própria Constituição portuguesa, datada de 1976, inclui dispositivos sobre os portugueses emigrados, como exemplifica o seu 14º artigo, no qual se estabelece que “os cidadãos portugueses que se encontrem ou residam no estrangeiro gozam da proteção do Estado para o exercício dos direitos e estão sujeitos aos deveres que não sejam incompatíveis com a ausência do país” (PORTUGAL, 2005).

Outro exemplo de iniciativas de valorização dos portugueses residentes no estrangeiro se deu em 1978, quando foi decretado que o dia 10 de junho seria, além de dia de Portugal e de Camões, também o dia das Comunidades Portuguesas no exterior. O poder simbólico desta vinculação foi ressaltado no Decreto-Lei n.º 39-B/78, de 2 de março, conforme os seguintes termos:

O dia 10 de Junho, Dia de Camões e das Comunidades, melhor do que nenhum outro, reúne o simbolismo necessário à representação do Dia de Portugal. Nele se aglutinam em harmoniosa síntese a Nação Portuguesa, as comunidades lusitanas espalhadas pelo Mundo e a emblemática figura do épico genial (PORTUGAL, 1978).

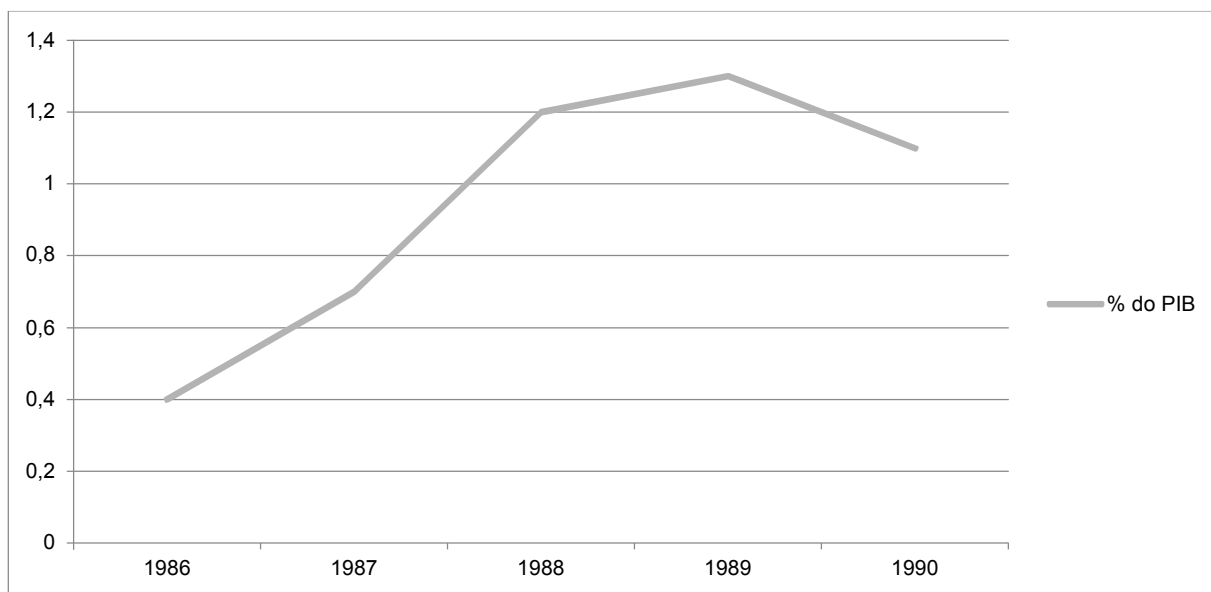
²⁰ Ver lista das medidas legislativas surgidas no decorrer da Guerra Fria organizada por Rocha-Trindade ([2001]2015) no artigo intitulado “Políticas portuguesas para emigração”, página 491.

Mas se os portugueses no exterior preenchiam a lacuna simbólica deixada pelo império, a Europa era a solução para problemas concretos e uma aliada política e ideológica. Todavia, jamais a Europa foi formulada em termos de profunda identificação. Ainda assim, as alterações de cunho político e econômico enfrentadas pelo país dos anos 1970 em diante impuseram o fortalecimento dos laços portugueses com a Europa. Isso se expressou na Constituição Portuguesa, por exemplo, no artigo 7º, que trata das relações internacionais, conforme se lê no §5: “Portugal empenha-se no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da ação dos Estados europeus a favor da democracia, da paz, do progresso econômico e da justiça nas relações entre os povos” (PORTUGAL, 2005).

Observa-se que a identidade europeia de Portugal não é abordada como algo espontâneo ou um dado natural, como comumente se verifica nos discursos sobre identidade. Trata-se, isso sim, de uma substância que necessita ser reforçada, o que demanda empenho. A escolha por um Portugal mais europeu permitiu ao país a consolidação do regime democrático, a implantação do liberalismo econômico, associado com certo grau de promoção de bem estar social e a aquisição de estabilidade política. Além disso, lançou as bases para a adesão de Portugal a Comunidade Econômica Europeia (CEE), em 1986, promovendo uma onda de otimismo com relação ao futuro coincidente com o fim da ordem geopolítica da Guerra Fria.

Este otimismo estava vinculado à prosperidade experimentada por Portugal decorrente da sua entrada na CEE. A partir de 1986 o país acelerou a abertura econômica e recebeu importantes injeções de capitais provenientes dos fundos estruturais europeus. Considerando as verbas pagas e/ou recebidas por um Estado- membro no âmbito do orçamento comunitário, Portugal manteve um saldo positivo com crescente participação no Produto Interno Bruto (PIB) das transferências financeiras com a CEE de 1986 a 1990 (ver gráfico 4).

Gráfico 4: Portugal - Saldo das transferências financeiras com a CEE, 1986-1990



Fonte: INE/BP – Contas Nacionais Anuais (Base 2011). PORDATA, 2015.

Organização: Aline Lima Santos.

Em decorrência disso, o PIB português que, em 1986, foi de €28.247.884,00 passou, em 1990, para €56.356.228,00 (PORDATA, 2015). A este crescimento da riqueza criada no país, acrescenta-se o aumento dos salários e dos níveis de consumo privado, as melhorias na saúde e educação, o desenvolvimento da construção civil, da indústria e do turismo, dentre outras benesses (PINHO, 2014).

Por outro lado, a abertura econômica também trouxe prejuízos. Dentre eles pode-se citar o aumento do ambiente de concorrência, tendo em vista a entrada maciça de produtos de outros países da comunidade europeia. Nesta nova circunstância, muitas empresas portuguesas desapareceram, devido sua incapacidade de produzir de modo competitivo. Estes abalos no parque industrial português se deram paralelamente ao registro de déficits na balança comercial externa do país e aos déficits em contas públicas, que culminavam no aumento da dívida externa. Os recebimentos da CEE e a desvalorização cambial foram instrumentos relevantes para compensar estes problemas (SILVA R. V., 2015).

Brasil no contexto de crise capitalista na ordem da Guerra Fria

Os observadores eufóricos do crescimento econômico brasileiro nos anos 1970 certamente foram tomados pelo desalento na década seguinte. Tal crescimento, financiado com capital externo, gerava aumento significativo da dívida externa, que por sua vez, exigia novos empréstimos ao país, formando-se, assim, um círculo vicioso. A taxa de crescimento da dívida externa brasileira no período de 1978 a 1982 teve média anual de 14% (CERQUEIRA, 2003, p. 26)

Mas em setembro de 1982 o mercado financeiro internacional teve abrupta restrição de liquidez²¹. Interrompeu-se, em decorrência disso, os ingressos de recursos externos no Brasil, que na altura ultrapassavam US\$1,5 bilhão por mês. Impõem-se daí em diante a necessidade de renegociação da dívida externa e a solicitação de ajuda econômica ao FMI, enfim uma intensa crise econômica instala-se no país (CERQUEIRA, 2003).

Em consequência, o modelo de Estado Desenvolvimentista, responsável desde os anos 1930 por esforços de promover a industrialização via substituição de importações, foi esvaziado. Já em 1983 houve esforços de formulação e implementação de programa econômico destinado a diminuir a importância dos financiamentos externos para o Brasil. O Estado abandonou seu papel de investidor, o que se manifesta na queda real de 21% nas inversões das empresas estatais, ou na radical diminuição do déficit público, ou ainda na paulatina redução dos subsídios agrícolas, para citar apenas alguns exemplos (CERQUEIRA, 2003).

A década de 1980, para a população brasileira, representou do ponto de vista econômico, diminuição de possibilidades de ascensão social, redução da renda e o enfrentamento de sérias pressões inflacionárias. Se em 1980 a inflação era de 110%, no decorrer da década e no início da década seguinte seu crescimento foi brutal, chegando a 2.700% em 1993 (CERQUEIRA, 2003).

No âmbito internacional, os EUA e a URSS vinham se reaproximando desde o fim dos anos 1960 e a ameaça comunista perdeu sua força no discurso

²¹ “A chamada ‘crise do mercado financeiro internacional’ teve por origem diversos fatos sucessivos: a instabilidade política no Oriente Médio, a insolvência da Polônia, as dificuldades de grandes empresas alemãs, canadenses e americanas, a guerra das Malvinas no Atlântico Sul, a moratória do México, em agosto de 1982 e, finalmente, o insucesso da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em setembro do mesmo ano, em Toronto, em que se esperava a criação de um fundo de emergência de US\$ 25 bilhões e que não se concretizou” (CERQUEIRA, Ceres. A dívida externa brasileira, 2003, p.20).

geopolítico estadunidense. Assim, o governo de Jimmy Carter (1977-1981) distanciou-se significativamente dos regimes autoritários sul americanos (ROSEIRA, 2011).

Uma das consequências desse afastamento, no que diz respeito à política externa brasileira, foi o abandono do alinhamento automático aos EUA a partir do governo Geisel (1974-1979), adotando-se o que ficou conhecido como “pragmatismo responsável”. Paralelamente, o país buscou alterar imagem de “expansão imperialista”, consequência da fase anterior, com finalidade de inserir-se somente como mais um membro sul-americano (BECKER & EGLER, 2003).

Mas os benefícios econômicos trazidos pelas novas posturas da política externa não foram rápidos. Enquanto isso o afastamento dos EUA abalava o regime político brasileiro, que com a crise econômica tinha suas fragilidades aumentadas e evidenciadas. Como era de se esperar, a situação provocou grandes descontentamentos na população, fomentando lutas por redemocratização e renovando a força de movimento sociais, dentre outros efeitos. De modo “lento, gradual e seguro”, conforme verbalizado pelo presidente-ditador Ernesto Geisel e condizente com as típicas modernizações conservadoras brasileiras, foi posto um ponto final à ditadura militar em 1985, quando se encerraram as ações na direção da abertura política.

Apesar das expectativas que poderiam decorrer do processo de transformações políticas, o mal desempenho econômico do Brasil não dava muitas margens para esperanças de melhoras a curto prazo. Mesmo a adoção das diretrizes neoliberais, expressas no Consenso de Washington (1989), como a abertura econômica, só acirraram os problemas.

Sem dúvida, perspectivas melhores só se fortaleceriam em 1994, com a implementação do Plano Real, que logrou, após sucessivas tentativas, controlar a inflação e promover estabilidade econômica. Apesar disso, depois de um breve período em que se colheu benefícios do Plano, no fim dos anos 1990, novas dificuldades se apresentaram. Houve perda de poder aquisitivo da classe média e sérios os prejuízos ao parque produtivo do país, incapaz de competir em condições de igualdade com as empresas multinacionais e transnacionais que passaram a ter acesso ao mercado brasileiro, após abertura econômica.

Em consequência do cenário de desesperança o fenômeno emigratório

emerge como fato novo nas dinâmicas populacionais do Brasil. O demógrafo brasileiro José Alberto Magno de Carvalho (1996) foi um dos pioneiros nas tentativas de estimar os movimentos de saída. Nos anos 1980, excluindo-se as crianças nascidas no decênio, 1 milhão e 800 mil pessoas deixaram o país. Destes, mais de 58% eram homens. O autor destacou a importância do tema e relacionou essa perda populacional com a falta de perspectivas de vida digna e segura no país (CARVALHO J. A., 1996, p. 13). Os resultados impressionaram. Eles representaram cerca de 1,6% da população maior de 10 anos e solapavam a auto-estima de um Brasil que se via enquanto país de imigração, associando a esta condição um *status* positivo no âmbito internacional (CARVALHO & CAMPOS, 2006).

Essa emigração de brasileiros dirigia-se principalmente aos EUA. Os laços entre Minas Gerais e a potência hegemônica gestados nas décadas anteriores adquiriram, nos anos 1980, novos contornos, passando a fundamentar-se nas saídas de brasileiros que emigram na intenção de trabalhar. Em especial, os vínculos estabelecidos entre Governador Valadares e Boston chamaram atenção de inúmeros pesquisadores. Mas o fenômeno foi se diversificando e a estas conexões foram se acrescentando novas origens no Brasil e novos destinos nos EUA.

O aumento do número daqueles que emigravam para os EUA pode ser expresso pela concessão de vistos. Em 1981, os brasileiros estavam em décimo lugar no ranking daqueles que mais recebiam permissão de entrada no país. Incrementando-se o interesse na emigração ano a ano, em 1990, os brasileiros passaram a ocupar o quarto lugar nesse ranking (GOZA, 1992).

De fato, os EUA tornaram-se o destino preferencial dos brasileiros egressos. Mas também merecem menção os fluxos destinados aos países com que o Brasil faz fronteira e aqueles direcionados ao Japão e a países europeus. Concretamente, e a título de síntese, os principais receptores da emigração brasileira eram países com os quais o Brasil tinha vínculos históricos e econômicos.

O sistema migratório luso brasileiro na ordem geopolítica da Guerra Fria: a transição e a inversão

Sublinha-se brevemente as especificidades pelas quais o sistema migratório formado entre Brasil e Portugal passa no decorrer da ordem geopolítica da Guerra Fria. Anteriormente, porém, convém pontuar algumas características políticas e econômicas das relações entre estes países, a fim de melhor situar o papel dos movimentos populacionais.

No imediato pós-Guerra houve tendência de afastamento político e econômico do Brasil com Portugal. Nos anos 1950, por exemplo, a defesa brasileira da auto-determinação dos povos no âmbito da ONU trazia constrangimentos à postura colonialista mantida por Portugal. Esse descompasso acirrou-se quando, nos anos 1970, o Brasil prontamente apoiou e reconheceu a independência de Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

No que diz respeito à economia, a importância das relações comerciais entre os dois países não tinha peso significativo e foi se tornando cada vez menor, atingindo valores mínimos. Dados sobre as exportações portuguesas são reveladores deste fato. Em 1947 as vendas para o Brasil correspondiam a 6,4% do total. Quanto às importações, no mesmo ano, as compras de produtos brasileiros correspondiam a 2,1% do total. Tanto as exportações como as importações atingem valores irrisórios no ano de 1984 (NEVES, 1994). O embaixador português José Calvet de Magalhães descreveu as trocas comerciais nos anos 1950 e 1960 nos seguintes termos:

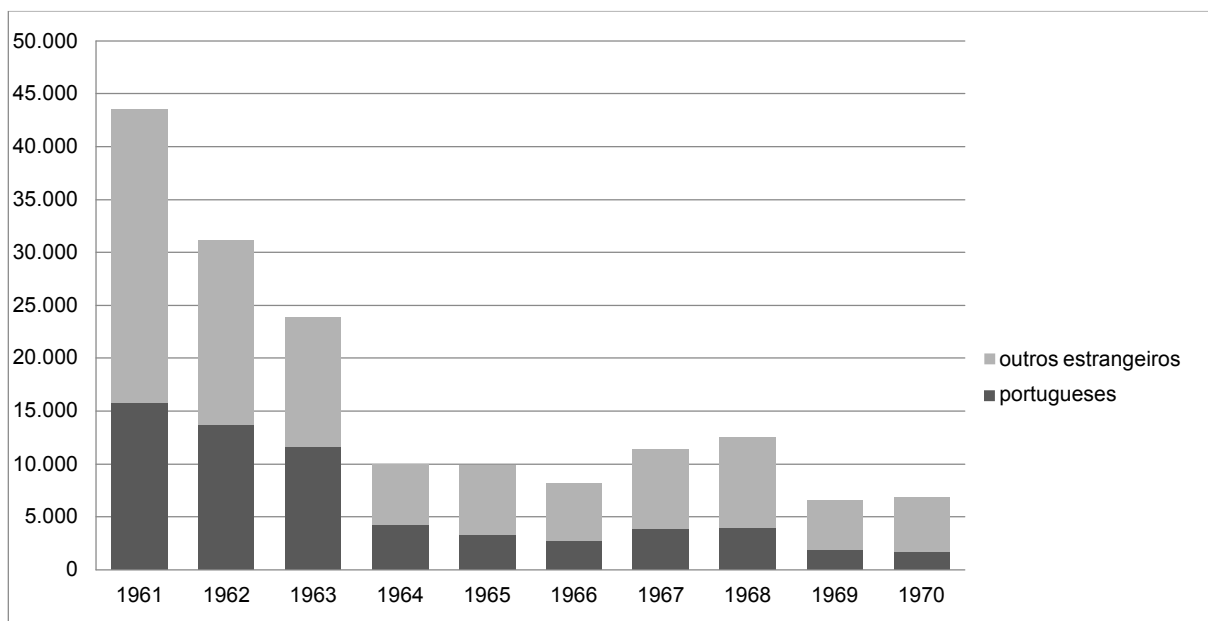
No período de 1950 a 1954 (...) o valor das exportações portuguesas para o Brasil situou-se em uma média anual de 6 milhões e 400 mil dólares; e o valor das exportações brasileiras para Portugal em 5 milhões e 800 mil dólares. No período de 1955 a 1959 (...) o valor das mesmas exportações desceu, respectivamente, para 3 milhões e 200 mil dólares e 5 milhões de dólares. De 1960 a 1964, esses valores reduzem-se a médias anuais insignificantes (na ordem dos 2 milhões e 4 milhões de dólares, respectivamente) (MAGALHÃES, 2003, p. 119).

Mesmo com novas negociações e acordos comerciais, dentre outras medidas para desenvolvimento de cooperação econômica, essa situação se manteria pouco alterada até fins dos anos 1980. O Brasil, nos anos 1970 e 1980, fazia investimentos diretos mais significativos em Portugal do que o contrário. A débil atividade empresarial portuguesa no Brasil decorria da pouca iniciativa, da baixa capacidade financeira e do contexto de crise econômica enfrentada por Portugal pós 1974. Em 1990, Portugal investiu 5 milhões de dólares no Brasil, que em contrapartida, investiu em 1989-1990 cerca de 120 milhões de dólares em Portugal (MAGALHÃES, 2003, p. 123).

Como se observa, portanto, Brasil e Portugal não ocupavam posição de prioridade em assuntos econômicos e políticos um do outro na maior parte da Guerra Fria. Na contramão dessa tendência, porém, persistia a importância dos fluxos migratórios. Reestabelecida a paz na Europa, demorou pouco tempo para que as imigrações portuguesas no Brasil voltassem a se expandir.

Estes imigrantes nunca deixaram de ser o grupo estrangeiro mais representativo no Brasil. Apesar das reduções sofridas por estes movimentos, os portugueses ainda migravam para o Brasil mais do que os brasileiros migravam para Portugal na maior parte do período de Guerra Fria. Mesmo após os fluxos emigratórios de portugueses para a França terem ultrapassado os fluxos para o Brasil, as entradas de portugueses superavam em muito as entradas de qualquer outro grupo imigrante. Na década de 1960, por exemplo, 43,6% dos estrangeiros que entraram no Brasil eram portugueses (ROSSINI, 1975, p. 180).

Gráfico 5: Brasil - entradas de estrangeiros, 1961-1970



Fonte: ROSSINI, Rosa Ester. Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo, 1975,p.180.

Organização: Aline Lima Santos.

Contudo, apesar da importância relativa dos portugueses, convém destacar no conjunto da população imigrante no Brasil uma característica comum a todos: a redução dos fluxos, já aqui mencionada. Conforme é possível verificar no Gráfico 5, o número dos que escolhem o Brasil como destino migratório reduziu-se absolutamente.

Em estudos anteriores a este, argumentou-se que esta fase compreendida entre os anos 1950 e 1980 constitui-se em uma fase de transição do sistema migratório Brasil - Portugal (SANTOS A. L., 2010). Aqui reitera-se esta ideia. A transição precede a alteração substancial dessa configuração tradicional que iria ocorrer na segunda metade dos anos 1980, quando houve inversão dos fluxos migratórios.

O novo arranjo dos movimentos populacionais entre Brasil e Portugal se coadunou com a reorganização dos sistemas migratórios característicos da ordem da Guerra Fria. Neste período da história a Europa, que irradiava população para os quatro cantos do mundo, passou a receber imigrantes extracontinentais. Tais fluxos se somavam, evidentemente, aos movimentos intra europeus que também aumentaram. A partir da Guerra Fria as migrações internacionais, de modo geral, adquirem alcance global e se tornam cada vez mais complexas (MASSEY, 2003).

Se de 1890 a 1950 houve queda da participação de estrangeiros na população residente em Portugal (0,82% para 0,25%, respectivamente), a partir dos anos 1970 o crescimento do percentual dos imigrantes regulares seria cada vez mais acelerado. Se os estrangeiros representavam 0,29% da população em 1970, em 1980 já correspondiam a 1,1% (LAGES *et alli*, 2006, p. 61). Portugal ia se tornando, dessa maneira, além de um país de emigração, um país de imigração. Simultaneamente, o Brasil ia assumindo características de país de emigração.

Importa sublinhar que em 1960, dos 30.000 imigrantes residentes no país, 22% (aproximadamente 6.600 pessoas) eram brasileiras (BRAGA, 2010, p. 199). Apesar da importância relativa, porém, as pessoas egressas do Brasil em Portugal pouco impactavam a sociedade acolhedora. Sem dúvida, nesta fase, a imagem que a sociedade portuguesa construiu dos brasileiros referia-se muito mais aos próprios portugueses (emigrantes retornados) do que às pessoas nascidas do Brasil.

A entrada de Portugal na CEE, em 1986, porém, iria incentivar as iniciativas brasileiras de promoção de fortalecimento dos laços, principalmente econômicos. A representação de Portugal no imaginário geográfico brasileiro seria reformulada: o país “atrasado” daria lugar ao país “europeu” e, portanto, “moderno” (PINHO, 2014).

Os meios de comunicação de massa brasileiros desempenharam importante papel na propagação destes novos elementos simbólicos associados a Portugal. Certamente, tal condicionante comunicacional influenciou decisões de investir e de emigrar, tornando Portugal um destino concretamente possível. As notícias sobre a modernidade portuguesa e sua entrada no mais poderoso bloco comercial do mundo, além de situar o país como importante porta de acesso dos produtos brasileiros ao mercado europeu, suscitaram reconsiderações de projetos migratórios, culminando no retorno de portugueses imigrantes no Brasil (PINHO, 2014).

De início a expansão das emigrações brasileiras para Portugal estava intimamente associada ao retorno de portugueses ao país de origem. Com os portugueses, emigravam seus cônjuges e filhos naturais e/ou nacionais do Brasil. Tratava-se, portanto, do deslocamento de famílias luso-brasileiras.

Daí porque os fluxos da emigração brasileira em Portugal - na realidade contra fluxos, direcionaram-se neste momento principalmente para as áreas de tradicional emigração portuguesa para o Brasil, isto é, para o Norte-litoral. Pertencentes à classe média brasileira e dotados de elevado grau de instrução, estes emigrados não tinham o trabalho e o acúmulo como intuito primordial do projeto migratório, muito embora tenham logrado inserir-se em áreas do mercado de trabalho exigentes de alta qualificação (SANTOS A. L., 2010; MALHEIROS, 2007). A ampla bibliografia disponível sobre o tema costuma periodizar os momentos de expansão da imigração brasileira em Portugal identificando esta fase como a primeira onda ou “vaga” migratória²².

Quadro 2: Características da primeira onda de emigração brasileira para Portugal

Características	Primeira onda
Fase	1980 a meados de 1990
Essência do fluxo	Refluxo
Distribuição no território	Concentrada no norte litoral
População ativa	Não dominante
Origem na estrutura social brasileira	Classe média
Nível de instrução	Elevado
Inserção no mercado de trabalho	Segmentos que exigem alta qualificação

Fonte: SANTOS, Aline Lima. Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI 2010, p. 56.

Em um momento de prosperidade econômica associada ao crescimento do fenômeno imigratório e redução da emigração, a inserção de brasileiros no território português não foi acompanhada de demonstrações preocupantes de preconceito, discriminação ou xenofobia. Apesar dos desconfortos diplomáticos ocorridos com relação aos dentistas, o embate e resguardo de interesses profissionais de grupos específicos não eram verificados de maneira geral na relação entre sociedade receptora e brasileiros. O depoimento de um imigrante brasileiro em Portugal é revelador a este respeito:

²² Os autores portugueses utilizam mais comumente a expressão “vaga migratória”.

... o brasileiro era até bem-visto aqui, e as pessoas gostavam do nosso sotaque, pois os brasileiros que vinham eram mais selecionados. Houve uma polêmica na altura em que nós chegamos, que foi com os dentistas brasileiros, mas isso foi uma coisa de classe profissional, porque para ser médico dentista aqui, tem que ter o curso de medicina e com especialização em medicina dentária. Porém, lá no Brasil, não, e como o brasileiro era mais carismático com as pessoas, os dentistas portugueses acharam que os brasileiros estavam a tirar um pouco a clientela deles, então houve esse choque de classe profissional, mas a própria legislação não colocava impedimentos. O resultado é que eles endureceram um bocado, a associação dos médicos dentistas, mas não foi a população. Por parte da população, se houvesse um médico dentista português e um brasileiro, às vezes era capaz de optar por um brasileiro, porque achava que o brasileiro era mais amigo, mais cuidadoso, etc., e foi isto que vimos neste primeiro período (GABRIEL, 2010, p. 100).

Estas características da emigração brasileira se manteriam até meados dos anos 1990, já na ordem geopolítica contemporânea. A partir de então, após uma fase breve de estagnação/ redução dos fluxos, uma nova fase de expansão sem antecedentes é verificada.

Parte 2

Ordem Geopolítica Contemporânea e o sistema migratório luso-brasileiro: velhas e novas dinâmicas

As migrações no mundo pós-Guerra Fria

Um aspecto peculiar da ordem geopolítica da Guerra Fria foi sua capacidade de congelar o surgimento de novas fronteiras no mundo. De modo geral, as ideologias geopolíticas e seus respectivos discursos, largamente baseados no medo e na ameaça, amalgamaram diferenças étnicas e identitárias e as controlaram no interior de muitos Estados territoriais. Mas a queda do Muro de Berlim em 1989 e a espiral de descontentamentos com o sistema socioeconômico socialista e sua falência no início dos anos 1990 fizeram emergir a partir daí as lutas, negociações e guerras por demarcação de território e pelo estabelecimento de limites entre grupos humanos.

O princípio da autodeterminação dos povos²³, presente no direito internacional desde o fim da Segunda Guerra Mundial, associado a questões de identidade foram elementos que inspiraram fortemente os movimentos nacionalistas e de luta por independência na ordem geopolítica pós-Guerra Fria. Houve fragmentação territorial da URSS e da Iugoslávia, por exemplo. Novos países passaram a fazer parte do mapa-mundi, como Armênia, Azerbaijão, Bielorrússia, Croácia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Kosovo, Macedônia, Montenegro, Palau, República Tcheca, Sérvia, Timor-Leste, dentre outros na Europa, na Ásia, na África e na Oceania.

Ao examinar esse processo, Michel Foucher (2012) destacou o acréscimo de cerca de 30.000 quilômetros de fronteiras desde 1990. O geógrafo francês calcula que atualmente o mundo está estruturado em 264 fronteiras políticas interestaduais que juntas somam cerca de 230.000 km (COSTE, 2007). Este autor adotou uma definição clássica da fronteira, que denota a ideia de separação, divisão, limite (político, fiscal, militar, linguístico, legal, etc) entre Estados, territórios, nações, exprimindo, ainda, as distinções entre as esferas “internas” e “externas”. Esta perspectiva reitera a equação “Estado = território = nação”, o que fica explícito em seu entendimento sobre a relação entre fronteiras e identidade:

²³ A Carta da ONU (1945), por exemplo, traz em seu artigo 1º, parágrafo 2º que é propósito das Nações Unidas: “desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas **no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos**, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal” (grifo nosso).

il n'y a pas d'identité sans frontières, qui sont là pour borner l'existence collective de repères symboliques mais visibles. Quand il n'y a plus de frontières, il n'existe plus de communauté politique. Les identités se diluent et le "sans-frontière" laisse l'individu face à lui-même et au monde. Il n'y a de "moi sans eux, sans les autres", pas de dedans sans dehors, pas de distance et de liberté sans traversée des frontières²⁴ (COSTE, 2007).

Embora tenha o mérito de considerar as fronteiras e identidades enquanto construção histórica multiescalar e multifuncional, esta compreensão exemplifica a já referida "armadilha territorial" dominante nas ciências humanas e sociais (AGNEW & CORBRIDGE, 1995). Entretanto, na ordem geopolítica contemporânea tal paradigma se tornou insustentável.

O aumento dos fluxos financeiros, e de mercadorias cruzando as fronteiras livremente fez-se uma característica substancial da nova ordem geopolítica. Novos atores transnacionais operam de modo independente das fronteiras, além disso, cresce a quantidade de instituições supranacionais e internacionais, e, a manipulação econômica como instrumento político converteu-se em prática recorrente (NYE, 2002). Em consequência, apesar das novas fronteiras e crescimento do número de Estados territoriais, na esfera internacional multiplicaram-se os constrangimentos às soberanias estatais em virtude das cada vez maiores e mais complexas redes de instituições, normas jurídicas, movimentos sociais e da interdependência entre eles (COSTA W. M., 2005).

A crise da dívida que atingiu a América Latina nos anos 1980 provocou debates que culminaram em um receituário de "ajuste econômico" lançado por instituições financeiras internacionais e americanas, dentre elas o FMI e o Banco Mundial, em 1989. Inspirados em estudos desenvolvidos no âmbito do *Peterson Institute for International Economics*, especialmente aqueles desenvolvidos pelo economista John Williamson, as recomendações sugeridas/ impostas para superação da crise ficaram conhecidas como "Consenso de Washington". Os princípios básicos aconselhados eram a prudência macro econômica, a liberalização doméstica e a orientação econômica para o exterior. Daí decorriam políticas econômicas ligadas à reforma fiscal, privatizações, atração de

²⁴ "Não há identidade sem fronteiras, que existem para limitar a existência coletiva de marcos simbólicos mas visíveis. Quanto não há fronteiras, não existe mais comunidade política. As identidades se diluem e o "sem-fronteira" deixa o indivíduo face a ele próprio e ao mundo. Não há "eu sem ele, sem os outros", não há dentro sem fora, não há distância e liberdade sem atravessar as fronteiras" (Tradução livre).

investimento estrangeiro direto, dentre outras (NUNNENKAMP, 1991).

A difusão mundial destas ideias e práticas neoliberais colaborou para expansão do capital financeiro, acirrou a internacionalização da produção e promoveu alargamento da ação e do poder das grandes corporações e empresas transnacionais, dentre diversas transformações associadas a essas. Houve, especialmente a partir dos anos 1990, aprofundamento e aceleração do processo de globalização, com ênfase nos processos econômicos. Sem dúvida, a economia adquiriu autonomia em relação a sociedade e a política. E isso se deu amparado pelo discurso de “profissão de fé” no globalismo, isto é, na ideologia da globalização neoliberal como inevitável e necessária. Nas palavras do sociólogo alemão Ulrich Beck (2003, p. 57):

... o globalismo anuncia o axioma ingênuo, mas extraordinariamente eficaz, do mercado mundial, proclamando-o como panaceia para todos os problemas: se os Estados renunciarem à regulamentação dos mercados e se abrirem para o capital transnacional, todos enriquecerão, todos terão emprego, e a justiça social deixará de ser objeto de discussão, simplesmente será promovida por meio do mercado. E todos os problemas que surgem, assim como seus efeitos colaterais, são encarados unicamente como a falta de aplicação consequente desse modelo. É preciso fazer mais, não menos, para se alcançar o sucesso desejado.

Ao maior número de entes estatais, à porosidade das fronteiras aos fluxos financeiros e de mercadorias e ao cerceamento do poder soberano dos Estados territoriais soma-se outro predicado da ordem geopolítica pós-Guerra Fria: os fatores culturais e civilizacionais conformando a política. O estudioso de relações internacionais Samuel Huntington (1993) advogou essa tese ousadamente no início dos anos 1990, quando escreveu seu famoso artigo *The Clash of Civilizations*, tornando-se uma referência basilar no tema. Nas palavras do autor: “a cultura e as identidades culturais – que, em nível mais amplo, são identidades das civilizações – estão moldando os padrões de coesão, desintegração e conflito no mundo pós-Guerra Fria” (HUNTINGTON, 1997, pp. 18-19). O autor argumenta ainda que, neste período, as diferenças culturais superam a importância de distinções políticas, econômicas, ideológicas, e afirma que elas passaram a modelar o comportamento dos Estados, somando-se à tradicional busca por riqueza e poder.

Trazer a cultura ao cerne da política certamente foi um mérito dos argumentos de Huntington (1993, 1997), contudo, assinala-se que as culturas e civilizações não são monólitos desprovidos de movimento, mas são fluídas, sobrepõem-se umas às outras, são heterogêneas e dinâmicas. Acrescenta-se a isso, o dado empírico categórico: a maior parte dos conflitos ocorridos desde o fim da Guerra Fria se deram no interior das civilizações identificadas por Samuel Huntington, não entre elas, como sugere a ideia de “choque de civilizações” (NYE, 2009).

Contraditoriamente, a globalização neoliberal do pós-Guerra Fria de modo simultâneo à valorização de elementos culturais, também enfraquece as diferenças culturais (ROSEIRA, 2011). Isto porque as novas tecnologias de informação, comunicação e transporte, permitem e facilitam a difusão de ideias, padrões de consumo e práticas, especialmente aquelas originadas no mundo ocidental, dotadas de *status* hegemônico, caráter tendente ao universalismo e fortemente influenciadas pela exportável cultura norte-americana (NYE, 2009).

A influência cultural americana expressa e reforça o papel hegemônico dos EUA no mundo pós-Guerra Fria. O país, nos últimos vinte e cinco anos, tem sido capaz de manter, de modo contraditório, concorrente e complementar, multilateralidade e unilateralidade, com ênfases distintas dependendo de conjunturas. A hegemonia americana promoveu e incentivou, de um lado, ações de cooperação e solidariedade, como as iniciativas do governo Clinton, via ONU, no envio de missões de pacificação, no combate à fome, etc. Por outro lado, os EUA igualmente adotam geoestratégias pragmáticas para atingir seus interesses nacionais, conforme demonstram ações do governo Bush no combate ao terrorismo pós ataques de 11 de setembro de 2001. Na ordem geopolítica contemporânea a supremacia econômica e militar deste país é incontestável (COSTA W. M., 2005).

Afirma-se, ao lado disso, a nova regionalização econômica e político-territorial do mundo. Novos centros econômicos e de concentração de poder se desenvolvem, certificando uma tendência que vinha se delineando desde os anos 1950. Aos espaço transnacional global de fluxos e aos Estados territoriais se adicionam novos arranjos geográficos, como os blocos econômicos e as cidades globais (ROSEIRA, 2011).

Tradicionais centros de comando (EUA, países Europeus Ocidentais, Japão, principalmente) são acompanhados por novas potências médias com papéis de lideranças nas suas respectivas regiões (como o Brasil na América do Sul, a África do Sul na porção meridional do continente africano, ou a China no Sudeste asiático). Há também reordenamento de hierarquias de lugares, com cidades globais, localizadas tanto no norte como no sul global, que constituem verdadeiros “nós” de redes financeiras e administração do livre-mercado, ao mesmo tempo em que se constituem em lugares de pobreza, marginalização e exclusão social (ROSEIRA, 2011). Em decorrência disso há reconfiguração da divisão internacional do trabalho, que se tornou mais complexa do que o velho esquema centro-periferia.

Os riscos e ameaças da globalização contemporânea também merecem ser destacados. O fim da URSS deixou uma lacuna no discurso ocidental, especialmente no discurso americano, sobre segurança internacional. O “inimigo” deixou de ser claramente identificado e, além disso, deixou de ter uma origem geográfica específica (DALBY, 1998).

Grupos terroristas, como a Al Qaeda, dentre outros atores transnacionais, aproveitaram-se das facilidades de comunicação, informação e transporte, organizaram-se em redes de alcance mundial e são responsáveis por ações que afrontam os métodos de defesa tradicionais dos Estados territoriais. Os ataques de 11 de setembro de 2001 e a “guerra contra o terrorismo” travada pelos EUA são emblemáticos deste novo tipo de desafio nacional e internacional (NYE, 2009). John Agnew (2003, p. 122) chegou a sugerir que daí pudesse emergir um novo pilar para a redefinição da identidade estadunidense:

In the absence of an overwhelming threat or danger, such as the former Soviet Union and its missile forces, US foreign policy had lost both purpose and coherence. This removed one of the main props upon which a distinctive American political identity had rested for fifty years. Bin Laden has undoubtedly helped to re-establish a strong sense of external danger that cannot be ignored and that can reorient US foreign policy. An open-ended 'war on terrorism' is the result, in which the might of the United States is directed towards trying to secure the US 'homeland' from both domestic enemies and foreign foes. Osama bin Laden is the new enemy number one around which US foreign policy can be reorganized and a reinvented national identity can be redefined²⁵.

Mudanças ambientais, organizações criminosas, redes de tráfico de drogas e de tráfico de pessoas, riscos de difusão de epidemias também são assuntos que adquiriram *status* de ameaça à segurança nacional e internacional (COSTA R. H., 2004; NYE, 2009). Tais problemas são atribuídos à humanidade como um todo e não estão associadas a uma alteridade específica e localizada “fora”, como era tradicional nos discursos geopolíticos anteriores sobre ameaça e segurança. Ainda que em situações específicas essas clássicas práticas ainda existam de modo relevante, a realidade contemporânea faz saltar aos olhos a possibilidade de o “inimigo” estar entre, ou mesmo ser, o próprio “nós” (DALBY, 1998).

Isto se relaciona diretamente com o fenômeno das migrações, como se pretende analisar. De início, interessa aqui fazer alguns apontamentos sobre a realidade contemporânea das migrações, principalmente, as internacionais que, por definição, implicam o cruzamento de fronteiras interestatais e o estabelecimento em um país durante um período de tempo (em geral, mais de 6 meses ou 1 ano). No atual período, o aumento dessa e de outras formas de mobilidade populacional (como aqueles movimentos para fins turísticos, de negócios, de estudos, etc) se coadunam com o incremento dos mais diversos

²⁵ “Na ausência de uma ameaça ou perigo esmagador, como a ex-União Soviética e suas forças de mísseis, a política externa dos EUA perdeu tanto seu propósito como sua coerência. Isto removeu um dos principais suportes sobre os quais uma distinta identidade política americana se sustentou por 50 anos. Bin Laden foi, sem dúvida, que ajudou a restabelecer um forte senso de perigo externo que não pode ser ignorado e que pode reorientar a política externa americana. Uma “guerra aberta até o fim contra o terrorismo” é o resultado, em que o poder dos EUA é direcionado para tentar garantir os “EUA pátria” contra inimigos domésticos e inimigos estrangeiros. Osama Bin Laden é o novo inimigo número um em torno do qual a política externa americana pode ser reorganizada e uma identidade nacional revigorada pode ser redefinida” (Tradução livre).

fluxos transfronteiriços. A melhor infraestrutura e a ampliação da acessibilidade aos meios de transporte, em especial às viagens aéreas, e às informações sobre as mais diversas partes do globo, em virtude do barateamento e da rapidez das tecnologias que caracterizam a globalização contemporânea são fatores que facilitam os deslocamentos (CASTLES, 2010).

A intensidade das migrações internacionais no mundo, nos últimos 25 anos, tem sido ascendente. Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990, os migrantes internacionais somavam 154 milhões de pessoas, o que representava 2,9% da população mundial. Em 2013 essa proporção subiu para 3,2%, o que significou um acréscimo de 78 milhões de pessoas vivendo fora de seu país de nascimento (UN, 2013).

Este aumento é sentido pela maioria dos países no mundo. Dados mostram que 165 países testemunharam crescimento da população imigrante internacional vivendo em seu território, ao passo que 63 deles presenciaram diminuição do estoque estrangeiro nos anos de 1990 a 2013 (UN, 2013). Se fosse um país a população imigrante internacional ocuparia o quinto lugar no ranking dos mais populosos do mundo, sendo superada apenas pela população chinesa, indiana, estadunidense e indonésia.

Estes movimentos migratórios internacionais no decorrer das últimas décadas vinculam-se intimamente com o crescimento das disparidades econômicas no mundo, produzidas pela ordem geopolítica neoliberal e transnacional. A aplicação desta ideologia hegemônica em diferentes contextos nacionais, especialmente no Sul global, promoveu, na maior parte dos casos, pouco crescimento econômico, aumentou o desemprego, acirrou a concentração de renda, agudizou desigualdades regionais, promoveu desilusão com políticas, etc (STIGLITZ, 2005). A divisão Leste-Oeste do planisfério deu lugar à polarização Norte-Sul, sendo o primeiro associado ao desenvolvimento e à riqueza e o segundo à pobreza. O conteúdo desta dicotomia tem sido literal, mas também simbólico.

Não é por acaso que dos 232 milhões de migrantes no mundo, 136 milhões, isto é, 58,6% do total, escolheram como destino algum país do Norte²⁶. Aliás, vale

²⁶ Na produção destas estatísticas a ONU considerou “Norte” ou “países desenvolvidos” os países da Europa, da América do Norte, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão.

sublinhar o crescimento da opção pelo Norte nas últimas décadas. Comparativamente, em 1990, os países ricos acolhiam 53% das pessoas que residiam fora de seu país de origem. Em virtude disso o peso relativo dos imigrantes nos países ricos acabou por exceder a importância dos mesmos na população dos países pobres. Em 2013, mais de 10% da população do Norte era imigrante, enquanto sua proporção no Sul não atingia o patamar dos 2% (UN, 2013).

Mas isso não permite vincular de maneira simplista a pobreza e a emigração. A ação de buscar fora do país de nascimento melhores oportunidades e/ou condições de vida exige recursos econômicos e educacionais. Estes últimos vão desde capacidades transmitidas nas relações intergeracionais como também dizem respeito às credenciais adquiridas nos sistemas formais de ensino (SILVA, 1995). A educação, enquanto recurso de poder para o indivíduo, habilita-o quanto à consciência da possibilidade de emigrar (CASTLES, 2000). Tanto recursos econômicos como recursos educacionais são limitados pela pobreza, o que imobiliza pessoas pertencentes a classes sociais mais pobres e se constitui em um aspecto da seletividade da emigração (CASTLES, 2010). Diversas experiências contemporâneas demonstram que o combate bem sucedido à pobreza e a paralela promoção de desenvolvimento econômico e social resultam em mais migrações.

É preciso, no entanto, relativizar o papel das variáveis econômicas e educacionais influentes nos movimentos populacionais. Especialmente porque, não é demais reiterar, as migrações não se constituem em um fenômeno que diz respeito apenas aos indivíduos. Famílias, instituições formais e informais, contatos e participação em grupos e redes sociais atuam como facilitadores das migrações, compartilhando informações sobre os lugares de origem e destino, oferecendo suporte e apoio aos imigrantes recém-chegados, diminuindo os receios de emigrar e os riscos envolvidos nesta ação (CASTLES, 2000).

Tais facilitadores também constituem-se em elementos que reproduzem desigualdades de distribuição dos imigrantes no mundo. Em 2013, mais da metade destes estavam radicados em apenas dez países, sendo que quase 20% (46 milhões de pessoas) se estabeleceram nos EUA. A posição de principal receptor de imigrantes exprime que a capacidade de liderança americana não diz

respeito apenas a poder econômico e militar, mas se refere também ao exercício de seu poder brando no mundo, “para conquistar o coração e a mente da população convencional” (NYE, 2009, p. 78).

A Rússia aparecia na sequência da lista dos dez principais destinos, concentrando 4,75% dos imigrados, o equivalente a aproximadamente 11 milhões de pessoas (UN, 2013). Este último caso é fruto da própria dissolução da URSS e exemplifica o processo produção de migrantes internacionais gerado pela reconfiguração de fronteiras, típico do início da ordem pós-Guerra Fria (CASTLES, 2000).

Alemanha, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Reino Unido, França, Canadá, Austrália e Espanha completam a lista. Destaca-se que os países do Oriente Médio mencionados concentram juntos 17 milhões de imigrantes, isto é, mais de 7% do total mundial em 2013. Isso resulta, dentre outros fatores, dos programas de trabalho temporário adotados por estes países. Aliás, cabe menção ao fato de que é nos Emirados Árabes onde se localiza uma das cidades com maior proporção de imigrantes na população total. Na cidade de Dubai mais de 80% da população residente nasceu em outro país, especialmente na Índia, Paquistão e Bangladesh (MPI, 2007).

Isso sinaliza outra característica das migrações na atualidade: a maior parte dos fluxos tem as cidades como destino. Analisando dados censitários de 52 países, referentes a 150 cidades, o *Migration Policy Institute* buscou identificar áreas metropolitanas de 1 milhão de pessoas ou mais com pelo menos 100 mil estrangeiros residentes. Apesar das limitações e dificuldades metodológicas²⁷ enfrentadas por este tipo de pesquisa, alguns resultados são indicadores importantes. Em primeiro lugar, 20 cidades concentram 37 milhões de imigrantes no mundo, isto é, quase 19% do total. Destas cidades, nove localizam-se na porção norte do continente americano, sendo oito nos EUA. Três estão na Europa. Quatro estão no Oriente Médio, sendo três na Arábia Saudita. Duas estão

²⁷ As limitações e dificuldades encontradas por essa pesquisa incluem o fato de que nem todos os países realizaram recenseamento no mesmo ano, portanto, foi preciso considerar o intervalo de 2000 a 2005; as variações de definições de termos utilizadas em diferentes países, como, por exemplo, “urbano”, “metropolitano” ou “nascido no estrangeiro”. Neste último caso, por exemplo, a maior parte das definições dizem respeito aos indivíduos que nasceram fora do estado territorial. Isso, porém, desconsidera a herança cultural, focando apenas o país de nascimento, o que leva a abranger crianças nascidas no exterior mas que são filhas de pessoas nativas (MPI, 2013).

na Ásia e duas na Oceania (MPI, 2007).

Muitas destas cidades além de se destacarem pela quantidade de imigrantes na população total residente, destacam-se também pela hiperdiversidade. Por exemplo, Nova Iorque, Londres, Toronto, Sydney, Amsterdam, dentre outras, são cidades cuja proporção de imigrantes ultrapassa 9,5% da população residente, mas nenhum país é origem de 25% ou mais destas pessoas, que são provenientes de todas as regiões do mundo (MPI, 2007).

Diante do exposto, infere-se que na ordem geopolítica neoliberal-transnacional houve acréscimo da diversidade e complexidade étnica e populacional no interior dos Estados territoriais, promovidos pela migração internacional. Sem dúvida, a tese defendida por Stephen Castles (2000; 2007; 2010) é válida: as migrações são parte das transformações associadas à globalização; elas integram o alargamento, a aceleração e o aprofundamento da interconectividade mundial.

Apesar disso, o sedentarismo ainda é tido como norma, padrão. A migração na atualidade, colabora para as fraturas das fronteiras estatais, por ensejar mudanças nas línguas, culturas, identidades nacionais, instituições, etc. Além de quantitativamente, as migrações impactam qualitativamente a população (HELD, MCGREW, GOLDBLATT, & PERRATON, 1999). Entendida como recurso de poder para os Estados territoriais, as migrações podem ser uma estratégia para atingir determinados fins, mas também podem ser um entrave (RAFFESTIN, 1993). Diante disso, impõem-se questionar como os Estados tem lidado com as migrações.

As migrações internacionais são formuladas como “anormais”, como perturbação, como transgressão no discurso geopolítico hegemônico. Embora nunca tenha sido um retrato fiel da realidade, a força da imaginação geográfica sintetizada na equação Estado = Território = População ainda é presente. Em decorrência disso, indiscutivelmente, é dominante a ideia da migração como um problema (CASTLES, 2010; ZOLBERG, 1994). Ainda mais porque os estudos migratórios são realizados sobretudo segundo abordagens nacionais de países de destino. A participação dos países emissores de população no debate ainda é pequena face à produção daqueles que recebem (ROCHA-TRINDADE, 1995).

Stephen Castles (2007), ao observar os estudos migratórios realizados no

âmbito da sociologia, destaca o seu carácter periférico nos discursos e hierarquias científicas nacionais. Segundo ele, as migrações aparecem como tema em micro análises de “problemas sociais”, sendo assumidas como instrumento administrativo, ou ainda aparecem como forma de crítica social, denunciando lutas sociais em instituições, locais de trabalho, etc. Enfim, afirma o autor que os estudos sobre migrações derivam do projeto de construção da nação, mas são realizados segundo teorias e conceitos elaborados na era industrial, compondo um arcabouço em crise em virtude na nova realidade pós-industrial (CASTLES, 2010).

Como exemplo, pode-se aludir ao fato de que as migrações reavivam o debate sobre a coesão social. Ainda são veiculados códigos de unidade/homogeneidade como essência dos Estados territoriais (RAFFESTIN, 1993). Mais do que anormalidade ou problema, as migrações aparecem enquanto ameaça, tornando-se, assim, uma questão relativa à segurança nacional (SMITH & KING, 2012). Tal situação contrasta com o que é demonstrado pela história: as migrações são normais. Nos países de destino, já foram encaradas de forma relativamente positiva, pois ofereciam os recursos demográficos necessários para o povoamento ou para o trabalho necessário à expansão econômica. Na atualidade, os discursos sobre migrações ignoram que elas são práticas espaciais possibilitadas e condicionadas pela ordem geopolítica.

Os Estados lançam mão de sua clássica soberania e legitimidade para decidir como lidar com as migrações, o que culmina na definição de políticas migratórias. Mas a acepção das migrações como ameaça e o poder de gerir e controlar os movimentos convergem para o alto grau e abrangência de institucionalização e regulação deste fenômeno atualmente, o que abarca sistemas de transporte, inspeção e controle de fronteiras, mercado de trabalho, etc (HELD, MCGREW, GOLDBLATT, & PERRATON, 1999).

Ao mesmo tempo, os Estados territoriais também procuram estratificar as migrações, hierarquizando os movimentos, estabelecendo diferenças entre grupos “bem-vindos” e “indesejados”. No intuito de gerir e controlar os fluxos e a heterogeneidade da população no território, são criadas categorias que coisificam as pessoas, dentre as quais as mais comumente utilizadas são: migrantes laborais temporários, migrantes altamente qualificados, migrantes irregulares,

migrantes retornados, migrantes por reunificação familiar, migrantes forçados, refugiados, asilados e uma miríade de outros termos (CASTLES, 2000; RAFFESTIN, 1993). O geógrafo inglês, Russell King (2012, p. 136) sintetiza ao afirmar:

“vast swathes of the world’s people are not as free to move as they would like, because of an increasingly stringent regime of migration control imposed by rich countries of the global north. Fine if you are a citizen of North America, Europe, or some other wealthy country or if you are highly educated and have some specialised skill or profession that is in demand on the global labour Market, but if you are not in this categories, forget it”²⁸.

Mas apesar das iniciativas de controle e gestão das migrações, a população resiste ao poder estatal, subvertendo regras e leis (RAFFESTIN, 1993). O exemplo mais evidente é constituído por pessoas enquadradas na definição de “migrantes irregulares”, ou “ilegais”, “clandestinos”, “indocumentados”. Estes adjetivos, dito de modo simplista, referem-se àqueles que entram ou permanecem em um país sem as autorizações e/ou documentos exigidos.

Para isso, as pessoas imigrantes lançam mão de inúmeras e criativas estratégias que envolvem desde as falsas declarações nos postos fronteiriços até as tentativas de fuga ao controle de fronteira, por meio de rotas migratórias alternativas às tradicionais, bem como o pagamento de serviços oferecidos por verdadeiras “indústrias das migrações”. A população imigrantes também se opõem e reage ao poder estatal, com quem mantém complexas relações, por meio de movimentos sociais ou organizações da sociedade civil que representam seus interesses. O estabelecimento de comunidades transnacionais que vivem em mais de um país ao mesmo tempo também se opõem ao poder estatal. A isso somam-se os casos de dupla nacionalidade, dentre inúmeras outras situações desafiadoras (ZOLBERG, 1994).

Por outro lado, a existência de um regime de refugiados e acordos

²⁸ Porções vastas de pessoas no mundo não são tão livres para se mover como gostariam, por causa de um regime cada vez mais rigoroso de controle de migrações imposto pelos países ricos do norte global. Tudo bem se você é um cidadão da América do Norte, Europa, ou algum outro país rico ou se é altamente educado e tem alguma habilidade especializada ou profissão que está em demanda no mercado de trabalho global, mas se você não está nestas categorias, esqueça isto” (Tradução livre).

internacionais de asilo para regular as migrações forçadas por guerras exemplificam os limites da soberania estatal no que diz respeito aos movimentos populacionais (HELD, MCGREW, GOLDBLATT, & PERRATON, 1999). Tais limites são colocados inclusive indiretamente, como é o caso das disposições sobre direitos humanos. Inclusive, parte do que explica o fato de as categorizações utilizadas pelos Estados na gestão e controle das migrações não utilizarem critérios relativos à raça, etnia, país de origem dos migrantes é decorrente do crescimento da força da doutrina dos direitos humanos (CASTLES, 2000; ZOLBERG, 1994).

Há uma sensação de diminuição do poder do Estado territorial promovida por todas essas transformações que caracterizam a globalização contemporânea. Contudo, o que se vê é que, no exercício de seu poder, o Estado constantemente precisou manipular forças opostas, como as de fragmentação e universalização, homogeneidade e heterogeneidade, continuidade e descontinuidade, abertura e fechamento, estabilidade e mudança. Neste esforço permanente, a sociedade e o Estado territorial se constroem e se reproduzem incessantemente, mantendo-se e reorganizando-se (RAFFESTIN, 1993).

Como as migrações integram os processos atuais de construção dos Estados territoriais e das sociedades? Quais são os efeitos das transformações da ordem geopolítica neoliberal-transnacional no sistema migratório luso-brasileiro? Essas perguntas orientam nas reflexões aqui presentes.

Capítulo 4

Brasil e Portugal na Ordem Geopolítica Contemporânea: especificidades do sistema migratório luso brasileiro

Condicionantes estruturais e ação individual na formação das ondas migratórias

Os estudos a respeito deste fenômeno, na geografia e nas demais ciências humanas e sociais, é marcadamente dicotômico, a começar pela pretensão de muitos em criar tipologias considerando a distância, o tempo, o estatuto jurídico, o gênero das pessoas ou a faixa etária em que realizam o deslocamento, ou ainda a motivação. Assim, as migrações podem, por exemplo, ser internas ou internacionais, rurais ou urbanas, permanentes ou temporárias, pendulares, de retorno, regulares ou irregulares, voluntárias ou forçadas e uma miríade de outras características (KING, 2012).

Epistemologicamente, uma das principais dicotomias presentes no campo de estudos das migrações diz respeito ao papel da estrutura e da agência. Isto é, há o dilema da ênfase entre as forças histórico-estruturais ou, em outros termos, a geografia da riqueza e do poder, e a capacidade de ação dos indivíduos (KING, 2012). Muitas vezes tal dilema aparece enquanto oposição e as respostas formuladas a partir destas reflexões acabam por influenciar a formulação de políticas migratórias. Daí porque, muitas vezes, entendendo as migrações enquanto resultado de decisões individuais, muitos países interpretam a situação de irregularidade como uma escolha deliberada e, por isso, buscam criminalizá-la (BAKEWELL, Some reflections on structure and agency in migration theory, 2010).

A capacidade de agir é um atributo relacional dos membros da sociedade. Conforme explica Oliver Bakewell (2010) *“to be an agent means to be capable of exerting some degrees of control over the social relations in which one is enmeshed, which in turn implies the ability to transform those social relations to some degree”*²⁹.

Mas a ação se dá no tempo, na sociedade e no espaço. Daí recorrer à

²⁹ “Ser um agente significa ser capaz de exercer algum grau de controle sobre as relações sociais em que se está envolvido, o que por sua vez implica a capacidade de transformar essas relações sociais em algum grau” (Tradução livre)

noção de estrutura para salientar os padrões e comportamentos inter-relacionados de diferentes atores sociais. O geógrafo brasileiro Milton Santos (2002, pp. 78-79), chama atenção para subordinação da ação às “normas, escritas ou não, formais ou informais”. Para ele, a ação “liga-se diretamente à ideia de práxis e as práticas são atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem”.

A estrutura oferece as condições para a ação, mas não a determina. Por isso, ela não é rígida e estável, mas sim flexível e resultante de conflitos e negociações sociais. A estrutura condiciona a ação que, por sua vez, altera atributos e características da estrutura, induzindo suas transformações (BAKEWELL, Some reflections on structure and agency in migration theory, 2010). A análise das migrações conta, portanto, com o grande desafio de equilibrar a consideração da estrutura e da ação.

As contribuições da Geografia nos estudos das migrações enfatizaram, pelo menos até os anos 1990, o papel da estrutura enquanto propulsora de movimentos populacionais. Fatores de atração e de expulsão foram identificados, padrões e regularidades de distribuição foram detectados, perfis de migrantes foram traçados. Para isso lançou-se mão de técnicas estatísticas e abordagens que privilegiavam os aspectos quantitativos do fenômeno (KING, 2012).

A partir de 1990, porém, são cada vez mais numerosos os estudos que adotam posturas pluralistas e críticas, minando distinções rigorosas entre causas e consequências, origem e destino, dentre outros binarismos presentes nos estudos sobre deslocamentos populacionais (BAILEY, 2005). Novos temas, novas abordagens, novas metodologias têm sido desenvolvidas e têm contribuído para os avanços sobre o conhecimento das migrações.

A migração é um processo datado e localizado. Busca-se aqui identificar as condições atuais de sua estruturação. Para isso, examina-se a inserção do Brasil e de Portugal na ordem geopolítica contemporânea e as suas consequências para o sistema migratório existente entre os dois países. Além de adotar esta postura tradicional aos estudos geográficos sobre migrações, pretende-se também valorizar as experiências das pessoas migrantes, não como agregados de comportamentos individuais, mas observando em que medida suas ações são consequências de condições históricas e culturais herdadas e, simultaneamente,

geradoras de novos conteúdos estruturais.

Como se comportou o sistema migratório luso-brasileiro nos últimos 25 anos? Tal como nas ordens geopolíticas anteriores, uma observação superficial desses deslocamentos populacionais é suficiente para evidenciar a existência de movimentos alternados de sístoles e diástoles que permitem uma sistematização de distintas fases características do sistema na atual ordem geopolítica. Mas quais condições deram origem a cada uma dessas fases?

Como já referida, a metáfora da onda do mar é útil para exprimir as oscilações dos movimentos populacionais aqui estudados. O incansável movimento das ondas resultam de “perturbações”, na superfície ou na profundidade do mar, como os ventos ou os sismos ocorridos no fundo oceânico, por exemplo. Além disso, a conformação das ondas depende também da forma do relevo e da velocidade do movimento, dentre outros fatores. Ao se associar as migrações com as ondas busca-se evidenciar o caráter incansável das mesmas, que resultam de eventos sócio espaciais, pontuais ou profundos, e, também, estruturais.

Tomando tal metáfora como premissa, verifica-se a existência de, pelo menos, três ondas migratórias distintas desde o fim da Guerra Fria. A primeira delas identifica-se enquanto continuidade do que se verificou principalmente na segunda metade dos anos 1980, estendendo-se pela primeira metade dos anos 1990. Nela, prevaleceu o movimento de brasileiros para Portugal, cujo perfil já foi discutido e que, neste capítulo será rapidamente retomado.

A segunda onda migratória do sistema luso-brasileiro na ordem geopolítica pós- Guerra Fria contempla o fim dos anos 1990, ultrapassando a primeira metade da década de 2000. Apesar de características comuns com a fase anterior, como a dominância dos brasileiros migrantes no conjunto do sistema, o perfil desta população sofreu alteração substancial, que será analisada aqui. Por fim, uma nova reconfiguração dos movimentos esboça-se desde o fim dos anos 2000, desta vez, os fluxos de portugueses parecem adquirir expressividade em detrimento dos fluxos de brasileiros. No entanto, o perfil de ambos os migrantes se transformou, colocando novos desafios aos Estados de origem e destino.

Persiste-se na questão: como as migrações participam na construção dos Estados brasileiro e português? A partir desta reflexão, a preocupação central

deste capítulo é caracterizar cada uma dessas ondas. As condições estruturantes das migrações entre Brasil e Portugal desde os anos 1990 serão analisadas, contudo, a ênfase maior incidirá sobre as mudanças ocorridas a partir dos anos 2000. Ao abarcar as ondas migratórias mais recentes, essa década traz novas questões e desafios que ainda são carentes de compreensão.

Para isso, analisa-se a inserção do Brasil e de Portugal na ordem geopolítica contemporânea, tendo em vista a influência dos EUA e também da conjuntura internacional em sua configuração. Examina-se aspectos econômicos e políticos da participação destes países no cenário internacional e as especificidades de suas respectivas esferas domésticas. Também assinala-se como se desenvolveram suas relações bilaterais. Articula-se, enfim, as distintas conjunturas identificadas década a década, com os movimentos migratórios estabelecidos entre ambos.

Onda que finda, onda que inicia: as migrações do Brasil para Portugal nos anos 1990

O contexto doméstico brasileiro no início dos anos 1990 é marcado pelo arrastar dos problemas macroeconômicos dos anos 1980, aos quais se somam dificuldades políticas. Tais problemas são consensualmente apontados na bibliografia como fatores promotores da emigração, inclusive aquela direcionada para Portugal.

O Brasil apresentava “estagflação”, neologismo que sintetiza o parco desempenho econômico, e por vezes, recessão econômica. Ambas as situações conviveram com elevadas taxas de inflação. Simultaneamente, verifica-se crise política que levou ao impeachment do primeiro presidente eleito democraticamente após mais de 20 anos de ditadura. Sem margem à dúvida, a instabilidade econômica e política foram os principais desafios enfrentados pelo país na última década do século XX.

Por seu turno, pode-se dizer que os anos 1990 foram cruciais para aprofundamento das relações de Portugal com a Europa Ocidental. O próprio Tratado de Maastrich, assinado em 7 de fevereiro de 1992, ao instituir a União Europeia (UE), simbolizou um projeto ousado que envolveu, dentre outros

objetivos complexos, a preparação para adesão à União Econômica e Monetária (UEM), com fortes impactos, por exemplo, para a economia portuguesa.

Além disso, em 1991 o país passa a integrar o espaço Schengen. Este espaço resulta do Acordo de 1985, que permite a livre circulação de pessoas no território formado pelos países signatários. Nos Estados-membros são adotados procedimentos e normas comuns no que se refere à imigração e, de modo mais amplo, ao controle das fronteiras externas. O espaço Schengen não se confunde com a União Europeia, mas a cooperação instaurada pelo Acordo foi integrada pelo direito da UE em 1997. Essa “europeização” de Portugal, conjugada a laços históricos de ancestralidade, linguísticos e culturais, foram elementos atrativos para a escolha do país enquanto destino migratório.

Examina-se as diferenças e semelhanças macroeconômicas, políticas e sociais de Portugal e do Brasil no decorrer da década considerada. O objetivo é compreender os fatores estruturantes que levam ao arrefecimento desta onda migratória em meados da década e a emergência de uma nova onda, com características distintas da primeira no fim do decênio.

Apesar da mediocridade do Produto Interno Bruto (PIB) para avaliação da realidade econômica do país, recorre-se a ele para uma primeira comparação³⁰. No ano de 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro foi de US\$ 475 bilhões. No decorrer da primeira metade do decênio o crescimento foi lento, não chegando aos US\$ 600 bilhões. Além disso, em 1992, registrou-se o valor mínimo: um PIB no montante de US\$ 399 bilhões (FMI, 2015), fato que, em certo grau, refletia o evento da destituição de Fernando Collor de Mello do poder executivo brasileiro

O desempenho do PIB português nos anos 1990 foi menos satisfatório do que na década de 1980. Em 1990, este indicador econômico foi de US\$ 79 bilhões, apresentando leve crescimento até os US\$ 108 bilhões em 1992, quando se nota uma inflexão, em 1993, quando o PIB português registrou US\$ 95 bilhões (FMI, 2015).

³⁰ O economista brasileiro Ladislau Dowbor (2014) tem ressaltado em seus trabalhos que o PIB tem graves limitações para medir a riqueza de um país. Dentre os problemas apontados, o autor destaca que a contabilidade do PIB se relaciona apenas ao volume de atividades econômicas. O índice não considera a utilidade das atividades, os interesses da população ou a sustentabilidade ambiental, a redução das reservas de recursos naturais, por exemplo.

Ao se comparar os volumes e a evolução do PIB brasileiro e português nos anos 1990, chama atenção a proporção de um em relação ao outro. No ano de 1990, o PIB brasileiro era seis vezes maior que o PIB português. Mas a pujança do PIB brasileiro frente ao português no início da década desaparece, caso seja considerada sua relação com a população. A riqueza produzida por pessoa em Portugal no ano de 1992, por exemplo, era mais de quatro vezes superior à que se verificava no Brasil.

A recessão e estagnação econômica observada no Brasil e em Portugal na primeira metade dos 1990 também se expressou nas taxas de inflação. O Brasil apresentou oscilações abruptas com relação ao percentual de alteração dos preços ao consumidor. Após várias tentativas frustradas de controle inflacionário, somente o Plano Real, implementado em 1994, foi bem sucedido. Se em 1994 o percentual de alteração da inflação ultrapassou os 2075% no Brasil, no ano seguinte caiu para 66%, findando a década no patamar dos 5%.

Comparado a estes números a inflação em Portugal parecia irrisória e a estabilidade econômica parecia quase absoluta. Entretanto, no decorrer do período examinado, a inflação em Portugal sofreu redução. Em 1990 registrou uma alteração de 13%, enquanto em 1999 a variação foi de 2%. Durante toda a década dos 1990 os preços médios ao consumidor em Portugal variaram em patamares muito inferiores ao que se observou no Brasil.

Além disso, indicadores sociais demonstram que em Portugal a sociedade desfrutava de condições de maior desenvolvimento e bem estar do que no Brasil. A síntese presente no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é útil para demonstrar tal fato. Em 1990, Portugal era o 41º no ranking do IDH no mundo, incluindo-se dentre aqueles países em que o desenvolvimento humano é muito alto. O Brasil, por sua vez, ocupava a 79ª posição no mesmo ranking (ONU, 2014).

Como se sabe, crises econômicas impactam o padrão de vida das pessoas, já que culminam no aumento do desemprego, na diminuição da renda real, individual e/ou familiar, além de serem capazes de promover contrações de benefícios sociais outorgados pelo setor público e/ou privado (OMETTO, FURTOSO, & SILVA, 1995). Pela relevância deste processo no que se refere às teorias sobre migrações, é de interesse realçar mais um índice macroeconômico:

a taxa de desemprego³¹.

Após um período de crescimento, o percentual de trabalhadores desempregados no Brasil sofreu queda de 1992 a 1994, quando passou de 5,8% para 4,64%, respectivamente. Concomitantemente, ao contrário do Brasil, Portugal inicia os anos 1990 apresentando queda da taxa de desemprego, que atinge o mínimo de 3,86% da força de trabalho em 1992. A partir daí, a proporção de desempregados/desocupados aumenta até o ápice da década ser alcançado em 1996, quando 7,25% da força de trabalho estava desempregada.

Este desempenho econômico brasileiro e português em parte é reflexo da conjuntura internacional. Convém, portanto, ressaltar alguns aspectos que caracterizam o contexto mundial no início dos anos 1990. Destaca-se, primeiramente, que desde a crise dos anos 1970, os países capitalistas ricos apresentam declínio econômico, com conjunturas fugazes de melhoria de desempenho. Esta situação impacta profundamente a economia mundial, cuja performance global nos anos 1990, embora tenha sido pouco melhor que os anos 1980, foi pior que nos anos 1970 (BRENNER, 2000).

Desde 1985, os EUA estimularam a expansão de sua economia, especialmente de sua indústria, mediante adoção de uma política monetária de desvalorização do dólar. Apesar disso, a crise da dívida nos países latino-americanos ainda produzia seus efeitos, particularmente no Brasil.

Tal política monetária estadunidense, associada ao congelamento dos salários reais dos trabalhadores, promoveu a competitividade dos produtos americanos no mercado internacional, além de atrair investimentos estrangeiros diretos e capitais especulativos. Esta configuração trouxe graves impactos para as economias rivais, especialmente a japonesa e a alemã, cujas indústrias foram incapazes de concorrer com os baixos preços das manufaturas americanas. Tal fato impactou negativamente a economia portuguesa, uma vez que o bom comportamento dessa dependia dos países ricos da Europa Ocidental, especialmente da Alemanha e da França, que cresceram como mercados consumidores de seus produtos.

³¹ Sobre as teorias que atentam para os impactos da deterioração das condições econômicas e dos níveis de emprego na propulsão de fluxos migratórios ver o capítulo 2 do livro de Douglas MASSEY *et. alli*, 1998, intitulado “*Contemporary Theories of International Migration*”.

Paralelamente, o dólar baixo promovia a atratividade dos preços dos títulos americanos no mercado financeiro. A expectativa de ganhos fez com que grandes empresas europeias e asiáticas investissem nos EUA. Era cada vez maior o processo de internacionalização entre as principais economias ricas e, paralelamente, os EUA ratificavam seu papel central na economia mundial (BRENNER, 2000; CURADO & CRUZ, 2012).

Brasil e Portugal, no início da década, ficaram à margem deste processo. A economia brasileira, pela situação de “estagflação” somada a um aparato normativo protecionista em relação às empresas nacionais não constituía um ambiente atraente aos fluxos de investimentos estrangeiros. Em 1990, os Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) realizados no país somaram a pequena quantia de US\$ 989 milhões (BANCO MUNDIAL, 2015).

Em Portugal, pouco antes de aderir à CEE em 1986, os investimentos estrangeiros, especialmente os capitais produtivos, começaram a registrar aumento, mantendo-se assim até o início dos anos 1990. Seguiu-se, porém, uma fase de desaceleração e relativa estagnação da entrada de IEDs em Portugal, deixando o país isolado do processo de crescimento destes fluxos no mundo. Os dados revelam arrefecimento das entradas líquidas desses capitais no quinquênio 1990-1995, quando os IEDs passaram de US\$ 2,609 bilhões para US\$ 684,572 milhões (BANCO MUNDIAL, 2015).

Conforme se pode notar, em 1990 os capitais produtivos investidos em Portugal eram mais que o dobro dos investidos no Brasil. A superação da condição de “estagflação” que, nesse último, marcou a década de 1980 e a primeira metade dos anos 1990 foi levada a cabo também com o intuito de estimular a entrada de IDE. Até então, reitera-se, o país havia permanecido à margem dos fluxos globais desses investimentos, que estavam em expansão desde os anos 1980.

Reformas econômicas estruturais foram realizadas no Brasil. O modelo anteriormente adotado de “Estado empresário” encontrava-se esgotado e deu lugar ao “Estado regulador” (PINHEIRO, GIAMBIAGI, & GOSTKORZEWICZ, 1999). Essa mudança no papel do Estado foi associada à abertura econômica e à busca pela reestruturação produtiva, principalmente do setor industrial, marcado pelo atraso tecnológico e organizacional.

A atração dos IEDs fez parte desse projeto que pretendia abrir a economia do país à concorrência e promover a modernização da estrutura produtiva industrial. Isso, do ponto de vista dos formuladores do projeto, além de trazer maior produtividade, expandiria os investimentos e a inserção no comércio mundial, promovendo mais exportações e sanando os problemas de déficit na balança comercial (CARIO, ALEXANDRE, & VOIDILA, 2002).

Parte deste projeto foi bem sucedido. De fato, o Brasil foi destino de grandes volumes de IDEs, ocupando o segundo lugar do ranking dos países em desenvolvimento que mais recebiam tais inversões, atrás apenas da China (CARIO, ALEXANDRE, & VOIDILA, 2002). A evolução das entradas líquidas dos IDEs no Brasil alterou-se consideravelmente a partir de 1993, quando registra US\$1,292 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2015).

Em comparação com as entradas líquidas de capitais produtivos em Portugal, a relação inverteu-se em 1994: o IDEs no Brasil foram mais que o dobro dos investidos no território português. No ano seguinte, o volume das entradas no Brasil correspondeu a sete vezes os IDEs feitos em Portugal (BANCO MUNDIAL, 2015).

Assim como o processo de integração europeia estimulou os investimentos em Portugal, as entradas de IDEs no Brasil foram estimuladas pelo processo de integração regional, a partir da criação do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul), em 1991. Além disso, o processo de liberalização econômica e a adoção de receituário neoliberal, expresso por exemplo na privatização de empresas estatais e as fusões e aquisições também atraíram estes capitais ao país. Empresas como a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Vale do Rio Doce, a Embraer, o Sistema Telebrás, são apenas alguns dos vários exemplos que podem ser citados.

A socióloga holandesa Saskia Sassen (1988; 2003) tem argumentado que os IDEs são variáveis negligenciadas na análise das migrações internacionais. A presença destes investimentos é capaz de criar vínculos objetivos, culturais e ideológicos entre os países receptores e de origem do capital. Embora não atuem como causa por si só, os IDEs são condições estruturantes que podem fazer emergir a emigração como opção para as pessoas.

A maior parte dos IEDs se concentra e se origina nos países ricos ocidentais (CHESNAIS, 1996). Dentre os efeitos abrangentes dos investimentos realizados nos demais países, está a ocidentalização do mundo. De modo mais específico, a forma do investimento pode criar trabalhadores que produzem em países emergentes e pobres aquilo que será consumido e usado alhures. Disso resulta a formação de potenciais emigrantes nos países que recebem os investimentos (SASSEN, 1988). Isso é particularmente visível no caso dos EUA:

This effect would seem to be present regard of whether the direct foreign investment originates in the US or in any of the other major advanced industrialized countries. The lasting image of the United States as a land of opportunity, which can only be reinforced by the current massive immigration, will tend to have the effect of making "emigration" identical with "emigration to the US"³² (SASSEN, 1988, p. 21)

Extrapolando este raciocínio, os IEDs são elementos que reforçam a ideia de superioridade econômica, cultural, ideológica, social, civilizacional dos países ricos ocidentais, tão antigas e tão presentes nas imaginações geográficas e nos discursos geopolíticos. Daí que, sendo os EUA uma das tradicionais e principais fontes do IEDs que chega no Brasil, não é de se admirar o fato de que o país foi o principal destino da emigração brasileira a partir dos anos 1980, conforme já assinalado.

No ano de 2000, os dados oficiais levantados pelo Censo Demográfico dos EUA registrou que 212.430 pessoas residentes no país eram nascidas no Brasil. Mais de 86% destes imigrantes chegaram após 1980. Cerca de 139.225 pessoas chegaram no período de 1990 a 2000, o que correspondeu a 65,53% do total dos brasileiros nos EUA (U.S. CENSUS BUREAU, 2000).

Com relação à emigração portuguesa, se nos anos 1980 mais de 24% dela se direcionou para os Estados Unidos e o Canadá, na década de 90, apenas 4,2% das saídas tiveram estes destinos. Simultaneamente aumentou a preferência à emigração para países europeus comunitários, que juntos acolheram quase 82% das pessoas que deixaram Portugal (LAGES, 2006).

³² “Este efeito parece estar presente se o investimento direto estrangeiro tem origem nos EUA ou em qualquer dos outros principais países industrializados avançados. A imagem duradoura dos EUA como uma terra de oportunidade, que só pode ser reforçada pela atual imigração maciça, tenderá a ter o efeito de fazer ‘emigração’ idêntico a ‘emigração para os EUA’” (Tradução livre).

Tal tendência é confirmada pelas estatísticas americanas. Em 2000, conforme apontou o Censo Demográfico estadunidense, 203.120 pessoas residentes nos EUA nasceram em Portugal. Deste contingente, apenas 11% fixaram residência no país no período de 1990-2000. As demais 180.520 pessoas imigraram antes de 1989 (U.S. CENSUS BUREAU, 2000).

Curiosamente, até meados dos anos 1980, os EUA mantiveram-se como principais investidores diretos em Portugal. Após a adesão à CEE, porém, a sua participação relativa no total dos volumes investidos na economia lusa foi diminuindo (MOREIRA T. A., 1997). As situações das emigrações do Brasil e de Portugal para os EUA, parecem ratificar os argumentos de Saskia Sassen (1988; 2003).

O economista francês François Chesnais (1996, p. 54) destaca que a expansão do capital produtivo é central na constituição das interdependências que caracterizam o atual processo de globalização. Nesta fase da história do capitalismo, os IEDs recíprocos reavivaram as relações econômicas entre Brasil e Portugal.

A intensificação das relações econômicas bilaterais se deu a partir de 1992, quando se registra um mínimo histórico de trocas de mercadorias e financeiras (SILVA J. R., 2002). De 1993 em diante o comércio, os fluxos de capitais produtivos e os fluxos financeiros aumentam de maneira espontânea, sem prejuízo à aproximação de Portugal com a UE ou do Brasil com o Mercosul (SILVA J. R., 2002).

Em 1980, cerca de 3.608 brasileiros residiam legalmente em território português. Em 1990, esta comunidade estrangeira havia, praticamente, triplicado, atingindo o contingente de 11.413 pessoas. No fim da década considerada, em 1999, 20.851 pessoas nascidas no Brasil moravam em Portugal em situação jurídica regular (SANTOS A. L., 2010).

Enfim, a comparação dos dados de 1990 e 1999 induziria a pensar que o período de expansão dos IEDs portugueses no Brasil corresponderia ao aumento da emigração de brasileiros para Portugal. Mas uma observação mais atenta da evolução dos deslocamentos ano a ano revela que seu ritmo de crescimento se deu sobretudo na primeira metade da década, fase em que os referidos IEDs foram muito menos expressivos. Conforme indicou o Instituto Nacional de

Estatística (INE) português, de 1996 a 1998, houve redução de 1,1% dos residentes brasileiros em situação jurídica regular. O contingente desta população imigrante passou de 20.082 para 19.769 pessoas.

Lembra-se o fato de que nos anos 1990 houve dois processos de regularização extraordinária de estrangeiros levados a cabo em Portugal: o Decreto-Lei n.º 212/92 de 12 de Outubro e a Lei n.º 17/96, de 24 de Maio³³. Ambos os instrumentos legais destacaram os imigrantes em situação irregular provenientes de países de língua oficial portuguesa. De um lado, este realce abarcava as comunidades imigrantes mais numerosas, de outro, explicitava os interesses geoestratégicos portugueses de manutenção e fortalecimento de vínculos com as ex-colônias.

Sob abrigo destas normas, foram apresentados 39.166 solicitações de regularização em 1992, sendo que mais de 72% dos requerentes eram emigrados de países africanos de língua portuguesa (PALOPs). Os brasileiros que pediram regularização somaram 5.346 pessoas, correspondendo a 13,7% do total. Já em 1996, 35.082 pessoas imigrantes em situação irregular em Portugal impetraram a regularização. Deste total, 66,7% (23.400 pessoas) vinham dos PALOPs e 6,6% (2.315) do Brasil. É improvável que estes processos de regularização extraordinária tenham abrangido a totalidade dos que se encontravam irregularmente em território português.

Ainda assim, os dados supracitados permitem inferir a pequena proporção de situações irregulares nesta fase da imigração brasileira em Portugal e sugerem a diminuição dos fluxos do Brasil apontada pelos dados referentes aos imigrantes regulares. Consensualmente a bibliografia sobre o tema³⁴ indica que se encerra em meados dos anos 1990 a primeira onda migratória do Brasil para Portugal no período contemporâneo.

Apesar dos conteúdos individuais e/ou familiares de cada decisão de emigrar, os fatores estruturantes que motivam as saídas do Brasil neste período são, sobretudo, econômicos e políticos. O testemunho de uma brasileira que se

³³ Sobre o tratamento jurídico dispensado aos estrangeiros em Portugal nos anos 1990, ver análise da socióloga e economista Maria Ioannis Baganha (2005), em trabalho intitulado “Política de imigração: a regulação dos fluxos”.

³⁴ Uma síntese bibliográfica importante consta no trabalho organizado pelo geógrafo Jorge Macaísta Malheiros, intitulado “A imigração brasileira em Portugal”, 2007.

mudou para Portugal em 1991 é elucidador desta conjuntura:

Eu vim pra Portugal numa altura em que... Eu estava com aquela briga, porque o presidente era o Collor de Mello e em São Paulo eu tinha que optar entre Maluf e Fleury. Eu achei que era um peso muito grande pra mim. Eu falei: ' – Não, é muito pra minha cabeça!'. (...) Foi numa época que estava mesmo complicado. (...) A economia do país, que estava com aquela inflação galopante. Nada chegava, entendeu? Por exemplo, como eu já não morava mais na casa dos meus pais, eu estava mudando muito minha maneira de morar, sabe?! Cada vez mais... Era uma regressão pra mim... Aí eu falei: '- Não, não vale a pena'³⁵ (SANTOS A. L., 2010, p. 53)

Diante do exposto, a relação IEDs e migrações destacada por Saskia Sassen (1988; 2003) parece se inverter quando se analisa as relações Brasil-Portugal. Não foram tais investimentos que criavam os vínculos propulsores dos movimentos populacionais contemporâneos. Mas o processo de globalização torna afinidades linguísticas, culturais e históricas componentes de mais-valia (SILVA J. R., 2005). Assim foi reavivado o interesse de um país pelo outro, o que se manifestou inicialmente nos movimentos populacionais que constituem um dos principais pilares de uma longa história de interação.

O arrefecimento da imigração brasileira em Portugal respondeu a uma nova conjuntura estabelecida em meados dos anos 1990. De 1994 a 1998, aproximadamente, o ritmo de crescimento da economia brasileira foi muito acelerado se comparado à lentidão da economia portuguesa, passando de US\$ 558 bilhões para US\$ 867 bilhões. Na segunda metade da década a variação do PIB português foi pequena e manteve-se no patamar dos US\$ 100 bilhões (FMI, 2015).

Em 1997, o PIB brasileiro mais que duplicou em relação ao que tinha sido registrado em 1993, ao mesmo tempo que correspondeu a 7,5 vezes o PIB português. Nos termos do PIB per capita, a economia brasileira também indicou melhorias e houve diminuição da diferença com relação a Portugal. O PIB *per capita* português correspondeu ao dobro do PIB per capita brasileiro em 1997 (FMI, 2015).

³⁵ Imigrante do Brasil, sexo feminino. Entrevista realizada em Lisboa, pesquisa de campo realizada em 2009, como etapa do desenvolvimento de estudo que culminou na dissertação de mestrado intitulada "Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI", 2010.

O Brasil intensificou sua capacidade de atração de IEDs pouco antes de Portugal. A partir de 1993 os IEDs no Brasil começam a aumentar, enquanto em Portugal há declínio até 1995. Em ambos os casos, porém, a partir de 1995 os investimentos cresceram significativamente. O que refletia mudanças importantes do ponto de vista da economia mundial.

Em 1995, após a crise econômica mexicana (1994) e as evidências da vulnerabilidade da economia japonesa, os EUA decidiram retomar a valorização do dólar. Isto porque o Japão era um investidor relevante para a economia americana e um colapso nipônico traria severas consequências aos EUA. O dólar em alta diminuiria a competitividade das mercadorias americanas, conferindo mais possibilidades às exportações das economias rivais, como o próprio Japão, poupando-os de abalos econômicos graves. O mesmo processo trouxe benefícios também aos países ricos da Europa Ocidental, o que alavancou os investimentos em Portugal e evitou recessões econômicas (BRENNER, 2000).

Como era de se esperar, de imediato a subida do dólar fez declinar a rentabilidade estadunidense, especialmente do setor industrial. Mas o mercado financeiro americano expandiu-se ainda mais, garantindo posteriormente o crescimento da produção e o aumento da produtividade. A indústria recuperou-se, mas o eixo dinâmico desta atividade passa a ser o complexo eletrônico. As grandes empresas de tecnologia da informação e de comunicação cresceram (CURADO & CRUZ, 2012). François Chesnais (1996) enfatizou a importância das tecnologias informacionais na produção industrial, na gestão e nas finanças. A associação de aspectos tecnológicos e organizacionais foram fundamentais para o aumento da produção industrial e de serviços.

Se em 1992, 7,5% da força de trabalho americana estava desempregada, em 1999, o desemprego no país atingiu o mínimo da década, baixando para 4,2% (FMI, 2015). A esta queda da taxa de desemprego soma-se o aumento do salário real nos EUA. Consequentemente houve aumento da demanda da população americana, manifesto, por exemplo, na popularização dos computadores pessoais e da internet. Isso contribuiu positivamente para o bom desempenho da economia dos principais países exportadores para os EUA no decorrer da segunda metade dos anos 1990.

Este “boom” econômico americano baseado na elevação dos preços dos ativos, sustentou a lucratividade das empresas e o crescimento do PIB. Em valores correntes, a riqueza produzida nos EUA passou do patamar dos US\$ 5,979 trilhões em 1990 para US\$ 9,660 trilhões em 1999 (FMI, 2015). Ainda sobre o desempenho econômico desse país, nota-se que as entradas líquidas de IEDs foram multiplicadas por quase seis em dez anos, tendo sido de US\$48,490 bilhões em 1990 e de US\$ 289,443 bilhões em 1999 (BANCO MUNDIAL, 2015).

Os impactos desta nova fase do contexto econômico mundial no Brasil e em Portugal são intrínsecos à inserção desfavorável que têm na divisão internacional do trabalho. Destaca-se a condição periférica de Portugal e do Brasil. No primeiro caso, a posição é de integração ao centro, suprindo o mercado europeu principalmente com produção baseada em baixos salários (LIPIETZ, 1988). No caso brasileiro, a condição periférica em relação ao centro econômico convive com a condição de liderança, compartilhada com a Argentina no contexto regional sul americano.

Nos dois casos, o que se verifica nos anos 1990 é o esgotamento de modelo industrial anterior. O desgaste é expresso nos baixos níveis de inovação técnica e organizacional, na produção de bens pouco sofisticados tecnologicamente, nos baixos salários, na perda de capacidade do capital produtivo interno. A estes fatores se somam as restrições orçamentais dos Estados e, principalmente no caso brasileiro, a diminuição da demanda por *commodities*, derivada da alta do dólar (LIPIETZ, 1988).

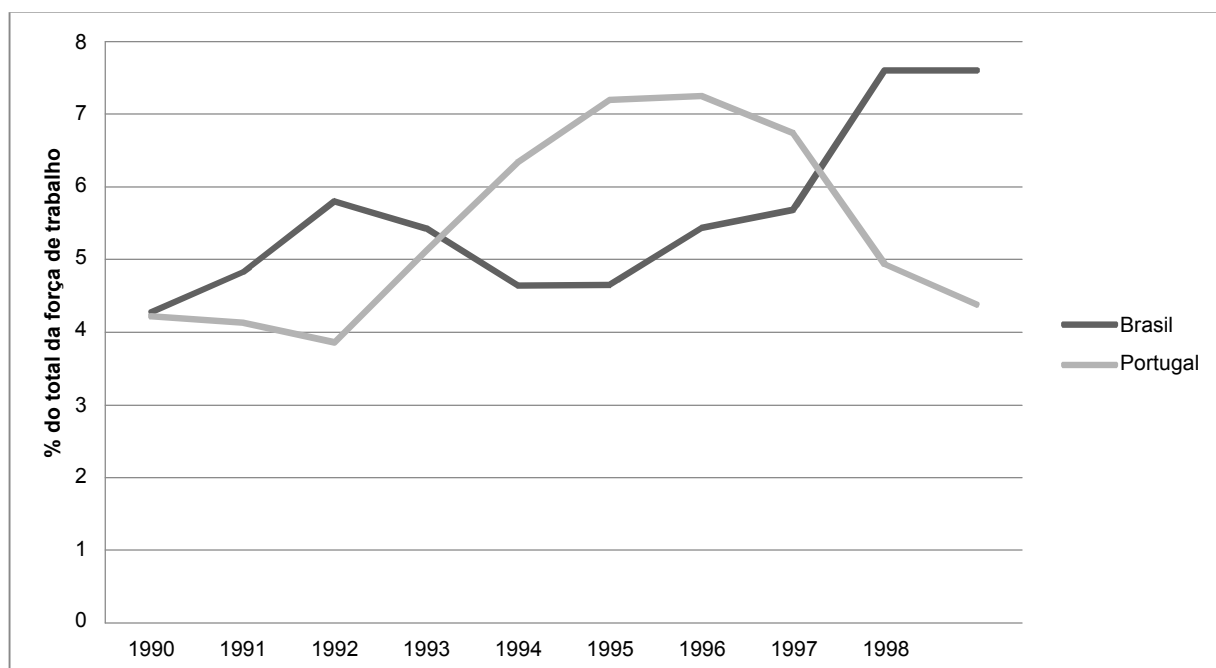
Nestas circunstâncias, Brasil e Portugal se curvaram às potências econômicas globais, assumindo sua doutrina neoliberal. Parte desta doutrina, além da desregulação financeira e da abertura dos mercados, inspirou o processo de reestruturação produtiva, altamente poupadora de mão de obra. O resultado foi o aumento das taxas de desemprego nos dois países.

No Brasil o percentual da força de trabalho desempregada foi crescente de 1994 a 1998, quando subiu de 4,6% para 7,6%. Em Portugal, o cenário laboral presenciou aumento do número de desempregados entre 1992 e 1996, quando a taxa de desemprego sofreu acréscimo dos 3,8% para 7,2% (FMI, 2015). A evolução do desemprego em Portugal e no Brasil no decorrer dos anos 1990 revela que quando em um deles o movimento era de ascensão, no outro era de

redução e vice-versa.

Esta variável é central para compreensão da configuração do sistema migratório luso-brasileiro. O arrefecimento da imigração brasileira em Portugal em meados do decênio se deu em uma conjuntura em que o Brasil estava nos patamares mínimos de desemprego observados na década, enquanto Portugal registrava suas taxas mais elevadas (ver gráfico 6).

Gráfico 6: Brasil e Portugal - Taxa de Desemprego, 1990-1999



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, 2015.

Organização: Aline Lima Santos.

Em meados dos anos 1990, o Brasil finalmente logra estabilidade econômica. A alteração da inflação é a variável mais apropriada para demonstrar o feito. De 1994 a 1998 a variação dos preços ao consumidor recuou de 66% para 3% (FMI, 2015). O contexto de hiperinflação característico dos anos 1980 e início dos anos 1990 provocou redução da renda, especialmente para as camadas sociais mais pobres, intensificando o problema da perversa distribuição de renda no Brasil. Controlar a inflação significou uma ruptura (ROCHA, 2000).

O Plano Real teve como efeito imediato o aumento da renda de todos os estratos sociais. As pessoas mais pobres, em decorrência da sua exclusão do sistema bancário, não tinham acesso a mecanismos de “correção” da corrosão

promovida pela alta dos preços. A contenção da inflação, portanto, teve particular eficiência nas camadas mais baixas. A economista e pesquisadora do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS), Sonia Rocha (2013, p. 10) informou que o percentual de pobres no Brasil caiu de 30,3% em setembro de 1993 para 20,6% em setembro de 1995. Segundo a autora:

Enquanto a renda média aumentou 28% entre 1993 e 1995, para as pessoas com rendas situadas no décimo mais baixo da distribuição de rendimento, a renda dobrou em termos reais neste período, e, no segundo décimo cresceu em 47%. Aumentos desta intensidade tiveram efeitos significativos sobre a pobreza – concretamente a renda das pessoas mais pobres passou de R\$ 24 para R\$ 48 reais. Os efeitos distributivos da estabilização monetária foram imediatos: o coeficiente de Gini declinou, de 0,603 em 1993, para 0,592 em 1995 (ROCHA, 2013, p. 11).

A este ambiente de aumento de renda dos trabalhadores, que durou de 1994 a 1996, soma-se a demanda gerada pela reestruturação produtiva por pessoas com grau de qualificação elevado, disponíveis sobretudo na classe média da sociedade brasileira. O aumento da atuação das empresas multinacionais e transnacionais no país, manifestos pelo incremento nos IEDs já citados, condicionados sobretudo pelo processo de privatizações, também influenciou a necessidade de trabalhadores altamente qualificados.

As pessoas com este perfil passaram a encontrar oportunidades especialmente no setor dos serviços ligados às redes de produção mundiais (SANTOS A. L., 2010). A possibilidade de satisfação dos desejos de consumo, *status* social e poder, característicos deste estrato da sociedade brasileira, no próprio país teve efeito de contenção da emigração, inclusive daquela que se destinava a Portugal.

Como argumentado em outra oportunidade, o objetivo de conquistar melhores condições materiais de vida e a busca por status social são poderosos motivadores dos movimentos populacionais brasileiros. As migrações foram ingredientes fundamentais da formação da classe média do país e é justamente nela que tais desejos de ascensão econômica e social são mais evidentes (SANTOS A. L., 2010).

Assim, este estrato social é aquele que mais se dispôs a sair do Brasil nos anos de crise, mas também preferiu ficar quando o país passou a oferecer mais

oportunidades do que aquelas disponíveis no exterior. Também convém pôr em relevo que a paridade real-dólar somada ao efeito do aumento da renda possibilitou, por um momento, a essa classe média o acesso a bens importados, viagens internacionais e a satisfação de outras aspirações de consumo com elevado valor simbólico para a sociedade brasileira.

Esta fase dos anos 1990 certamente contribuiu para um saldo migratório internacional negativo menos volumoso comparativamente aos anos 1980. Cálculos indiretos realizados a partir de dados do Censo Demográfico Brasileiro de 2000 estimam uma perda líquida de 550 mil pessoas com dez ou mais anos de idade no decorrer da década de 1990. Este contingente correspondia a -0,4% da população com dez anos ou mais de idade. Com a mesma metodologia, os cálculos para 1980 indicaram saldo migratório internacional de -1,6% (CARVALHO & CAMPOS, 2006).

Paralelamente a tais processos, Portugal passava pela experiência de se preparar para adesão ao Euro. Essa decisão foi fruto da expectativa de que a nova moeda promovesse ganhos de credibilidade, estabilização da inflação econômica, diminuição das taxas de juros e, como é óbvio, o aprofundamento da integração com a UE (AGUIAR-CONRARIA, ALEXANDRE, & PINHO, 2012).

O período de convergência da economia portuguesa com a europeia ocorreu de 1992 a 1998 e significou intenso esforço para estabilização macroeconômica. Os critérios estabelecidos para instituição da moeda única envolviam metas de inflação, déficit orçamentário, taxas de juros e o pertencimento ao Mecanismo Europeu de Taxas de Câmbio. Na prática o aprofundamento da integração de Portugal com a UE representado pela adesão a UEM implicou certo grau de deterioração da economia portuguesa, comparativamente com a década anterior (AGUIAR-CONRARIA, ALEXANDRE, & PINHO, 2012).

O desgaste econômico não foi maior devido o recebimento de Fundos Estruturais Europeus. Tais fundos atuam na busca pela redução das disparidades entre os membros da UE, com intenção de promover coesão social, territorial e econômica. O saldo das transferências financeiras com a UE manteve-se acima dos 2% do PIB português durante toda a segunda metade dos anos 1990 (PORDATA, 2015). Além disso, para o desempenho da economia portuguesa, também contribuiu o crescimento dos IDEs a partir de 1995 até atingir o pico de

US\$ 3,004 bilhões em 1998.

Apesar da pouca atratividade do país no período de expansão destes investimentos na escala global, assinala-se que os principais investidores eram países europeus comunitários. Dentre eles destacam-se: Alemanha, Espanha, Reino Unido, França e Holanda. Os setores privilegiados pelos fluxos de capitais que ingressaram em Portugal foram os de atividades imobiliárias e serviços às empresas, atividades financeiras, comércio, alojamento e restaurantes (SILVA J. R., 2005).

De fato, a conjuntura da segunda metade dos anos 1990 reforçou o papel de Portugal como uma economia de serviços e houve reestruturação do parque industrial português. Para isso contribuiu o fim das barreiras tarifárias que protegiam as indústrias portuguesas tradicionais, nomeadamente, a indústria têxtil, de vestuário e calçados, as quais tiveram expansão com a adesão do país a CEE em 1986. Sem a proteção, tais indústrias foram incapazes de concorrer com as rivais instaladas no leste asiático, cujo dinamismo se ampliava (PORTO, 2014). Tal alteração refletiu no mercado de trabalho, ampliando o desemprego até 1996, quando, então essas taxas começam a declinar.

Novos setores da indústria adquiriram maior importância na economia portuguesa, fato expresso no ranking dos principais produtos de exportação do país. Se em 1992 o setor de vestuário, calçados, têxteis, maquinário elétrico e eletrodomésticos, automóveis ocupavam, respectivamente, do primeiro ao quinto lugar, em 1998 a ordem se alterou: o primeiro lugar seria do setor automobilístico, seguido pelo de vestuário, maquinário elétrico e eletrodomésticos, têxteis e, em quinto lugar, calçados (PORTO, 2014).

Quanto aos IDEs realizados no Brasil, o ritmo de crescimento das entradas aumentou sobretudo a partir de 1995, chegando, em 1998 ao patamar dos US\$ 31,913 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2015). A entrada de capitais produtivos externos no Brasil se deu principalmente nas atividades industriais. Porém, a concentração dos investimentos nestes setores foi perdendo a importância relativa à medida que cresceram os investimentos em serviços, que incluíam bancos, comércio, setor imobiliário, seguros, consultorias, turismo, dentre outras atividades (CURADO & CRUZ, 2012).

Quando se trata dos IDEs entre Brasil e Portugal nos anos 1990, nota-se que de 1996 a 2004, quase 3% do total de IDEs em Portugal eram oriundos do Brasil. Este capital foi aplicado em atividades financeiras, bancos, seguros, serviços prestados à companhias e, em menor volume, em indústrias de transformação (CORRÊA & LIMA, 2008).

Por sua vez, de 1996 a 2001, o Brasil foi o principal destino do capital produtivo português investido fora do país. Mais de 80% dessas transações foram aplicadas em atividades imobiliárias e serviços às empresas. As atividades financeiras também foram relevantes, absorvendo mais de 7% dos investimentos (SILVA J. R., 2005). Talvez a aquisição da Telesp Celular (SP) pela Portugal Telecom em 1998 tenha sido a principal manifestação do estreitamento de vínculos entre os dois países (FONSECA & SILVA, 2011).

É justamente a partir de 1998 que o fluxo migratório de brasileiros retoma expressão em Portugal. Mais uma vez, para compreender essa mudança interessa observar o contexto mundial. Os alicerces do crescimento da economia americana e, por conseguinte, da economia mundial eram precários. O mercado financeiro distanciava-se cada vez mais da economia real; em outros termos, os investimentos especulativos não tinham lastro patrimonial (BRENNER, 2009).

Houve também ampliação da capacidade ociosa, tendência apontada desde os anos 1970, e agravada pela industrialização do leste asiático. Esta tornou-se a mais recente área de expansão material do capital (ARRIGHI, 1996). Os países industrializados da Ásia passaram a produzir o que já se produzia, a preços muito mais baixos, especialmente devido aos baixos salários de seus trabalhadores. O aumento da oferta mundial foi acompanhado pela insuficiência da procura, além da reduzida lucratividade industrial. Esta última se alastrou também para as indústrias tecnologicamente mais sofisticadas, nomeadamente, as eletrônicas e de telecomunicações (BRENNER, 2004; 2009).

Para lidar com tais problemas estruturais, os países do sudeste asiático (com suas moedas desvalorizadas), os EUA e os demais países ricos buscaram incentivar o consumo público e privado. Para isso, lançaram mão da oferta de crédito e financeirização. A economia tornou-se dependente de empréstimos. Para que estes fossem concedidos, os governos dependiam da subida do preço de títulos. Gerou-se, desta forma, um círculo vicioso, responsável por verdadeiras

bolhas e crises decorrentes de especulação. O diretor do Centro de Teoria Social e História Comparada da Universidade da Califórnia (UCLA), Robert Paul Brenner (2004, p. 122), assinalou que “entre 1997 e 2000, quando o *boom* e a bolha chegaram ao apogeu, o setor empresarial não-financeiro suportou uma queda de quase um quinto da taxa de lucro”.

A crise asiática, eclodida em 1997, fez a bolha estourar. A diminuição da oferta de créditos foi um de seus impactos imediatos para a economia mundial. As economias emergentes mostraram-se muito vulneráveis neste novo cenário de restrições creditícias. Ainda mais porque outro efeito da crise asiática foi a queda da procura por matérias-primas, produtos importantes na pauta de exportações dos países emergentes e pobres. Em 1998 a crise russa piorou esse cenário.

O fim dos anos 1990 deixou clara a fragilidade do Brasil: sua economia tornou-se dependente de capitais estrangeiros para financiamento de déficits comerciais e da dívida pública. Mas as crises asiática e russa evidenciaram que a excessiva confiança no mercado financeiro era perigosa, pois os fluxos de capitais internacionais eram, em muitos casos, simplesmente especulativos (SANTOS A. L., 2010).

A desvalorização do real foi o mecanismo utilizado para minimizar os efeitos das crises no Brasil. Além disso, optou-se por aumentar a taxa de juros e diminuir os gastos públicos. Tais ações, entretanto, não foram suficientes, obrigando o governo FHC a recorrer a empréstimos junto ao FMI em 1998.

As crises do fim dos anos 1990 levaram à contração do PIB brasileiro, que vinha crescendo desde 1992 e caiu em 1998 e 1999, encerrando o decênio com o volume de US\$ 601,955 bilhões. Apesar da recessão, a inflação continua controlada, mantendo-se na casa dos 5%. Já os IEDs diminuem para US\$ 28,576 bilhões. O desemprego, por sua vez, como era de se esperar, aumentou significativamente.

Aliás, destaca-se que o processo de abertura, reestruturação produtiva e estabilização econômica, após o pequeno período em que se verificou as benesses do Plano Real (1994-1996), transformou significativamente o mercado de trabalho brasileiro. Houve aumento do desemprego, da desigualdade e da pobreza. As oportunidades de trabalho e os rendimentos médios para pessoas pouco escolarizadas diminuíram, excluindo ou empobrecendo ainda mais

uma parcela da população desprovida de qualificações (ROCHA, 2000). Se o padrão de vida dos mais pobres começou a ser corroído mais rapidamente, os trabalhadores com mais de nove anos de estudo viram sua situação material piorar após 1997.

Esta conjuntura volta a estimular as saídas do país. A emigração para Portugal retoma o crescimento. Inicia-se uma segunda onda migratória. Em parte isso deve-se à situação oposta encontrada em Portugal. O país encerrou a década apresentando um PIB que, embora muito lentamente, ainda crescia. Em 1999, seu volume foi de US\$ 127,633 bilhões. Conseguindo cumprir as metas da UEM, a inflação ficou em 2% (FMI, 2015). Entretanto, refletindo os efeitos adversos das crises internacionais, os IEDs contraíram-se, fechando a década no patamar dos US\$1,167 bilhões (BANCO MUNDIAL, 2015).

Novos setores em expansão demandaram trabalhadores, diminuindo as taxas de desemprego. Em 1999 os desempregados representaram apenas 4,3% do total da força de trabalho (FMI, 2015). No fim da década, os investimentos em infraestrutura realizados com capitais provenientes dos fundos estruturais e as preparações para a Expo 98 em Lisboa dinamizaram o setor de construção civil. Além disso, o controle da inflação segundo parâmetros da UEM significou aumento de renda para os trabalhadores.

Este arranjo da economia e do mercado de trabalho português, sem dúvida, foi atrativo para as imigrações de origens cada vez mais diversificadas. O fenômeno imigratório adquire complexidade, manifesta pela ampliação da dispersão geográfica das origens. Emergiram novos fluxos de pessoas para Portugal vindos de países sem vínculos culturais, políticos ou econômicos prévios, mas inseridos no sistema migratório intracontinental, como os países do Leste Europeu, especialmente Ucrânia, Romênia e Moldávia.

As imigrações superaram as emigrações portuguesas de modo sustentado. Se em 1991 o saldo migratório foi de perda de 32,8 pessoas, tornou-se positivo a partir de 1993 e em 1999 registrou um ganho de 54,3 pessoas. Esta diferença entre os que imigram e os que emigram contribuiu para o crescimento da população portuguesa mais que a diferença entre os nascimentos e óbitos. Em 1999, o saldo migratório foi responsável por 87% da variação populacional anual (PORDATA, 2015).

Após um triênio de redução (1996-1998), o ano de 1999 registrou 20.851 pessoas brasileiras com autorização de residência em Portugal. Esta imigração, portanto, aumentava novamente, confluindo para a situação supramencionada. Contudo, as características do movimento seriam muito diferentes da fase precedente, o que leva a identificação de uma nova onda migratória do Brasil para Portugal, marca da década de 2000.

O crescimento da onda migratória do Brasil para Portugal nos anos 2000

No contexto mundial os anos 2000 iniciaram, mais uma vez, com a hiperespeculação tornando-se insustentável: estourou a “Bolha ponto com”. A valorização das ações de empresas ligadas à internet encontrou seus limites, levando à queda da Nasdaq. Soma-se a isso, os ataques de 11 de setembro de 2001 que levou ao recrudescimento da política de defesa americana, gerando aumento dos gastos militares. Por sua vez, as intervenções no Oriente Médio, dentre outros fatores, originaram instabilidades que convergiram para o aumento do preço do petróleo. Decorreu daí o encarecimento as importações norte-americanas e prejudicou as exportações, especialmente para a Europa, aumentando os déficits na balança comercial (NAIME, 2005).

Em resposta à tal recessão econômica, os EUA reduziram a taxa de juros com intuito de estimular o crédito. Assim, o mercado imobiliário estadunidense, em expansão desde meados dos anos 1990, acelerou-se a partir de 2001. Desde então, o setor imobiliário, aproveitando-se dos juros baixos, passou por uma fase de aumento da demanda, relacionada ao atendimento do segmento ‘*sub prime*’, formado por clientes de baixa renda que representavam elevados riscos de inadimplência. Pelo risco intrínseco à estas transações financeiras, buscava-se o respaldo das seguradoras de crédito. Com as garantias de rendimentos oferecidas por tais seguradoras, as especulações alimentavam o encarecimento dos imóveis e a cadeia de vendas de títulos, sustentando novos empréstimos.

As sucessivas crises dos anos 1990, no México, no Sudeste Asiático, na Rússia, no Brasil, e a desaceleração da economia americana no início dos anos 2000 penalizaram a economia argentina. Em 2001 era a vez deste país encarar os problemas gerados pela aplicação dos “mandamentos” do Consenso

de Washington. A Argentina foi um dos países que mais seguiu os preceitos neoliberais. Talvez o extremo da aplicação desta doutrina tenha sido a adoção da paridade do peso com o dólar a partir de 1991. A dolarização da economia argentina teve aspectos positivos no que diz respeito ao combate da inflação, entretanto, ao longo do tempo significou grande vulnerabilidade à conjuntura internacional, nos momentos em que as crises externas diminuam a oferta de capitais estrangeiros (BATISTA JR., 2002).

Mais uma vez, o Brasil entrou em uma nova década arrastando problemas da década anterior. As tensões econômicas internacionais, especialmente o aumento da gravidade da crise no país vizinho, impeliram a busca por novos empréstimos junto ao FMI em 2001. Soma-se ainda fatores internos que abalaram o crescimento econômico brasileiro: o apagão elétrico, causado principalmente pela falta de investimentos e planejamento no setor energético, e a eleição presidencial.

Em decorrência disso o PIB brasileiro sofreu retração e em 2002 chegou ao mínimo valor da década: US\$ 510,618 bilhões. Por sua vez, o fantasma da inflação voltou a assombrar o país: em 2000 a alteração de preços foi da ordem de 7%, em 2003 aumentou para 14,7% (FMI, 2015). O mal desempenho econômico era acompanhado por graves consequências sociais. A renda individual e familiar apresentava queda, enquanto cresciam os níveis de desemprego e a informalidade. Em 2003, 12,3% da força de trabalho estava desempregada (FMI, 2015). A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) sofreu ainda mais com os altos níveis de desemprego que, em 2003, chegou a quase 20% do total da força de trabalho (GARCIA & GONZAGA, 2014).

Nestas circunstâncias muitas pessoas decidiram emigrar, realidade apontada nas pesquisas de campo realizadas em Portugal. No recorte escolhido para selecionar as pessoas entrevistadas estipulou-se que o deslocamento deveria ter ocorrido a partir do ano 2000. Dos 23 entrevistados, 11 imigraram para o território português na primeira metade da década, sendo seis mulheres (40% das entrevistadas) e cinco homens (63% dos entrevistados).

Dentre as seis mulheres que deixaram o Brasil até 2005, quatro citaram questões econômicas como motivações para emigrar. Por sua vez, dos cinco homens que se deslocaram no mesmo período, todos remeteram à fatores

econômicos a decisão de sair do país. O diagnóstico de que o Brasil enfrentava adversidades macroeconômicas naquele momento pode ser conferido nos trechos dos depoimentos a seguir:

Saí do Brasil por questões financeiras. O país tinha ficado mal. Era na fase de 2000-2003. Aquilo estava péssimo decaiu muito, até antes não, o país era bom.³⁶

Eu cheguei aqui em junho de 2001. Vim fugindo da crise no Brasil, porque na época que eu cheguei aqui havia uma grande crise no Brasil.³⁷

A situação de crise chegou a causar revolta em alguns emigrantes, afetando sua relação identitária com o país de origem. A falta de perspectiva pessoal impeliu a busca de melhores condições de vida no exterior no início da década, conforme testifica a seguinte declaração:

Eu era velha para o mercado de trabalho. Eu tenho revolta daquele país. Eu tinha 35 anos, mas para eles eu era velha. Eu passava nas entrevistas e quando olhavam a idade falavam: ‘- Nossa você tem 35 anos? Mas não parece, então, não temos a vaga agora’. Daí eu tive que sair daquele lugar.³⁸

A decisão de emigrar é acompanhada pela seleção do destino. Até então, como já mencionado, a escolha preferencial dos emigrantes brasileiros eram os EUA. Mas no mês seguinte aos atentados de 11 de setembro de 2001, o governo de George Bush assinou o USA PATRIOT ACT 2001, acrônimo de *Uniting and Strengthening America by Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism Act of 2001*, que pode ser traduzido em português como Ato de Unir e Fortalecer os Estados Unidos pela Promoção de Ferramentas Apropriadas Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo.

Por meio deste documento acirraram-se as tendências restritivas já presentes na política imigratória americana, uma vez que implicitamente o ato vinculava o terrorismo e a imigração. Inaugurou-se assim uma fase de aumento

³⁶ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 50 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

³⁷ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 49 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

³⁸ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 47 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

da vigilância dos imigrantes, favorecendo a monitoração, a detenção e a deportação, bem como o controle social após a entrada em território estadunidense. Ao mesmo tempo, a integração à sociedade receptora perdia terreno na política imigratória do país (ARNOLD, 2011; MCCABE & MEISSNER, 2010).

Ao USA PATRIOT ACT 2001 somou-se o acirramento do controle das fronteiras e as reformas na outorga dos vistos de entrada no país no ano de 2001. O resultado foi o aumento das exigências para concessão dos vistos para estrangeiros (inclusive para aqueles que tinham intenção de viajar por motivações de turismo ou estudo) e a sujeição daqueles que entravam nos EUA a rígidas fiscalizações nos postos fronteiriços (MCCABE & MEISSNER, 2010).

As novas normas desencorajaram a emigração de alguns brasileiros para os EUA. Muitas pessoas que não conseguiram o visto para o país escolheram como alternativa emigrar para Portugal. Quatro imigrantes brasileiros em Portugal afirmaram essa alteração no projeto migratório:

Eu estava naquela de querer sair do Brasil para ir para os Estados Unidos, eu tinha um namorado na altura que a irmã dele tinha conseguido visto para os Estados Unidos e ela estava disposta a me ajudar. Mas minha mãe tinha vontade de vir para Portugal e, no final, eu vim e ela não.³⁹

Escolhi Portugal porque eu queria ir para os Estados Unidos, mas não deu. Eu tentei pegar o visto, mas não consegui. Eu tinha uns parentes nos Estados Unidos, eles foram para o Brasil depois tentaram entrar para os Estados Unidos novamente, mas não conseguiram. Aí eles vieram para Portugal. Como eles estavam aqui, eu decidi vir pra cá também.⁴⁰

Escolhi Portugal por falta de opção. Se eu pudesse tinha ido para os Estados Unidos. Mas, eu não tinha condições.⁴¹

Eu estava pensando em ir para a América porque muita gente queria ir para a América. Mas além de ser difícil conseguir o visto eu também não falava inglês.⁴²

³⁹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 32 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

⁴⁰ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 51 anos. Entrevista realizada em Faro, 2014.

⁴¹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 50 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

⁴² Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

Portugal apresenta-se como destino alternativo especialmente devido à língua e à existência de redes sociais. A presença de laços de amizade e/ou parentesco foram citados por seis imigrantes que chegaram na primeira metade dos anos 2000. Apesar da consolidação das redes sociais, é cada vez menor, nesta fase da imigração brasileira em Portugal, a existência de vínculos familiares de ancestralidade. Em detrimento disso, emergem os fluxos de caráter mais laboral, ou seja, tratava-se, sobretudo, de uma imigração de trabalhadores (MALHEIROS, 2007).

Portanto, mais uma vez, a emigração brasileira reavivou as relações Brasil-Portugal. De certo modo, isso contribui para a tese de Samuel Huntington (1997, p. 153) de que “os povos e os países com culturas parecidas estão se juntando” no período pós Guerra Fria.

A escolha por Portugal parece pouco se justificar por fatores de ordem macroeconômica. O PIB português aumentou lentamente desde 2000, quando registrou US\$ 118,706 bilhões, a 2008, quando o volume alcançou US\$ 263,249 bilhões. A inflação, por sua vez, manteve-se baixa, alcançando o nível mais alto da década no ano de 2001, momento em que a variação dos preços foi de 4,41% (FMI, 2015).

A estagnação econômica do país conviveu com o aumento do percentual da força de trabalho desempregada. Em uma década a taxa de desemprego cresceu cerca de cinco pontos percentuais, tendo registrado 3,9% em 2000 e 9,43% em 2009 (FMI, 2015). Ao incremento do desemprego somou-se a retração da renda e, conseqüentemente, a queda do consumo (PORTO, 2014).

Esse crescimento econômico pouco significativo teve relações com a nova fase de fortalecimento da integração com a UE. Na primeira metade dos anos 2000 o país, junto com Áustria, Alemanha, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Países Baixos, integrou a Zona do Euro. Em 1 de janeiro de 1999, os países mencionados adotaram taxas de câmbio fixas e uma política monetária comum. A partir de 1 de janeiro de 2002, as cédulas de euro passaram a circular nos onze países e na Grécia.

Este passo na história europeia foi decisivo para a configuração da soberania efetiva exercida pelos países envolvidos na atual ordem geopolítica. A

abdição das decises sobre a poltica monetria e cambial, a partir de ento sob alada do Banco Central Europeu (BCE), implicou na diminuio da autoridade dos Estados associada ao incremento da territorialidade integrativa. Essa nova construo social, sem dvida, contribuiu para rearranjos da hierarquia mundial e do papel desempenhado por Portugal no interior da UE.

Em 2004, a UE alarga-se em direo a leste. Dez novos pas passaram a integrar o espao comunitrio, o que significou um crescimento populacional de aproximadamente 75 milhes de pessoas, alm do aumento da diversidade lingustica e cultural. A redefinio das fronteiras da UE foi justificada por uma retorica moral e cultural da Europa enquanto um ideal de unio e liberdade (KUUS, 2005).

A redemarcacao do espao comunitrio incluiu pas cujo mercado de trabalho era mais competitivo do que o portugus, tanto pelo preo mais baixo da mo de obra como pela maior qualificao da populao. Desta forma, os novos Estados Membros acabaram por atrair investimentos antes direcionados primordialmente para aqueles do Sul da UE.

Alm disso, alguns produtos portugueses perderam competitividade, como os automveis e eletrodomsticos, o que prejudicou a pauta de exportaes portuguesas (PORTO, 2014). Isso significou perda de relevncia do setor industrial na economia portuguesa. Em simultneo, houve acelerao do setor de servios e retrao da construo civil. Apesar do arrefecimento deste ltimo, nota-se que investimentos em estradas, estdios de futebol para o Campeonato Europeu de Futebol de 2004 (UEFA 2004), dentre outros eventos e infraestruturas, contriburam para engajamento da mo de obra de imigrantes, especialmente masculina, no decorrer da dcada de 2000.

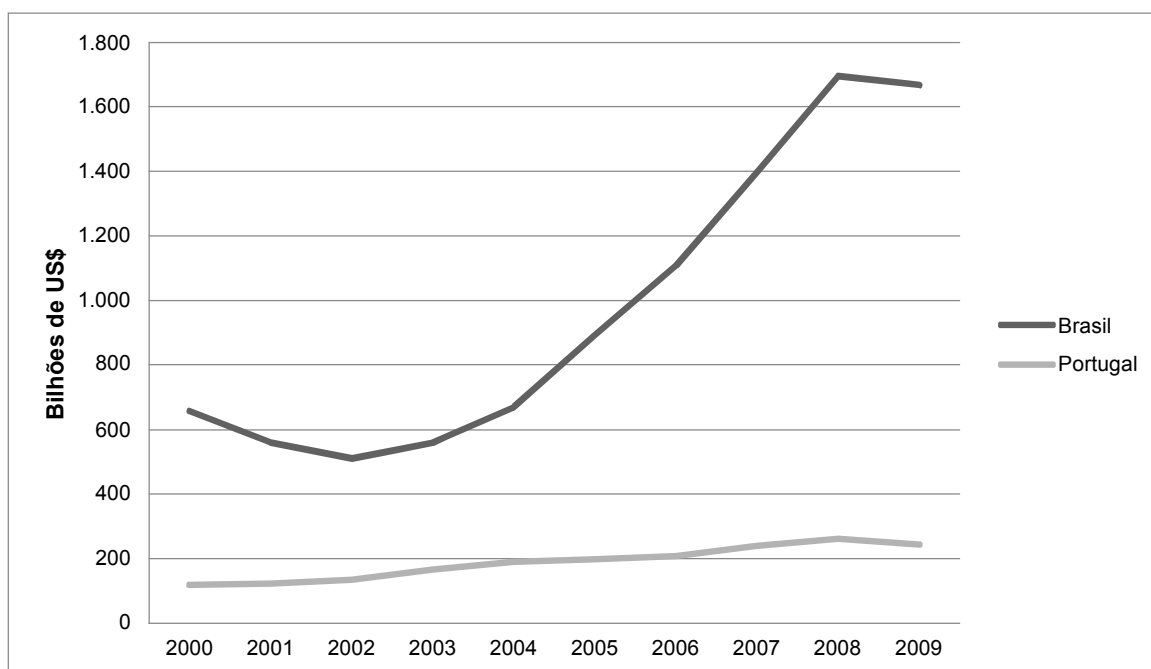
Ainda sobre a economia portuguesa, atenta-se para os crescentes dficits comerciais decorrentes da necessidade de importao de *commodities*, especialmente do petrleo. A partir de 2002, a recuperao da economia americana e o aquecimento da economia chinesa so fatores que contriburam para o aumento dos preos das *commodities*, alterando de modo sustentado a tendncia de baixa das cotaes na dcada anterior (PRATES, 2007).

Se os efeitos da alta dos preos das matrias-primas no mercado internacional prejudicaram a economia portuguesa, no caso do Brasil verifica-se o

oposto. Desde 2002 a conjuntura mundial favoreceu as exportações de produtos primários brasileiros, de certo modo, contribuindo para a perda de competitividade e a debilitação de outros setores, especialmente as atividades industriais. Em outros termos, houve redução das exportações de produtos com maior valor agregado, fato que tem sido visto com preocupação pois as exportações de *commodities* são insuficientes para cobrir as necessidades de emprego e renda na sociedade brasileira (NASSIF, 2011).

Apesar das implicações negativas à estrutura produtiva do país, esta variável foi importante no desenvolvimento econômico brasileiro na década. Houve aceleração significativa, que pode ser percebida pela alteração do PIB. De 2002 a 2008 o volume de riquezas produzidas foi mais que triplicado, variando dos US\$ 510,618 bilhões, ultrapassando US\$ 1trilhão em 2006, alcançando US\$1,698 trilhão (FMI, 2015) (Ver Gráfico 7). Junte-se a isso a queda da inflação, o ano de 2007 assinalou a menor variação dos preços na década: 3,64%, e, ainda, a queda do desemprego de 2003 a 2008, quando registrou 8% do total da força de trabalho (FMI, 2015).

Gráfico 7: Brasil e Portugal - Produto Interno Bruto a preços correntes, 2000-2009



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, 2015.

Organização: Aline Lima Santos.

A crise argentina e brasileira do fim dos 1990 e início dos 2000 explicitaram os malefícios da “soberania do mercado”, levando a uma retração da adoção de políticas neoliberais na América do Sul (ROSEIRA, 2011). No Brasil, a crise social decorrente dessas políticas culminou na eleição de Luís Inácio Lula da Silva, cujo governo (2003- 2010) foi marcadamente mais progressista que o anterior.

Nesta fase da história brasileira privilegiou-se o crescimento da participação dos salários na renda nacional. Especialmente os trabalhadores com rendimentos mais baixos foram beneficiados com a política de valorização do salário mínimo, cujo aumento real foi de 50% no período de 2003 a 2011 (ROCHA, 2013). Aos ganhos reais da renda decorrente do trabalho adiciona-se a expansão do emprego formal, especialmente no setor de serviços, o que diminuiu as taxas de desemprego. Paralelamente houve redução das formas de ocupações precárias, marcadas pela informalidade, que haviam se ampliado na década anterior (POCHMANN, 2012).

Estas mudanças se somaram a políticas sociais que incluíram reorganização e ampliação de programas de transferências previdenciárias e assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) ou o Bolsa Família (BF). Voltados para o combate à miséria e a pobreza no Brasil, estes programas contribuíram para melhorias distributivas e para redução da pobreza, especialmente nas áreas rurais (ROCHA, 2012). Segundo dados da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) de 2003 a 2013, cerca de 44,7 milhões de brasileiros se juntaram à classe econômica C, e 12,5 milhões se uniram às classes A e B⁴³ (SAE, 2014, p. 46).

Sem dúvida verificou-se no Brasil uma metamorfose da estrutura social, expressa no aumento dos rendimentos e dos níveis de consumo. Isso foi combinado com avanços nos indicadores sociais, em desenvolvimento desde os anos 1970, como atestam a diminuição do analfabetismo, aumento da média de anos de estudo, etc (ROCHA, 2013). O IDH do Brasil atestou essas melhorias,

⁴³ Conforme estipulado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), as classes econômicas são definidas segundo a renda domiciliar total. Tomando como referência os valores em janeiro de 2014, o limite superior da Classe E era de R\$1.254,00; a Classe D era definida pelo mínimo de R\$1.255,00 e máximo de R\$ 2.004,00; a Classe C pelo piso de R\$2.005,00 e teto de R\$ 8.640,00; a Classe B pelo limite inferior de R\$8.641,00 e superior de R\$11.261; por fim, a Classe A, pelo limite inferior de R\$11.262,00.

alcançando 0,731 em 2008 (ONU, 2014).

Sobre o quesito educação, por exemplo, vale citar a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) em 2005 ou a instituição de várias universidades públicas federais. Com o intuito de ampliar o acesso ao ensino superior no país, estas ações colaboram para oferecer maiores oportunidades aos jovens adultos, transformando situações motivadoras da emigração como as testemunhadas por brasileiros que imigraram em Portugal no início da década:

Eu vim na verdade porque naquela época o Brasil estava muito difícil. Eu tinha uma loja. A loja ia muito mal. Minha filha estava com 6 anos eu queria que ela estudasse. E eu também queria dar uma condição de vida melhor para minha filha. Eu estudei, eu fiz vestibular, mas não passei. Aí eu falei assim: ' - Aqui no Brasil já chega, vou tentar a vida lá fora'.⁴⁴

Vim porque eu não tinha nada para fazer no Brasil. Eu tinha 19 anos na altura eu tinha acabado de estudar, ganhava R\$200,00 por mês, trabalhava na secretária de meio ambiente do meu Estado, que é o Mato Grosso do Sul, e queria entrar em uma faculdade que a mensalidade era R\$500,00. Eu não tinha a mínima condição de pagar, minha mãe não tinha condições também. Aí decidi ir embora.⁴⁵

Apesar das críticas que merecem ser feitas a todo esse conjunto de metamorfoses, é inegável que o Brasil dos anos 2000 ofereceu mais oportunidades de mobilidade social e econômica do que o Brasil dos anos 1990, especialmente para os mais pobres. Tal fato foi pano de fundo das transformações verificadas no saldo migratório internacional. Análises dos dados do Censo 2010 apontam para uma diferença quase nula entre imigrações e emigrações ou mesmo uma diferença levemente positiva. Há evidências de que isso se deve tanto a uma diminuição das emigrações como a um aumento das imigrações (CAMPOS, 2011).

Entretanto, se o arrefecimento das saídas de brasileiros foi a tendência da década, a emigração direcionada a Portugal parece ter contrariado tal queda, como se infere da observação da evolução do estoque dessa comunidade

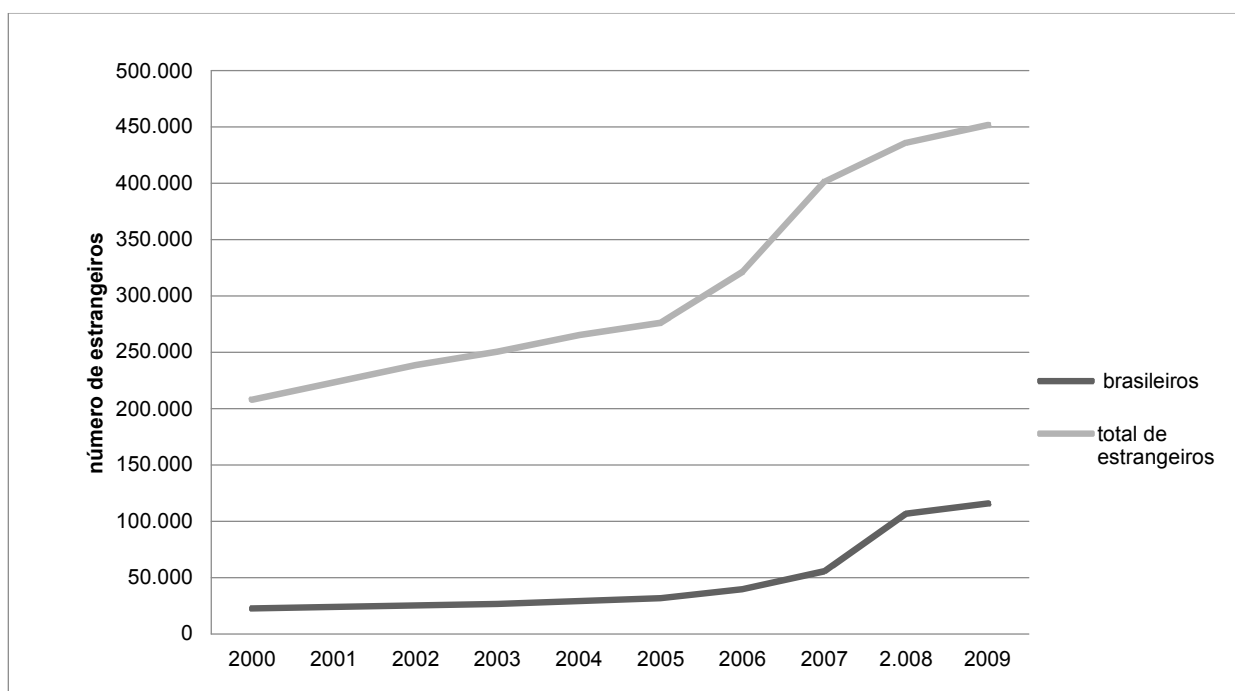
⁴⁴ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 51 anos. Entrevista realizada em Faro, 2014.

⁴⁵ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

estrangeira (ver Gráfico 8). Se em 2000 a população brasileira residente em Portugal era de 22.441 pessoas, o que correspondia a 10,77% do total de estrangeiros, em 2009 estes imigrantes somavam 115.882 pessoas, ou seja, 25,65% do total de estrangeiros residentes no país (SEF, 2001-2010).

Observa-se que o aumento da imigração brasileira no decorrer da década acompanhou o crescimento geral do fenómeno da entrada de estrangeiros em Portugal. Nota-se o crescimento sustentado do estoque de estrangeiros vivendo em território português até 2009, quando a população imigrante atingiu um total de 451.742 pessoas com títulos de residência (SEF, 2010). Evidentemente, o contingente estrangeiro superava os dados oficiais em virtude de que os mesmos não logram abarcar os fluxos e estoques de pessoas em situação irregular.

Gráfico 8: Portugal - estoque da população estrangeira total e brasileira, 2000-2009



Fonte: SEF. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2000 – 2010.

Organização: Aline Lima Santos.

Mesmo com este déficit, nota-se que no decorrer da primeira metade da década de 2000, o crescimento se deu em um ritmo relativamente constante, quando, a partir de 2005 acelera-se até atingir um máximo em 2009. Até 2005, Cabo Verde, Brasil, Angola, Guiné Bissau e Reino Unido foram, em ordem decrescente, responsáveis pelo envio da maior parte dos estrangeiros,

representando 58% do estoque total de imigrantes em 2000 e 56,5% em 2005 (SEF, 2001-2006).

Em 2006, as mais expressivas nacionalidades dentre os estrangeiros (52% do total) passaram a ser de Cabo Verde, Brasil, Ucrânia, Angola e Guiné Bissau. Em 2007, o número de brasileiros ultrapassa o de cabo-verdianos, e o grupo dos cinco países passam a representar uma proporção levemente menor (50,7%). Em 2008, os ucranianos tornam-se um grupo maior do que o de cabo-verdianos, que passam a ocupar a terceira posição no ranking. Além disso, surge a Romênia, sobressaindo sobre a Guiné Bissau, que ocupava a quinta posição no ranking desde o início da década. A proporção das pessoas dos cinco principais países de origem com relação ao total de imigrantes aumentou para 61,6% (SEF, 2007-2009).

Estas mudanças no decorrer da década manifestaram as novas relações da UE, particularmente Portugal, com os países do Leste europeu externos à comunidade, bem como os efeitos das necessidades do mercado de trabalho português e da modernização do país (PADILHA & ORTIZ, 2012). Nota-se também o papel desempenhado pelas cinco alterações na política imigratória adotada pelo país nos anos 2000. Nomeadamente, refere-se ao Decreto-Lei nº4/2001, o Decreto-Lei 34/2003; o Decreto 40/2003, conhecido como “Acordo Lula”, o Decreto Regulamentar nº 6/2004 e, por fim, a Lei nº 23/2007.

Tais documentos estabeleceram períodos extraordinários de regularização, em resposta ao aumento da imigração ilegal. Além disso, significaram uma europeização crescente da política imigratório portuguesa, introduzindo na esfera doméstica as diretrizes estabelecidas no âmbito europeu comunitário (PADILHA & ORTIZ, 2012). Cada uma destas normas incluiu nos dados estatísticos oficiais imigrantes invisibilizados pela situação irregular (PINHO, 2014).

De 2001 a 2005, sob o que foi estabelecido no Decreto-Lei nº4/2001 foram regularizados cerca de 183.333 pessoas. O “Acordo Lula” foi responsável pela regularização de 13.998 brasileiros. Sob alçada do processo desencadeado pelo Decreto Regulamentar nº 6/2004, inscreveram-se cerca de 50.196 pessoas. Finalmente, com a Lei 23/2007, abriu-se mecanismos de regularização ordinária e houve aumento de 27% dos pedidos de regularização no ano que seguiu a promulgação da norma.

Para compreender o aumento da emigração brasileira em Portugal, convém lembrar que os anos 1990 e início dos anos 2000, de maior desemprego e crescimento do setor informal, foram também de ampliação da prestação de serviços para famílias com maior renda. Estes serviços incluíam tanto o tradicional trabalho doméstico como as atividades mais elaboradas como consultorias que iam desde educação física, à orientações financeiras, passando pela estética (POCHMANN, Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira, 2012). Um dos efeitos disso, conforme argumenta o economista Márcio Pochmann (2012, p. 25) é que:

... as ocupações que permanecem associadas ao trabalho para famílias de alta renda tenderam, muitas vezes, a incorporar também valores e a ideologia desses segmentos mais favorecidos, descartando, assim, a democratização e modernização das relações de trabalho, que passam pela ampliação de proteção social e trabalhista. Em síntese, os segmentos pauperizados – sobretudo aqueles submetidos ao avanço sofisticado do trabalho para as famílias de alta renda – terminam por reproduzir, de maneira simbólica, muito mais o meio em que trabalham do que aquele em que vivem fora do trabalho”.

A incorporação de valores, práticas e códigos típicos das classes dominantes pelas camadas desfavorecidas também decorre de estímulos oriundos da publicidade/*marketing* bem como da presença e atuação de grandes empresas transnacionais. Tudo isso colabora para alterar padrões de consumo, sendo forças que tendem à homogeneização. Na segunda metade da década, a mobilidade social ascendente e as melhorias econômicas dos menos favorecidos na hierarquia social ampliaram as possibilidades de escolha deste contingente populacional. Os bens de consumo exclusivos das classes abastadas passaram a estar disponíveis.

Um exemplo é o acesso ao transporte aéreo. Estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre a aviação comercial no Brasil indicou que de 2003 a 2008 os preços das passagens aéreas caíram 48% e a taxa de crescimento de viagens teve um incremento de 10% ao ano. Em 2010, foram realizadas 50 milhões de viagens. Para isso contribuiu fundamentalmente os novos passageiros provenientes das classes B e C (BNDES, 2010, p. 8).

O acesso ao crédito e as chances dadas pelos parcelamentos de compras

também cooperaram para que as classes desfavorecidas incorporassem o novo modelo de “consumo moderno” (SANTOS, 2004). Viajar dentro ou para fora do país deixou de ser regalia exclusiva das pessoas pertencentes às classes dominantes. Quanto à opção de morar no exterior, além do acesso facilitado às passagens, também há mais condições de lidar com despesas iniciais de moradia, alimentação etc., fato que torna a emigração mais exequível (ROSSINI, 2008; SANTOS, 2010).

No Brasil, sem dúvida, emigrar é marca de *status* e prestígio social quando o destino é um país rico europeu ou norte americano. A condição do país na divisão internacional do trabalho contemporânea, assinalada pela exportação de matérias primas e importação de tecnologias sofisticadas, acirra ainda mais a valorização dos países do Norte.

Se para as elites brasileiras as viagens ao exterior ou a emigração temporária no exterior são demonstrações de sua posição na hierarquia social, para as classes desfavorecidas a mobilidade é uma prática social acompanhada pela expectativa de ascensão social e econômica. Desta forma, nos anos 2000, a “superioridade” europeia foi reafirmada e um Portugal mais europeizado passou a ser uma alternativa bastante viável, inclusive para aqueles brasileiros que não se expressam em outros idiomas além do português. Por isso, apesar do melhor desempenho econômico e social no Brasil na segunda metade dos anos 2000 não houve retração da emigração para Portugal.

A presença de redes de migração também é um fator primordial para compreender a expansão dos deslocamentos de brasileiros para Portugal nos anos 2000. Sabe-se que as relações estabelecidas entre os que partem e os que ficam, entre os emigrados, os não emigrados e os potenciais emigrantes são fundamentais para manutenção dos fluxos, uma vez esses estabelecidos (MASSEY *et. all.*, 1998; CAMPOS, 2011). A formação de instituições facilitadoras das migrações, como agências de viagem, casas de câmbio, redes de recrutamento de trabalhadores, também atuam na direção de sustentar as migrações (MASSEY *et all*, 1998). Soma-se a facilidade de circulação de informações proporcionadas pelas tecnologias e infraestruturas de comunicação.

Todos estes aspectos atuam no sentido de facilitar os deslocamentos e a inserção no território receptor, pois são recursos de conhecimento e assistência

às necessidades daqueles que empreendem o movimento. Disso resulta que as redes migratórias diminuem os riscos e os custos inerentes à migração (MASSEY *et all*, 1998).

As migrações, entendidas enquanto práticas espaciais, vão afirmando-se e institucionalizando-se nos costumes, nas experiências cotidianas. Assim, cada emigrante potencializa a emigração, na medida em que seus vínculos familiares e sociais passam a pertencer à rede. Por isso, o comportamento de emigrar pode se tornar cada vez mais abrangente na sociedade e, por vezes, são introduzidos nos valores da comunidade de origem.

Desta forma, passam a fazer parte do repertório cultural, transmitido de maneira inter geracional, criando a tradição migratória (CAMPOS, 2011). Assim, os contextos são alterados, contribuindo para futuras decisões sobre o ato de migrar, dissociando tais ações dos fatores que geraram os primeiros movimentos (MASSEY *et all*, 1998). O depoimento a seguir oferece um exemplo da contribuição da cultura migratória e da imaginação geográfica na decisão de emigrar:

Onde eu vivia, lá em Minas, muita gente migra e eu sempre tive vontade de migrar. Hoje eu tenho 32 anos, por volta dos 18 anos eu comecei a pensar seriamente em viver em outro país. Eu nunca pensei em vir para Portugal. Portugal não diz nada, não é? Mas eu sempre tive curiosidade de conhecer o modo de vida do outro lado. E pela questão da cultura, de saber como era a Europa, eu decidi vir. Acho que isso pra mim valeu muito a pena.⁴⁶

A tradição de migrar ratifica a premissa de que o fenômeno migratório é seletivo (ZELINSKY, 1969). O demógrafo e economista Marden Barbosa de Campos (2014), com base nas informações do quesito data-fixa do Censo Demográfico Brasileiro, demonstrou que nos últimos 40 anos o percentual da população brasileira nunca residiu em outro município além daquele em que nasceu manteve-se pouco oscilante por volta dos 60%.

O autor avaliou a distribuição espacial dessa população que nunca realizou migração interna ou internacional. Os dados revelaram que, considerando as

⁴⁶ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

disparidades regionais do fenômeno, sua proporção é menor no Centro-Oeste (45,2% da população nunca migrou) e maior no Nordeste (66,5% da população nunca migrou) (CAMPOS, 2014).

Marden Campos (2014) também verificou a relação entre as áreas dinâmicas do ponto de vista da migração e o percentual de nunca migrantes na composição da população dos municípios brasileiros. Assim, o autor evidenciou que quanto maior o número de imigrantes (que podem inclusive ser retornados), menor é o número daqueles que nunca migraram.

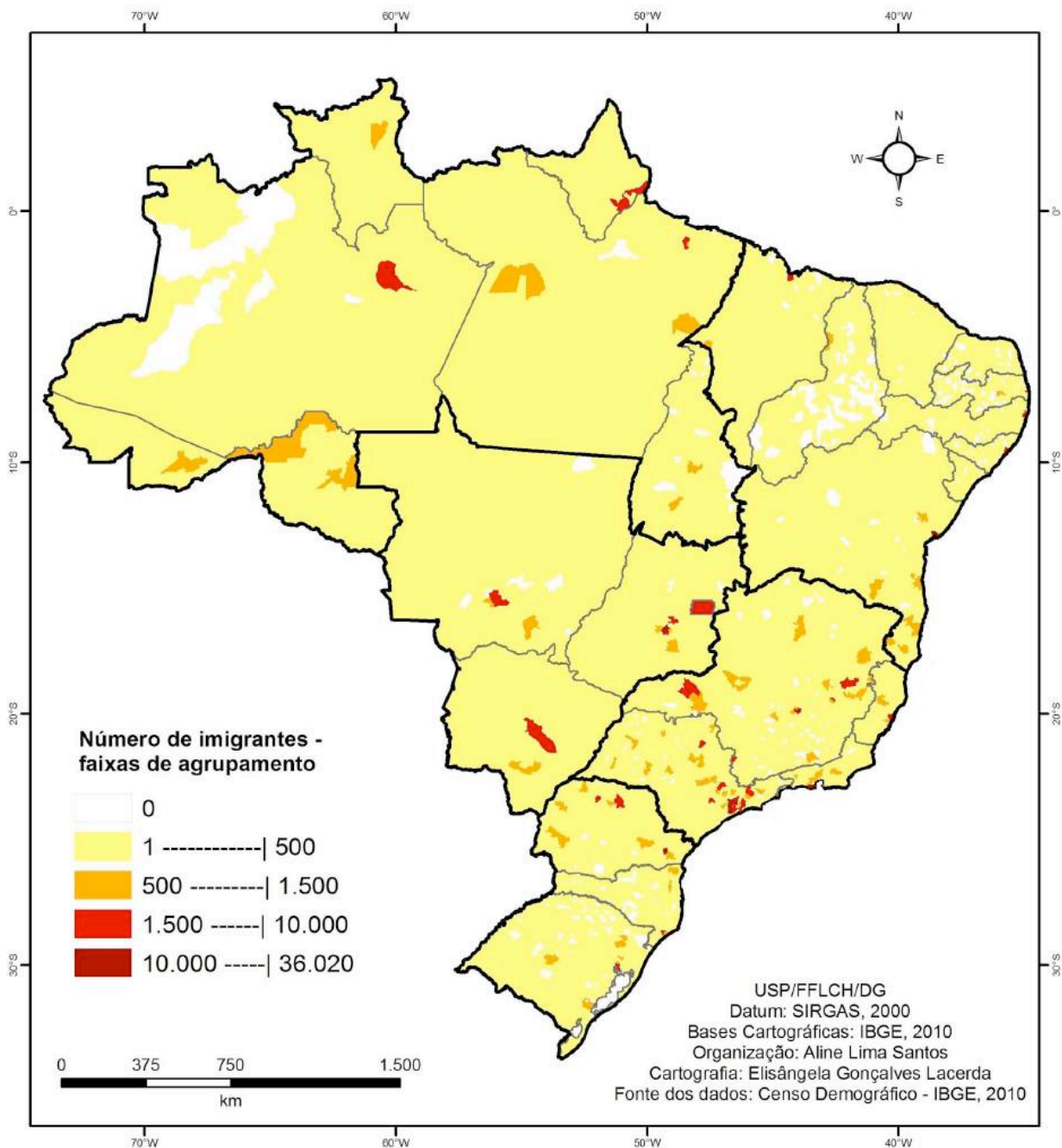
Os procedimentos adotados pelo estudo indicaram que mais de 75% dos municípios brasileiros (em termos absolutos 4209 municípios) possuem pouca dinâmica migratória e uma média de 63% de nunca migrantes. Dos restantes 1356 municípios brasileiros (25%, em termos relativos), as áreas que ganharam população imigrante apresentaram a menor média de nunca migrantes (41,7%), ao passo que as áreas dinâmicas marcadas pela perda de população apresentaram o mais elevado percentual de nunca migrantes (65,8%).

Considera-se que os resultados atingidos pelo estudo mencionado instigam muitas perguntas que ultrapassam os objetivos aqui presentes. Mas ele dá elementos para compreender, a partir da população “imóvel”, o padrão de deslocamentos migratórios na sociedade brasileira, contribuindo também para sustentar a ideia de que o fenômeno migratório abrange apenas um percentual da população, é datado e localizado e vincula tanto movimentos de entrada como de saídas de pessoas.

Observa-se como se distribui a emigração no território brasileiro. Por ser um fenômeno reduzido na população brasileira, foram introduzidas as questões que permitem conhecer a abrangência da emigração no Questionário Básico, do qual foram extraídas as informações referentes ao Universo do Censo de 2010. Perguntava-se: “alguma pessoa que morava com você estava morando em outro país em 31 de julho de 2010”? Caso a resposta fosse positiva, perguntava-se nome, sexo, ano de nascimento, ano da última partida para o exterior e o país de residência na data de referência. (IBGE, 2010).

Mapa 1

População Brasileira Emigrante, por Município de Origem - 2010



As respostas obtidas permitem dimensionar os emigrados do Brasil que em 31 de julho de 2010 estavam morando no exterior e que tinham familiares ou alguém com quem tinha residido anteriormente vivendo no Brasil. Assim, caso a família toda tenha se mudado para o exterior, ou se quem ficou no Brasil faleceu, ninguém respondeu a questão referente ao emigrado. Tendo em vista essa

limitação, sabe-se que os dados disponíveis são subestimados mas são importantes porque apontam para estrutura da emigração do Brasil quanto à origem e destino, bem como à composição etária e por sexo das pessoas que deixaram o país.

Conforme a metodologia adotada, os resultados revelam que em 2010, 7,4% dos municípios brasileiros não contribuíram com a emigração internacional. O Mapa 1 revela que o Estado do Piauí concentra parte importante destas áreas. Por sua vez, mais de 90% dos municípios brasileiros foram origem de uma até 499 pessoas. Aqueles municípios que registraram mais de 500 emigrantes somam 141 e correspondem a 2,6% do total (IBGE, 2010).

A região sudeste do Brasil destaca-se pela concentração dos municípios com maior volume de emigrantes. O estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram a origem de mais de 45% das pessoas egressas do país (IBGE, 2010). Evidentemente isso se relaciona com a concentração da população do país nestes estados. Ressalta-se ainda que seis municípios foram a origem de 21% dos emigrantes brasileiros (ver tabela 1).

Tabela 1: Brasil - dez principais municípios de origem de emigrantes internacionais, 2010

Município	Número de emigrantes	% em relação à emigração total	% acumulada
São Paulo - SP	36.019	7,32	7,32
Rio de Janeiro - RJ	20.299	4,12	11,44
Belo Horizonte - MG	13.805	2,8	14,24
Goiânia - GO	13.547	2,75	16,99
Curitiba - PR	10.334	2,10	19,09
Salvador - BA	10.269	2,08	21,17
Governador Valadares - MG	7.560	1,53	22,7
Brasília - DF	7.433	1,51	24,21
Porto Alegre - RS	7.126	1,44	25,65
Fortaleza - CE	6.752	1,37	27,02

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados do Universo.

Organização: Aline Lima Santos.

Os emigrantes brasileiros dispersaram-se por 193 países. Contudo, mais da metade concentrou-se em apenas quatro países. Destacam-se EUA, Japão e países da UE. Portugal foi o segundo principal acolhedor. Em termos absolutos, essa emigração para Portugal é menos abrangente no território Brasileiro do que a emigração total (ver mapa 2 e tabela 2).

Mapa 2

População Emigrante Brasileira para Portugal, por Município - 2010

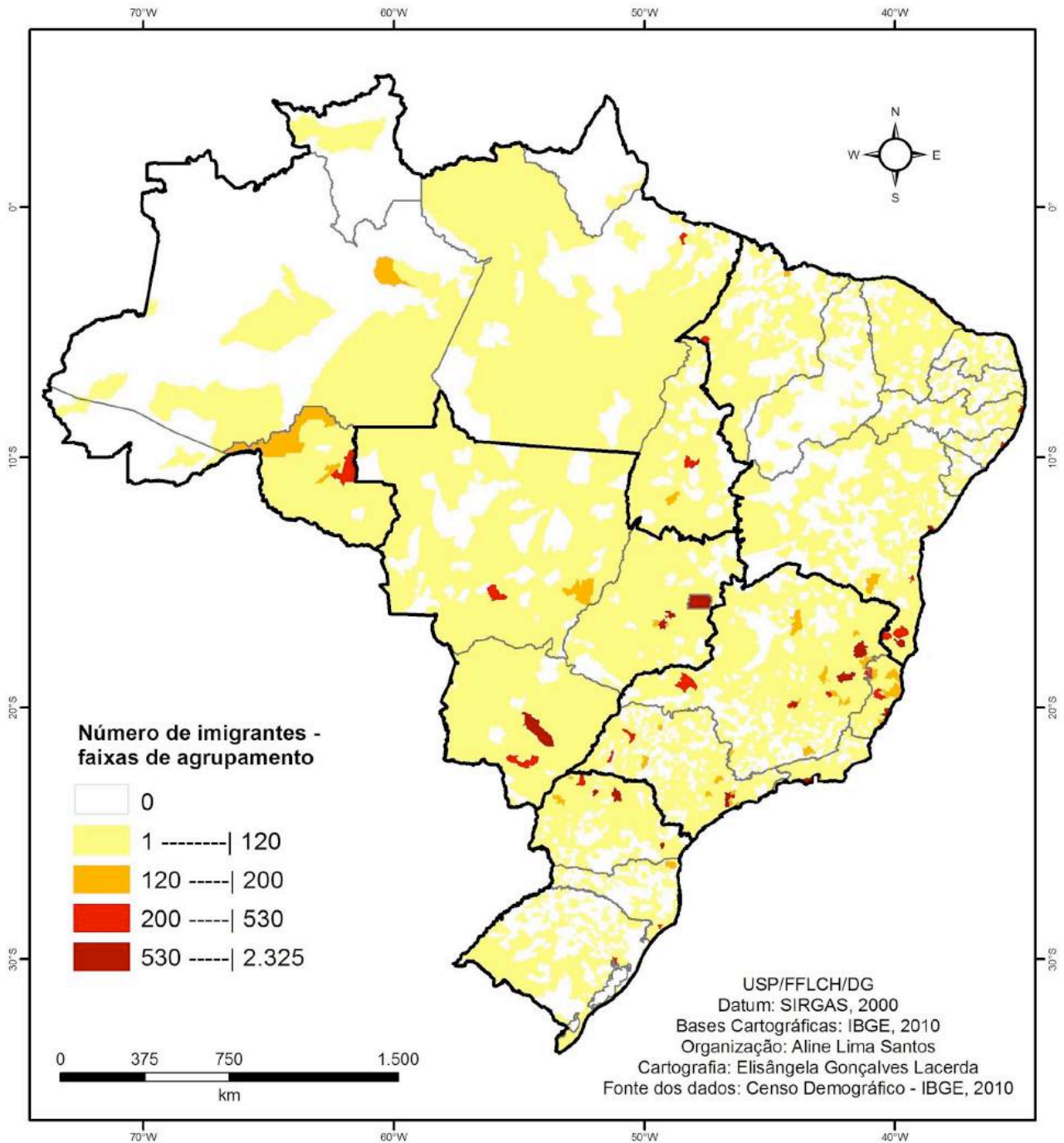


Tabela 2: Brasil - dez principais países de destino de emigrantes internacionais, 2010

País de destino	Número de emigrantes	% em relação à emigração total	% acumulada
EUA	117.104	23,8	23,8
Portugal	65.970	13,4	37,2
Espanha	46.330	9,4	46,7
Japão	36.202	7,4	54,0
Itália	34.652	7,0	61,1
Reino Unido	30.403	6,2	67,3
França	17.743	3,6	70,9
Alemanha	16.637	3,4	74,2
Suíça	12.120	2,5	76,7
Austrália	10.836	2,2	78,9

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados do Universo.

Organização: Aline Lima Santos.

Na distribuição geográfica da origem dos emigrantes para Portugal no território brasileiro, quatro municípios mineiros foram responsáveis por quase 10% destes deslocamentos, sendo eles: Belo Horizonte (2.321 emigrantes), Governador Valadares (1.866 emigrantes), Ipatinga (1.211 emigrantes) e Teófilo Otoni (900 emigrantes). Municípios do estado de Goiás também se avultam como origem do fenômeno, sendo os mais expressivos Goiânia (2.061) e Anápolis (945), procedência de 4,5% dos emigrados (IBGE, 2010). Tais áreas estão no ranking dos dez municípios que responderam por mais de 22% da emigração para Portugal (ver tabela 3).

Tabela 3: Brasil - dez principais municípios de origem de emigrantes para Portugal, 2010

Origem	Número de emigrantes	% em relação à emigração para Portugal	% acumulada
Belo Horizonte (MG)	2.321	3,5	3,5
Goiânia (GO)	2.061	3,1	6,6
Governador Valadares (MG)	1.866	2,8	9,4
São Paulo (SP)	1.733	2,6	12,0
Rio de Janeiro (RJ)	1.708	2,6	14,6
Ipatinga (MG)	1.211	1,8	16,5
Londrina (PR)	1.001	1,5	18,0
Anápolis (GO)	945	1,4	19,4
Teófilo Otoni (MG)	900	1,3	20,8
Fortaleza (CE)	887	1,3	22,2

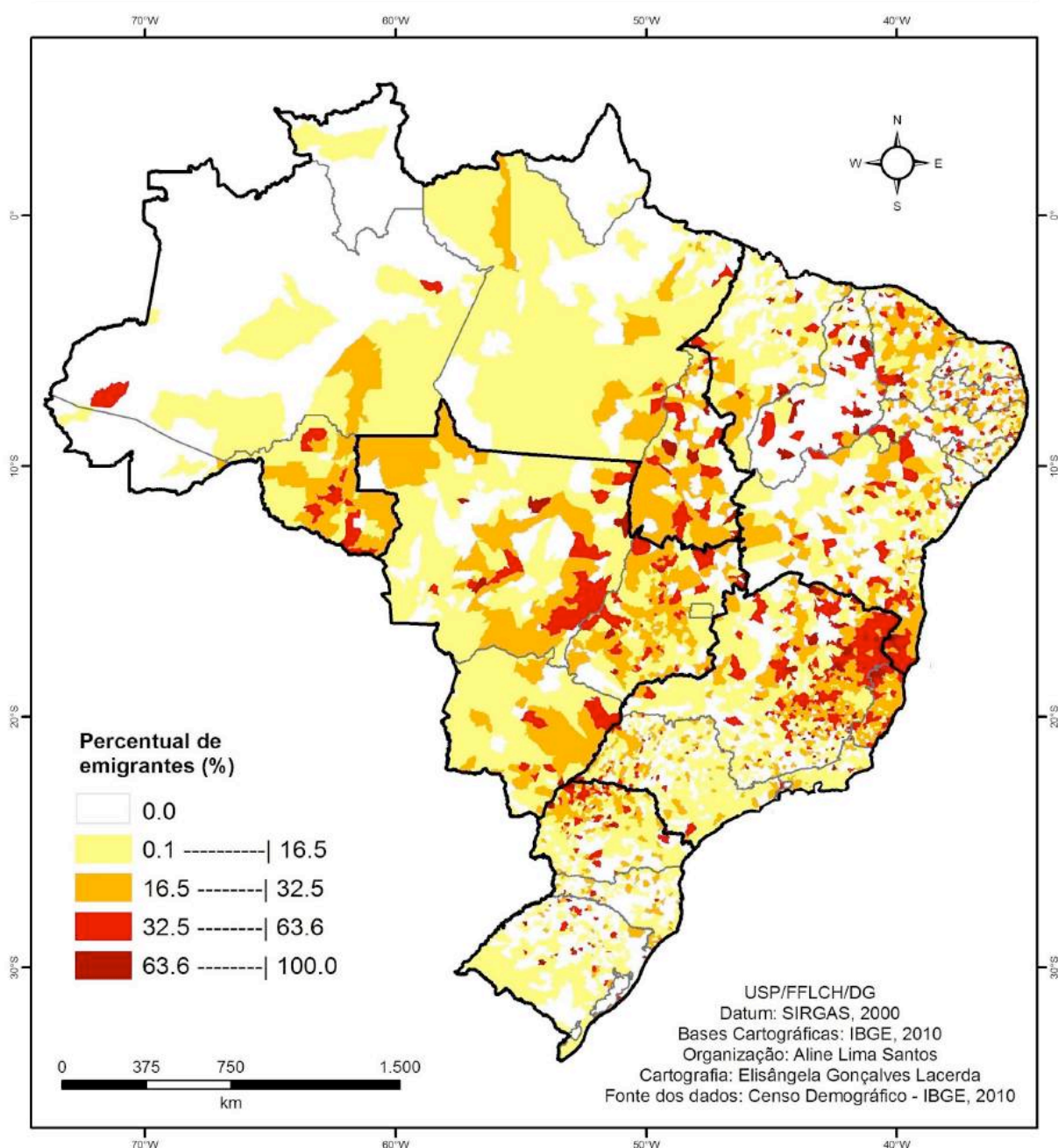
Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados do Universo.

Organização: Aline Lima Santos.

O mapa 3 revela o percentual dos emigrantes que preferiram ir para Portugal em relação ao total da emigração no município. Assim, sobressaem áreas de concentração, por exemplo, aquela formada por municípios do nordeste de Minas Gerais, noroeste do Espírito Santo e sul da Bahia, articulados no entorno de Governador Valadares (MG).

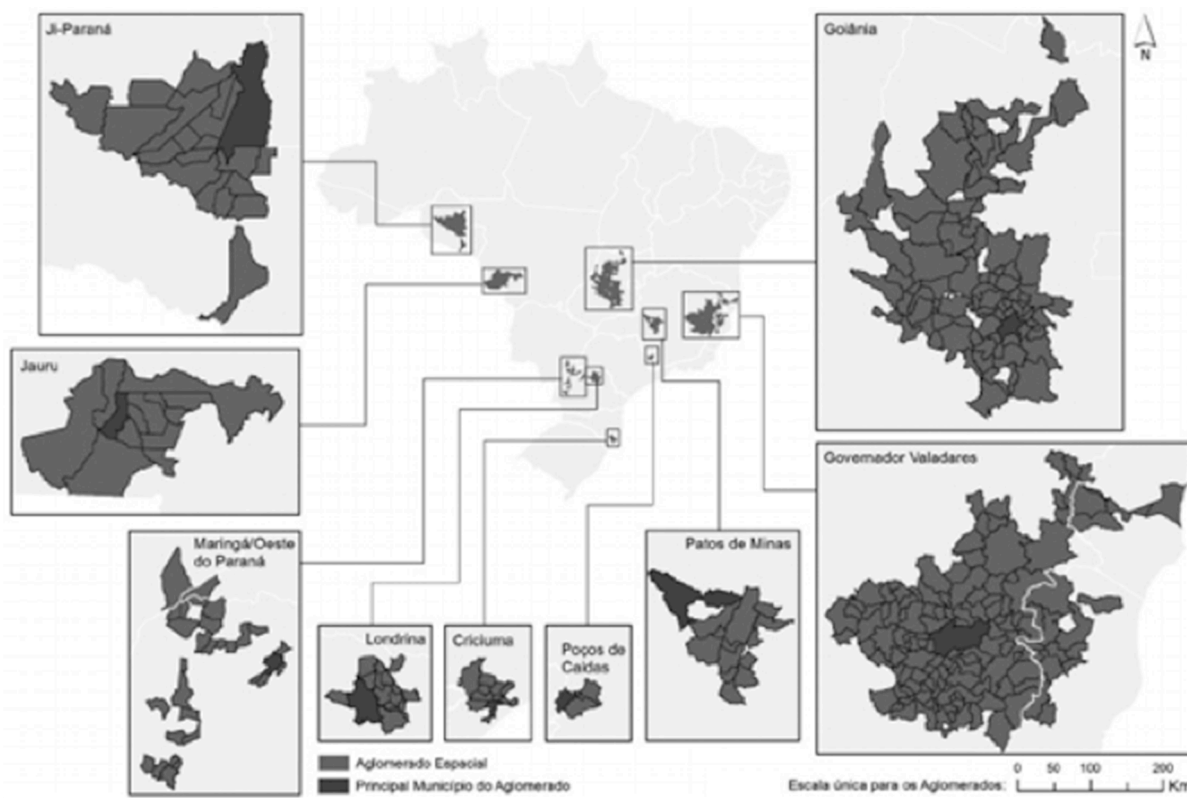
Mapa 3

Percentual de Emigrantes Brasileiros para Portugal em Relação ao Total de Emigrantes, por Município - 2010



Tal fato encontra subsídios também na pesquisa realizada por Marden Campos e Diego Macedo (2014). Partindo do percentual de emigrantes por município, os estudiosos identificaram nove concentrações espaciais do fenômeno emigratório (ver figura 4) Estas aglomerações englobaram um total de 338 municípios e corresponderam a origem de 95.324 pessoas egressas, ou seja, 6% dos municípios brasileiros congregaram mais de 19% das emigrações. Portugal foi um dos cinco principais destinos dos emigrantes de cada uma dessas áreas.

Figura 4: Brasil - aglomerações de emigração internacional – 2010



Fonte: CAMPOS & MACEDO. Agrupamentos de emigração internacional no Brasil: o papel das redes sociais na formação dos espaços de emigração, 2014, p. 267.

Portugal se posicionou em primeiro lugar no ranking dos que absorveram os emigrantes da área de Maringá e Oeste do Paraná; segundo lugar dentre os escolhidos como destino das aglomerações de Ji-Paraná, Londrina e Poços de Caldas; terceiro lugar como destino dos emigrados da área ao entorno de Goiânia; quarto lugar dos que receberam egressos de Jauru e Criciúma e quinto destino preferencial dos que deixaram Patos de Minas (ver tabela 4). Os emigrantes

destas aglomerações que se dirigiram à Portugal somaram 20.072 pessoas, o que representou mais de 30% de todas as saídas registradas pelo Censo 2010 destinada a Portugal.

Tabela 4: Brasil - aglomerações de emigração internacional, segundo destino em Portugal – 2010

Aglomeração de emigração	Emigrantes para Portugal	% de emigrantes para Portugal no total de emigrantes da aglomeração	Posição de Portugal dentre os 5 principais destinos
Governador Valadares	10.880	27,82	2º
Goiânia	5.033	17,62	3º
Maringá e Oeste do Paraná	1.049	21,09	1º
Ji-Paraná	1.096	28,03	2º
Londrina	1.331	17,96	2º
Criciúma	386	6,59	4º
Poços de Caldas	167	8,89	2º
Patos de Minas	72	2,96	5º
Jauru	58	4,85	4º

Fonte: CAMPOS & MACEDO. Agrupamentos de emigração internacional no Brasil: o papel das redes sociais na formação dos espaços de emigração, 2014, p. 268.

Adaptação: Aline Lima Santos.

As concentrações do fenômeno da emigração para Portugal identificadas a partir dos dados do recenseamento brasileiro de 2010 manifestaram-se nas pesquisas de campo realizadas no destino. As 23 pessoas imigrantes entrevistadas citaram um total de 16 municípios como locais da última residência no Brasil. Destes municípios, cinco localizavam-se no estado de Minas Gerais, três em Rondônia, dois no Paraná e um no Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Paraíba e Rio de Janeiro.

Considerando as aglomerações de emigração identificadas por Marden Campos e Diego Macedo (2014), chama atenção a representatividade dos municípios da concentração em torno de Governador Valadares (Divino Laranjeiras, Galileia, Ipatinga, Mantena), de onde cinco imigrantes entrevistados partiram. Outros quatro agrupamentos foram representados por pelo menos um município: aquele em torno de Ji-Paraná (Ji-Paraná e Ariquemes), Maringá (Paranavaí), Londrina (Londrina) e Goiânia (Goiânia). Em suma, mais de 56% dos municípios citados pelos imigrantes localizam-se em *clusters* emigratórios no Brasil.

Tabela 5: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo município de origem – 2010

Origem	Imigrantes brasileiros entrevistados	%
Ariquemes (RO)	1	4,34
Belo Horizonte (MG)	2	8,7
Campo Grande (MS)	2	8,7
Cuiabá (MT)	1	4,34
Divino Laranjeiras (MG)	1	4,34
Galiléia (MG)	1	4,34
Goiânia (GO)	2	8,7
Ipatinga (MG)	2	8,7
Ji-Paraná (RO)	1	4,34
João Pessoa (PB)	1	4,34
Londrina (PR)	1	4,34
Mantena (MG)	1	4,34
Paranavaí (PR)	1	4,34
Porto Velho (RO)	2	8,7
Rio de Janeiro (RJ)	1	4,34
Serra (ES)	3	13

Fonte: SANTOS, Aline Lima. Pesquisas de campo realizadas em Portugal, 2013-2014.

Organização: Aline Lima Santos.

Diante do exposto, evidencia-se que as articulações de redes sociais promovem interconexões de lugares, vinculando origem e destino dos fluxos migratórios. Tal indicação vem sendo reiteradamente encontrada pelos estudiosos dedicados às questões envolvidas no fenômeno migratório. Como exemplo, cita-se o acompanhamento da mobilidade de Queiriga em distintos trabalhos realizados por Maria Beatriz Rocha-Trindade⁴⁷. A mencionada aldeia portuguesa é situada no Centro-Norte do país e tem mantido uma permanente relação com os

⁴⁷ A socióloga Maria Beatriz Rocha-Trindade foi pioneira em chamar atenção para essas interconexões em Portugal. Sobre o assunto, vale ressaltar parte de sua produção nos anos 1970, que incluem os artigos listados na sequência:

- "**Les Portugais à Orsay**", in *Intergeo. Bulletin Trimestriel des Instituts et Centres de Recherches de Géographie*, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, n.º 17, 11-22, 1970.

- "**Sobrevivência e Progresso de uma Aldeia Despovoada**", in *Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, n.35, Ano IX, Julho, 3-24, 1973.

- "**Queiriga. Uma Comunidade em Face da Emigração**", in *Comunidades Portuguesas*, [s.l.: s.n.], n.º 31-32 (Julho-Outubro): (33), 47-51, 1973.

- "**Immigrés Portugais**". *Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne*. Orsay, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, VIII, 162 [3] (Edição revista da tese de doutoramento), 1973.

- "**Comunidades Migrantes em Situação Dipolar**". *Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França*, in *Análise Social*, Lisboa: Gabinete de Investigações Sociais, vol. XII, n.º 48, 4.º, 983-997, 1976.

pólos de fixação estabelecidos na França (especialmente *Pau*, *Limours* e *Orsay*), fato que demonstra a importância das redes sociais nos nexos entre lugares. Nestes trabalhos a autora destaca que a escolha do destino não é apenas uma decisão individual. A fixação em um país estrangeiro é uma escolha intencional que implica a ligação que os emigrados estabelecem e mantêm com a origem, define-se, deste modo, destinos especializados, caracterizados por linhas geográficas de percurso (ROCHA-TRINDADE, ([1976], 2015).

A discussão da existência dessas “situações dipolares” identificadas pela autora nos anos 1970 e 1980 antecipou aquilo que hoje tem sido compreendido como aspecto de relações e práticas transnacionais, que envolvem relações de parentesco e conterraneidade. Vale ressaltar esse pioneirismo, uma vez que o conceito de transnacionalismo tornou-se importante a partir dos anos 1990 nos estudos sobre migrações e no âmbito das ciências sociais, tal como chamou atenção o geógrafo português Jorge Malheiros no prefácio do livro que reúne alguns dos principais artigos da autora (ROCHA-TRINDADE, 2015).

Retomando o caso de interesse à esta pesquisa, no sistema migratório luso-brasileiro, a prevalência da emigração do Brasil para Portugal no decorrer dos anos 2000, além de assentar-se em ligações entre pessoas, instituições e lugares contidas nas redes migratórias, apoia-se igualmente nas desigualdades socioeconômicas no interior da sociedade brasileira, nas assimetrias macroeconômicas entre estes países, nas formas distintas de inserção na divisão internacional do trabalho, nas semelhanças culturais e na imaginação geográfica.

Nesta segunda onda de emigração brasileira para Portugal, as pessoas que compõem os fluxos, como já explicitado, tinham a intenção de trabalhar. Por esse motivo, a sua distribuição deste contingente populacional no país de destino passou a ser mais condicionado pelas desigualdades de oportunidades de trabalho no território português, daí que comparativamente à onda anterior, os brasileiros passam a concentrar-se mais na área metropolitana de Lisboa.

A maior parte dos imigrantes brasileiros conseguiram inserir-se no setor de serviços do mercado de trabalho português especialmente nas atividades exigentes de pouca qualificação, respondendo à expansão já referida do setor decorrente da participação do país na ordem geopolítica contemporânea. Tratavam-se principalmente de emigrantes que tiveram acesso a grau de

instrução médio (em torno de 12 anos de estudo) e provenientes da classe econômica C do Brasil.

Quadro 3: Características da segunda onda de emigração brasileira para Portugal

Características	Segunda onda
Fase	A partir de 1998 até fim dos anos 2000
Essência do fluxo	Laboral
Distribuição no território	Concentrada em Lisboa
População ativa	Dominante
Origem na estrutura social brasileira	Classe média e média-baixa
Nível de instrução	Médio
Inserção no mercado de trabalho	Segmentos que exigem menor qualificação

Fonte: SANTOS, Aline Lima. Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI, 2010, p. 56.

Especialmente após 2002 a taxa de câmbio entre euro e real passou ser positiva para os trabalhadores brasileiros em Portugal. Isso porque para quem recebia em euros e tinha intenção de realizar investimentos no Brasil, enviar remessas aos familiares ou juntar capital para, posteriormente, retornar ao país de origem via seu salário pelo menos duplicado ou, em alguns momentos, mais que triplicado quando convertido para reais. Seguramente, tal diferença contribuiu para sustentar os fluxos.

A postura dos emigrados que voltavam ao Brasil para visitas de férias também merece ser observada. Os valores simbólicos conferidos pela sociedade brasileira à vida no exterior são muitas vezes incentivados por ações de ostentação desses visitantes. Isso, muitas vezes contribui para novas emigrações, já que ratifica a superioridade econômica e social da vida nos países europeus, na imaginação geográfica presente na sociedade brasileira. Sobre isso, é elucidador o testemunho a seguir:

Aquilo entrou como uma flecha no meu miolo, porque eu tenho ganancia por dinheiro. Eu sou bem gananciosa. Aí eu pensei em vir para Portugal. Na verdade eu vim porque eu queria ganhar dinheiro. E eu escolhi o país certo. A ideia que eu tinha, foi a ideia que minha vizinha me transmitiu. Ela chegava no Brasil tirava um monte de dinheiro da carteira. Então a ideia que eu tinha é que aqui eu ia ter uma vida boa.⁴⁸

⁴⁸ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 42 anos. Entrevista realizada em Faro, 2014.

Nem todos têm a sorte de encontrar a realidade próxima daquilo que foi imaginado no momento da tomada de decisão de emigrar. As experiências vividas no país receptor evidenciam as ilusões das expectativas anteriores ao deslocamento:

Eu achava que aqui eu ia ganhar muito mais e não foi isso que aconteceu, né?! ... Então, hoje eu sou outra pessoa. Tive que mudar a minha mentalidade... muitas coisas tive que deixar de fazer e ter para poder conseguir me manter aqui.⁴⁹

Cabe referência a mais dois elementos de motivação da emigração brasileira para Portugal. Um de caráter estrutural e outro relacionado a laços familiares ou individuais, nomeadamente a questão da segurança e a das relações afetivas.

É sabido que na ordem geopolítica contemporânea, como derivado do atentado de 11 de setembro, acirrou-se a vinculação entre terrorismo e migrações. Sobretudo decorrente das ações da principal potência hegemônica, a temática da segurança, nas suas mais variadas vertentes (nacional, pública, privada, etc.), adquiriu espaço na agenda política internacional, mas também na pauta doméstica de muitos Estados. Neste contexto, no Brasil, o tema preocupa e mobiliza cada vez mais a sociedade (BARBOSA, 2002).

A psicóloga Nancy Cardia (2012), especializada nos assuntos referentes à violência, justiça social e direitos humanos, mencionou o fato de que em pesquisas de opinião, a violência aparece como um dos cinco principais problemas do Brasil. Como fator intimamente vinculado a condições degradadas de vida nas periferias das zonas urbanas no país, parte significativa da violência no Brasil é também associada ao tráfico de drogas e se caracteriza por vitimizar sobretudo jovens adultos do sexo masculino, sendo especialmente impactante para a população negra.

Embora a compreensão da violência na sociedade brasileira seja necessária, ela extrapola os objetivos deste trabalho. Apesar disso, salienta-se sua importância para a sensação de insegurança comumente referida por seis imigrantes brasileiros entrevistados em Portugal. Chama atenção o fato de que

⁴⁹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 49 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

nem todas as pessoas que citaram motivações relacionadas à segurança foram vítimas de violência direta.

Embora seja inegável tais problemas na sociedade brasileira, muito daquilo referido pelos imigrantes dizem respeito mais a impressões de insegurança ou a incorporação de um discurso sobre violência diuturnamente repetido pelos meios de comunicação no Brasil. De qualquer maneira, sobre este quesito motivador da emigração, os relatos a seguir são reveladores:

O meu marido saiu para vender um carro e sofreu um assalto, não foi bem na porta do banco, mas passado uma distância, foi no começo do mês, isso acontece com muitas pessoas, né? E nisso, ele não sabe da onde saiu o motoqueiro, estava duas pessoas na moto e fechou ele na intenção de tomar a mochila que estava com ele e ele não teve reação, mais mesmo assim derrubou ele no chão e deram um tiro no peito dele, no lado esquerdo. Mais não levaram o dinheiro ele sangrando levantou e saiu correndo, se salvou graças a Deus. Foi atendido em um pronto socorro de emergência, fez uma cirurgia de emergência, mais ele ficou traumatizado devido ao assalto, passou um mês de recuperação e ele decidiu sair do Brasil. Não quis ficar mais lá tínhamos um negócio.⁵⁰

Eu estava com problemas lá no Brasil, problema particular mesmo. Eu tinha um namorado que me perseguia. Aí como se diz, eu juntei o útil ao agradável! Eu estava realmente com medo de morrer lá, caso eu ficasse. Eu achei que era o momento viável para eu sair do país. Realmente eu tinha necessidade de sair da cidade porque eu estava sendo perseguida. Mas, na verdade desde criança eu tinha vontade de sair do país.⁵¹

Finalmente, as relações afetivas foram citadas como justificativa para emigração por quatro mulheres e um homem imigrantes em Portugal. Todas as mulheres saíram do país solteiras e tinham relacionamento com homens brasileiros, enquanto o homem já era casado no Brasil com cônjuge brasileira antes de emigrar:

⁵⁰ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 39 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

⁵¹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

Eu casei lá por correspondência. Ele estava aqui. Ele tinha os irmãos dele aqui e ele veio pra cá, ele resolveu vir. Eu vim pra cá mesmo, porque eu casei.⁵²

Eu conheci o meu marido que foi lá de férias, depois eu resolvi vir pra cá.⁵³

Eu tinha o meu marido aqui. Aí com três meses que ele estava aqui eu vim pra cá. Se ele tivesse em outro país eu teria ido pra outro país.⁵⁴

Eu vim por causa dele. Mais nada, foi só esta a minha razão. Se não fosse por causa dele eu não teria migrado.⁵⁵

Eu tinha vontade de sair do país. Minha mulher ficou desempregada e veio para Portugal. Depois de uns meses eu vim.⁵⁶

Se a escolha por emigrar passou pela escolha de permanecer ou construir um relacionamento, também houve casos em que conflitos ou términos de relações impulsionaram a tomada da decisão de deixar o país:

Eu vim com a minha filha de 6 anos. Porque na época eu estava querendo separar do meu marido, nós estávamos vivendo mal lá.⁵⁷

Separei do meu marido porque ele me traiu e eu fiquei mesmo mal. Pronto, decidi que queria ficar longe dele. Eu tinha uma amiga aqui que disse que me ajudava. Daí eu vim pra Portugal.⁵⁸

Infere-se destas experiências relatadas que as relações afetivas

⁵² Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 24 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

⁵³ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

⁵⁴ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 32 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

⁵⁵ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 39 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

⁵⁶ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

⁵⁷ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 51 anos. Entrevista realizada em Faro, 2014.

⁵⁸ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 40 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

influenciam as migrações, vinculando-se a problemáticas de gênero, amor, emancipação feminina, organização e estrutura das famílias (RAPOSO & TOGNI, 2009). Evidenciando as conexões entre imigração e emigração, as relações afetivas contribuíram para a existência de fluxos de portugueses para o Brasil durante a década de 2000.

A interação e integração social de imigrantes do Brasil em Portugal se manifesta, por exemplo, no elevado número de casamentos entre brasileiros e portugueses. Estudos têm demonstrado que no período de 2001 e 2009 as mulheres brasileiras foram mais exogâmicas que os homens brasileiros. Sobre os casamentos mistos entre imigrantes brasileiros e portugueses, as mulheres do Brasil casaram-se com homens portugueses com status socioeconômico inferiores (que se exprime nos mais baixos níveis profissionais e de instrução deles). Para os homens verificou-se a situação contrária: casaram-se sobretudo com mulheres portuguesas com níveis de instrução e profissão mais elevado (FERREIRA & RAMOS, 2012).

Esta informação auxilia no entendimento do perfil da imigração portuguesa para o Brasil no decorrer dos anos 2000. Predominavam homens, casados, com nível de qualificação médio. O relato a seguir foi dado por um imigrante português, que passou a residir no Brasil no ano de 2002. O imigrante não completou 12 anos de estudo é casado com uma brasileira, filha de portugueses, que emigrou para Portugal, aí residindo por dez anos, após completar a graduação em comunicação social no país de origem.

Vim mais ou menos há 10 anos. O porquê foi por causa família. A esposa é brasileira e tinha mãe e pai aqui no Brasil, e aí pronto. A gente se casou lá, vivemos lá seis anos e depois é que viemos pra aqui. O que fez vir foi provavelmente as saudades que ela tinha da família. Foi ela que quis vir. Como ela não tinha lá praticamente família nenhuma ou como ela... chegou lá, é meio distante da família, aí não tinha... Embora tenha família, não tinha assim lá o hábito da convivência, afeição.⁵⁹

O caso é emblemático na medida em que explicita as conexões entre primeira onda da imigração brasileira em Portugal e a imigração portuguesa no

⁵⁹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 42 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012

Brasil dos anos 2000. Ao mesmo tempo demonstra a construção de famílias híbridas, luso-brasileiras, as quais em um mundo em que práticas transnacionais são cada vez mais comuns, certamente aponta para a continuidade futura dos fluxos populacionais e sustentação do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal ao longo do tempo.

Nova mudança dos ventos? Rearranjos e tendências recentes do sistema migratório luso- brasileiro

A economia dos países ricos chegou ao fim dos anos 2000 sofrendo fortes abalos. A oferta de crédito somada à expansão do mercado imobiliário nos EUA promoveu débil desempenho econômico, ao que se somou cada vez maiores déficits no decorrer da administração Bush. O estímulo ao consumo pessoal e ao investimento em habitações criou uma bolha financeira gigantesca que estourou em 2008 (BRENNER, 2009).

A situação tornou-se insustentável devido a sucessivos aumentos dos juros desde 2004 e do decorrente encarecimento do crédito. Isso dificultou pagamentos e aumentou inadimplências, culminando na diminuição da demanda e, por conseguinte, desvalorização dos imóveis (AKB, 2008). A desaceleração da economia dos Estados Unidos, explícita a partir de 2006, trouxe fortes repercussões. O auge em 2008 se deu com a falência do Lehman Brothers e os pacotes de ajuda do governo à Fannie Mae e a Freddie Mac, as duas maiores empresas hipotecárias do país (AKB, 2008). Este conjunto de fatores aumentou as taxas de desemprego, os investimentos diretos e o consumo, afetando diretamente as condições de vida da população estadunidense.

O elevado grau de complexidade e imbricação entre as inúmeras instituições financeiras e dos mercados no mundo fez a crise norte-americana atingir a Europa, especialmente a zona do euro (AKG, 2008). Desde 2006 os investidores passaram a temer a insolvência dos governos europeus. Esta desconfiança acabou evidenciando e acirrando as dificuldades dos países do sul europeu de cumprir as metas do pacto de estabilidade e crescimento, nomeadamente Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e Itália, o resultado foi o

aumento das dívidas públicas e os déficits orçamentários persistentes (DINIZ, 2012; OREIRO, 2011).

No entanto, o maior problema inicialmente não era tanto o endividamento público destes países, com exceção da Grécia, mas sim o endividamento do setor privado, isto é, das empresas não financeiras, dos bancos e da população. Sem regulamentação essas dívidas cresceram expressivamente nos anos 2000. Desde a quebra do Lehman Brothers, porém, os governos europeus têm realizado programas de socorro ao setor financeiro e de estímulo à economia em recessão, impedindo o colapso econômico (AKB, 2008; DINIZ & JAYME JR., 2012; OREIRO, 2011).

A situação econômica de Portugal foi uma das mais preocupantes no contexto da Zona do Euro. Nos sete anos que se seguiram a crise, os indicadores econômicos do país vêm apresentando piora. O PIB, por exemplo, retraiu de US\$ 263 bilhões em 2008 para US\$ 201 bilhões em 2015, o que repercutiu no PIB per capita, que diminuiu de US\$ 24.933,21 para US\$ 19.323,97 nos mesmos anos de referência (FMI, 2015).

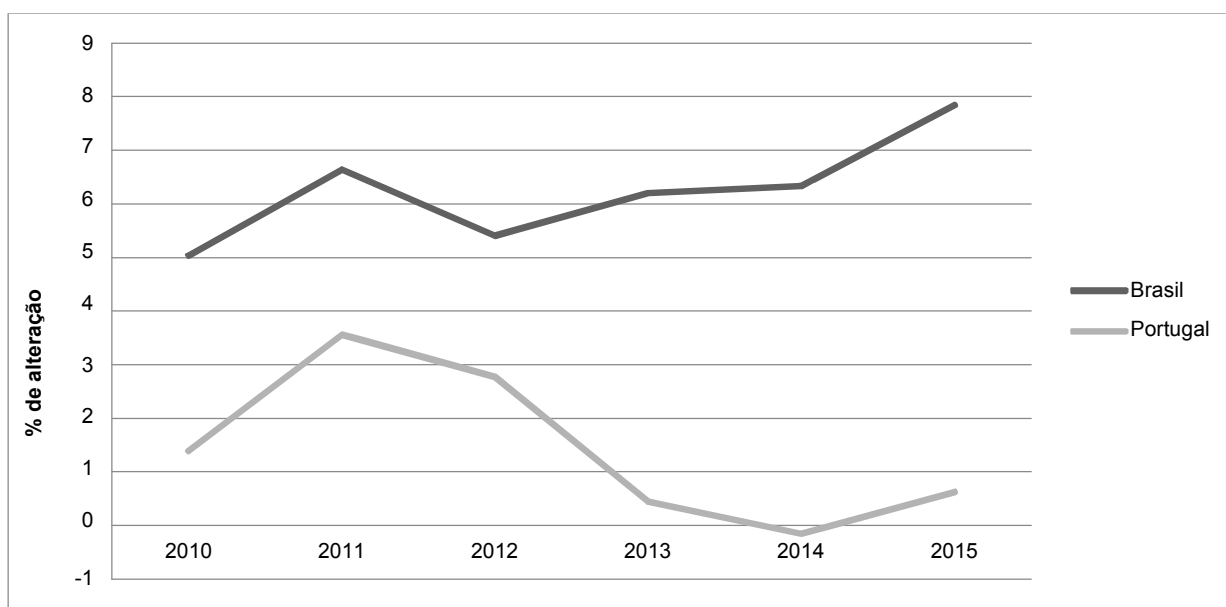
O país manteve níveis de inflação baixos, entretanto, em 2009 e 2014 apresentou deflação (-0,903 e -0,158, respectivamente), o que acirrou os problemas econômicos (ver gráfico 9). A isso soma-se o crescente desemprego, cujas taxas elevaram-se dos 8% em 2008 para 16% em 2013, sendo estimada que em 2015 represente 13% do total da força de trabalho (FMI, 2015).

Para enfrentar a crise, desde 2010 Portugal aprovou paulatinamente um conjunto de medidas de austeridade, dentre elas, a redução em 5% dos gastos com os salários de altos funcionários públicos e de políticos, diminuição dos valores de subsídio aos desempregados, aumento dos impostos, congelamento de investimentos públicos e privatizações (CALDAS, 2013). A política de austeridade acirrou-se notadamente após a solicitação de resgate financeiro à Troika, composta pelo FMI, Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE).

Os reflexos sociais desta situação são explícitos. A imposição de ajustes fiscais ao governo português e demais países em crise tem sido perversa em relação às populações. As taxas de desemprego elevam-se principalmente entre os jovens, há arrocho salarial, flexibilização de leis trabalhistas, aumento da idade de aposentadoria, ampliação das jornadas de trabalho, redução de pensões e das

verbas destinadas à saúde e à educação, o que se agrava em decorrência do envelhecimento populacional (PESCHANSKI, 2011).

Gráfico 9: Brasil e Portugal - Inflação (preços médios ao consumidor), 2010-2015



Fonte: FMI, World Economic Outlook Database, 2015.

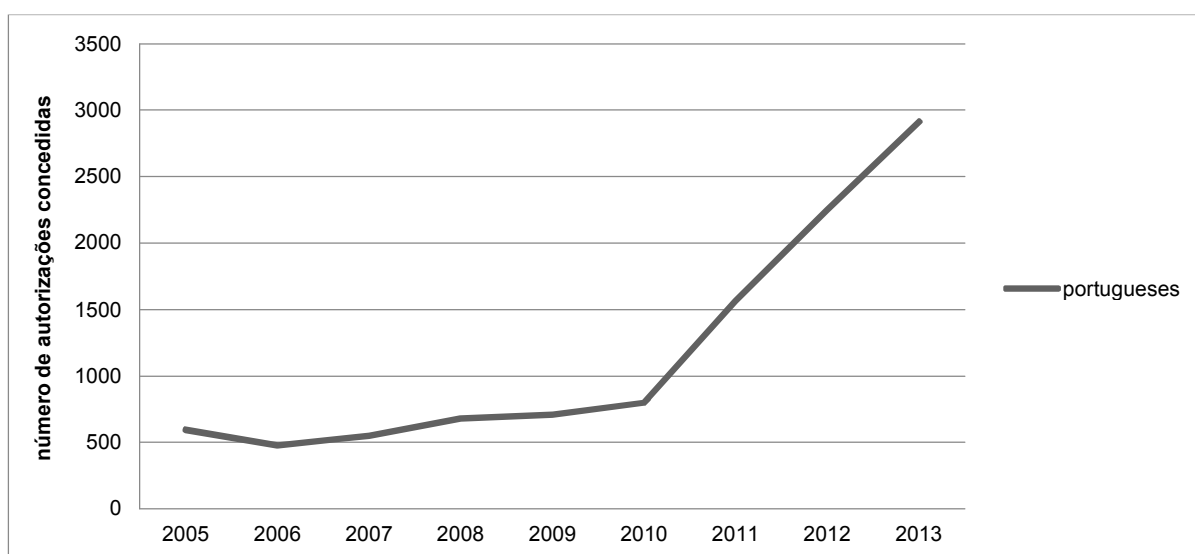
Organização: Aline Lima Santos.

Os deslocamentos populacionais responderam à crise econômica e social em Portugal imediatamente. Inicialmente, arrefeceram-se, respondendo à contração do mercado de trabalho nos principais países de acolhimento da emigração portuguesa, em especial na Espanha no período de 2008-2010. Mas a retração das saídas de Portugal, após 2011, deu lugar à expansão. Desde então a emigração portuguesa tem se sido superior a 80 mil pessoas. Estima-se que em 2013 tenha chegado a 110 mil pessoas (PIRES R. P., 2014).

Considerando os anos de 2008 a 2012, verifica-se que 80% da emigração portuguesa teve destino intra europeu. Por volta de 13% direcionou-se para países de língua portuguesa, nomeadamente Angola, Moçambique e Brasil. Neste período, porém, houve alteração dos principais destinos, tendo o Reino Unido despontado no ranking antes encabeçado pela Espanha, seguida da Suíça (PIRES R. P., 2014).

Atualmente o Brasil está dentre os dez principais receptores de fluxos populacionais originados em Portugal, em 2013 ocupou a 6º posição. Na última década, assistiu-se ao crescimento da imigração portuguesa no Brasil especialmente a partir de 2011, fato que se expressou no aumento significativo das solicitações e autorizações concedidas a portugueses imigrantes (ver gráfico 10). Se em 2009 foram concedidas 708 autorizações a portugueses no Brasil, em 2013 as concessões mais que quadruplicaram, totalizando 2.913 permissões.

Gráfico 10: Brasil - número de autorizações concedidas a portugueses, 2005-2013



Fonte: MTE. Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem, 2010-2013.

Organização: Aline Lima Santos.

Importa chamar atenção que estes dados oficiais subestimam a realidade. Muitos imigrantes portugueses fixam-se no Brasil com vistos de turista, sem permissão para permanência por mais de 90 dias e desprovidos de documentos para exercício de trabalho, que, no entanto, realizam de maneira irregular.

Tendo em conta que um critério de participação na pesquisa tenha sido o que ter emigrado para o Brasil a partir de 2000, nota-se que dos 22 imigrantes inquiridos, 23% chegaram no destino até 2009. Das 17 pessoas que fixaram residência no Brasil, a partir de 2009, 9 eram mulheres e 8 eram homens. As entrevistas realizadas em pesquisas de campo no Brasil permitem inferir que relações amorosas, redes sociais, prévias experiências de intercâmbio estudantil e oportunidades de trabalho relacionadas aos IEDs de Portugal, bem como nas

demais empresas e setores do mercado de trabalho brasileiro foram motivações centrais para os emigrantes portugueses escolherem o Brasil como destino. Os relatos seguir são exemplos das principais motivações citadas:

Vim por muitas razões. Principalmente trabalho. Porque em Portugal, neste momento, não tenho capacidade para arranjar emprego. Uma questão pessoal. Vejo o Brasil como uma aposta de carreira: *curriculum*. E principalmente porque tenho namorada brasileira. Porque quero manter essa relação. Portanto, quero ficar no Brasil, Percebe?⁶⁰

Trabalho para uma empresa francesa, que é o grupo Carrefour. E eles estão com uma dificuldade em encontrar bilíngues português/francês. Então o fato de eu falar muito bem francês e de falar português foi uma boa oportunidade deles superarem esta barreira cultural, de língua, que é difícil combater.⁶¹

Eu vim pro Brasil dia 13 de Setembro de 2012. E porque era um objetivo que eu tinha há muito tempo. Eu fiz intercâmbio na USP em 2008. Fiz durante meio ano. Fiz ECA jornalismo (Escola de Comunicação e Arte) e através do processo de intercâmbio(não é?) entre as duas faculdades. Eu gostei muito de morar em São Paulo. Gostei muito da mentalidade, da cultura e foi sempre um objetivo voltar⁶².

Embora o Brasil não estivesse descolado da crise, nele as repercussões iniciais foram menores do que em Portugal. Os preços das *commodities* e o crescimento da China foram fatores que reduziram os impactos na economia brasileira.

No decorrer dos anos 2000 a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil. Se em 2000 as exportações para o país representavam 2% do total, em 2010 correspondiam a 15%. O saldo comercial foi favorável ao Brasil e a China foi o maior investidor estrangeiro no país (ACIOLY, PINTO, & CINTRA, 2012). Nota-se, aliás, que estes países pertencem às novas regiões de prosperidade e crescimento econômico no mundo. Neles também se consolidaram importantes

⁶⁰ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto Itineris.

⁶¹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto Itineris.

⁶² Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto Itineris.

centros urbanos globais, como a cidade de São Paulo, por exemplo.

A emergência destes países e, especialmente, de algumas de suas cidades, característica da ordem geopolítica contemporânea, é acompanhada por um discurso geopolítico que enfatiza sua influência econômica. Muitas vezes esta ideia é desvinculada de críticas que considerem as contradições inerentes à posição (SASSEN, 1988; 2003). Como se tem argumentado, o discurso produzido exprime-se na imaginação geográfica, elemento essencial na formação de padrões de movimentos migratórios, como atesta o depoimento a seguir:

Vim porque na altura a gente achava que São Paulo ia 'bombar'. Um centro econômico em expansão. Em expansão e com visibilidade global. Embora as coisas estejam fracas por aqui, acho que São Paulo ainda é um centro financeiro importante, muito mais que Lisboa. Na altura a Europa estava muito ruim, não queria ficar lá e acabei vindo pra cá, pra um mercado emergente.⁶³

A crise em Portugal associada com a ascensão do Brasil tem estimulado a produção de pesquisas que partem da hipótese da existência da inversão dos fluxos entre Brasil e Portugal (NUNAN, 2012). Dados quantitativos e qualitativos têm contribuído para demonstrar que o sistema migratório luso-brasileiro sofreu alterações a partir de 2000. Uma delas diz respeito a um aspecto dos deslocamentos de brasileiros: o retorno.

No período de 1995 a 2000 registrou-se no Brasil 2.802 imigrantes retornados, por sua vez, entre 2005 e 2010 houve uma imigração de retorno de 17.710 pessoas (SILVA R. V., 2015). Conforme apontado pelo demógrafo Antônio Tadeu Oliveira (2013) a imigração de retorno é um fenômeno novo na sociedade brasileira, já que historicamente as imigrações foram sobretudo de pessoas estrangeiras.

O geógrafo Romerito Valeriano da Silva (2015), chamou atenção aos dados censitários que apontam Portugal como um dos principais países de origem dos retornados. Sua pesquisa abarcou uma amostra de 60 retornados de Portugal após a deflagração da crise de 2008. Um dos seus objetivos principais foi identificar o motivo do retorno. Dentre os fatores citados pelos imigrantes

⁶³ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

quase 90% dizem respeito a questões econômicas (43% das respostas), familiares (32%), problemas de saúde (8%), alcançou os objetivos (3%), saúde (3%). A análise destes resultados deve considerar que os imigrantes de retorno tendem a esconder fracassos, omitindo ou suavizando os problemas enfrentados na experiência migratória, o que explica, por exemplo, a elevada proporção dos que citaram motivações familiares ou de saúde (SILVA R. V., 2015, p. 185).

Apesar do inegável aumento do retorno, a hipótese da nova “mudança dos ventos” não pôde ser comprovada. Ainda é relevante a imigração de brasileiros para Portugal. Porém, as pesquisas de campo e entrevistas realizadas em Portugal indicam que o conteúdo desta imigração tem se transformado. Há tendência de crescimento das imigrações motivadas pelo reagrupamento familiar, como exemplificado pelos casos a seguir, o que se relaciona com a feminização da imigração brasileira em Portugal, assunto que será abordado adiante.

Minha mãe morava aqui. Ela mandava dinheiro pra minha vó cuidar da gente. Foi mais porque a minha mãe estava tendo duas despesas. Ela tinha a despesa daqui, tinha a despesa de lá, ela achou melhor a gente vir pra cá para não dar muita despesa⁶⁴.

A decisão foi da minha mãe, ela já estava cá. Eu não queria vir de jeito nenhum. Meu tio veio pra cá primeiro e disse para minha mãe que a qualidade de vida aqui ela melhor que no Brasil. Como minha mãe era mãe solteira e tinha três filhas e tinha dois empregos no Brasil, mesmo assim não dava conta de tudo. Então, ela veio pra cá para experimentar, ficou aqui um ano e só voltou lá para buscar a minha irmã. Ela queria melhorar a qualidade de vida das filhas. Ela veio mais por causa disso⁶⁵.

Simultaneamente, aumentam os casos de mobilidade estudantil. Estes deslocamentos populacionais se coadunam com a valorização do conhecimento enquanto recurso tanto individual como para os Estados, empresas e demais instituições. Além disso, a ordem geopolítica contemporânea o processo de globalização, com suas redes de produção e circulação, faz emergir um mercado

⁶⁴ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 19 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

⁶⁵ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 22 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

de trabalho de abrangência planetária. Formar pessoas aptas para inserirem-se nesse mercado é uma meta pessoal, mas também bastante estimulada pelos Estados (FONSECA, ESTEVES, & IORIO, 2015).

Se no ano letivo de 2000/2001 os estudantes brasileiros nas universidades portuguesas representavam 10,8% do total de alunos estrangeiros inscritos, em 2011/2012 sua participação aumentou para 24,4% (FONSECA, ESTEVES, & IORIO, 2015). Geralmente, este grupo de brasileiros em Portugal tem respaldo do país de origem, via bolsa de estudo outorgada, majoritariamente, por instituições públicas de financiamento à pesquisa e à educação. Soma-se ainda que o estudante vai ao país receptor com a obrigação de retorno ao país de origem em data previamente fixada e limitada pelas instituições financiadoras, portanto, opta-se por não considerá-los como imigrantes.

Porém, há possibilidade de que os estudantes se tornem, posteriormente, imigrantes permanentes, com a volta ao país no qual se estudou. Pesquisas em andamento indicam que “cerca da metade dos estudantes inquiridos em Lisboa, se tivessem oportunidade, preferiam não regressar ao Brasil”. Como alternativas assinaladas pelos estudantes participantes da investigação, 23% referiu-se a emigração para outro país, 14% a permanência em Portugal e 14% o revezamento de estadias em Portugal e no Brasil (FONSECA, ESTEVES, & IORIO, 2015, p. 155).

Em síntese, a mobilidade estudantil é potencialmente geradora de uma terceira onda de movimentos populacionais do Brasil para Portugal. Além disso, reconhece-se congruências de experiências de estudantes com os demais perfis de pessoas que migram, daí o porquê considerá-los.

Diante do exposto, resta ter em conta que apesar dos esforços dos governos a recuperação da economia global ainda é acanhada e muito precária. Portugal, a despeito de todo o empenho com a austeridade, ainda não oferece sinais claros de melhorias socioeconômicas. Além disso, a crise ainda tem desdobramentos manifestados na desaceleração da economia dos países emergentes. O esfriamento destas economias se relaciona com o parco crescimento mundial, queda da demanda e conseqüente redução dos preços das matérias-primas (PRATES, 2012).

A política de flexibilização cambial e a desvalorização do yuan iniciada

recentemente pela China poderá estimular a competitividade da sua indústria, acirrando a importação de *commodities* e, deste modo, favorecendo a economia brasileira. O excesso de capacidade ociosa a nível mundial e o modelo de consumo baseado na expansão do crédito são possíveis limites às apostas otimistas. Além disso, é patente a vulnerabilidade do Brasil frente as flutuações da economia global e persiste na esfera doméstica a estagnação do setor industrial, fato do qual decorre inúmeras outras fragilidades (AKB, 2013).

Seguramente está sendo gestado um novo momento da conformação do sistema migratório luso-brasileiro. As incertezas quanto às mudanças de conteúdo estrutural não invalidam a solidez de um dos mais importantes pilares sustentadores das relações entre Brasil e Portugal: “correntes e contracorrentes migratórias entre estes dois países deverão continuar a suceder-se, num movimento tão infundável como o oceano que os une” (PEIXOTO, PADILLA, MARQUES, & GÓIS, 2015, p. 32)

Capítulo 5

Políticas Imigratórias no Brasil e em Portugal: a Dialética entre o Direito dos Estrangeiros e os Interesses Nacionais

O paradigma da nação e a formulação de políticas imigratórias

Como já argumentado, muitas vezes de modo naturalizado, apresenta-se frequentemente o Estado como produto da nação. O jurista italiano que viveu no século XIX, Pasquale Mancini (2003), por exemplo, insistiu na ideia de nacionalidade como verdade científica, evidência demonstrável e origem de convicções em todas as consciências. Para ele, a família e a nação constituíam-se em formas perpétuas da associação humana, sendo a última uma ampliação direta da primeira. A nação seria, conforme seus argumentos, composta por pelo menos três fundamentos: os elementos geográficos, a raça e a língua, aos quais se somariam a religião, os costumes, as leis e as instituições e, primordialmente, a consciência nacional. Seria, deste modo, dada a natureza de cada povo, resultado da intimidade peculiar de relações materiais e morais.

Como Mancini, Ratzel também viveu o ambiente cultural e político da segunda metade do século XIX, marcado pelo processo de unificação alemã e italiana e por fortes debates acerca da nação. Contudo, o que diferencia as posturas dos dois autores é principalmente a ênfase. O geógrafo considerava o território comum a principal expressão da nação, daí decorre sua ideia de Estado como organismo e como articulador entre povo e 'solo'. "Nessa articulação participam o povo com seu 'espírito', cultura e, sobretudo, seu 'sentimento territorial' obtido na sua ligação permanente com o solo, região ou país; e o solo, um invariante, um elemento de permanência face ao Estado" (COSTA W. M., 2008b, p. 36).

Interessa neste raciocínio chamar atenção para o papel de articulador desempenhado pelo Estado. Vale retomar, então, a questão feita pelo historiador Eric Hobsbawm (1990): "o que é uma (ou a) nação?". O autor constatou que todas as tentativas de definição objetiva ou subjetiva mostraram-se empiricamente enganosas. Concluiu, em decorrência disso, que não há critérios satisfatórios que permitam rotular coletividades humanas como nação; aqueles, utilizados por

Mancini (2003) e tantos outros, são na realidade, mutáveis, ambíguos e opacos. Trata-se, portanto, de um vínculo artificial, uma comunidade imaginada entre as pessoas, articulada, estimulada e criada pelo Estado a partir de laços denominados protonacionais, com objetivos dotados de evidentes preocupações econômicas. Em suas palavras a nação é:

“qualquer corpo de pessoas suficientemente grandes cujos membros consideram-se como membros de uma nação. [...] A nação, tal como concebida pelo nacionalismo, pode ser reconhecida prospectivamente, mas a nação real pode ser reconhecida apenas a posteriori” (HOBSEBAWM, 1990, p. 18).

Embora as visões de Mancini e Ratzel possam soar obsoletas e já tenham sido amplamente debatidas e criticadas, permanecem aspectos de suas interpretações no paradigma do Estado, já que este ainda pressupõe o domínio de um território definido e delimitado por fronteiras e uma nação formada por indivíduos que se identificam entre si, com o Estado e com o território, nos termos de Wanderley Messias da Costa (2008, p. 4):

“para as sociedades politicamente organizadas os territórios constituem, ao mesmo tempo, uma construção histórica particular, um conjunto de atributos inerentes a essa sociedade e ao seu estado, uma pré-condição para a sua existência e sobrevivência enquanto comunidade política nacional e, sobretudo, a base material e jurídica e os limites da sua soberania na ordem mundial”.

A simbiose entre o Estado, o território e a nação foi acompanhada por movimentos de apropriação, expropriação, domínio, controle e gestão. Neste processo de centralização, convinha ao sucesso do Estado os esforços anti-fragmentação e a coesão, isto é, a nação e o território unidos e indivisíveis (COSTA W. M., 2008). Os critérios utilizados para formação e/ou aprofundamento destes laços de união são exclusivos. Isto é, “cada entidade política que visa a se autoorganizar como Estado buscará afirmar sua singularidade, sua própria versão do que seja uma nação, de modo a justificar sua existência como uma entidade política independente” (REIS, 2004, p. 155).

Disso resulta a dimensão subjetiva de nacionalidade que, além de definir o Estado, fundamenta os direitos e os deveres entre ele e seus cidadãos. Na prática, a tríade Estado-território-nação, tem duas repercussões: a

vinculação entre nacionalidade e cidadania e a imputação da nacionalidade aos indivíduos independentemente de sua vontade (REIS, 2004).

Neste processo de criação de uma comunidade organizada politicamente, estabelecida em uma sustentação material que lhe pertence e da qual é fruto, encontra-se a gênese da clivagem do nacional com o estrangeiro. Esta distinção advém da construção da imagem do “nós” em relação ao que é considerado “outro”. A esta diferenciação se somam o monopólio da legitimidade da mobilidade, que é um dos fundamentos da soberania⁶⁶ do Estado, e autonomia deste ator político para decidir quem pode ingressar e como se dará o acesso ao seu território.

A cientista política Rossana Reis (2004) afirma que no âmbito das migrações, tais aspectos caracterizam o direito internacional tradicional, o qual não considera a existência de indivíduos, ou seja, as relações se dão entre os Estados. Nesta perspectiva a migração subverte a lógica Estado-Território-Nação e implica a mudança de um indivíduo de uma unidade política para outra, sendo ambas mutuamente excludentes, daí tratar-se de um fenômeno inerentemente político (REIS, 2004).

O geógrafo Jean Gottmann (1952) inclui as migrações entre os ‘fatores de movimento’, os quais fazem o espaço fluir e mudar. Tais fatores, encontram na ordem estabelecida uma tendência à autodefesa e manutenção da estrutura social e política que resiste às mudanças. Do conflito entre a instabilidade provocada pela primeira e da estabilidade desejada pela segunda, surgem e remodelam-se as divisões do mapa político mundial.

Diante disso, o estrangeiro é tido muitas vezes como ameaça e a migração é tomada como questão de segurança nacional. Ramos (2008, p. 737) explica que “o estrangeiro [...] era considerado súdito de outrem, cujo o ingresso em território estatal representava um risco e por isso, deveria ser autorizado”.

⁶⁶ Conforme Matteucci (2009): “Em sentido lato, o conceito jurídico-político de Soberania indica o poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado” (p. 1179). “Em sentido estrito, na sua significação moderna, o termo Soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política” (p. 1180). Sobre a condição da soberania estatal período contemporâneo, Zacher (2000, p. 86) destaca que “na prática, eles [os Estados] se encontram cada vez mais emaranhados em uma rede de interdependência e de arranjos regulatórios ou de colaboração, da qual geralmente não se podem livrar”.

Juntamente com John Agnew & Stuart Corbridge (1995), convém chamar atenção que a ideia de “segurança” está associada à defesa e integridade do território estatal, ou seja, trata-se sobretudo de garantir a sobrevivência e manutenção da soberania do Estado sobre o território, não necessariamente isto implica segurança humana, por exemplo.

O desejo de garantia do território, de estabilidade, de homogeneidade e coesão da sociedade é um dos elementos não econômicos mais relevantes utilizados para rechaçar a presença dos estrangeiros e a restrição à migração. Barricarte (2010) buscou demonstrar isso referindo que em 1977 a ex-primeira ministra britânica, Margaret Thatcher, declarou que o ‘espírito britânico’ estava sendo ameaçado por pessoas de outra cultura. Além disso, conta o demógrafo e sociólogo espanhol:

“En otra entrevista que concedió la Dama de Hierro al periódico Daily Mail en el año 2001, expresó su descontento porque Estados Unidos hubiera adoptado el español como lengua oficial en algunas localidades del sureste. Según ella, el mensaje que habría que emitir a la comunidad hispana norteamericana era claro: ‘El inglés es nuestra lengua, y si queréis venir aquí, vuestros hijos estudiarán inglés en nuestros colegios. No vamos a sovarcar la unidad de Estados Unidos com gente que solo habla outra lengua’. En esta misma entrevista, Thatcher criticó la sociedad multicultural diciendo: ‘Odio estas palabras, sociedad multicultural. La cultura es credo fundamental de la libertad. Una sociedad multicultural nunca será uma sociedad unida’” (BARRICARTE, 2010, pp. 45-46).

Contudo, mesmo sendo indubitavelmente concreto, este paradigma conviveu com vozes contrárias a ele. Nas bases do Direito Internacional nota-se a contribuição da escola teológica espanhola, especialmente Vitoria, Suárez, Grotius para a formação e consolidação *do jus gentium*. No início do século XVI, Vitoria, por exemplo, foi precursor da análise da imigração, argumentando que sua licitude dependia de que fosse pacífica e não causadora de danos (RAMOS, 2008).

No século XVII, F. Suárez defendia a unidade e universalidade do gênero humano, o que demandava um sistema jurídico capaz de regular as relações entre os Estados, como membros da sociedade universal. Grotius, por sua vez, pensava que “o Estado não é um fim em si mesmo, mas um meio para assegurar o ordenamento social consoante a inteligência humana, de modo a aperfeiçoar a

‘sociedade comum que abarca toda a humanidade’” (TRINDADE, 2006, p. 12). Tais visões foram suplantadas por aquela que, segundo o jurista Cançado Trindade (2006, p. 13), “personificou o Estado, dotando-o de ‘vontade própria’, reduzindo os direitos dos seres humanos aos que o Estado a estes ‘concedia’”.

No entanto, diante das brutalidades atentadas contra o ser humano, especialmente na Segunda Guerra Mundial, estas aspirações renovaram-se, o que ficou evidente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Os processos e atores transnacionais, a liberalização econômica, o crescimento do número de instituições internacionais, supranacionais e da sociedade civil organizada, o aumento da mobilidade dos fatores de produção, o incremento das interdependências entre países, organizações e instituições também são fatores que colaboram para abalar o paradigma tradicional do Estado e da nação.

No contexto atual adquire ainda mais importância a crítica à Geografia Política Clássica proposta por Claude Raffestin. Sua argumentação vai na direção de que o Estado não é o único ator capaz de exercer poder, como postulava a concepção ratzeliana. “Em toda a relação circula o poder, que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido” (RAFFESTIN, 1993, p. 7). Como explica Wanderley Messias da Costa (2008, p. 11):

“[...] especialmente na contemporaneidade em que a política é uma atividade permanente, capilarizada em redes, malhas de diversos tipos e densidades e, sobretudo, realizada por múltiplos atores, o poder possui também uma natureza essencialmente multidimensional, isto é, não está mais enfeixado exclusivamente nas mãos do estado, e é, portanto inerente a todas as relações sociais e destas com todas as escalas do território”.

Nesta perspectiva o território é fundamentalmente resultado dos atores sociais, saídos da população e que exercem poder. Além disso, Raffestin (1993) considera que a mobilidade, mais especificamente o deslocamento populacional, resulta de relações de forças. Assim, diferentes organizações adotam estratégias plurais para aumentar ou frear os movimentos migratórios. Tais relações e interesses contraditórios, antagonismos e oposições são manifestados nas políticas imigratórias, que visam controlar, administrar e gerir os fluxos no espaço, ao mesmo tempo em que definem aspectos da inserção e integração do imigrante no território e na sociedade receptora.

Assim, a migração não é, *a priori*, uma questão de segurança nacional. Ela pode ser uma estratégia favorável para fins específicos, embora persistam os problemas relacionados à composição da população, já que o fenômeno tem como possibilidade a sua modificação qualitativa.

Um exemplo elucidativo desta problemática foram os debates sobre imigração instigados pela legislação restritiva proposta pelo Arizona em 2010. Nesta ocasião, o cientista político e ex-secretário adjunto de defesa dos EUA, Joseph Nye (2010), enfatizou a importância da imigração como questão política. Deste modo, afirmou:

“A imigração é relevante para o poder econômico na medida em que a população idosa é cada vez maior em quase todos os países desenvolvidos. Importantes também são os benefícios da imigração para o poder brando. O fato de pessoas quererem se mudar para os EUA aumenta o apelo dos americanos. Além disso, as relações entre imigrantes e suas famílias no país de origem favorecem a transmissão de informações positivas sobre os EUA. E a presença de múltiplas culturas melhora a relação com outros países e ajuda a expandir o comportamento americano em uma era de globalização. Em vez de diluir os poderes duro e brando, a imigração promove ambos”.

Mas é certo que a capacidade da imigração promover o poder de países depende das estratégias e escolhas de cada Estado na formulação de suas políticas migratórias. Em uma ordem geopolítica ainda fortemente baseada em Estados nacionais territoriais, os deslocamentos populacionais entre fronteiras colocam de imediato o problema da alteridade. Como lidar com o outro? Deve-se admiti-lo livremente ou impor restrições a sua presença? Mediante quais exigências? Que tratamento deve-se dispensar a ele, uma vez aceito? Que critérios utilizar para definir os seus direitos? Mas a alteridade não é homogênea, há pluralidade de ‘outros’, deve-se ignorar tal pluralidade? Todos os ‘outros’ devem ser tratados como iguais?

Tais questões provocam as reflexões que aqui são expostas. O esforço é de se analisar qual o tratamento dispensado ao estrangeiro no enquadramento jurídico brasileiro e português, procurando identificar se há especificidades relativas aos portugueses no Brasil e aos brasileiros em Portugal e questionando sobre sentido e a razão da discriminação por nacionalidade. Esta reflexão será feita mediante o esforço de refletir sobre as ideias e concepções que embasam e

norteiam a construção da nacionalidade.

Considera-se o arcabouço normativo de entrada, permanência e saída de estrangeiros do território brasileiro e português. Enfatiza-se o disposto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei nº 6.815, de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Analisa-se, igualmente, o que foi estabelecido pela Constituição da República Portuguesa de 1976, pela Lei nº 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional e pela Lei nº 29/2012, que é a primeira alteração à Lei nº 23/2007. Além deste material, avalia-se o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, de 22 de abril de 2000, o qual revogou, dentre outros acordos, a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 7 de setembro de 1971.

Salienta-se que estes não são os únicos dispositivos jurídicos que versam sobre a temática. Há um aparato normativo extenso que inclui emendas constitucionais, convenções internacionais ratificadas pelo Brasil e por Portugal, tratados e acordos bilaterais, resoluções do Conselho Nacional de Imigração, Planos de integração dos imigrantes, leis de anistia e regularização extraordinárias, acordos no âmbito do Mercosul e da União Europeia, instruções normativas, além de projetos de lei em análise. Contudo, dado o volume de materiais e os objetivos aqui propostos, julga-se serem suficientes os documentos elencados.

O que é apresentado não se pretende uma descrição completa seguida de crítica exaustiva de textos jurídicos. O que se busca é compreender aspectos do enquadramento jurídico da migração de modo intimamente vinculado às políticas de migração, essas, por sua vez, compreendidas como manifestação e síntese das estratégias de inserção do Brasil e de Portugal no cenário da ordem geopolítica contemporânea e dos seus interesses domésticos. Assume-se, portanto, o desafio de refletir sobre sua formatação do tratamento legal dispensado aos imigrantes, sua justificativa, seu sentido no discurso a respeito da nação, buscando apontar tendências futuras.

As políticas migratórias e o status jurídico dos estrangeiros: discriminação positiva de brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil?

As posturas de Portugal e do Brasil com relação ao estrangeiro, presentes de modo concreto nas políticas de migração, oscilaram no decorrer da história. Tal oscilação amparou-se no que é comumente denominado ‘interesses nacionais’, que se relacionam tanto as dinâmicas territoriais internas como a projeção do país na ordem geopolítica.

É baseado nestes interesses que muitas vezes “as políticas de imigração, sejam elas mais abertas ou mais fechadas, podem privilegiar determinado tipo de indivíduo ou determinada nação, em função da concepção de nacionalidade” (REIS, 2004, p.156). Constituiu-se aquilo que se nomeia aqui como ‘discriminação positiva’, ou seja, no âmbito jurídico, tratar diferenciadamente pessoas de nacionalidades específicas, conferindo-lhes privilégios ou facilidades de ingresso ou permanência no território.

O historiador José Sacchetta Mendes (2011, p. 33) ao analisar a atribuição dos privilégios jurídicos à imigração portuguesa no Brasil identifica que:

“desde a emancipação política do Brasil, um conjunto de leis, portarias administrativas, instruções diplomáticas, atos e procedimentos singularizaram a presença do imigrante português. Nos séculos XIX e XX, debates sobre atração de mão de obra e povoamento do território frequentemente atribuíram a ele um papel primordial na composição étnica e identitária da população brasileira. Assentando-se no uso do idioma comum e em pressupostos de afinidade cultural e raça, o legislador privilegiou o lusitano em vários aspectos, de regras imigratórias a leis trabalhistas, de povoamento e naturalização. Diretivas consulares, por sua vez, buscaram facilitar a concessão de vistos permanentes e promover a sua imigração para o país”.

O mencionado favorecimento jurídico que marcou as políticas de imigração manteve-se ao longo da história brasileira a despeito do antilusitanismo e lusofobia que de tempos em tempos acirrava-se fortemente nesta sociedade. O paradoxo da aproximação identitária e, simultaneamente, afirmação das diferenças, colocou, e coloca ainda hoje, o português em uma posição intermediária: nem nacional, nem estrangeiro (MENDES, 2009).

Mas muitos destes aparatos jurídicos constituíam-se em acordos bilaterais,

dotados de caráter de reciprocidade. Deste modo, embora privilegiassem sobretudo os portugueses no Brasil, dado o seu predomínio nos fluxos ao longo da história do sistema migratório luso-brasileiro, também beneficiavam brasileiros em Portugal. A inversão observada nas migrações entre Brasil e Portugal na década de 1980 se deu sob um aparato legal que oferecia aos brasileiros, em teoria, facilidades para obtenção de equivalência de diplomas, por exemplo (PINHO, 2014). Há permanência deste fato na elaboração da imagem da nação brasileira e portuguesa, de suas relações com os estrangeiros e de suas políticas imigratórias? Se há continuidade, quais as suas novas roupagens, características da atualidade? Ou houve ruptura e, por isso, não há discriminação positiva relativa à procedência dos estrangeiros nos países estudados? Tais questões motivam analisar a conformação das principais normas a respeito dos estrangeiros no Brasil e em Portugal.

As leis supremas de Portugal e do Brasil: revolução jurídica da relação com o estrangeiro

A norma suprema portuguesa em vigência hoje foi, decisivamente, inspiradora aos constituintes brasileiros. Nota-se, de fato, convergências de conteúdo e, até mesmo, de ordenação entre ambos os textos. Por exemplo, tanto a Constituição da República Portuguesa de 1976 (CRP76) como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CFB88) são iniciadas com um preâmbulo, seguido da exposição dos princípios fundamentais e, posteriormente, pela disposição dos direitos e deveres fundamentais. Por este motivo, optou-se por uma avaliação conjunta dessas leis, salientando aspectos comuns gerais e singularidades.

A essência dos princípios fundamentais de ambas as leis supremas é estabelecimento do primado do Estado de Direito e da Democracia. Na CRP76, art. 1º, define-se que “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária” (PORTUGAL, 2005). Por sua vez, a CFB88 é compatível com tais valores, desmembrando-os em artigos como o 1º e 3º, nos quais se destaca os itens a seguir:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária (BRASIL, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, 1980).

A esta definição dos países se associam tarefas substanciais dos Estados. O artigo 9º da CRP76, alínea d, merece atenção neste quesito ao dispor que é obrigação do Estado:

“Promover o bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efectivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” (PORTUGAL, 2005).

Já na CFB88, vale sublinhar as obrigações do Estado na promoção do bem-estar, do desenvolvimento nacional, na erradicação da pobreza e da redução das desigualdades, conforme disposto nos itens do art. 3º. Sobressai assim, novamente, o parentesco entre esses dispositivos legais.

A necessidade de promoção da igualdade presente em ambas as Constituições parte da constatação de desigualdades em suas respectivas sociedades. Assim, o princípio de igualdade pressupõe que se ofereça tratamento igualitário aos similares e desigual entre os dissemelhantes. Este último diz respeito à discriminação capaz de produzir igualdade, diz respeito, assim, à discriminação positiva⁶⁷, que deveria ser aplicada àqueles em condição de desvantagem, social ou económica, por exemplo. Em contrapartida, o tratamento desigual entre similares, isto é, a discriminação negativa, deveria ser objeto de

⁶⁷ Este é outro sentido jurídico dado ao termo “discriminação positiva”, o qual se distingue em certo sentido daquela que se tem discutido até aqui, associada especialmente à relação com o estrangeiro. Importa, porém, destacar que os dois sentidos do termo não são mutuamente excludentes, podendo atuar em conjunto em situações particulares.

impedimento, como é observado também nos documentos legais analisados (SANTAMARÍA IBEAS, 1995).

Contudo, a redação portuguesa pode levar à interpretação de que o país, apesar de se basear na dignidade da pessoa humana, restringe a responsabilidade estatal na promoção da igualdade, qualidade de vida, bem-estar e direitos (dos mais diversos tipos) exclusivamente aos portugueses. Decorreria daí que somente as pessoas nacionais de Portugal seriam titulares de direitos fundamentais.

Esta interpretação, aliás, seria uma expressão do modelo que vê como indissociáveis o Estado, o território e a nação. Nele, o pleno exercício dos direitos fundamentais, isto é, a cidadania, está imbricada à nacionalidade (SANTAMARÍA IBEAS, Los derechos fundamentales y el tribunal constitucional. Los infraderechos de los extranjeros en España. Reflexiones sobre la jurisprudencia constitucional, 1993, p. 499). Assim sendo, estrangeiros não seriam dotados desses direitos, já que são pessoas desprovidas de nacionalidade portuguesa presentes no território português.

Por sua vez, na redação do Brasil não há alusão exclusiva aos brasileiros, pelo contrário, todos são objeto da obrigação estatal, “sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). Desta maneira, admite-se a universalidade como princípio, incluindo pessoas não nacionais dentre os sujeitos dotados de direitos fundamentais, atenuando-se, portanto, a vinculação cidadania-nacionalidade.

Apesar da ambiguidade apontada no artigo 9º da CRP76, na sequência, o texto constitucional português equipara os estrangeiros com os portugueses. Isso ocorre por meio da afirmação dos preceitos da universalidade (artigo 12º) e da igualdade (artigo 13º) e é posto mais explicitamente, no artigo 15º, que versa especificamente sobre estrangeiros, apátrias de cidadãos europeus. Nos termos da lei:

Artigo 12º, §1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.

Artigo 13º, §22. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 15º, §1. Os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português (PORTUGAL, 2005).

Tais fundamentos assumidos tanto em Portugal como no Brasil inauguraram um novo tratamento ao estrangeiro, que traz avanços significativos em relação à fase autoritária anterior, na qual prevaleceu o fundamento da segurança nacional e a defesa do desenvolvimento. Trata-se de uma verdadeira revolução legislativa em relação ao *status* jurídico do estrangeiro levada a cabo nos anos de transição política para a democracia.

Assim, em Portugal, garante-se a todos o direito à vida (art.24º) à integridade moral e física das pessoas (art. 25º), dentre outros direitos pessoais (art.26º). Também são afirmados universalmente a liberdade e a segurança (art.27º), liberdade de expressão e informação (art.37º), liberdade de consciência, expressão religiosa e culto (art. 41º), liberdade de criação cultural (art.42º), liberdade de aprender e ensinar (art.43º), liberdade para se deslocar tanto internamente como para o exterior (art. 44º) direito à manifestação, reunião e associação (art. 45º e 46º).

Prossegue-se com a listagem na CRP76 de direitos e liberdades sociais, políticos, econômicos e sociais. Alguns deles, porém, apresentam-se para “todos os cidadãos”. Por exemplo, cita-se o art. 48º referente ao direito à participação na vida pública: “ todos os cidadãos têm o direito de tomar parte na vida politica e na direcção dos assuntos públicos do país, directamente ou por intermédio de representantes livremente eleitos” (PORTUGAL, 2005).

A equiparação entre portugueses e estrangeiros, por conseguinte, tem aí explicitada seus limites. Para o exercício e o acesso a certos direitos e liberdades, a condição imposta é a de ser cidadão. Os direitos políticos e o exercício de algumas funções públicas, são aqueles em que mais claramente as restrições aos estrangeiros se apresentam, exceto sua participação nas autarquias locais (artigo 15º §2⁶⁸). Mas tais limites da igualdade podem ser ultrapassados mediante acordos bilaterais, tratados internacionais específicos e leis infraconstitucionais.

O fato repete-se com relação ao Brasil. Na magna-carta brasileira o

⁶⁸ “Exceptuam-se do disposto no número anterior os direitos políticos, o exercício das funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses” (PORTUGAL, 2005).

estabelecimento de direitos e deveres individuais e coletivos sem distinção entre nacionais e estrangeiros encontra-se no art. 5º:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.” (BRASIL, 1988).

Elenca-se na sequência, em 78 itens, as garantias fundamentais. Apesar da utilização da denominação ‘estrangeiro residente’, os fundamentos já mencionados da República não admitem a privação destes direitos aos não-residentes, assim, é pacífica na doutrina a extensão a todos os estrangeiros presentes no território nacional (RAMOS, 2008).

Observa-se, ainda sobre os direitos dos estrangeiros em Portugal e no Brasil, que se acrescenta ao disposto em cada Constituição uma série de tratados internacionais ratificados por tais países, que garantem um tratamento mínimo a todos, nacionais e estrangeiros. Isso resguarda que a política legislativa de modo geral e migratória em particular tenha conteúdo que possa transgredir os direitos fundamentais dos estrangeiros (RAMOS, 2008, p. 735).

A estas garantias, no Brasil, acrescenta-se uma série de direitos sociais, nomeadamente a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados, conforme o art. 6º, cuja redação vigente foi dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010. Porém, tais direitos são apresentados indistintamente, ou seja, sem menção à inclusão de estrangeiros ou exclusividade explícita aos brasileiros. Como exemplo, cita-se os artigos que versam especificamente sobre saúde, assistência social e educação:

“Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

“Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”.

“Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”(BRASIL, 1988) .

Esta forma do texto constitucional brasileiro culmina na possibilidade de exercício desses direitos por estrangeiros. A concretização desta possibilidade, como já afirmado para Portugal, dependerá de leis, acordos bilaterais e tratados internacionais específicos, os quais, por sua vez, podem admitir diferenciação por nacionalidade.

De antemão, contudo, o art. 12 da CFB88 estabelece a discriminação com relação aos países de língua portuguesa e designadamente aos portugueses no item II, alínea a e b, § 1º, segundo o disposto são brasileiros naturalizados:

os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994) (BRASIL, 1988).

Aos demais estrangeiros exige-se como condição para naturalização a residência no país por mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal. A condição especial dos portugueses no Brasil faz com que, salvo exceções inseridas nos documentos jurídicos, este grupo não-nacional tenha acesso a direitos exclusivos aos nacionais, como o gozo dos direitos políticos, por exemplo. Esta questão será retomada adiante.

No caso de Portugal, a similitude é marcante. As ressalvas aos estrangeiros podem ser suavizadas diante das opções do país no domínio de suas relações internacionais, evidenciadas no artigo 7º (§4 e §5), que privilegiam os países de língua portuguesa e os países que compõem a União Europeia (UE). Conforme explicitado no art. 15º, § 3 a 5:

3. Aos cidadãos dos Estados de língua portuguesa com residência permanente em Portugal são reconhecidos, nos termos da lei e em condições de reciprocidade, direitos não conferidos a estrangeiros, salvo o acesso aos cargos de Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidentes dos tribunais supremos e o serviço nas Forças Armadas e na carreira diplomática.
4. A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em condições de reciprocidade, capacidade eleitoral activa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais.
5. A lei pode ainda atribuir, em condições de reciprocidade, aos cidadãos dos Estados - membros da União Europeia residentes em Portugal o direito de elegerem e serem eleitos Deputados ao Parlamento Europeu (PORTUGAL, 2005).

Nota-se, portanto, que tanto em Portugal como no Brasil os estrangeiros são divididos em categorias distintas, de acordo com a proveniência. A esta categorização associa-se facilidades e privilégios legais concedidos hierarquicamente. Desta maneira, a análise das constituições realizada até aqui leva à constatação de que a discriminação positiva de portugueses no Brasil e de brasileiros em Portugal persiste.

No caso português, como deixa explícito o texto constitucional, o grau máximo de prerrogativas é outorgado aos cidadãos europeus comunitários; em segundo lugar vêm os estrangeiros procedentes de países que compunham o antigo império colonial, com língua oficial portuguesa; por último o grau mínimo de benefícios é conferido aos cidadãos de outros estados. Já no caso brasileiro, o texto constitucional afirma explicitamente as prerrogativas dadas aos portugueses, mas também aponta para privilegiar cidadãos de países latino-americanos, como se pode inferir do art.1º, parágrafo único: “a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988).

Esta hierarquização do *status* jurídico do estrangeiro tem bases mais profundas, ligadas à hierarquia das alteridades produzidas pelas sociedades, que por sua vez, resultam de discursos geopolíticos e da imaginação geográfica, já discutidos. Desta forma, concorda-se com o que foi defendido pelo antropólogo

brasileiro Igor José de Renó Machado (2011, p. 130):

o tipo de relação entre os Estados-Nação dos quais partem emigrantes e aqueles que os acolhem é fundamental na conduta do Estado-receptor em relação a essas pessoas. No caso de Brasil e Portugal, é evidente que a densa história entre os dois países é motivo de cuidados especiais com os brasileiros em Portugal, bem como o contrário. Esse tipo de relação histórica e sistemática tem consequências determinantes na construção de hierarquias de alteridades nos países que produziram essas relações.

Diante do exposto, resta sublinhar que embora os estrangeiros possam gozar tanto em Portugal como no Brasil, segundo o disposto em suas respectivas Constituições, dos mesmos direitos e liberdades que os nacionais, na prática isso irá depender das relações entre esses países e das possíveis arbitrariedades das práticas administrativas ao lidar com cada situação específica. Esta última questão pode ser ainda mais problemática se houver brechas, incompatibilidades ou ambiguidades entre as normas supremas e as principais leis infraconstitucionais reguladoras da matéria do status do estrangeiro. Passa-se, a partir daqui, a avaliar tais ordenamentos jurídicos mais específicos.

Legislações infraconstitucionais no Brasil e em Portugal: similitudes e diferenças no tratamento ao estrangeiro

Cabe uma breve síntese e análise sobre a legislação infraconstitucional no Brasil e em Portugal. Avalia-se o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de agosto de 1980) para o caso brasileiro, e a Lei de Estrangeiros (Lei nº 23/2007, de 4 de julho e suas alterações constantes nas Leis 29/2012, de 09 de agosto; n.º 56/2015, de 23 de junho; n.º 63/2015, de 30 de junho) para o caso português.

Observa-se que a Lei nº 6.815 foi aprovada por decurso de prazo ainda durante a ditadura militar. Assim sendo, o texto não foi objeto de maior análise pelo Congresso, não sofreu alterações e foi acompanhado da promessa de alteração nos meses subsequentes. O fato, porém, nunca se efetivou. Diante disso, é de se esperar incompatibilidades com o texto constitucional brasileiro (que lhe é posterior) e defasagem do tratamento dispensado ao estrangeiro (RAMOS, 2008).

Por seu turno, a aprovação da lei portuguesa relativa aos estrangeiros se deu como resultado de amplo debate ao longo dos últimos 35 anos, tanto na esfera doméstica como na esfera da União Europeia (UE). Aliás, a lei portuguesa transpõe para o ordenamento jurídico interno uma série de diretrizes que, dentro do processo de comunitarização, criou e aprofundou uma política conjunta sobre migração e asilo⁶⁹.

Em 2007, notou-se importante grau de consenso entre os principais partidos políticos do país no que se refere à temática migratória. Assim, a mencionada lei, posterior à CRP76 e fruto de intensa discussão, alarga a política de imigração para além da regulação dos fluxos, passando a abranger também a integração dos imigrantes (PIRES, 2010).

Do ponto de vista formal (ver quadros 3 e 4), o documento brasileiro é composto por XIII Títulos, subdivididos em Capítulos, e 141 artigos. Seu objetivo é determinar a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e criar o Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

O documento português é ordenado em 12 capítulos, subdivididos em sessões, e 220 artigos. Seu desígnio é definir as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território português, bem como o estatuto de residente de longa duração.

⁶⁹ Ver artigo 2º da Lei 23/2007, alterado pelas Leis nº 29/2012, que lista as diretivas transportas para o ordenamento jurídico interno português (PORTUGAL, 2007).

Quadro 4: Estatuto do estrangeiro no Brasil: sumário do conteúdo da lei

Título	Capítulo	Artigo	Conteúdo
I		1º	aplicação
II	I	1º e 3º	admissão
	II	4º a 21º	entrada
	III	22º a 25º	impedimento
III		28º e 29º	condição de asilado
IV	I	30º a 33º	registro
	II	34º a 36º	prorrogação de prazo de estada
	III	37º a 42º	transformação dos vistos
	IV	43º a 44º	alteração de assentamentos
	V	45º a 48º	atualização do registro
	VI	49º	cancelamento e restabelecimento de registro
V		50º a 53º	saída e retorno
VI		54º a 56º	documento de viagem para estrangeiro
VII		57º a 64º	deportação
VIII		65º a 75º	expulsão
IX		76º a 94º	extradição
X		95º a 110º	direitos e deveres do estrangeiro
XI	I	111º a 121º	condições para naturalização
	II	122º a 124º	efeitos da naturalização
XII	I	125º a 126º	infrações e penalidades
	II	127º e 128º	procedimentos para apuração de infrações
XIII		130º a 141+	disposições gerais e transitórias

Fonte: BRASIL. Lei nº 6.815, de agosto de 1980. Brasília, 1980.

Quadro 5: Lei dos estrangeiros em Portugal: sumário do conteúdo da lei

Capítulo	Sessão	Artigo	Conteúdo
i		1º a 5º	disposições gerais
ii	I	6º a 8º	passagem na fronteira
	II	9º a 13º	condições de entrada
	III	14º a 16º	declaração de entrada e boletim de alojamento
	IV	17º a 28º	documentos de viagem
	V	29º a 30º	entrada e saída de estudantes
	VI	31º	entrada e saída de menores
	VII	32º a 40º	recusa de entrada
III		41º a 44º	obrigações das transportadoras
IV		45º a 70º	vistos concedidos a estrangeiros
V		71º a 73º	prorrogação de permanência
VI	I	74º a 87º	disposições gerais sobre residência em território nacional
	II	88º a 124º	autorização de residência
VII		126º a 133º	estatuto do residente de longa duração
VIII	I	134º a 144º	disposições gerais sobre afastamento do território nacional
	II	145º a 150º	afastamento coercitivo determinado por autoridade administrativa
	III	151º a 158º	expulsão judicial
	IV	159º a 162º	execução das decisões de afastamento e expulsão
	V	163º a 168º	readmissão
	VI	169º a 172º	reconhecimento mútuo de decisão de expulsão
	VII	173º a 180ºA	apoio ao afastamento por via aérea durante transito aeroportuário
IX		181º a 191º	disposições penais
X		192º a 208º	contraordenações
XI		209º a 210º	taxas e outros encargos
XII		211º a 220º	disposições finais

Fonte: PORTUGAL. Lei nº 23/2007, de 4 de julho. Lisboa, 2007.

Na apresentação dos documentos, a lei portuguesa utiliza o termo “cidadão estrangeiro”, enquanto a lei brasileira emprega somente a palavra “estrangeiro”. Isso denota uma diferença fundamental de postura com relação ao não-nacional. A norma infraconstitucional portuguesa reproduz o princípio estabelecido na CRP76 de que o estrangeiro é um sujeito de direitos e deveres; a norma brasileira, por sua vez, não parte deste princípio.

Conforme é possível perceber na comparação dos quadros, há muitas semelhanças no ordenamento formal dos documentos. Entretanto, a avaliação dos respectivos conteúdos faz saltar aos olhos, além das similaridades,

também as diferenças das políticas imigratórias adotadas pelos países. Passa-se agora ao exame mais pormenorizado dos teores destas leis.

As normas infraconstitucionais relativas à imigração e o “interesse nacional”

No direito internacional há convicção de que os Estados têm poder soberano para decidir o aceite ou não de imigrantes em seu território. De maneira consuetudinária, os países formulam políticas visando o benefício próprio, que permitem a entrada e permanência de imigrantes segundo alguns critérios. Os parâmetros escolhidos, amiúde, são sintetizados no termo “interesses nacionais”.

A lei que estabelece o estatuto dos estrangeiros no Brasil segue este padrão tradicional. Conforme é afirmado nos artigos art. 1º e 2º:

“Art. 1º Em tempo de paz, qualquer estrangeiro poderá, satisfeitas as condições desta Lei, entrar e permanecer no Brasil e dele sair, resguardados os interesses nacionais.

Art. 2º Na aplicação desta Lei atender-se-á precipuamente à segurança nacional, à organização institucional, aos interesses políticos, sócio-econômicos e culturais do Brasil, bem assim à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980).

Ressalta-se claramente, portanto, sua fundamentação na valorização dos interesses nacionais. Estes, desdobram-se em segurança nacional, na organização institucional, nos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil e na defesa do trabalhador nacional, demonstrando uma preocupação e interpretação política e econômica dos fluxos migratórios para o país.

Ao quantificar o uso de palavras-chave na lei brasileira, encontra-se que o termo “segurança” aparece sete vezes, sendo seis delas associadas ao predicado “nacional”. Este atributo aparece nas dez vezes em que se verifica a expressão “interesses”. Por fim, ao se averiguar o emprego do vocábulo “defesa”, utilizado cinco vezes no documento, uma delas refere-se à defesa nacional, enquanto o restante diz respeito ao direito de defesa do estrangeiro⁷⁰. A subordinação do estrangeiro aos ditos interesses nacionais, portanto, aparece pelo menos 17 vezes no texto da lei.

⁷⁰ Na lei brasileira a expressão “segurança nacional” está presente nos artigos 2º, 21º, 50º§1, 65º, 68º, 71º. “Defesa nacional” é encontrada no art. 2º; “interesses nacionais” está nos art. 1º, 2º, 7º, 21º, 57º, 65º, 67º, 110º, 130º (BRASIL, 1980).

O exercício de quantificação do uso dos termos aplicado à lei brasileira feito também para a lei portuguesa oferece um parâmetro útil de comparação entre ambas. Assim, observou-se que a palavra “segurança” é usada 72 vezes na Lei nº23/2007, sendo acompanhada pelo adjetivo “nacional” 16 vezes⁶⁵. A expressão “defesa nacional” aparece três vezes, enquanto “interesse nacional” é usada seis vezes. Portanto, Portugal ressalta os interesses nacionais, em distintos aspectos, pelo menos 25 vezes na sua lei de estrangeiros.

Se é notório no conteúdo das leis que tais expressões justificam e ponderam decisões sobre entrada, permanência e saída dos territórios nacionais, convém assinalar uma diferença substancial. Enquanto o uso destes termos na lei brasileira fazem ressalvas e limitam os direitos dos estrangeiros, na lei portuguesa, eles também servem para ampliar os direitos dos estrangeiros. Isto é, se for do interesse do Estado português, o estrangeiro pode ser beneficiado, como fica evidente no exemplo do art. 26º, §2, que versa sobre salvo conduto, a seguir:

Em casos excepcionais, decorrentes de razões de interesse nacional ou do cumprimento de obrigações internacionais, pode ser emitido salvo-conduto a cidadãos estrangeiros que, não residindo no País, provem a impossibilidade de obter outro documento de viagem (PORTUGAL, Lei nº 23/2007 de 04 de julho. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, alterado pelas: Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto (alterações a cinzento no texto, em vigor a partir de 08-10-2012), Lei n.º 56/2015, de 23 de junho (altera os artigos 52.º, 70.º e 151.º, em vigor desde 24-06-2015) e Lei n.º 63/2015, de 30 de junho (altera os artigos 3.º, 61.º, 82.º, 99.º e 122.º e revoga o n.º 3 do artigo 90.º A - alterações em vigor desde 01-07-2015)., 2007).

Considera-se, por fim, o emprego da palavra “direitos” e do termo “direitos humanos”. Enquanto no documento do Brasil esta última não é encontrada, a primeira é mencionada cinco vezes. Na lei portuguesa “direitos” é vocábulo usado vinte vezes, enquanto “direitos humanos” aparece duas vezes⁷¹.

Assim, embora tenham sido formuladas em contextos distintos, a ênfase de ambas as leis nos “interesses nacionais”, “segurança nacional” e “defesa

⁷¹ O vocábulo “direitos” está presente nos artigos 95º, 106º, 107º, 122º da lei brasileira, enquanto na lei portuguesa é encontrado nos artigos 2º, 40º, 83º §1 e 2, 99º §1 alínea c, 112º, 113º, 121º, 121ºH §1 alínea f, 134º §1 alínea d, 143º §1, 146º § 6, 146º A §5, 180ºA, 198ºB §2 e §4.

nacional” demonstra uma característica geral da ordem geopolítica contemporânea: o direito do Estado em controlar fronteiras, limitar ou incentivar a imigração, utilizando-se de critérios que julgam convenientes para si. Isso não significa que os mesmos deixam evidentes o que consideram ser os seus “interesses”, que podem mudar de acordo com conjunturas políticas, econômicas, sociais, demográficas, interna ou internacional. A ideia de “fronteiras abertas” enquanto política migratória, sem dúvida, soa para alguns como improvável e arriscada, como afirma o especialista em direito constitucional e direito internacional público, Gonçalo Saraiva Matias (2014, p. 18):

“O Estado que praticasse uma política de fronteiras abertas enfrentaria o peso de o fazer isoladamente no contexto mundial, pelo que seria de esperar que o caos se instalasse em seu território. Não é por acaso que nenhum Estado, nem mesmo os mais ‘liberais’, adopta uma política de ‘fronteiras abertas’.

Mas a configuração e funcionamento da ordem geopolítica pós Guerra Fria impõem cerceamentos à regulação estatal das migrações. São notáveis as transformações ocorridas na soberania do Estado ligadas à mobilidade humana. O desenvolvimento da temática dos direitos humanos no direito internacional desde o pós Segunda Guerra Mundial e a crescente força do apelo à democracia são obstáculos para políticas imigratórias discriminatórias e violadoras de direitos fundamentais.

Dessa forma, avalia-se que a lei infraconstitucional brasileira é obsoleta, já que nem sequer incorpora a ideia, hoje central, de “direitos humanos” em seu texto. Apesar disso, o fato do país ser signatário de tratados de direitos humanos e possuir uma Constituição pautada no reconhecimento destes garante que a jurisprudência atue considerando a proteção à pessoa humana.

Portugal, por sua vez, produziu legislação hodierna, reunindo claramente ao ordenamento interno princípios aceites internacionalmente. Curiosamente, aliás, nas 72 vezes em que se emprega a palavra “segurança” no texto infraconstitucional, há referência a segurança da pessoa humana (art. 112º §3).

Mas o carácter novo apresentado pela lei portuguesa dos estrangeiros também se refere ao regime de soberania efetiva que apresenta atualmente. Como Estado membro da UE, o país insere-se no âmbito de um regime de soberania integrativa, caracterizado pela combinação da territorialidade estatal

consolidada com autoridade central do Estado fraca. Este tipo de soberania efetiva combina de modo complexo diferentes camadas e áreas de governo que vão desde a escala supra- regional, passam pela escala nacional e sub-nacional (AGNEW, 2005).

Importa destacar a existência de desigualdades de poder político-econômico no interior da UE. A isso se articula e se soma a presença de países destacados como receptores de imigrantes internacionais (como França e Alemanha) que desde os anos 1970 buscavam limitar as entradas de estrangeiros. Tais países conseguiram alargar para os demais Estados-membros aspectos da adoção de políticas de “fronteiras fechadas”. Construiu-se, assim, a “fortaleza europeia”, que praticamente aboliu as fronteiras internas e reforçou as fronteiras externas da comunidade (PINHO, 2014).

Neste contexto, Portugal é obrigado a afirmar, além de suas preocupações particulares, àquelas que dizem respeito à comunidade europeia. Cita-se, por exemplo, que no tratamento do tema “controle de fronteiras”, o país deve considerar, além das suas próprias, as estratégias, interesses e objetivos, de seus pares no Acordo Schengen, conforme é disposto no artigo 6º, §6 da Lei nº 23/2007:

Por razões de ordem pública e segurança nacional pode, após consulta dos outros Estados partes no Acordo de Schengen, ser reposto excepcionalmente, por um período limitado, o controlo documental nas fronteiras internas (PORTUGAL, 2007; 2012).

Enfim, o que foi observado sobre interesses nacionais em seus variados aspectos na formulação da lei brasileira e portuguesa sobre os estrangeiros revela a condição da soberania estatal no período contemporâneo. Uma síntese pode ser encontrada na afirmação do cientista político britânico, Mark Zacher (2000, p. 86): “na prática, eles [os Estados] se encontram cada vez mais emaranhados em uma rede de interdependência e de arranjos regulatórios ou de colaboração, da qual geralmente não se podem livrar”.

Condições de ingresso e permanência no Brasil e em Portugal

O ingresso

A lei portuguesa e a lei brasileira vinculam à entrada no país procedimentos de inspeção em postos de controle. Conforme disposto na lei brasileira, art.22º: “a entrada no território nacional far-se-á somente pelos locais onde houver fiscalização dos órgãos competentes dos Ministérios da Saúde, da Justiça e da Fazenda”. O art. 26º dispõe que a entrada e a permanência pode ser impedida caso identifique-se inconveniência da presença do estrangeiro no território nacional, a critério do Ministério da Justiça ou em algum caso previsto pelo art. 7º (BRASIL, 1980).

Paralelamente, na lei portuguesa, estabelece-se no art. 6º, §1 que “a entrada e a saída do território português efetuam-se pelos postos de fronteira qualificados para esse efeito e durante as horas do respetivo funcionamento (...)” (PORTUGAL, Lei nº 23/2007 de 04 de julho. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, alterado pelas: Lei n.º 29/2012, de 9 de agosto (alterações a cinzeno no texto, em vigor a partir de 08-10-2012), Lei n.º 56/2015, de 23 de junho (altera os artigos 52.º, 70.º e 151.º, em vigor desde 24-06- 2015) e Lei n.º 63/2015, de 30 de junho (altera os artigos 3.º, 61.º, 82.º, 99.º e 122.º e revoga o n.º 3 do artigo 90.º A - alterações em vigor desde 01-07-2015)., 2007). Observa-se que Portugal realiza controle fronteiriço apenas em postos marítimos e aeroportos, já que toda a sua fronteira terrestre o separa da Espanha, Estado-membro do Acordo Schengen, que o isenta da necessidade de fiscalização as pessoas que circulam por terra entre eles.

Brasil e Portugal exigem que o estrangeiro apresente documento de viagem válido para solicitação de entrada. Menciona-se nas leis o passaporte ou o laissez- passer, dentre outros documentos que os substituam (ver artigos 54º da Lei 6815/80 e art. 9º, 17º e 26º da Lei nº23/2007).

Além do documento de viagem, Portugal exige que se comprove condições de manutenção, alimentação, alojamento no país e seguro saúde. Um cidadão nacional ou estrangeiro residente pode responsabilizar-se por tais condições,

isentando o solicitante de entrada da necessidade de comprovação dos meios de subsistência (art. 12º).

O Brasil estabelece no art. 4º sete tipos de vistos que permitem entrada no território nacional, sendo eles: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial, e diplomático. Para entrada em Portugal, os tipos de vistos, segundo art. 45º da Lei nº23/2012, são: de escala aeroportuária; de curta duração; de estada temporária; para obtenção de autorização de residência; e, por fim, visto especial (art. 68º).

Para o Brasil discute-se o visto de turista, temporário e permanente, os demais não serão objetos de atenção já que se referem a situações bastante específicas sem vinculação direta ao fenômeno migratório. Para Portugal, não serão tratados os vistos de escala aeroportuária (art. 49º), que autoriza apenas a ligação internacional e a presença do estrangeiro na zona internacional do aeroporto e os vistos especiais, cujo caráter excepcional se refere às razões humanitárias (art. 68º).

O visto de turista exclui as pessoas que têm finalidade imigratória ou pretendem realizar atividade remunerada, conforme disposto no art.9º. Para esta situação o Brasil possui acordos com diferentes países, em regime de reciprocidade, os quais estipulam requisitos específicos, de acordo com a nacionalidade, dispensas do visto e prazos de estadia diversos. Predominam os acordos que permitem aos turistas uma estada de 90 dias, como é o caso do que foi estipulado no tratado com Portugal (MRE, 2015).

O correspondente português ao visto de turista brasileiro é o visto de curta duração, cuja finalidade é trânsito, turismo, visita e acompanhamento de familiares que sejam titulares de visto de estada temporária (art. 51º). O documento é válido para todo o espaço Schengen e por, no máximo um ano “não podendo a duração de uma estada ininterrupta ou a duração total das estadas sucessivas exceder 90 dias em cada 180 dias a contar da data da primeira passagem de uma fronteira externa” (PORTUGAL, 2007). Esse visto permite, conforme o caso, uma ou mais entradas.

O art. 13º da lei brasileira dispõe sobre a concessão de visto temporário, destinado a situações que envolvem viagem cultural, estudos, negócios, arte ou esporte, ciência, a professores, técnicos e outros profissionais contratados ou a

serviço do governo brasileiro, a correspondentes de meios de comunicação estrangeiras, e a ministros ou membros de ordem religiosa. Os prazos variam de acordo com cada uma destas situações.

Na lei portuguesa, o art. 54º versa sobre o visto de estada temporária, com duração de até quatro meses e que permite múltiplas entradas no território português. Este visto faculta o exercício de atividades profissionais, esportiva, estudos/intercâmbio/estágio profissional/atividade científica e ainda, é adequado para os que querem entrar em Portugal para fins de tratamento médico próprio ou de um ente familiar que, por sua condição de saúde, necessite de acompanhamento.

Destaca-se que em ambos os países a posse do visto não garante a entrada e a permanência do estrangeiro no território nacional, constituindo-se em uma expectativa de direito. Em Portugal, a lei dá margem a certo grau de arbitrariedade na decisão dos funcionários do SEF, responsáveis pela primeira abordagem do estrangeiro no país. No caso brasileiro, os imigrantes ficam sujeitos à avaliação subjetiva dos agentes da Polícia Federal do Brasil (PFB).

Tanto o SEF como a PFB são órgãos de polícia criminal. Por isso os locais de entrada em território nacional são transformados em ambientes de ansiedade e incerteza (CDHIC & ESF, 2011). Mas Portugal é dotado de toda uma estrutura de serviço de imigração que oferecem tratamento humanizado aos imigrantes, como por exemplo os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI) ou o Alto Comissariado para as Migrações (ACM). Assim, uma vez tendo entrado no país, a insegurança jurídica do imigrante parece diminuir. No Brasil, porém, em virtude da formação do profissional da Polícia Federal estar intimamente vinculada à lógica da segurança, combate à criminalidade, investigação e autoridade e, além disso, por não existirem instituições especializadas nos serviços de imigração, a insegurança jurídica do imigrante é patente. A este respeito, Deisy Ventura e Paulo Illes (2012) afirmam:

“O Brasil não dispõe de um serviço de imigração. [...] Os migrantes devem dirigir-se à Polícia Federal, cujos serviços são em grande parte terceirizados, desprovidos de formação e mal remunerados. É importante acrescentar que a polícia tende a uma interpretação restritiva das normas que beneficiam os migrantes”.

As condições para fixação de residência

Em Portugal, o visto para obtenção de autorização de residência é dado conforme condições específicas, podendo se destinar à atividade profissional subordinada (art. 59º), atividade profissional independente ou de imigrantes empreendedores (art. 60º), atividade de investigação ou altamente qualificada (art. 61º), atividade altamente qualificada exercida por trabalhador subordinado (art. 61º A), fins de estudo, intercâmbio, estágio profissional ou voluntariado (art. 62º e 63º), e reagrupamento familiar (art. 64º). Em comum, todas estas categorias de autorização de residência determinam que o estrangeiro exerça atividades legais ou que, não exercendo nenhuma atividade, tenha condições de se manter com recursos próprios.

Destaca-se ainda que a autorização de residência em Portugal pode ser temporária ou permanente. No primeiro caso os critérios utilizados para concessão da autorização, segundo o art. 75º, são: a posse do visto para obtenção da autorização de residência, a presença em território nacional, comprovação dos meios de subsistência no país, inscrição na segurança social, ausência de condenação por crime, ausência de indicação de não admissão no espaço Schengen, não ser portador de doença que possa significar risco à segurança pública. A posse de autorização de residência temporária por pelo menos cinco anos dá direito à solicitação de autorização de residência permanente que depende dos critérios da autorização temporária, somados à comprovação de conhecimento do português básico, segundo previsto no art. 76º.

A autorização de residência em Portugal está claramente condicionada às necessidades do mercado de trabalho do país e a preferência é dada aos imigrantes altamente qualificados (que inclusive podem beneficiar-se do chamado “cartão azul”, como dispõem o artigo 121ºA) ou que possuem situação econômica privilegiada. É implícito na lei o temor de que o imigrante signifique encargos para o Estado. Assim, a captação de mão-de-obra necessária a setores desprovidos de trabalhadores nacionais, bem como a atração de investimentos constituem um dos pilares do tratamento dado às migrações em Portugal.

Acrescenta-se ainda sobre a lei portuguesa que a posse da autorização de residência é necessária para requerer o estatuto de residente de longa duração (artigos 125º e 126º). Além das exigências já citadas (art. 75º e 76º), para

aquisição da residência de longa duração é preciso permanecer em território português por pelo menos cinco anos, sem que os períodos de ausência do território ultrapassem seis meses consecutivos e não excedam dez meses no total. A posse do estatuto iguala os estrangeiros aos nacionais nos termos previstos no art. 133º:

- a) Acesso a uma atividade profissional independente ou subordinada, desde que tal atividade não implique, nem mesmo a título ocasional, envolvimento no exercício da autoridade pública, sem prejuízo da aplicação de regime especial aos nacionais de países de língua oficial portuguesa;
- b) Acesso às condições de emprego e de trabalho, incluindo as condições de despedimento e de remuneração;
- c) Ensino e formação profissional, incluindo subsídios e bolsas de estudo em conformidade com a legislação aplicável;
- d) Reconhecimento de diplomas profissionais, certificados e outros títulos, em conformidade com a lei e os procedimentos nacionais pertinentes;
- e) Segurança social, assistência social e proteção social;
- f) Benefícios fiscais;
- g) Cuidados de saúde;
- h) Acesso a bens e serviços e ao fornecimento de bens e serviços à disposição do público, bem como aos procedimentos de obtenção de alojamento;
- i) Liberdade de associação, filiação e adesão a uma organização representativa de trabalhadores ou empregadores ou a qualquer organização cujos membros se dediquem a determinada ocupação, incluindo as vantagens proporcionadas por esse tipo de organizações, sem prejuízo das disposições nacionais em matéria de ordem pública e segurança pública;
- j) Livre acesso a todo o território nacional (PORTUGAL, 2007).

Às pessoas contempladas com este estatuto em Portugal recebem ainda um título UE de residência de longa duração, que é válido por cinco anos e é renovável (art. 130º). Observa-se, diante disso, que subjacente ao estatuto de residente de longa duração está presente a intenção de promoção de coesão econômica e social. Deste modo, trata-se de um instrumento que tem por objetivo diminuir a distância hierárquica que separa o cidadão nacional do estrangeiro e o cidadão comunitário do cidadão de um Estado terceiro, isto é, do Estado que não integra a UE (SEF, 2015). No caso brasileiro, aos que pretendem se fixar no país, a lei estabelece necessidade de visto permanente, previsto no art. 16º, parágrafo único, segundo o qual:

A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão-de-obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (BRASIL, 1980).

Exige-se, para a concessão do visto de permanência, que por cinco anos o imigrante fixe residência em uma determinada região do território e que exerça uma atividade certa (art.18º). Como é notável, claramente adota-se o paradigma do imigrante como mão de obra, priorizando-se àquela especializada, o que revela que a política migratória brasileira acolhe, acima de tudo, trabalhadores formais (CDHIC & ESF, 2011). A lei, por conseguinte, é um instrumento para constituição de fluxos migratórios seletivos, visando a atração de 'cérebros', isto é, profissionais qualificados (VENTURA & ILLES, 2012).

Tal fato somado às condições incompletas de cidadania no Brasil, até mesmo para os próprios nacionais, o que se manifesta nas más condições dos serviços básicos, como saúde e educação, desdobra-se em uma hierarquia econômica na percepção relativa a imigração: o estrangeiro 'rico', frequentemente associado ao imigrante europeu, é visto como colaborador, enquanto o estrangeiro 'pobre' é considerado 'proveitador', 'ameaça' ou no mínimo 'aguçador de problemas' que já se tem de modo abundante, relativos principalmente à desigualdade social.

Esta diferenciação baseia-se também na imaginação geográfica sustentadora da ordem geopolítica. A Europa é automaticamente associada à riqueza, enquanto América do Sul, América Central e Caribe, bem como a África são associados à pobreza. A tal concepção ainda se acrescenta a questão racial: sem dúvida, por mais qualificado que um haitiano negro imigrante no Brasil possa ser, a sociedade percebe de imediato sua presença enquanto um problema, por outro lado, por mais pobre e não qualificado que seja um europeu branco imigrante no Brasil, a sociedade o percebe enquanto mais-valia.

Os investimentos em infraestrutura, a procura por novas tecnologias, a realização de grandes eventos esportivos mundiais, e, de modo mais geral, os esforços para diminuição da desigualdade social e das disparidades regionais no Brasil, acirraram esta diferenciação nos últimos 15 anos. Têm sido apontadas necessidades de profissionais para alguns setores, como a saúde, a tecnologia da

informação, as engenharias (de produção, de segurança do trabalho, mecânica, de controle e automação, ambiental, civil, etc.)⁷².

Alega-se a urgência da demanda e a impossibilidade de formação de profissionais em uma escala temporal conveniente ao desenvolvimento econômico. A socióloga e demógrafa brasileira Neide Lopes Patarra (2005, p. 31) cita que:

É por meio do CNIg que se orienta a política imigratória que, neste momento, privilegia a imigração sob o ponto de vista da assimilação da tecnologia, investimento de capital estrangeiro, reunião familiar, atividades de assistência, trabalho especializado e desenvolvimento científico, acadêmico e cultural.

Assim, o recurso à imigração qualificada é elencado como solução ao inconveniente da falta de mão de obra e como necessidade para o desenvolvimento tecnológico, utilizando-se para isso de um discurso que coloca este perfil de estrangeiros como capital humano. Nas palavras do secretário nacional de Justiça, Paulo Abrão Pires Junior: “é o momento de nós sabermos aproveitar dessa vinda desse capital humano⁷³, com a sua riqueza cultural, com a sua potencialidade de contribuir efetivamente no nosso desenvolvimento e nas nossas atividades produtivas” (Governo estuda..., 2012).

Nesta direção o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) tem atuado na reformulação da política imigratória brasileira. Isso ocorre com o lançando Resoluções Normativas que atualizam, flexibilizam, desburocratizam e aceleram a concessão de autorizações de trabalho a estrangeiros qualificados, dentre outros

⁷² Uma análise do tema da escassez de mão de obra no Brasil, especialmente em relação às pessoas profissionais de engenharia, encontra-se em PEREIRA (*et. all*) **Projeções de mão de obra qualificada no Brasil: uma proposta inicial com cenários para a disponibilidade de engenheiros até 2020**. Brasília: IPEA, 2011.

⁷³ Capital Humano é um conceito elaborado a partir dos anos 1950 pelo economista Theodoro Schultz (1973), laureado em 1979 com o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel. O autor defendeu que população saudável e com elevado grau de qualificação é fator que contribui para o desenvolvimento econômico. Nesta perspectiva, realizar investimentos em habilidades e conhecimento seriam formas de obter no futuro retornos (econômicos). Amplamente debatido nas ciências econômicas, estas ideias influenciaram fortemente às teorias sobre migrações, especialmente aquelas neoclássicas, que enfatizam a migração internacional como forma de investimento em capital humano. Destacam-se nessa corrente de pensamento sobre migrações os trabalhos de Larry Sjaastad e Michael Todaro, datados dos anos 1960, mas que ainda hoje influenciam debates sobre o fenômeno migratório. Sobre isso, sugere-se a leitura de MASSEY (*et. all.*), 1998.

temas relativos ao trabalho estrangeiros de modo geral⁷⁴ (MTE, 2015). De qualquer maneira, essas mudanças são precárias e vulneráveis às transições de governos, podendo ser revogadas se não forem incorporadas à uma nova lei infraconstitucional.

Resta enfatizar, no que diz respeito às condições impostas legalmente para fixação de residência no Brasil e em Portugal, que elas supõem e valorizam a existência de estrangeiros trabalhadores, detentores de “capital social”, que escolhem imigrar em “iguais condições”. Na elaboração de políticas imigratórias, isso significa partir de uma análise reducionista da realidade complexa do fenômeno. Daí decorre que as leis são instrumentos que reproduzem e mascaram desigualdades entre países, grupos sociais e pessoas, prescindido-se da possibilidade de sua utilização como instrumento para a desconstrução de relações de dominação e disparidades.

⁷⁴ Apenas nos últimos cinco anos foram lançadas 19 Resoluções Normativas pelo CNlg, dentre os temas objetos destas resoluções encontra-se: a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação; a concessão de visto temporário a estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para a realização de estudos, investigações e levantamentos necessários à elaboração de proposta a ser apresentada por empresa estrangeira em procedimentos licitatórios que tenham por objeto a concessão de trechos ferroviários; a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar; os procedimentos para a autorização de trabalho a estrangeiros; a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro para trabalho no Brasil nas férias relativas a período acadêmico em Instituição de ensino no exterior; a concessão de visto a cientista, pesquisador e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação; a concessão do visto temporário a estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para transferência de tecnologia ou para prestar serviço de assistência técnica por prazo determinado de até 90 (noventa) dias, sem vínculo empregatício; a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil; a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro no Brasil, que venha trabalhar, exclusivamente, na preparação, organização, planejamento e execução da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016; a concessão do visto permanente a nacionais do Haiti; a concessão de visto a estrangeiro, estudante ou recém-formado, que venha ao Brasil no âmbito de programa de intercâmbio profissional; a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas; a concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil para estágio; a concessão de visto a estrangeiro, vinculado a empresa estrangeira, para treinamento profissional junto à filial, subsidiária ou matriz brasileira de mesmo grupo econômico; a concessão de visto destinado à prática intensiva de treinamento na área desportiva por atletas estrangeiros maiores de quatorze anos e com menos de vinte e um anos (MTE, 2015).

Estrangeiros no território nacional: mecanismos de conhecimento e controle

No Brasil, uma vez admitida a entrada do estrangeiro, mediante concessão de visto permanente, temporário ou de asilado, o indivíduo tem o dever de registrar-se no Ministério da Justiça. Após tal registro será concedido um documento de identidade, denominado Registro Nacional de Estrangeiro (RNE), no qual constarão seu nome e nacionalidade de estrangeiro, tal como estabelecido pelos artigos 30º a 33º. Em Portugal, o mesmo ocorre: o estrangeiro admitido deve registrar-se no SEF e, no caso de autorização de permanência, receberá um título de residência (artigos 75º e 76º).

Uma vez registrado, realiza-se atualizações sobre as informações relativas ao estrangeiro (art. 45º a 47º na lei brasileira e art. 14º a 16º na lei portuguesa). Órgãos como junta comercial, sociedades anônimas, cartórios de registro civil, estabelecimento hoteleiro, a empresa imobiliária, proprietário, locador, sublocador ou locatário de imóvel e o síndico de edifício, deverão informar, sempre que solicitados, ao Ministério da Justiça ou ao SEF os dados de identificação referentes aos estrangeiros.

No caso brasileiro, o art. 102º dispõe sobre a obrigação do estrangeiro registrado de informar ao Ministério da Justiça mudança de domicílio. O art. 103º impõe a mesma obrigação em caso de aquisição de nova nacionalidade. Na lei portuguesa, o estrangeiro tem o dever de comunicar alteração de estado civil e domicílio ao SEF, tal como estabelecido no art. 86º.

No Brasil o cancelamento do registro mediante: a aquisição da naturalidade brasileira, o decreto da expulsão, a solicitação de saída definitiva do território nacional juntamente com a renúncia ao direito de retorno, a ausência do Brasil por prazo superior ao estabelecido na lei, em algumas situações de transformação do visto, caso haja algum tipo de transgressão (artigo 18º, artigo 37º, § 2º, ou 99º a 101º), e se temporário ou asilado, no término do prazo de sua estada no território nacional (art. 49º).

Aquisição de visto, autorização de residência ou estatuto de residente por vias fraudulentas, que incluem falsas declarações, falsificação de documentos, etc; ser objeto de medidas de afastamento do território português (conforme previsto no art. 134º); ser avaliado como perigo e ameaça à ordem pública, à

segurança e aos interesses nacionais; ausência do território nacional ou comunitário por período que varia de acordo com o tipo de documento que se dispõem para a estada, são motivos que promovem cancelamento de autorizações à presença legal em Portugal, tal como estabelecido nos art. 70º e 131º.

Todas as obrigações cobradas tanto no Brasil como em Portugal, permitem aos respectivos Estados controlar as atividades do imigrante e obter informações a seu respeito. Raffestin (1993, p. 69) ao refletir sobre o recenseamento o considera um instrumento útil para “conhecer a extensão de um recurso [...] no caso a população”, a qual constitui-se em uma energia que é integrada às estratégias do Estado, das organizações, etc. Nesta direção, o registro dos imigrantes no Brasil e em Portugal, por se constituir em um estoque de informações a respeito dos estrangeiros, em muitos momentos considerados ameaça, como já foi discutido, pode servir para aumentar o domínio e o controle sobre este grupo da população.

A migração, ao inviabilizar o registro, instala a falta de informação sobre um recurso, culminando na perda de domínio e controle sobre ele. Daí derivam tentativas de minar os fluxos irregulares por parte dos Estados. Embora o Brasil e Portugal não criminalizem os imigrantes irregulares, lançam mão de mecanismos para desencorajar os fluxos, como por exemplo, sujeitando o imigrante irregular à deportação, conforme o disposto no art. 57º da lei brasileira ou no art. 134º da lei portuguesa, ou mesmo às multas, como imposto pelo art. 125º da lei brasileira e 192º da lei portuguesa.

Cabe ressaltar, porém, que se o Brasil veda a legalização em território nacional, tal como estabelece o art. 38º, com exceção da promoção de regularizações extraordinárias, Portugal criou mecanismos para regularizações ordinárias. Assim, conforme o art. 122º, em casos considerados especiais, é possível a dispensa de visto para aquisição de autorização de residência. A posse do contrato de trabalho é um dos requisitos que justificariam a requisição da residência em Portugal, mesmo que se tenha entrado em território nacional com visto de curta duração, por exemplo.

Ainda no que se refere ao domínio da parcela da população estrangeira, convém destacar o papel da língua. Um dos requisitos para naturalização do

estrangeiro no Brasil é a capacidade de ler e escrever a língua portuguesa (art. 112, item IV). Em Portugal, o português básico é exigido para os que reivindicam autorização de residência permanente e estatuto de residente de longa duração (art. 76º e 126º).

Sabe-se que a língua é um dos mais poderosos meios de identidade, portanto é também um instrumento de poder. Além disso, a língua também é um meio de mediatizar relações políticas, econômicas, sociais, culturais, sendo igualmente um modo de ação sobre o outro (Raffestin, 1993).

Neste entendimento, a exigência anteriormente referida convém para a manutenção da coesão da sociedade, já que é elencada como um laço essencial da nação e, além disso, aumenta a eficácia do controle e da gestão da população. Ao mesmo tempo, adotando-se tal perspectiva interpretativa, nota-se que os portugueses no Brasil e os brasileiros em Portugal são mais facilmente sujeitos ao controle e domínio comparativamente aos estrangeiros que falam outros idiomas, diminuindo sobre eles o peso da associação do estrangeiro como sendo uma ameaça.

Restrições e ampliações: divergências entre Brasil e Portugal quanto aos direitos de estrangeiros

Quanto aos direitos dos estrangeiros estabelecidos na Lei 6815/80, o art. 106º proíbe o exercício de uma série de atividades por estrangeiros no território nacional. Estas restrições não são vistas na lei portuguesa. Contudo, o documento brasileiro coloca em seu art.106º §2 os termos do tratamento diferenciado dado aos portugueses, que gozam dos direitos e obrigações previstos pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa de 22 de abril de 2000.

Deste modo, apesar de manterem-se algumas restrições comuns aos estrangeiros, outras não se aplicam aos portugueses, que podem: a) assumir a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas mencionadas no item II do artigo; b) ser proprietário, armador ou comandante de navio nacional, inclusive de navegação fluvial e lacustre; e c) prestar assistência

religiosa às Forças Armadas e auxiliares. O art. 107º, que aborda os direitos políticos, também insere exceção aos portugueses:

“O estrangeiro admitido no território nacional não pode exercer atividade de natureza política, nem se imiscuir, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do Brasil, sendo-lhe especialmente vedado: (Renumerado pela Lei nº 6.964, de 09/12/81)

I - organizar, criar ou manter sociedade ou quaisquer entidades de caráter político, ainda que tenham por fim apenas a propaganda ou a difusão, exclusivamente entre compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem;

II - exercer ação individual, junto a compatriotas ou não, no sentido de obter, mediante coação ou constrangimento de qualquer natureza, adesão a idéias, programas ou normas de ação de partidos ou facções políticas de qualquer país;

III - organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, ou deles participar, com os fins a que se referem os itens I e II deste artigo.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo não se aplica ao português beneficiário do Estatuto da Igualdade ao qual tiver sido reconhecido o gozo de direitos políticos”.

Embora sejam permitidas as associações de estrangeiros para fins que não políticos (art. 108º), se tais entidades forem formadas por mais da metade de seus associados estrangeiros, deverão obter autorização do Ministério da Justiça para seu funcionamento. A proibição das associações de imigrantes com fins políticos e a impossibilidade de que votem dificultam que as demandas desta parcela da população se façam ouvir pelo poder público. A exceção outorgada aos portugueses, embora constitua-se em um fato relevante, uma vez que se trata de um numeroso contingente dentre o total de estrangeiros, deve ser interpretada também à luz da maior facilidade de controle deste grupo em virtude da língua, como mencionado anteriormente.

Diversos projetos de lei já foram apresentados no intuito de alargar os direitos políticos a todos os estrangeiros, a maior parte deles propõe o direito ao voto do estrangeiro apenas na esfera das eleições municipais. Ressalta-se que na Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Peru os direitos políticos já foram reconhecidos, o que demonstra a obsolescência e isolamento regional da postura

adotada pelo Brasil (VENTURA & ILLES, 2012).

Portugal, diante do tema da participação política dos imigrantes, adota uma postura menos excludente, mais integradora e flexível do que o Brasil. Como já mencionado, a Constituição do país permite o exercício dos direitos políticos na escala local. Mas além disso, salienta-se o direito ao associativismo imigrante.

Portugal estimula as ações associativistas, oferecendo apoio técnico e financeiro a estas organizações, dedicadas à valorização da cultura de origem e à participação cívica. Assim, as associações de imigrantes são vistas como entidades que fortalecem a democracia no país, promovendo a defesa de direitos dos estrangeiros e o bem-estar, colaborando também, no conhecimento da cultura portuguesa por parte dos que vem de fora, facilitando a inserção e integração no território nacional. Sublinha-se, por fim, a criação do Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes (GATAI), responsável por prestar informações que se referem ao associativismo e oferecer contribuições necessárias às ações nesta direção.

De qualquer maneira, nas restrições vistas tanto em Portugal como no Brasil, embora sejam muito mais marcantes neste último, também está presente o receio com relação ao estrangeiro. A supressão de alguns direitos políticos, prevista nas Constituições de ambos os países e na lei infraconstitucional brasileira, impede aos imigrantes a participação integral na tomada de decisões que os afetam diretamente (REIS, 2004).

Saídas espontâneas e compulsórias de estrangeiros

Embora não interesse aqui um tratamento cuidadoso do tema da saída dos estrangeiros, convém sintetizar as suas principais características presentes nas leis. Quanto às saídas espontâneas convém destacar que há plena liberdade para sua realização. Entretanto, se o estrangeiro deseja sair e, após um período, regressar, terá que atentar para algumas restrições dependendo do tipo de visto que possuía antes de deixar o território do país receptor⁷⁵.

No Brasil, o estrangeiro com visto de permanência pode se ausentar e

⁷⁵ Além da possibilidade de deixar o país espontaneamente, o estrangeiro em Portugal pode ser apoiado pelo Programa de Retorno Voluntário, nos termos vigentes no art. 139º da lei 23/2007.

regressar pelo período de dois anos; aquele que tem visto temporário pode regressar enquanto este for válido, conforme versam os art. 50º e 51º. Em Portugal, a autorização de residência temporária, por exemplo, é cancelada se o portador se ausentar por seis meses consecutivos no período de validade do documento. Se a autorização de residência for permanente, a ausência por 24 meses também leva ao cancelamento do documento (art.85º da Lei 23/2007). No que se refere ao estatuto de residente de longa duração, a ausência da UE por mais de 12 meses consecutivos ou do território português por mais de seis anos consecutivos também implica em perda do documento, tal como disposto no art. 131º.

Quanto às saídas compulsórias, Brasil e Portugal regem o tema de maneira parecida ao determinarem como causas e condições da deportação os casos de entrada ou estada irregular do estrangeiro que não se retirar de maneira voluntária do território em prazo previamente fixado por regulamento, dentre outros motivos, por exemplo. A deportação pode ser independente da fixação de prazo se for julgada conveniente aos interesses nacionais. O deportado é enviado ao país de origem ou a outro país que aceite recebê-lo⁷⁶.

Durante o processo de deportação, o estrangeiro pode ser objeto de privação de liberdade por um prazo de sessenta dias no Brasil, podendo ser prorrogado por igual período. Porém, como a irregularidade não constitui crime, apenas infração administrativa, admite-se, nos termos da Constituição (art. 5º, LXI) que a prisão só é possível mediante ocorrência de flagrante de delito (CDHIC & ESF, 2011). Para Portugal, consoante o que foi estabelecido nos art. 145º, 146º e 146º A, há possibilidade de determinação de que o estrangeiro fique retido em um espaço próprio para pessoas não admitidas em território nacional. O prazo de sessenta dias é o máximo estipulado para a detenção. O reingresso do deportado em ambos os países se sujeita ao ressarcimento do Tesouro e pagamento de multas referentes ao processo de deportação.

O art. 62º da lei brasileira dispõe: “não sendo exequível a deportação ou quando existirem indícios sérios de periculosidade ou indesejabilidade do estrangeiro, proceder-se-á à sua expulsão”. No caso de Portugal, a expulsão é

⁷⁶ Sobre afastamento compulsório do estrangeiro ver artigos 57º a 64º da lei brasileira e artigos 134º ou 138º da lei portuguesa.

medida adicional à pena por condenação de prática de um crime por um estrangeiro (art. 151º).

Nos dois países a expulsão é motivada pelas seguintes situações: atentado contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à convivência e aos interesses nacionais. Os estrangeiros que praticarem fraude referente à entrada ou permanência no país, entregarem-se à vadiagem ou à mendicância ou desrespeitar proibição especialmente prevista em lei para estrangeiro também são sujeitos à expulsão.

No Brasil, o estrangeiro objeto de processo de expulsão pode ter prisão decretada pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por igual período, para garantia da execução da medida. O art. 75º versa sobre o estrangeiro que não pode sofrer processo de expulsão no Brasil. O primeiro caso refere-se a inadmissão da extradição pela lei brasileira, depois, seguem os casos de estrangeiro que tem filho ou cônjuge brasileiro. Em Portugal, como determinado pelo art. 135º, não podem ser afastados ou expulsos do território nacional os cidadãos estrangeiros que nasceram e moram em território português; que filhos menores, sob sua responsabilidade efetiva, morando em Portugal; que vivam em Portugal desde quando tinham menos de dez anos de idade.

A lei portuguesa não versa diretamente sobre o processo de extradição, sendo este um tema que consta na CRP76. De modo geral, o processo de extradição depende de tratados estabelecidos em regime de reciprocidade com o governo requerente. Isso se verifica na lei infraconstitucional brasileira, a partir do art. 76º ao 94º. O art. 77º versa sobre os casos em que a extradição não se aplica. O art. 78º e os subsequentes estabelecem as condições e procedimentos para a concessão da extradição.

Termos e condições da igualdade entre brasileiros e portugueses

Por fim, chama-se atenção para o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa de 22 de abril de 2000. Seus objetivos declarados são: estreitar os vínculos existentes entre

ambos os países, consolidar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e intensificar as relações da Europa com a América Latina, mediante os respectivos processos de integração regional, tal como é disposto no art. 1º.

Interessa observar o Título II, que trata dos brasileiros em Portugal e dos Portugueses no Brasil. Os art. 6º a 11º versam sobre a entrada e permanência dos cidadãos de um no território da outra parte contratante. Reafirma-se neste tratado a dispensa de visto, tanto para titulares de passaportes diplomáticos, especiais, oficiais ou de serviço, como aos que viajam com fins culturais, empresariais, jornalísticos ou turísticos. O prazo estabelecido para a estada, conforme já mencionado, é de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por um período máximo de 90 (noventa) dias.

Estabelece-se a partir do art. 12º o estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses. Afirma-se que ambos “gozarão dos mesmos direitos e estarão sujeitos aos mesmos deveres dos nacionais desses Estados”, sem que isso implique em perda das respectivas nacionalidades (art.13º) e com as exceções previstas nas legislações brasileiras e portuguesas.

Para o exercício e gozo dos direitos políticos são exigidos três anos de residência no país receptor. Além disso, convém assinalar que não se trata de um direito outorgado automaticamente, mas fruto de análise de autoridade competente mediante prévio requerimento por parte do interessado, conforme se verifica no art. 17º.

Uma vez concedidos os direitos políticos no Estado de residência, fica suspenso o seu gozo no Estado da nacionalidade. Outra consequência para os beneficiários do estatuto de igualdade é a sua submissão às leis penais do país de residência, do que decorre a sua não sujeição à extradição, salvo se requerida pelo governo do Estado da nacionalidade, conforme estabelecido no art. 18º.

Imigrantes e vivências do enquadramento normativo do país receptor

Compreender aspectos das consequências das políticas imigratórias para a pessoa que imigra é o que se pretende neste item. Para isso, observam-se as vivências dos indivíduos entrevistados, destacando como se deram as entradas, a situação jurídica em que se encontravam no momento da entrevista e seus depoimentos sobre as burocracias que enfrentaram.

Imigrantes brasileiros em Portugal: turistas que viram trabalhadores

Das 23 pessoas brasileiras imigrantes em Portugal contempladas por esta pesquisa, 17 entraram no país antes de 2007, isto é, antes da vigência da lei aqui analisada. Todas entraram com visto correspondente ao atual visto de curta duração, que permitia a presença no país por 90 dias. Uma pessoa permanecia no território português em situação irregular no momento em que foi entrevistada, todos os outros estavam em condições regulares. Três imigrantes não passaram por situação de irregularidade com relação aos documentos, os restantes 20, tiveram períodos de estada não permitida no país.

Dos depoimentos de brasileiros que imigraram antes de 2007 e que regularizaram sua permanência no país antes das atuais normas é possível reconhecer que, de fato, a legislação atual ampliou direitos fundamentais e sociais. Na prática, isso significou menor vulnerabilidade do imigrante, como por exemplo no acesso à saúde, tal como relatado a seguir:

Quando eu consegui meu contrato no shopping, eu fui lá no SEF, naquela época o SEF perseguia muito os brasileiros, por causa da prostituição. Eu cheguei no SEF eles me colocaram em uma sala e falaram que já não legalizavam mais brasileiros em Portugal. Só que eu já tinha contrato há um ano e meio e pagava a segurança social e tudo.

Eles começaram a ler os meus direitos, aí eu tive que partir para um advogado. E fui tentar me legalizar, aí meti o processo no SEF, alegando que eu já tinha tentado me legalizar três anos atrás, que eu tinha contrato e que isso era muito injusto.

Eu falei que eu tinha contrato de trabalho, mas eles não quiseram saber, me deram 20 dias para sair do país. Eles faziam isso com todo mundo na época, mas aí eu não saí, eu continuei trabalhando a minha patroa deixou.

Aí eu fiquei trabalhando, e foi quando veio o Lula, o Lula fez o

acordo. Eu fui e me inscrevi foi aquela legalização terrível, mais de 50.000 brasileiros em Portugal para fazer a inscrição, eram filas enormes.

Só que eles não me chamavam, porque era muita gente, aí eu fiquei grávida na época e eu trabalhava e eu não tinha direito a nada daqui, eu não tinha o visto. Eu trabalhava, eu tinha a segurança social, eu estava inscrita, mas não tinha o carimbo no passaporte.

Tive problemas na minha gravidez, minha filha tinha risco de nascer com algum problema, eu tinha que fazer alguns exames, mas eu não podia fazer, eu não podia tirar licença de trabalho. Foi uma confusão terrível a minha gravidez.

Tive que mexer com o pessoal dos direitos humanos. Gastei todo o dinheiro que eu tinha. Foi através do hospital, minha médica era cubana e me encaminhou para o setor de direitos humanos. Eu contei a história toda para eles e o diretor do hospital mandou uma carta. Aí o SEF, não sei como, conseguiu adiantar a minha legalização.

Fui para a Espanha, naquela época tinha que sair do país e ir para a Espanha para poder pegar o visto.

Aí, em fevereiro eu peguei o meu visto. Depois de 2 anos me mandaram uma carta dizendo que eu tinha direito.

Tive um problema muito sério e minha filha corria o risco de ter síndrome de Down. Eu tinha que fazer um exame e ficar em repouso, eu não podia fazer na cidade que eu estava porque não tinha, tive que ir para o Porto e foi de ambulância. Paguei a ambulância e era caríssimo. Como eu não tinha o visto, eu não tinha direito de fazer pelo governo. Só que o médico também não concordava que eu fosse fazer em outra cidade. Por causa do transporte e também porque eu corria risco.

O médico fez uma carta para a segurança social, pedindo uma explicação do porquê de tudo aquilo. Foi aí que eles autorizaram a fazer o exame. Eu na verdade sempre falo que foi o Lula que me salvou. Ele não salvou só a mim, mas salvou mais de 50.000 mil brasileiros.⁷⁷

A circunstância relatada acima dificilmente ocorre na atualidade, tendo em vista os avanços trazidos pela lei 23/2007. Outro benefício trazido por essa legislação em vigor desde 2007 é a facilitação dos processos. Pode-se sublinhar principalmente a possibilidade de regularização dentro do próprio território português. Antes, era preciso deixar o país para, depois, reingressar com nova documentação. Sobre este assunto, vale destacar duas experiências, além da já citada:

⁷⁷ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 51 anos. Entrevista realizada em Faro, Portugal, 2014.

A história da minha entrada nos documentos foi assim: quando eu cheguei a minha namorada era brasileira ela já tinha tirado o documento. Ela morava aqui, foi duas vezes ao Brasil tratar da documentação no Consulado Geral em São Paulo. Tratou de tudo e veio para cá com o visto. Só que ela veio pra cá na frente.

Eu cheguei e ela teve que ir para o Brasil para andar com a documentação dela. Eu cheguei em março e, em abril, ela embarcou de volta para o Brasil.

Quando ela voltou para cá e estava com o visto, eu tinha estudado alguma coisa de como se obter o visto de trabalho e tudo para fazer a legalização. Passado aí coisa de um ano eu me casei com ela aqui em Portugal, logo em seguida dei entrada para poder tirar o meu visto.

Legalizei toda minha situação, tratei da papelada no Brasil e nos casamos na Conservatória, aqui em Lisboa. Em seguida tirei meu visto e depois desta etapa eu já estava com o contrato.

Só que, naquela época, mesmo você estando com o contrato eles obrigavam a ir ao Brasil, no Consulado Geral. Você não tratava nada aqui em 2005. E isso agora mudou.

Quando eu me casei com ela e peguei o contrato e fui ao comissariado lá, para os assuntos da imigração, aí eles falaram:

‘olha você pode fazer o seu processo todo aqui, basta que você siga esta sequência de documentos que pode dar a entrada aqui e não será preciso ir ao Brasil, porque você já é casado com ela aqui.

O casamento ajudou. Decidimos casar porque ia ajudar a minha situação e, naquela altura, a gente estava com uma visão: vamos fazer alguma coisa em Portugal, abrir algum negócio, fazer alguma coisa”. Estávamos olhando alguma coisa por este lado: um futuro aqui juntos, então, juntou as duas coisas⁷⁸.

O nosso governo aqui na época tinha uma lei, não se pegava visto aqui com o contrato, tinha que ir ao Brasil. Em 2007 foi o ano que mudou isso. Ela (a patroa) me deu o contrato, eu fui ao Brasil, cheguei a minha cidade e fui ao Rio de Janeiro, dentro do SEF do Rio de Janeiro, cheguei lá eram duas horas da manhã, tinha umas 400 pessoas na minha frente, mas depois aquilo divide, né?! Cada um vai para a sua sessão. Em 22 dias eu tinha meu visto. Eu cheguei aqui em um dia, no outro dia a lei mudou. Nossa mas eu não acreditei, eu fiquei passada!⁷⁹

Por fim, convém assinalar que a nova lei contribuiu para diminuição das despesas, ao estabelecer mecanismos de regularização ordinária dentro do território nacional. Uma vez que as normas atualmente válidas não exigem a saída do território para aquisição de visto de residência, não são mais

⁷⁸ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 37 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

⁷⁹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 42 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

necessárias a realização de viagens internacionais, o que implica corte de custos para o imigrante nesse processo. Este fator, aliás, pode ser explicativo do fato de que todos os 17 imigrantes que se fixaram residência em Portugal, ficaram um período em situação irregular.

Dos seis imigrantes entrevistados que chegaram após 2007, uma estava em situação irregular no momento da entrevista e três sempre estiveram regularmente no território português. Deste último grupo, uma já possuía documentação de residência na Espanha, país em que morou desde os nove anos de idade e de onde decidiu emigrar para Portugal.

As restantes duas pessoas, após entrarem como turistas, alteraram seus documentos por via do reagrupamento familiar. Houve facilitação da aquisição da residência, diante da presença de ente familiar que já possuía o documento. Segundo seus depoimentos:

Eu não tive dificuldade de pegar o documento, porque, como a minha mãe já estava aqui, eu peguei através dela. Aqui para você ficar legal, você tem que ter um contrato de trabalho, ou você tem que se casar com alguma pessoa, ou você tem que abrir uma empresa, mas para abrir uma empresa você tem que ter um contrato.⁸⁰

Eu vim com visto de turista, só que um mês depois eu já tinha o meu título de residência. Não fiquei irregular. Como a minha mãe já tinha a documentação, foi mais fácil. Não tive que pagar coima nem nada.⁸¹

O pagamento de multas proporcionais ao tempo de presença irregular no território português foi mencionado repetidamente por diferentes entrevistados. Nota-se o fato nos trechos a seguir:

Fiquei irregular de 2003 a 2007. Foram 4 anos. Paguei coima para regularizar, em média de 600 euros.⁸²

⁸⁰ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 22 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, Portugal, 2014.

⁸¹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 19 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, Portugal, 2014.

⁸² Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 50 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

Fiquei 2 anos ilegal. Toda pessoa que chega cá, se você ficar ilegal, depois eles te cobram uma multa. Eu paguei.⁸³

Fiquei um ano e meio irregular. Paguei, na altura foi \$400,00 euros para regularizar.⁸⁴

Logo quando eu cheguei aqui e ainda não tinha trabalho então, até ter experiência para o patrão dar o contrato eu estava irregular. Acho que fiquei de 1 a 2 anos, por aí. Hoje eu tenho residência. Graças a Deus, eu consegui com muito custo. Tive que pagar a taxa pelo tempo que eu fiquei irregular. Foi um bocado complicado porque eu trabalhava em Lisboa, de Lisboa eu sai de lá e vim pra Costa de Caparica. Então, com a mudança de contrato foi complicado, eu tive que voltar lá muitas vezes, aí tinha que ter os descontos desse trabalho aqui, o do outro não tinha desconto, eu tive que voltar falar com o patrão e fazer o desconto. Tive que fazer esse processo todo para conseguir a residência.⁸⁵

Anteriormente se afirmou que uma das consequências da lei 23/2007 foi a diminuição das despesas do processo de regularização. Salienta-se, porém, que persistem custos financeiros que, muitas vezes, acabam colaborando para a existência e permanência de situações de irregularidade.

Em Portugal prevalece a visão do imigrante como mão de obra. Em quase totalidade dos casos, a sua permanência é subordinada à sua condição de trabalhador (SAYAD, 1998). E essa condição só pode ser satisfeita se o mercado de trabalho não encontra dentre os nacionais e, posteriormente, dentre os residentes, pessoas para o exercício da atividade. Essa visão utilitária da presença dos imigrantes, conforme já discutido, manifesta-se juridicamente. O impacto delas na vida concreta das pessoas deslocadas para o país é sua sujeição a um contrato de trabalho.

Tal documento é central para definição do estatuto jurídico de maior parte dos imigrantes, apesar da lei prever o exercício de atividade independente. Os depoimentos a seguir expressam essa relação de modo claro:

⁸³ Imigrante do Brasil em Portugal, homem, 51 anos. Entrevista realizada em Costa de Caparica, 2014.

⁸⁴ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

⁸⁵ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 25 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, Portugal, 2014.

Vim com o passaporte e mais nada, não tinha visto, não tinha nada. Entrei como turista. Cheguei em agosto e em dezembro eu já estava legalizado. Quando eu entrei no McDonald's com o contrato de trabalho, levaram meu contrato de trabalho lá e na outra semana eu estava legalizado.⁸⁶

Ainda não arrumei os meus documentos. Estou até hoje ilegal. Cheguei no SEF deram três hipóteses para mim: ou eu arranjava um trabalho de seis meses para arrumar um contrato ou se eu tivesse um filho com português ou casando com um português. Eu não ia andar a procura de um homem para casar por causa de documento e não ia ter filho também. Eles falam para a gente arrumar trabalho, mas ninguém dá um trabalho para quem não tem documento. Então, é difícil.⁸⁷

A lei 23/2007 é mais flexível do que a vigente anteriormente, pois não exige reapresentação de contrato de trabalho para renovação da permanência temporária. Isso significa que, caso o imigrante perca o contrato de trabalho, há possibilidade de manter sua situação regular.

De qualquer maneira, tendo em vista que a maior parte das entradas, pelo menos para a comunidade estrangeira estudada, se dá como turista, a conquista do contrato autorizaria a fixação. Diante disso, a promessa do contrato é um instrumento de exploração dos imigrantes. Com ela, patrões podem impor condições instáveis e penosas de trabalho e, também, oferecer remunerações mais baixas (MACHADO, 2011).

Imigrantes portugueses no Brasil: turistas que trabalham

Seis tipos de documentos distintos contemplam todas as formas com que os 22 imigrantes portugueses entrevistados nesta pesquisa entraram no Brasil. São eles: visto especial relativo ao acordo bilateral Brasil – França (1 pessoa),

⁸⁶ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

⁸⁷ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 21 anos. Entrevista realizada em Lisboa, Portugal, 2014.

visto especial de estágio relativo ao Inov-art⁸⁸ (1 pessoa), visto de estudante (1 pessoa), reagrupamento familiar (1 pessoa), visto de trabalho (1 pessoa), visto de turismo (15 pessoas) e, por fim, passaporte brasileiro (2 pessoas). Sem dúvida, predominam as entradas de imigrantes na condição de turistas.

O ano de fixação de residência destes imigrantes variou de 2003 a 2014, devido o recorte escolhido pela pesquisa, que privilegiou entrevistar aqueles que imigraram a partir de 2000. Observa-se que neste período, apesar das inúmeras Regulações normativas lançadas pelo CNIg, não houve alteração da Lei infraconstitucional brasileira que rege a política migratória.

No momento em que se recolheu os depoimentos, todos os imigrantes tinham documentos que permitiam a presença no Brasil, mas nem todos estavam aptos burocraticamente a desempenhar a atividade que exerciam, fato que configura irregularidade. Os documentos que autorizavam as presenças dos imigrantes entrevistados eram: visto especial relativo ao acordo bilateral Brasil – França (1 pessoa), reagrupamento familiar (1 pessoa), visto de turista (2 pessoa), visto de estudante (3 pessoas), visto de trabalho (5 pessoas), visto permanente (8 pessoas).

Quatro imigrantes mantiveram a mesma situação jurídica do momento da entrada até o momento da entrevista, o restante passou por processo de alteração de visto ou outros documentos. Dentre os que tinham o visto permanente, no momento da entrevista, a aquisição se deu porque já eram casadas ou casaram-se com nacionais do Brasil. Aliás, em alguns casos o casamento foi realizado para facilitar os processos burocráticos, embora nem sempre isso se concretize:

Estava sempre renovando o visto, enquanto não nos casávamos. Como estava viajando constantemente pra lá, não tinha problema nenhum. Então, quando a gente se casou, pronto, já não foi necessário isso, porque já tinha a união.⁸⁹

⁸⁸ Inov-art é um Programa de Estágios Internacionais de Jovens com Qualificações e Experiência Comprovada no domínio cultural e artístico, promovido por Portugal. Dentre seus objetivos está o incentivo à circulação estudantil, a profissionalização dos jovens e o fortalecimento de laços culturais e artísticos com países da UE, países lusófonos, dentre outras intenções.

⁸⁹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 30 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015.

O país é super burocrático e super complicado, mas como eu já estava casada, eu casei em Lisboa, já tínhamos casado há um ano, então a gente falava: '- não, quando você é casado com brasileiro é bem mais fácil'. Mentira. É mais fácil, acredito que seja mais fácil do que para os outros portugueses, mas é super burocrático na mesma, porque eu tive vários problemas, vários.⁹⁰

Vale observar igualmente os que alteraram sua situação jurídica para o visto de estudante. Dentre os três casos encontrados, todos matricularam-se em uma instituição de ensino para manter-se no país e trabalhavam de maneira informal. Dentre as justificativas encontra-se a dificuldade das empresas assumirem as responsabilidades de contratação do estrangeiro:

Estou matriculado numa escola. Tô com visto de estudante, termina agora, mas não fiz o curso. A empresa precisa de mim, eu preciso da empresa, entretanto, continuo punido porque não tenho a capacidade de me tornar legal.

Eu acho que a maior dificuldade de todo o imigrante é arranjar trabalho de uma forma legal. O que acontece muitas vezes, um não consegue na sua área, na sua formação um visto de trabalho pra trabalhar de uma forma legal. Pode ter vários trabalhos em várias empresas para poder se manter cá, economicamente, mas nunca consegue em uma situação legal. E entretanto é complicado, não tá legal não consegue fazer compras porque o seu RNE não é válido já.⁹¹

Sobre os processos de alteração e/ou aquisição de documentos, há unanimidade referente ao peso das burocracias, inclusive para pessoas que possuíam passaporte do Brasil, conforme exemplifica o caso a seguir:

Eu já tinha passaporte brasileiro porque como nasci aqui, minha mãe é brasileira, eu já consegui o passaporte no Consulado em Portugal. Eu tenho os dois, português e brasileiro, o que é ótimo! Mas não tinha mais nada. CPF foi muito fácil porque no consulado eu também fiz o cartão eleitoral. Então, com o cartão eleitoral, o CPF foi muito fácil. Agora, eu precisava do RG e da carteira de trabalho quando cheguei aqui.

Fui para o Poupatempo, foi uma experiência muito... Foi logo na

⁹⁰ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 32 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

⁹¹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

primeira semana, então não tava a espera... Era muita coisa diferente, atendimento aqui é diferente. As coisas como funcionam, aqui é diferente.

Lá se tu agendas alguma coisa na internet, supostamente é pra seres atendido. Mas aqui, chega lá, é uma hora pra apanhars a senha. Não é exatamente aquela hora que serás atendido. E a pessoa: '- não é não, tomes a senha, vais ter que esperar'. Eu: '- ah, ok'. Foi muito complicado.

Não entendiam que era o meu primeiro RG, como eu já tinha vinte e quatro anos, não entendiam. Eu tentava explicar: '- olha eu tive em Portugal, não precisava do RG lá, tenho outros documentos portugueses'...

Foram um meses bem valentes de burocracia nesses aspectos. Muita burocracia.⁹²

Para quem não tem passaporte brasileiro, as burocracias aumentam exponencialmente. As reclamações estiveram presente em parte significativa dos depoimentos e enfatizaram distintas questões, a começar pelo atendimento da PFB:

Na polícia federal são mau educados, em geral, com toda gente. Gritar, de não respeitar as pessoas... de dizer que as pessoas não falam português e falar com elas... Hoje em dia mudou... nos últimos anos... Assim, no último ano.

Mas eu cheguei a assistir cenas de ver que a pessoa está na minha frente e claramente não falava português e a mulher a gritar: '- ou vem aqui... não sei o quê!' E ainda a comentar com a colega do lado: 'Nossa! Olha esta gente!'

Falar mal das pessoas que via que não falava português... As pessoas ali a falarem em inglês e elas a responderem ali em português, com deboche. O departamento de estrangeiros! Eles querem que toda gente chegue lá e fale... fale português. Assim, eu fiquei... Eu ia lá, ficava horrorizada.

E você reclama e é pior ainda, é maltratado.

Hoje em dia, agora é uma empresa tercerizada... Acho que eles... Melhorou, mas também não é essas coisas. Falta profissionalismo lá.

Você está a ser atendida ninguém olha pra você. Agora mesmo, que eu fui lá renovar meu visto... Ninguém olha pra você e estão a falar do jantar de ontem uns com os outros, como se não tivessem a trabalhar, como se tivessem na casa deles. Falta de profissionalismo. Acho que essa é a frase! Não estão ali a fazer um trabalho, parece que estão a passar tempo.⁹³

⁹² Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015.

⁹³ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012.

Esforços recentes têm sido realizados para melhoria de serviços necessários aos imigrantes. Vale destacar aqueles realizados pelo governo do Estado de São Paulo que, em parceria com a Polícia Federal, inaugurou, em dezembro de 2014, o Centro de Integração da Cidadania do Imigrante (CIC do Imigrante), localizado no bairro da Barra Funda, zona oeste da cidade de São Paulo. Os serviços prestados pelo órgão vão desde emissões de segunda via de certidões, passando pelo órgão de Proteção ao Consumidor (Procon), incluindo também Defensoria Pública Estadual e Federal, além de Posto de Atendimento ao Trabalhador.

Apesar disso, a iniciativa mencionada tem âmbito estadual, não se refere, deste modo, à transformação substancial da política migratória brasileira. Contudo, sua existência pode estimular ações que abranjam o território brasileiro. Resta chamar atenção para o fato de que nenhum dos imigrantes portugueses entrevistados afirmaram utilizar os serviços do CIC do Imigrante. Isso porque, embora tenha sido implantado em 2014, muitos serviços só começaram a funcionar no decorrer do primeiro semestre de 2015, momento em que eram realizadas as últimas entrevistas.

Além dos problemas de atendimento no âmbito da PFB, foi comum a menção à falta de informação ou de clareza dos processos ou, ainda, orientações transmitidas erradas. A inexistência ou precariedade de informatização das informações também foi objeto de crítica por parte dos imigrantes:

Você recebe cada hora uma resposta diferente. Cheguei um dia à Polícia Federal... que as regras eram umas, e eles disseram assim: '- daqui a 1 ano você volta'. E eu já esperta pensei: '- vou voltar antes de 1 ano pra saber se ainda está o mesmo procedimento'. Cheguei lá, sabe como estava a mudança de procedimento? Eles puseram uns papéis... sabe aqueles papéis pardos? Grudado, escrito à mão! Não tem uma coisa no site. Não tem uma notícia. Não. Você tem que ir lá e ler num papel pardo, escrito à mão, grudado numa janela. É uma falta de respeito! Se eu tivesse vindo de outra cidade? Se eu tivesse vindo de Campinas... Sei lá?! qualquer outro lugar... Ainda bem que eu moro aqui! Mas muita gente vem pra cá.⁹⁴

⁹⁴Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 32 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

Eu assinei a união estável na China ainda, e quando eu cheguei cá a união estável, disseram na minha cara, que não servia pra nada. Eles falaram: '- vou apresentar algumas hipóteses, que são estúpidas, mas que você vai ter que pensar: ou você casa com seu namorado ou você tem um filho'. E eu: '- ridículo, tipo: jamais'. E meu namorado falou: 'ou a gente se separa ou a gente fica junto. E ficando junto a gente vai ter que casar, porque eu nunca vou ter um visto na Europa e tu nunca vais ter um visto daqui... A gente vai casar um dia, então vamos casar agora'. E aquilo na altura pra mim pareceu totalmente descabido, mas eu acabei casando, aqui no Brasil. Só que a Polícia Federal não deixava mais mudar meu pedido de visto pra casamento, porque eles falaram que eu já tinha colocado de união estável e que isso não era um problema deles, que foram outros que me deram a informação errada. Só que nessa hora ninguém está lá pra se responsabilizar, como é óbvio.⁹⁵

A demora para que os documentos fiquem prontos também é outro problema apontado. As alusões a esta questão se referiram especificamente ao Registro Nacional do Estrangeiro (RNE) e à carteira de trabalho:

só pra você ter uma ideia, eu tava a tentar trabalhar com carteira de trabalho. Quando entrei com a carteira de trabalho, foi quatro meses que me disseram que demorava pra tirar. A empresa não esperava quatro meses. E outra coisa, como é que demora quatro meses pra sair uma carteira de trabalho?⁹⁶

A quantidade de vezes que eu paguei por essa carteirinha e nunca recebi, o RNE. Você paga a carteirinha. Pra onde que vai esse dinheiro? Queria eu saber. Sinto-me enganada. Gastei muito dinheiro já lá. E já recebi carteirinha vencida. Isso é normal. Você vai lá. Você paga 300 reais, sei lá hoje em dia quanto é, pelo RNE. Eles dizem daqui a 6 meses... Detalhe que ela dura 1 ano para quem é estudante! Certo! Daqui a 6 meses você começa a ver se já saiu... Eu cheguei a receber vencida. E já na hora de renovar a outra. Então, eu já gastei uma fortuna aqui...⁹⁷

⁹⁵ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

⁹⁶ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

⁹⁷ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

As burocracias e as demoras nos processos culminam em ainda mais dificuldades e problemas a serem enfrentados pelos imigrantes no Brasil. A falta de documentação limita a possibilidade de aluguel de imóveis, é empecilho para abertura de contas em banco, de acesso a crédito, ou de aquisição de habilitação de motorista. De fato, no aspecto da regularidade, há engessamento da vida do imigrante no país:

Você não pode dirigir com sua carteira de habilitação estrangeira, ao fim de seis meses você tem que mudar. Eu tentei mudar. Sempre tento fazer as coisas legais. E falaram que eu não podia, que o protocolo que eu tinha não podia fazer, não podia mudar. E então eu falei: '- vocês estão pedindo pra eu ficar ilegal, é isso? Se eu for parada depois pela polícia, o que eu falo?' E aconteceu um caso que eu fui parada pela polícia e perguntaram e eu disse: '- ninguém quer me dar a carteira porque eu não tenho o protocolo definitivo, que eu consegui ontem. Mas estou legal e está tudo tranquilo'.⁹⁸

As leis brasileiras dificultam o estrangeiro alugar imóvel, então tem que ser em situações mais informais. Assim, eu não tive grande dificuldade.

Faz muita diferença ser regular, no tratamento da burocracia. É muito difícil lhe dar com a burocracia brasileira, por exemplo, abrir uma conta no banco. Eu estou esperando já tem três meses para ter acesso ao cartão de crédito, ligo pra lá várias vezes e insisto, imagina se não tivesse documento então...⁹⁹

Sou estudante. Você não tem holerite, você não tem nada. Você não consegue comprovar contas. Você é bolsista! Chegou ao ponto de eu não conseguir comprar. Eu fui tentar comprar uma taboa de passar ferro nas Casas Bahia e não me deixaram comprar (risos). Eu lembro que era 50 reais e não dava. Eu ganhava 940 de bolsa, 50 reais era muito dinheiro pra pagar de uma vez só e eu queria dividir, não deixaram. Fui recusada crédito de 50 reais nas Casas Bahia! Porque você não tem... como estudante, não é? Ser estudante aqui é difícil, aliás como estrangeiro. Porque você não pode trabalhar, não pode confirmar renda. Você tem todas essas dificuldades de arranjar moradia.¹⁰⁰

⁹⁸ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 32 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

⁹⁹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 32 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹⁰⁰ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

Um recurso utilizado para lidar com tais problemas é a contratação de empresas e/ou advogados especializados. Aliás, comparativamente, este pode ser destacado como uma diferença da comunidade portuguesa no Brasil em relação à comunidade brasileira em Portugal. Enquanto nas entrevistas realizadas nesta última praticamente não se fez referência a estes serviços, dentre os imigrantes portugueses os mesmos foram referidos pelo menos cinco vezes. Cita-se os exemplos a seguir:

Estou cá com visto de turista. Primeiro a ideia era vir cá como visto de turista e ficar aqui 15 dias e acompanhar o projeto à distância. Portanto, eu e os meus sócios percebemos que estar aqui seria essencial, pois só assim teríamos sucesso. Mas, a questão do visto só surgiu quando um de nós chegou à conclusão de que teríamos que vir pra cá. Foi aí que comecei a me informar e comecei a buscar informação sobre isso. Eu estou tratando da documentação para entregar aqui. Contratei uma empresa para cuidar disso, mas antes eu falei com cinco pessoas diferentes desta área. Para saber com qual eu iria trabalhar.¹⁰¹

Eu busquei ajuda de advogados. Depois meus vários problemas com a Polícia Federal, eu não faço nada sem ir com alguém. Eu não vou sozinha. Eu vou sempre com alguém de uma empresa de advogados. Lição nº1: assim, básica. Se você tem algum dinheirinho guardado, você pode pagar um advogado, paga um advogado. Porque, sozinha, na Polícia Federal, é roubada.¹⁰²

Eu sei de alguns casos de portugueses, eles pagam mais de 2.000 reais só a um advogado para ele tratar de toda essa burocracia, para ser mais fácil. Como eu não paguei. Eu demorei esse tempão todo, sabe?! Porque tem... Você tem que passar documentos falando que tem uma pessoa legal, que tá responsável por você..pá, pá, pá...pá, pá, pá... mais cartório... Eu em tudo isso, eu gastei 600 reais.¹⁰³

¹⁰¹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹⁰² Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹⁰³ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

Mas além dos serviços de advogados, por vezes, na discricionariedade das decisões legais, há também espaço para o bom senso e a empatia, não apenas para a arbitrariedade e a antipatia, conforme demonstrado nos casos a seguir:

Então, eu corri trezentos mil Ministérios do Trabalho, e eu consegui a carteira de trabalho num deles porque a mulher falou: ‘- a tá bom, vocês já casaram, então tá bom, toma a carteira de trabalho’.¹⁰⁴

Mas eu vim totalmente despreparada, realmente. Eu fui descobrindo as coisas.. Quem me sugeriu o casamento foi uma mulher na Polícia Federal... pra você ter a noção! Falou: ‘- Ah, vocês tem que casar’.¹⁰⁵

Enfim, os depoimentos levam a considerar que a política migratória brasileira é instrumento que dificulta inserção e integração dos estrangeiros no território. Observa-se, ainda, nos termos de um imigrante português:

Portugal acho que não é tão burocrático... Acho que Portugal trata melhor o brasileiro nesse sentido jurídico do que o brasileiro o português. É só a minha opinião. Posso estar errado.¹⁰⁶

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por brasileiros em Portugal, a opinião citada não está errada.

Algumas considerações sobre o arcabouço normativo vigente no Brasil e em Portugal

A análise até aqui exposta para o caso das políticas imigratórias no Brasil e em Portugal baseia-se na premissa de que compreender os direitos dos estrangeiros implica considerar a relação com uma categoria de pessoas definida a partir do critério negativo: “não nacional”. Diante do modo como se configura a

¹⁰⁴ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

¹⁰⁵ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹⁰⁶ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 45 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

orgem internacional, uma constelação de Estados nacionais, esta é uma problemática intrinsecamente ligada a soberania e autonomia estatal-territorial.

A principal manifestação desta vinculação reside em que inexistente o direito à imigração, apesar de existir estabelecido no Direito Internacional o direito à emigração. Digno de nota é também o fato de que ao Estado prevê-se o direito de impor restrições à entrada de estrangeiros, ao passo que não há mecanismos que lhe imponham o direito à inserção e integração dos imigrantes.

Nesta situação a implementação dos direitos ainda está nas mãos dos Estados, já que “o direito de imigrar não é reconhecido como um direito humano” (REIS, 2004, p.159). Além disso a cidadania “significa, acima de tudo, igualdade perante a lei e igualdade de acesso aos direitos, e, definitivamente, não há, sob esses aspectos, nenhuma identidade entre imigrantes e cidadãos ‘nacionais’”, apesar dos avanços, após a Segunda Guerra Mundial, em se reconhecer o indivíduo como sujeito no sistema internacional (REIS, 2003). “O fato de os estrangeiros gozarem de um maior número de direitos hoje não modifica a natureza da cidadania. O estrangeiro continua numa situação precária em relação ao cidadão” (REIS, 2004, p. 159).

Como discutido, as dinâmicas territoriais internas e a projeção externa dos países acabam gerando estratégias de diversos atores políticos que estimulam ou freiam os fluxos migratórios. Do embate de interesses e das contradições presentes nas diferentes posturas com relação aos estrangeiros, nascem as políticas imigratórias, manifestadas, dentre outras formas, nas legislações. Apesar do desejo estatal de controlar e gerir os fluxos populacionais no espaço, nem sempre há êxito nesta tarefa, especialmente em contexto de liberalismo econômico e político e aumento das migrações irregulares.

Essas últimas são extremamente complexas. Em primeiro lugar, pouco se sabe sobre elas. Inexistem formas de coleta estatística confiáveis sobre este fenômeno migratório. Em segundo lugar, os dados agregados revestem com a mesma roupagem situações muito distintas entre si, geradoras de problemáticas igualmente diversas tanto para as pessoas como para os países (KOSER, 2010). Khalid Koser (2010, p. 183), especialista em conflito, paz e segurança, do Centro de Genebra para a Política de Segurança, identifica que:

*Irregular migration includes: people who enter a country without proper authority (e.g. through clandestine entry and entry with fraudulent documents); people who enter with authorisation but remain in a country in contravention of their authority (e. g. by staying after the expiry of a visa or work permit, through sham marriages or fake adoptions, as bogus students or fraudulently self-employed); people moved y migrant smugglers or human trafficking; and those who deliberately abuse the asylum system (GCIM, 2005). For some people irregularity is a deliberate choice or decision, but many others find themselves in an irregular situation because of a lack of information or due to administrative obstacles.*¹⁰⁷

Conforme é possível inferir a partir das experiências das pessoas entrevistadas e observadas no decorrer da realização desta pesquisa, brasileiros e portugueses são grupos imigrantes que se diferem quanto às características da irregularidade, quando esta situação ocorre. Dentre os primeiros é frequente entrar regularmente e permanecer irregularmente, diante do vencimento de autorizações. Dentre os segundos, diante da proximidade da expiração do documento válido, usa-se a estratégia de viajar para fora do Brasil, regressando com novo visto (de turista, geralmente) que autoriza mais um prazo de permanência, recursos como casamentos e estudos irreais também são utilizados.

De qualquer maneira, ambos os grupos imigrantes objetos de preocupações desta investigação, em conformidade com as características da ordem geopolítica coeva, estão sujeitos ao capital, via mercado de trabalho. É principalmente como trabalhador e pagador de impostos que sua presença no território nacional receptor, independentemente da situação jurídica, é aceita ou, pelo menos, tolerada.

Tanto em Portugal como no Brasil, as situações irregulares se devem

¹⁰⁷ Migração irregular inclui: pessoas que entram num país sem a devida autorização (por exemplo, através da entrada clandestina e entrada com documentos fraudulentos); pessoas que entram com autorização, mas permanecem em um país em contravenção da sua autoridade (por exemplo, ficar após o término de um visto ou autorização de trabalho, através de casamentos fictícios ou adoções falsas, como estudantes falsos ou fraudulentos trabalhadores por conta própria); pessoas que migraram com ajuda de atravessadores ou inseridas no tráfico de seres humanos; e aqueles que deliberadamente abusam do sistema de asilo. Para algumas pessoas a irregularidade é uma escolha deliberada ou uma decisão, mas muitos outros se encontram em situação irregular por causa de falta de informação ou devido a obstáculos administrativos (Tradução livre).

principalmente aos obstáculos administrativos. Ainda que a ausência de clareza de informações e o acesso a elas também possam influenciar a existência deste tipo de condição, como mencionado por Khalid Koser (2010).

Nos dois casos os imigrantes irregulares inserem-se de maneira informal no mercado de trabalho. Sem dúvida, esta parcela da população está mais exposta às situações de exploração e vulnerabilidade, que muitas vezes interessa aos empregadores e, apesar de sua associação com ameaças à soberania estatal, pode também interessar ao Estado.

Apesar desta possibilidade, o interesse em estirpar a irregularidade é evidente. Aliás, a clivagem “indesejados” / “desejados” é manifesta nas políticas migratórias analisadas. Sob os considerados “indesejados” recaem suspeitas diversas, enquanto sob os “desejados” incidem esperanças várias, em qualquer destas situações mais que argumentos baseados em análises cuidadosas, observa-se elaborações apaixonadas, por vezes, desprovidas de fundamentos reais.

Dentre as atitudes para aqueles que são “desejados”, nota-se, no âmbito da projeção externa, o estímulo à imigração de estrangeiros definidos como estratégia para se fortalecer vínculos com uns países em detrimento de outros. Por sua vez, no que diz respeito à esfera doméstica, a preferência por imigrantes de nacionalidades específicas relaciona-se diretamente a autoimagem e constituição da identidade nacional e afirma-se com discursos geopolíticos baseados em afinidades culturais, linguísticas e históricas. Em todo o caso, estão presentes as imaginações geográficas que sustentam as ordens geopolíticas. Constituem-se assim discriminações positivas nas legislações domésticas, as quais muitas vezes se associam à existência de hierarquias da alteridade na sociedade receptora.

Como se viu, no Brasil a discriminação positiva é consolidada com relação aos portugueses. Historicamente, tais discriminações positivas tinham caráter recíproco, amparando, portanto, os brasileiros em Portugal, ainda que beneficiando especialmente os portugueses, haja vista o predomínio de seu movimento no sistema migratório considerado até os anos 1980. A partir daí, quando Portugal passou a ser, além de um país de emigração, também um país de imigração, as respostas legais ao desenvolvimento deste fenômeno não

prescindiram dessas heranças. A política imigratória de Portugal reflete a experiência imperial, marca central da identidade portuguesa até hoje (MACHADO, 2011).

A manutenção dessas discriminações positivas se relaciona com tentativas de estreitamento de vínculos entre Portugal e Brasil. Isso tendo em vista que a União Europeia (UE) tem como possível efeito colateral para Portugal a diminuição de sua importância relativa na ordem internacional. As relações com o Brasil e com os demais países de língua oficial portuguesa no mundo são um antídoto contra essa tendência (LAFER, 2003).

Mas a este legado jurídico juntaram-se novos desafios de dar resposta legislativa à realidade. Sempre presentes na elaboração de políticas imigratórias, o primeiro desafio a ser respondido estava relacionado aos ditos “interesses nacionais” correspondentes à nova condição de Portugal no mundo e às transformações conjunturais de âmbito internacional e doméstico. Em seguida, era preciso considerar a integração de Portugal na União Europeia, que desde os anos 1990 tem buscado instituir diretrizes comuns a todos os Estados-membros no que se refere à temática imigratória.

A articulação e a resposta a esses desafios fez com que Portugal ampliasse a discriminação positiva, antes restrita aos brasileiros e aos lusófonos, aos demais estrangeiros nacionais de Estados Terceiros. Para isso, porém, é preciso que estes últimos tenham conhecimento da língua portuguesa. Isso não quer dizer que a identidade portuguesa descolou-se da experiência imperial. Entretanto, sob a égide da globalização, o país se deparou com maior diversidade populacional. Tal fato impôs ressignificar a identidade portuguesa, ampliando-a de modo a subordinar “diferenças mais diferentes”, para usar uma expressão empregada por Igor Machado (2011, p. 134).

Apesar do avanço legislativo ainda é notável o fosso jurídico existente entre as comunidades estrangeiras provenientes de fora da UE e os cidadãos comunitários. Importa chamar atenção ao fato de que estes últimos representam 75% dos imigrantes residentes em Portugal (HUDDLESTON, BILGILI, JOKI, & VANKOVA, 2015, p. 8).

Na política migratória brasileira, apesar dos avanços trazidos pela CFB88, persiste a desconfiança sistemática em relação ao imigrante. Essa desconfiança

culmina na hierarquia legal que destaca os portugueses como os menos ameaçadores. Mas não basta que o imigrante português esteja no país para que seja contemplado pelos privilégios previstos nas leis. Para ser beneficiada, a pessoa deve estar em condições regulares e ser residente permanente.

A despeito desta limitação, a persistência desse aspecto jurídico atualmente é instrumento para reforçar a ligação com Portugal e fortalecer a CPLP, o que permite ampliação de sua relação com o continente africano, objetivo coadunado com as intenções de maior interação Sul-Sul. Soma-se ainda que, no contexto atual, apesar da emergência de uma crise econômica no Brasil, a atração de trabalhadores portugueses parece atender as demandas do mercado de trabalho brasileiro. Simultaneamente, a emigração de portugueses para o Brasil, diante da crise social e econômica pela qual passa Portugal, alivia as pressões em seu mercado de trabalho.

Há, por conseguinte, tendência à permanência desta discriminação positiva em relação aos portugueses no Brasil. A ampliação deste tratamento especial se coloca concretamente como possibilidade aos estrangeiros provenientes dos países africanos de língua portuguesa, cuja imigração tem adquirido relevância no país.

O enquadramento jurídico das pessoas provenientes do Mercosul e associados também é diferenciado, o que tem colaborado para superação de problemas que afetam os direitos fundamentais dos imigrantes desta região no Brasil. Somente para estes estrangeiros, por exemplo, é possível o processamento de regularizações e obtenção de residência temporária de modo independente da condição de entrada no país (CDHIC & ESF, 2011).

Diante do exposto, percebe-se que a discriminação positiva é um instrumento relevante, especialmente no Brasil, para que estrangeiros tenham seus direitos humanos reconhecidos, promovidos e protegidos. No caso brasileiro, principalmente, é urgente a alteração do estatuto jurídico do estrangeiro, que deve antes de tudo, ser visto como ser humano e não apenas como mão de obra.

Não se trata de indivíduos isolados cruzando fronteiras, trata-se de pessoas, com suas respectivas famílias, dotadas de dignidade, direitos e deveres. Esforços devem ser realizados para que o Brasil adote uma política migratória capaz de efetivamente incorporar este novo paradigma. Portugal encontra-se

muito mais avançado nesta direção, mas não está isento de críticas.

Resta destacar que o efeito politizante do período em que vivemos se mostra evidente. Conforme argumenta James Rosenau (2000, p. 368; 380) “os indivíduos estão cada vez mais conscientes de que suas ações podem ter consequências”, além disso, “dispõem agora de um número maior de canais para perseguir seus interesses”. Como Estados de Direito e como Democracias, cabe ao Brasil e a Portugal avaliarem se estes princípios assumidos condizem com sistemas de subordinação hierárquica. Outra problemática chave no pós Guerra Fria, tal como sustenta John Agnew (2002, p. 129):

is how to combine democracy's historic commitments to universal human rights and increasing the equality of material conditions of life with a relativistic mission that allows for "cultural translation", as Judith Butler (1999) calls it, between the meanings of needs, justice and ownership characteristic of different societies¹⁰⁸.

A visão do estrangeiro como sujeito estranho e suspeito, que deve ser tolerado e controlado pela sociedade receptora deve ser ultrapassada (CDHIC & ESF, 2011). A seletividade baseada em aspectos econômicos também deve ser superada. A confusão entre democracia e liberalização econômica, bem como o crescimento da desigualdade sócio-geográfica entre os países, mas também dentro dos países são problemas a serem combatidos. Brasil e Portugal podem desempenhar um papel fundamental, contribuindo para estabelecer um debate sobre as migrações que priorize a segurança humana, suplantando a associação do fenômeno aos temas relacionados exclusivamente com a soberania estatal, segurança nacional, criminalidade, terrorismo. Porém, como evidenciado, há muito a ser percorrido neste sentido.

¹⁰⁸ Outra problemática chave no pós Guerra Fria “é como combinar compromissos históricos da democracia aos direitos humanos universais e aumentar a igualdade de condições materiais de vida com uma missão relativista que permite a "tradução cultural", entre os significados das necessidades, da justiça e característica própria de sociedades diferentes” (Tradução livre).

Capítulo 6

Enfrentando Fronteiras: Imigrantes, Inserção e Uso do Território

Migrar e ser migrante: o fenômeno migratório como processo e condição

Após defrontar-se com os desafios da decisão, da preparação e efetivação e da burocracia da viagem, a pessoa que deixa seu país de origem passa a uma nova condição: ser migrante. Migração diz respeito a movimento, processo, dinâmica. Entretanto, o fenômeno migratório também se refere a uma condição. “*Once a migrant, always a migrant*”¹⁰⁹, como assinalou Oliver Bakewell (2011, p. 22).

Isso significa que, pelo menos por um período, o movimento cessa, os migrantes fixam-se. Todavia o fato de terem migrado confere-lhes um atributo que impacta suas interações pessoais, sociais e institucionais. Ao *status* de “migrante” acopla-se uma série de exigências, edificam-se fronteiras e constrangimentos, mas também são oferecidas oportunidades e possibilidades no destino.

Estabelecer-se em um novo país, inserir-se em um novo território, constituir um novo entorno vivido é o desafio do migrante. Inicialmente, a falta de conhecimento, entendimento e domínio de códigos e práticas sociais do local de destino causa estranhamento. “*O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação*” (SANTOS, 2002, p. 330).

Na medida em que o novo espaço vivido ensina, efetua-se também a integração. As palavras de um imigrante português no Brasil, proferidas na ocasião de uma conversa informal, sintetizam o processo: “primeiro estranha, depois entranha”. Na interação com as experiências cotidianas dos migrantes, o conteúdo do território é alterado em um jogo de reciprocidade. Emergem novas formas e normas de uso do território.

Além da reflexão sobre o processo migratório, compreender aspectos da vivência da condição migrante é o esforço desempenhado neste capítulo. As experiências vividas no âmbito individual, se tomadas coletivamente, oferecem

¹⁰⁹ “uma vez migrante, sempre migrante” (Tradução livre).

possibilidades de identificação de barreiras e desafios enfrentados pelos migrantes na sociedade receptora. Daí podem ser desenvolvidas políticas de integração com o propósito de atuar na direção de uma sociedade inclusiva e verdadeiramente democrática.

Nesta perspectiva, pretende-se responder às questões: onde os imigrantes residem no país de destino? Que perfil predomina quanto à faixa etária, estado civil e escolaridade? Como se inserem no mercado laboral? Passa-se portanto do enfoque nos fluxos para o enfoque das características do estoque da população imigrante.

Fazendo jus à obsessão com medidas e números que caracterizam as contribuições geográficas nos estudos das migrações, tal como mencionou Russel King (2012), utiliza-se dados estatísticos oficiais. Com relação aos imigrantes brasileiros, tais dados foram encontrados, sobretudo, no Censo Demográfico de Portugal (2011) e nos relatórios do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. No que diz respeito aos imigrantes portugueses, a principal fonte utilizada foi o Censo Demográfico brasileiro de 2010.

São patentes os limites destes instrumentos para conhecer as dinâmicas migratórias e a condição dos imigrantes. Os recenseamentos têm uma periodicidade que não é suficiente para acompanhar as dinâmicas da migração e da vida dos migrantes. Em outros termos, os dados censitários constituem um momento específico da população; não permitem, portanto avaliar trajetórias, consideram apenas os 'sobreviventes', tornando opaco o período intercensitário (CUNHA, 2012). Além disso, a comparação dos dados produzidos em distintos países é dificultada pelas incompatibilidades de definições e categorias, bem como das diferentes metodologias empregadas para obtenção das informações.

Conforme recomendado pelo demógrafo e cientista social José M. P. Cunha (2012), é preciso conhecer como foram levantadas as informações. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o questionário da Amostra contém perguntas que permitem obter informações sobre a imigração. O bloco de questões relativas a este quesito parte da pergunta: qual a sua nacionalidade? Oferecendo três opções de respostas: brasileiro nato; naturalizado brasileiro; estrangeiro. Os dois últimos casos remetem a indagações sobre data de fixação de residência e país estrangeiro de origem, dentre outras.

Por sua extensão e inviabilidade de aplicação para a totalidade da população, devido aos custos e ao tempo que exigiria, este questionário é aplicado em cerca de 11% dos domicílios no Brasil (aproximadamente 6,4 milhões de domicílios). Apesar da aleatoriedade na escolha dos domicílios que o responderão, algumas precauções são adotadas para que se garanta a representatividade da amostra, como por exemplo, a aplicação de frações amostrais distintas, de acordo com o porte demográfico do município (IBGE, 2010). Para traçar um perfil da população de imigrantes portugueses no Brasil em 2010, utilizou-se dos dados obtidos pela aplicação desse questionário.

Por sua vez, as informações de interesse a esta pesquisa no último Censo português foram obtidas por meio do questionário individual e referem-se às perguntas a respeito da naturalidade. A definição da naturalidade tem como referência o local de residência da mãe quando a pessoa nasceu. As opções de resposta foram enquadradas em Portugal e “no estrangeiro”, solicitando, neste último caso, indicação do país levando-se em conta as fronteiras em vigência na data de realização do recenseamento.

Os dados sobre nacionalidade produzidos em Portugal omitem os estrangeiros que possuem a nacionalidade portuguesa. Daí porque optou-se por considerar o critério de naturalidade. Os dados do SEF, por exemplo, contêm esta restrição, apesar de também serem utilizados aqui.

Ainda assim, os dados disponíveis são valiosos. Tendo uma cobertura territorial abrangente, estas informações oferecem uma “fotografia” do momento, o que constitui subsídio para avaliar a existência de padrões, apontar tendências e orientar estudos qualitativos.

A abordagem qualitativa também é empregada enquanto instrumento para auxiliar a análise. Os dados obtidos por metodologias qualitativas colaboram para preencher as lacunas deixadas pelos limites dos dados quantitativos, que deixam de apreender o sentido das práticas e representações espaciais e a vivência das pessoas (BALLESTEROS, 1998).

Além de entrevistas realizadas com atores institucionais e representantes de organizações vinculadas à temática migratória, foram realizadas 45 entrevistas com imigrantes que efetivaram seus projetos migratórios a partir do ano de 2000 e que moravam no país receptor há pelo menos seis meses. Uma vez encontrados

participantes iniciais condizentes com este perfil, pedia-se indicação de pessoas para serem novos participantes, os quais deviam se adequar aos critérios já mencionados. Esta amostra não aleatória, denominada “bola de neve”, ofereceu um conjunto de dados primários referentes a homens e mulheres portugueses imigrantes no Brasil e brasileiros imigrantes em Portugal.

A utilização destes dados, porém, também possui obstáculos. Sua principal desvantagem é, certamente, a impossibilidade de, a partir deles, elaborar generalizações. Isso nos remete, uma vez mais, ao debate sobre a dicotomia entre agência e estrutura. Vale o alerta da geógrafa Jacqueline Beaujeu-Garnier (1967, p.22):

“nenhum homem é idêntico a qualquer de seus semelhantes, cada um tem vontade própria, é capaz de iniciativas e vive em condições que estão continuamente se modificando, é, portanto, perigoso apoiar-se num único exemplo para generalizações ou, do passado, deduzir o futuro”.

Diante desta advertência, convém reforçar o caráter variado da metodologia empregada. Analisados em conjunto os dados qualitativos e quantitativos constituem rico material para reflexão sobre as atuais condições de pessoas imigrantes no destino.

Distribuição geográfica dos imigrantes no destino

Os volumes dos estoques de imigrantes

Constatou-se, em 2010, 138.196 portugueses residentes em território brasileiro. Comparativamente com aquilo que foi computado dez anos antes, esta população sofreu uma redução da ordem de 75.000 pessoas em uma década. Tal fato leva a duas hipóteses: (1) os portugueses estão deixando o Brasil; (2) há alta taxa de mortalidade neste contingente populacional. Evidencia-se que o volume dos fluxos da imigração portuguesa entre os anos de 2000 e 2010 para o Brasil foi insuficiente para renovar ou pelo menos manter o estoque desta população.

As 138.196 pessoas portuguesas que residiam no Brasil representavam 23% dos quase 600.000 estrangeiros no país (0,31% do total de residentes) e

0,07% do total de habitantes, em 2010. Em termos globais, a imigração não traz grandes impactos para composição da população no país.

Paralelamente, o censo demográfico português de 2011 contabilizou 871.813 pessoas naturais de países estrangeiros residentes em Portugal. Este volume referia-se a 8,25% da população total, cujo volume era de 10.561.178 pessoas (INE, 2012). Especificamente com relação aos naturais do Brasil, em 2011, este grupo estrangeiro perfazia um volume de 139.703 pessoas, o que correspondia a 1,32% da população total e cerca de 16% da população estrangeira (INE, 2012).

Dada as limitações de acesso que se teve aos dados sobre naturalidade da população do recenseamento realizado em 2000, vale recorrer aos dados sobre nacionalidade sintetizados na Base de Dados Portugal Contemporâneo (PORDATA). Considerando tão somente a população com nacionalidade estrangeira que dispunha de estatuto legal de residente em 2000, registrou-se 207.587 pessoas (aproximadamente 2% da população total), das quais 22.202 eram brasileiras (10,7% dos estrangeiros).

Os valores correspondentes ao ano de 2010, segundo os mesmos parâmetros, revelam que o número de nacionais estrangeiros residentes em Portugal mais que duplicou em dez anos, passando para 443.055 pessoas (4,2% da população total). Os imigrantes brasileiros foram fundamentais para este crescimento, tendo esta comunidade estrangeira crescido mais de cinco vezes em um decênio, aumentando para 119.195 pessoas, isto é, 27% do total de estrangeiros.

Os dados mais recentes revelam uma contração da presença estrangeira em Portugal. Em 2014 a população estrangeira com estatuto legal de residente foi estimada em 390.114 pessoas, das quais 85.288 eram brasileiras, que representavam 22% daqueles desprovidos de nacionalidade portuguesa. Tais dados expõem a dinâmica correspondente aos últimos quinze anos do estoque das populações imigrantes aqui estudadas.

Em suma, no Brasil observa-se um decréscimo da população portuguesa, o que decorre provavelmente da mortalidade típica de um grupo estrangeiro cuja estrutura etária é envelhecida (como será discutido adiante) e cuja imigração recentemente aquecida ainda não foi capaz de compensar. Em Portugal, observa-

se um incremento impressionante da população brasileira no período de 2000 a 2010, que, nos últimos cinco anos tem sofrido decréscimo. Esta redução decorre tanto do retorno como da aquisição recente da nacionalidade portuguesa, o que faz o percentual das pessoas naturais do Brasil ser desconsiderado nas fontes dos dados.

Onde residem os imigrantes portugueses no Brasil?

Ao longo da história do pensamento geográfico o caráter nomotético ou idiográfico desta disciplina científica sempre foi objeto de debate. Esta reflexão está presente explícita ou implicitamente em todas as disciplinas da Geografia, inclusive na Geografia da População.

Neste campo do conhecimento, apesar das diferenças de procedimentos, metodologias e intenções de busca por formulações gerais ou ênfase nas preocupações regionais, há tradição nos estudos de distribuição populacional. Sem dúvida, muitos geógrafos orientaram-se pela ideia sintetizada no título do famoso artigo de David J. M. Hooson (1960) a distribuição da população foi tomada como expressão geográfica essencial¹¹⁰. Tais contribuições clássicas, à luz das dinâmicas contemporâneas, subsidiaram a análise das distribuições dos imigrantes em Portugal e no Brasil.

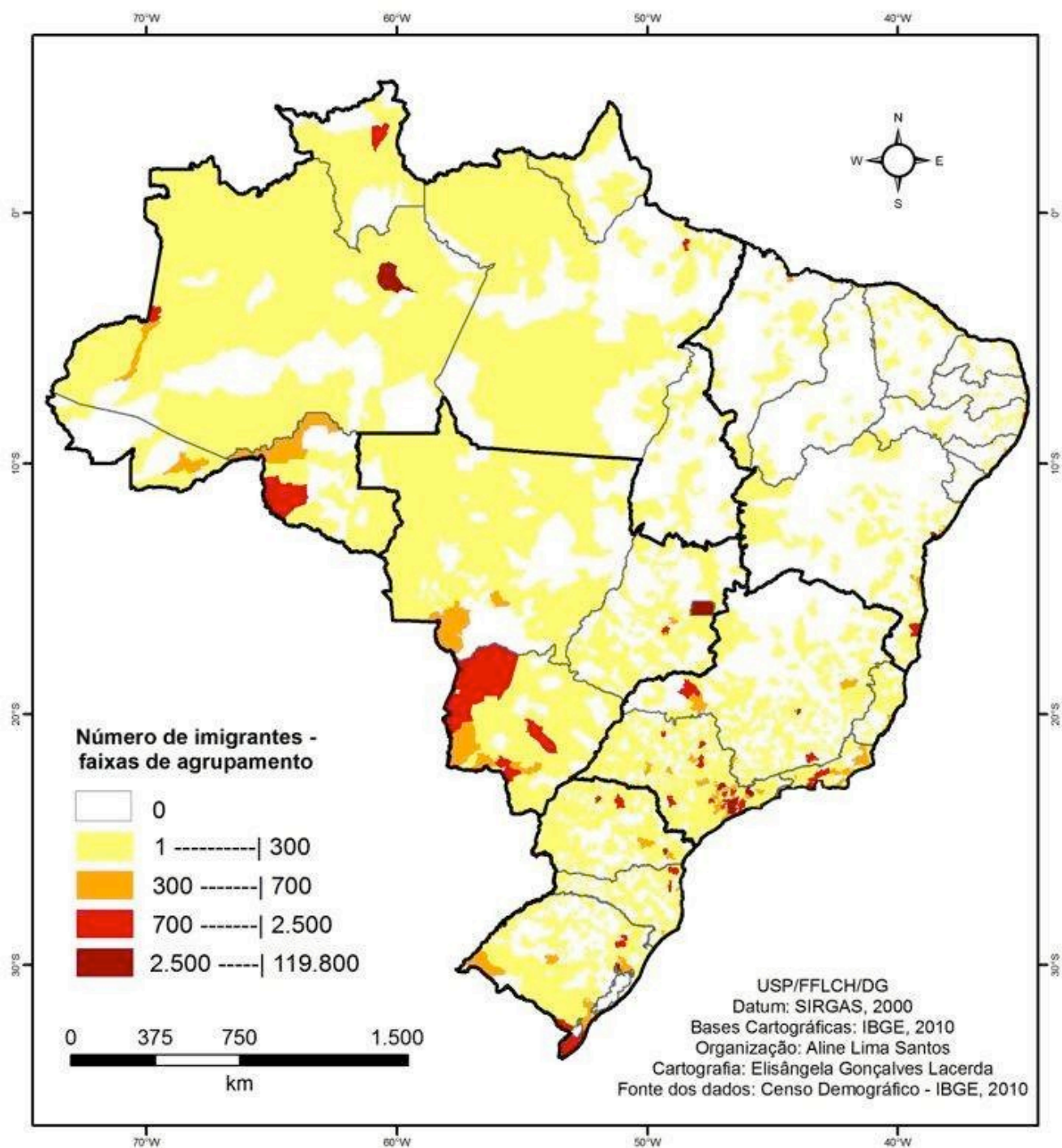
No Brasil, os estrangeiros concentram-se sobretudo na região sudeste, onde residem 66% desta parcela da população residente (ver mapa 4). Três estados reúnem quase 70% do total de estrangeiros, são eles: São Paulo (44,68%), Rio de Janeiro (16,20%) e Paraná (8,43%).

Regionalmente, o estado do Amazonas, no Norte; a Bahia, no Nordeste; São Paulo, no Sudeste; o Paraná, no Sul; e o Mato Grosso do Sul, no Centro Oeste, têm a maior quantidade de estrangeiros. Considerando a escala municipal, os maiores contingentes de imigrantes estão nos municípios localizados nas fronteiras com o Paraguai, com a Bolívia e com o Uruguai e no entorno da Região Metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

¹¹⁰ Refere-se ao artigo intitulado “*The distribution of population as the essential geographical expression*”, publicado em 1960 na revista *The Canadian Geographer*.

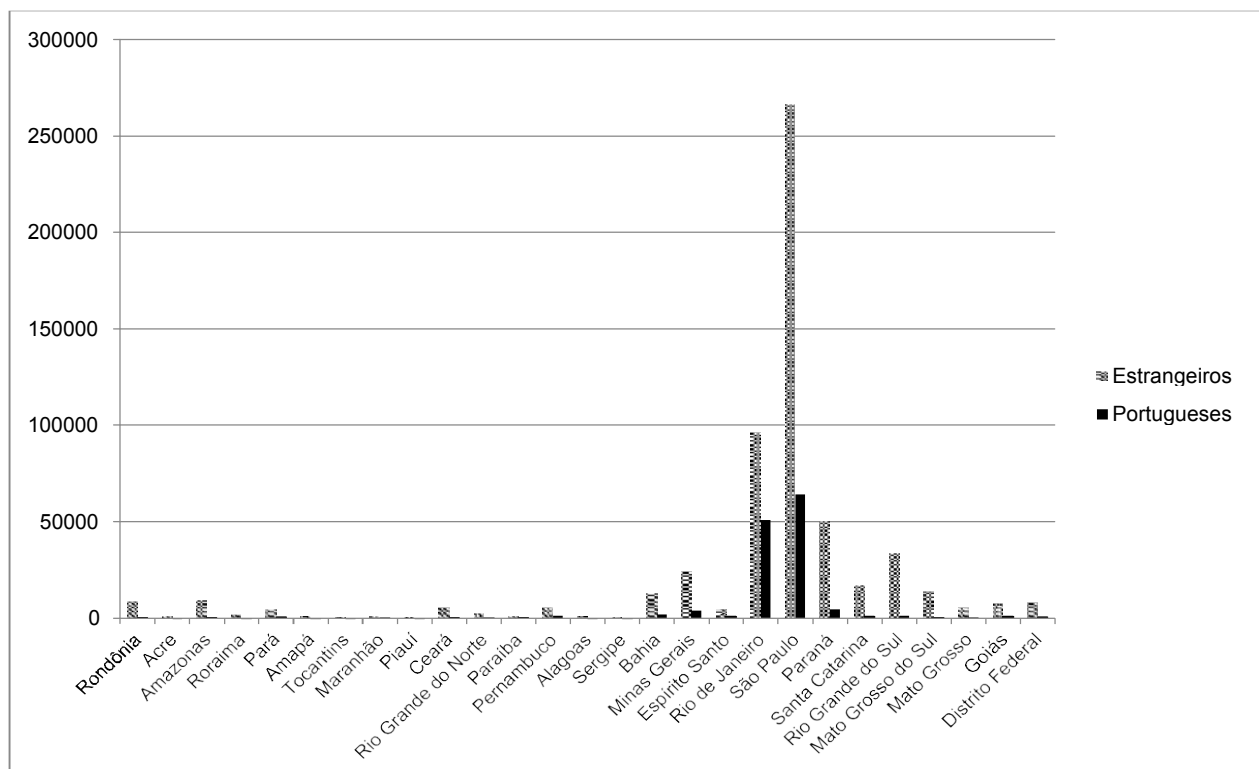
Mapa 4

População de Imigrantes no Brasil, por Município - 2010



Uma comparação da distribuição do total de imigrantes com a de portugueses no território brasileiro é útil para situar algumas especificidades deste último grupo. Para isso, optou-se pela verificação das semelhanças e diferenças na escala estadual (ver Gráfico 11).

Gráfico 11: Brasil - total de imigrantes estrangeiros e portugueses, segundo estado de residência, 2010



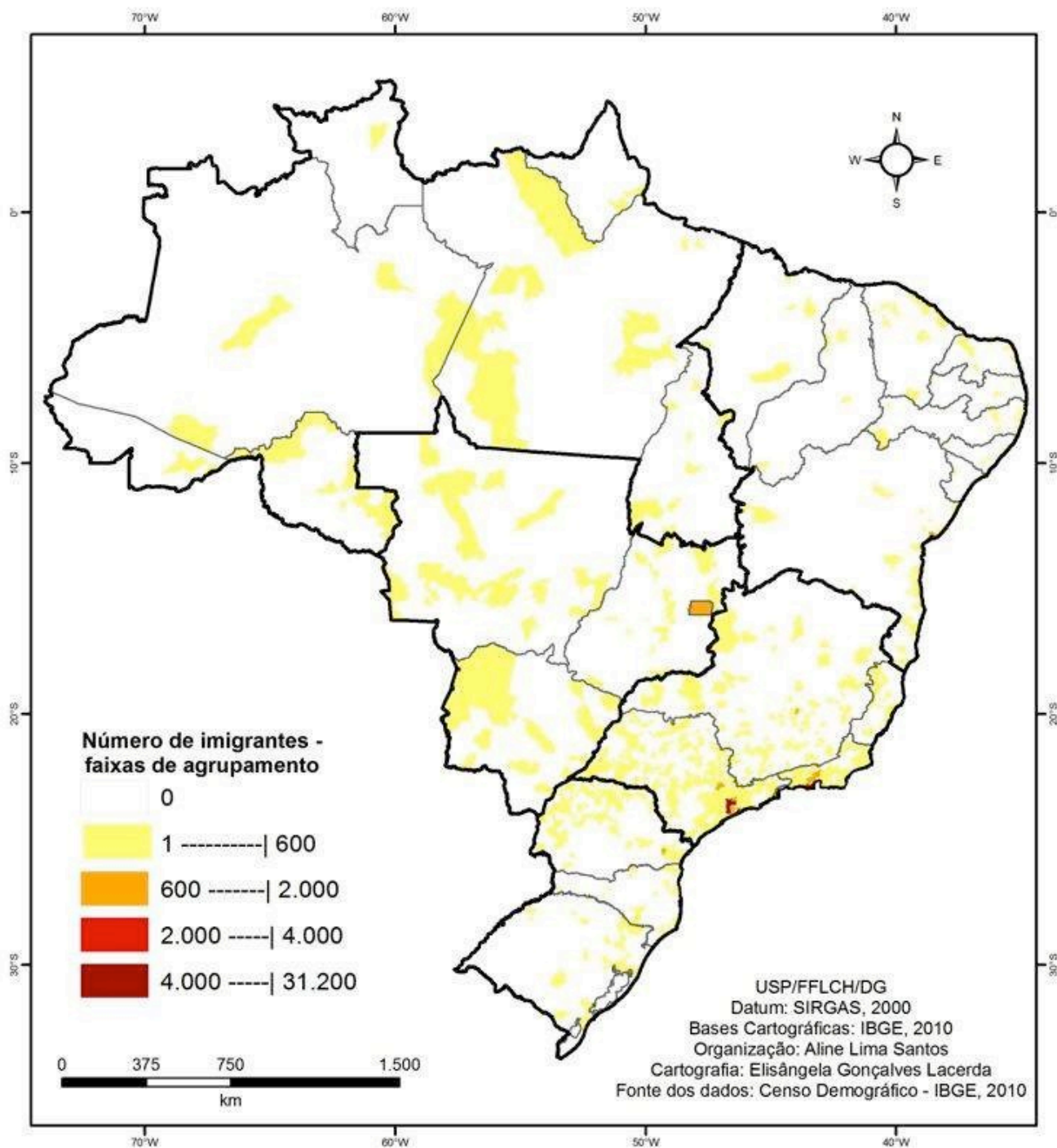
Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Dados da Amostra
Organização: Aline Lima Santos.

Os imigrantes portugueses residentes no Brasil também concentram-se no sudeste (ver Gráfico 11). Os estados de São Paulo (46,47%), Rio de Janeiro (36,79%), Paraná (3,34%) e Minas Gerais (2,72%) aglutinam quase 90% de portugueses residentes. Em termos regionais, Pará, Bahia, São Paulo, Paraná e Goiás têm a população portuguesa mais expressiva no norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste, respectivamente.

Deste modo, se estrangeiros em geral e portugueses em particular concentravam-se notadamente no sudeste do país, o último grupo teve menor representatividade nas áreas de fronteira (ver mapa 5).

Mapa 5

Imigrantes Portugueses no Brasil, por Município - 2010



Os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Santos destacam-se pelo número destes imigrantes (ver tabela 6). Os dez principais municípios receptores da imigração portuguesa no Brasil reúnem mais de 50% deste contingente populacional. Exceto Santos (SP), todos eles pertencem à Região Metropolitana do Rio de Janeiro ou de São Paulo.

Tabela 6: Brasil - imigrantes portugueses, segundo os dez principais municípios receptores, 2010

Município	Imigrantes Portugueses (Número Absoluto)	% de imigrantes portugueses	% acumulada
Rio de Janeiro - RJ	31.167	22,5	22,55
São Paulo - SP	30.071	21,7	44,2
Santos - SP	4.026	3	47,2
Niterói - RJ	2.111	1,5	48,7
Guarulhos - SP	1.773	1,3	50
Santo André - SP	1.529	1,1	51,1
Duque de Caxias - RJ	1.063	0,76	51,86
São Bernardo do Campo - SP	1.058	0,76	52,62
Nova Iguaçu - RJ	1.045	0,75	53,37
Osasco - SP	871	0,63	54
Subtotal	74.714	54	-
Outros	63.482	46	100
Total	138.196	100	100

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

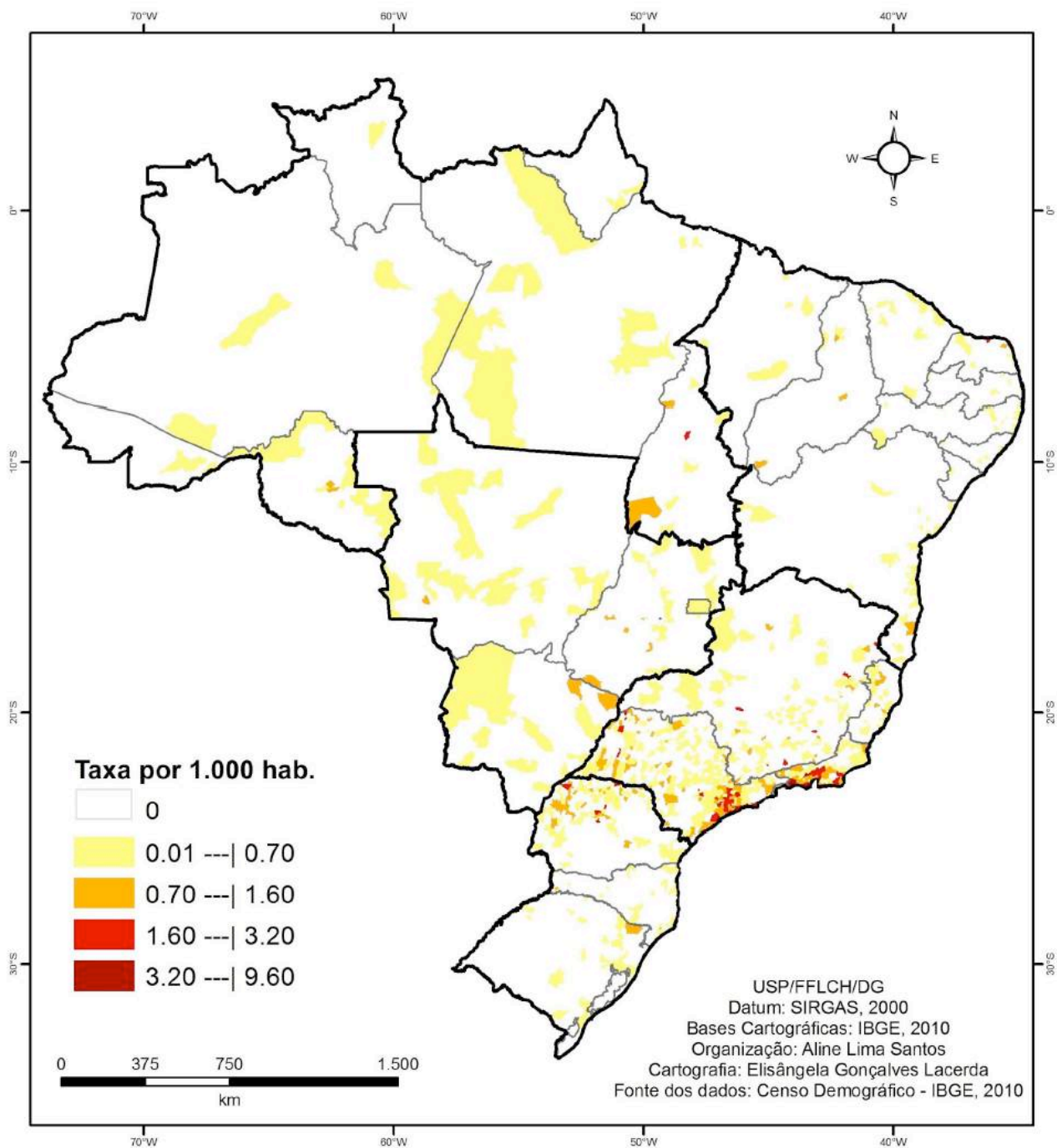
Organização: Aline Lima Santos.

Mais do que verificar o número absoluto de portugueses nos municípios brasileiros, importa observar a participação relativa desta população no total residente no município. Disso dependerão os impactos desta imigração (Ver Mapa 6). Deste modo, formulou-se para a escala municipal a proporção de imigrantes portugueses cuja fórmula é:

$$\text{Proporção de imigrante portugueses no Brasil} = \frac{\text{número absoluto de imigrantes portugueses}}{\text{população residente municipal total}} \times 1.000$$

Mapa 6

Proporção de Imigrantes Portugueses no Brasil, por Município - 2010



Os resultados confirmam a importância dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo para a imigração deste grupo estrangeiro. Porém, especialmente em São Paulo, a Região Metropolitana perde relevância, em contrapartida, o oposto ocorre com municípios próximos ao litoral. Dentre os dez municípios onde a população portuguesa possui maior expressividade em relação a população total, apenas dois não estão em São Paulo ou no Rio de Janeiro (ver tabela 7).

Tabela 7: Brasil - proporção de imigrantes portugueses, segundo os dez principais municípios receptores, 2010.

Município	Imigrantes Portugueses (Número Relativo, por ‰)
Santos - SP	9,6
Rio de Janeiro - RJ	4,9
Iguaba Grande - RJ	4,85
Rio Claro - RJ	4,76
São Caetano do Sul - SP	4,51
Niterói - RJ	4,32
São Lourenço - MG	4,12
Miguel Pereira - RJ	3,81
Mongaguá - SP	3,73
Damolândia - GO	3,27

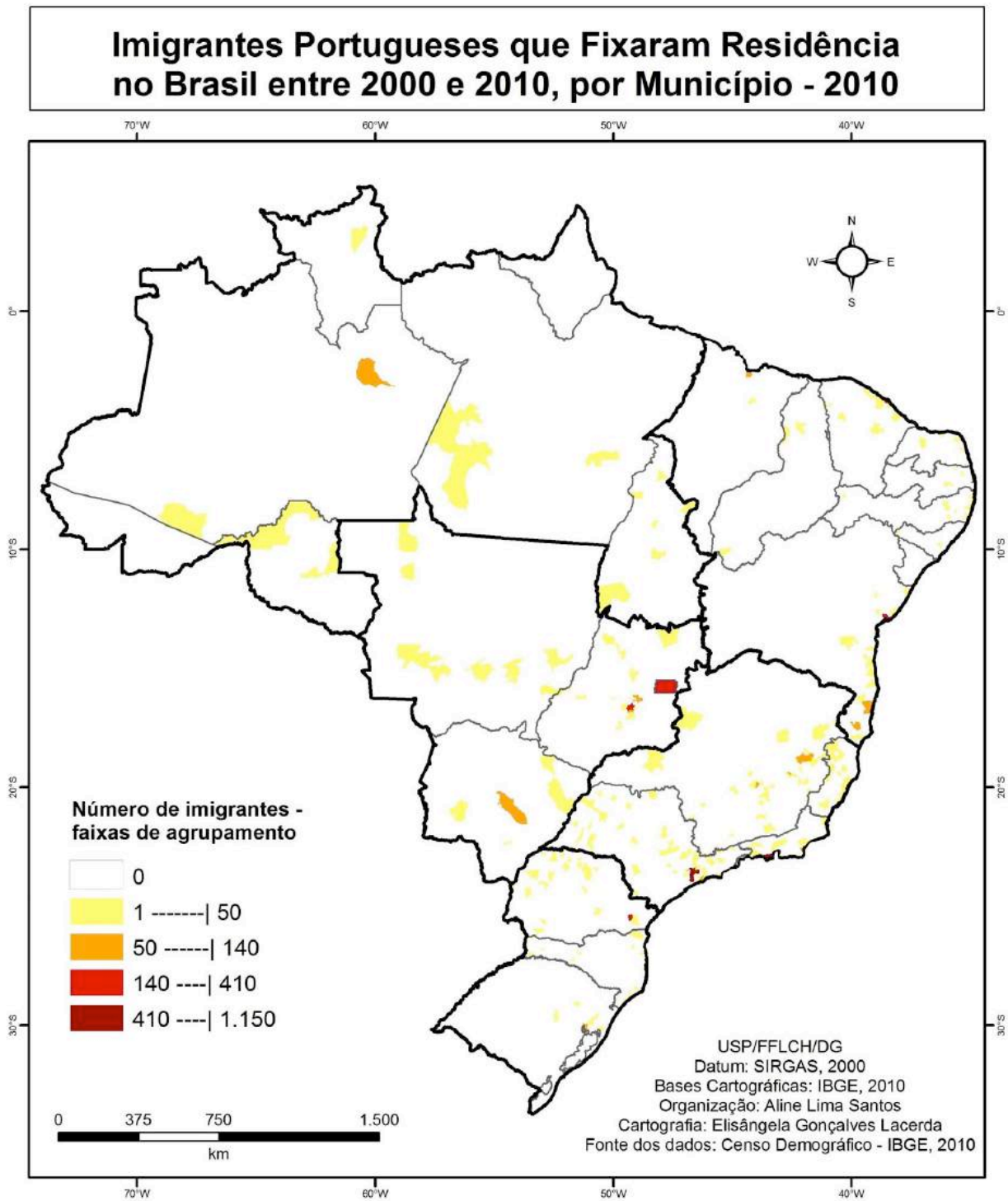
Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Convém comparar o estoque total com o estoque daqueles que chegaram no período de 2000 a 2010, com o intuito de realçar as particularidades dos fluxos migratórios mais recentes. Os dados disponíveis oferecem informações sobre a data de fixação de residência dos estrangeiros no Brasil. Assinala-se que mais de 92% dos portugueses estabeleceram-se no país antes de 2000. Os que se fixaram na década de 2000 correspondem a pouco mais de 7%, totalizando um conjunto de 9.846 pessoas.

A distribuição deste contingente específico revela que houve uma dinâmica de dispersão da distribuição de portugueses no Brasil (ver Mapa 7). Em alguns estados, os imigrantes recentes eram a maioria deste contingente estrangeiro. Como exemplo pode-se citar que do total de imigrantes portugueses nos estados de Rondônia, Roraima, Paraíba, Piauí e Tocantins, 62,5%, 77,5%, 60,8%, 69,8%, 59%, respectivamente, estabeleceram-se no período de 2000-2010. Infere-se daí a existência de novas áreas da imigração portuguesa no território brasileiro.

Mapa 7



Reitera-se a primazia dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro (aproximadamente 16%). Mas os imigrantes portugueses vindos a partir de 2000 instalaram-se também em capitais nordestinas, das quais as mais importantes são João Pessoa, Fortaleza e Salvador, que agrupadas, reúnem mais de 6% desse estrangeiros (ver Tabela 8).

Tabela 8: Brasil - portugueses que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo os dez principais municípios receptores, 2010.

Município	Imigrantes Portugueses (Número Absoluto)	% de imigrantes
São Paulo - SP	1.149	11,8
Rio de Janeiro - RJ	414	4,3
Goiânia - GO	241	2,6
João Pessoa - PB	225	2,4
Brasília - DF	216	2,3
Fortaleza - CE	186	1,9
Salvador - BA	174	1,9
Curitiba - PR	148	1,7
Manaus - AM	133	1,5
Governador Valadares - MG	131	1,5
Subtotal	3.017	30,5
Outros	6.829	69,5
Total	9.846	100

Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Onde residem os imigrantes brasileiros em Portugal?

A maior parte da população residente natural de Portugal, localiza-se no Grande Porto, sendo que se destacam os concelhos¹¹¹ de Vila Nova de Gaia (3,1% do grupo considerado), Porto (2,41%), Matosinhos (1,81%) e Gondomar (1,7%). Ainda no norte do país, avultam-se dois concelhos do Distrito de Braga, nomeadamente, Braga (1,82%) e Guimarães (1,65%).

Na Grande Lisboa, por sua vez, quatro concelhos agrupam 12,4% dos nascidos em Portugal. São eles: Lisboa (5,23%), Sintra (3,4%), Loures (1,88%) e Cascais (1,85%).

A presença estrangeira é igualmente notável majoritariamente na Região Metropolitana de Lisboa. Dez concelhos desta área concentram mais de

¹¹¹ Municípios.

40% da população imigrante em Portugal (ver tabela 9). A cidade de Lisboa reuniu quase 8% da população nascida em países estrangeiros.

Tabela 9: Portugal - população estrangeira, segundo os dez principais concelhos receptores, 2010

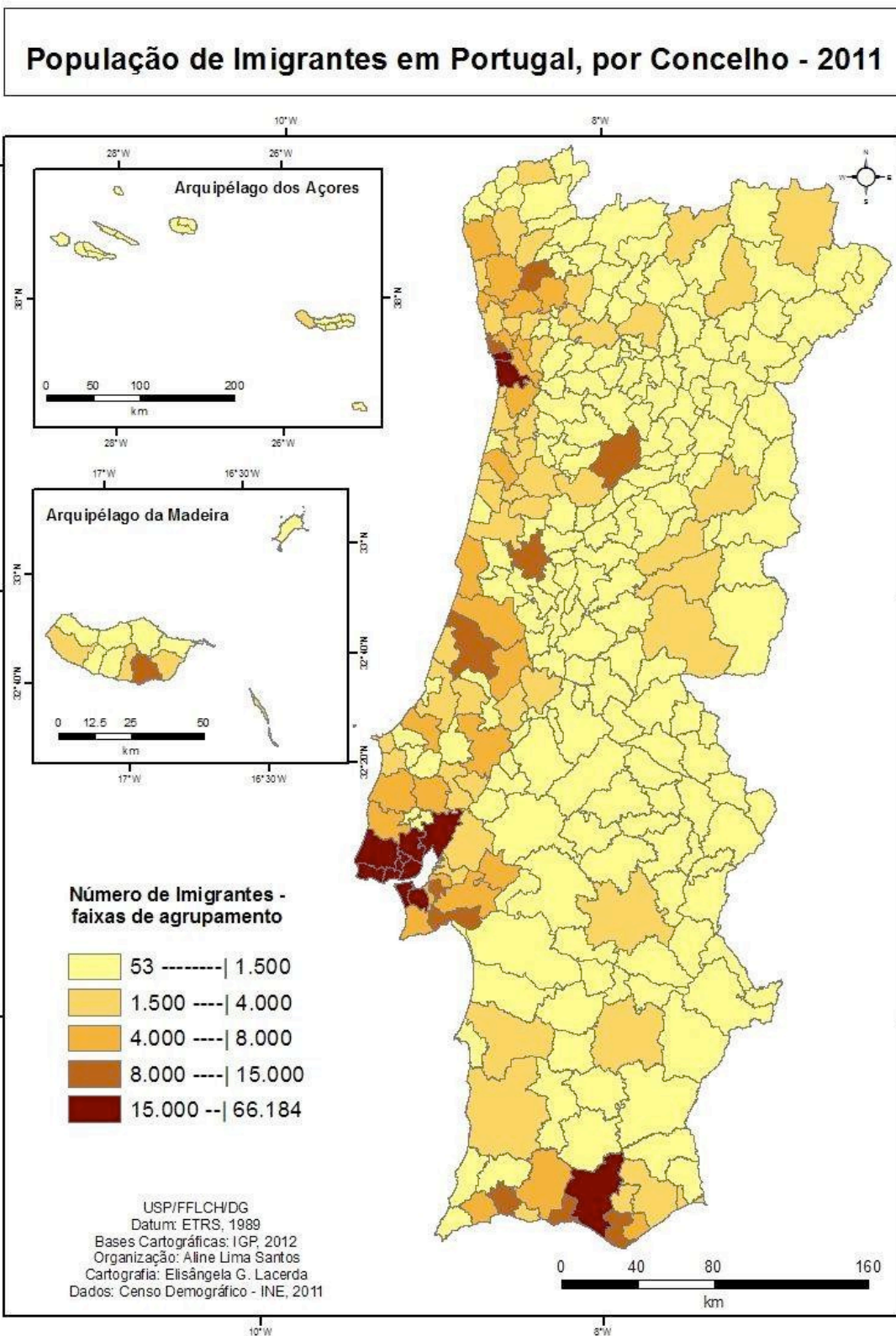
Concelho	Número de imigrantes	% de imigrantes
Lisboa	66.184	7,8
Sintra	64.816	7,7
Cascais	35.872	4,2
Loures	31.366	3,7
Amadora	31.338	3,7
Oeiras	25.114	2,9
Seixal	23.833	2,8
Odivelas	22.526	2,7
Almada	22.405	2,6
Vila Franca de Xira	15.564	1,8
subtotal	339.018	40,1
demais	505.365	59,8
total	844.383	100

Fonte: INE, Censos 2011, 2012.

Organização: Aline Lima Santos.

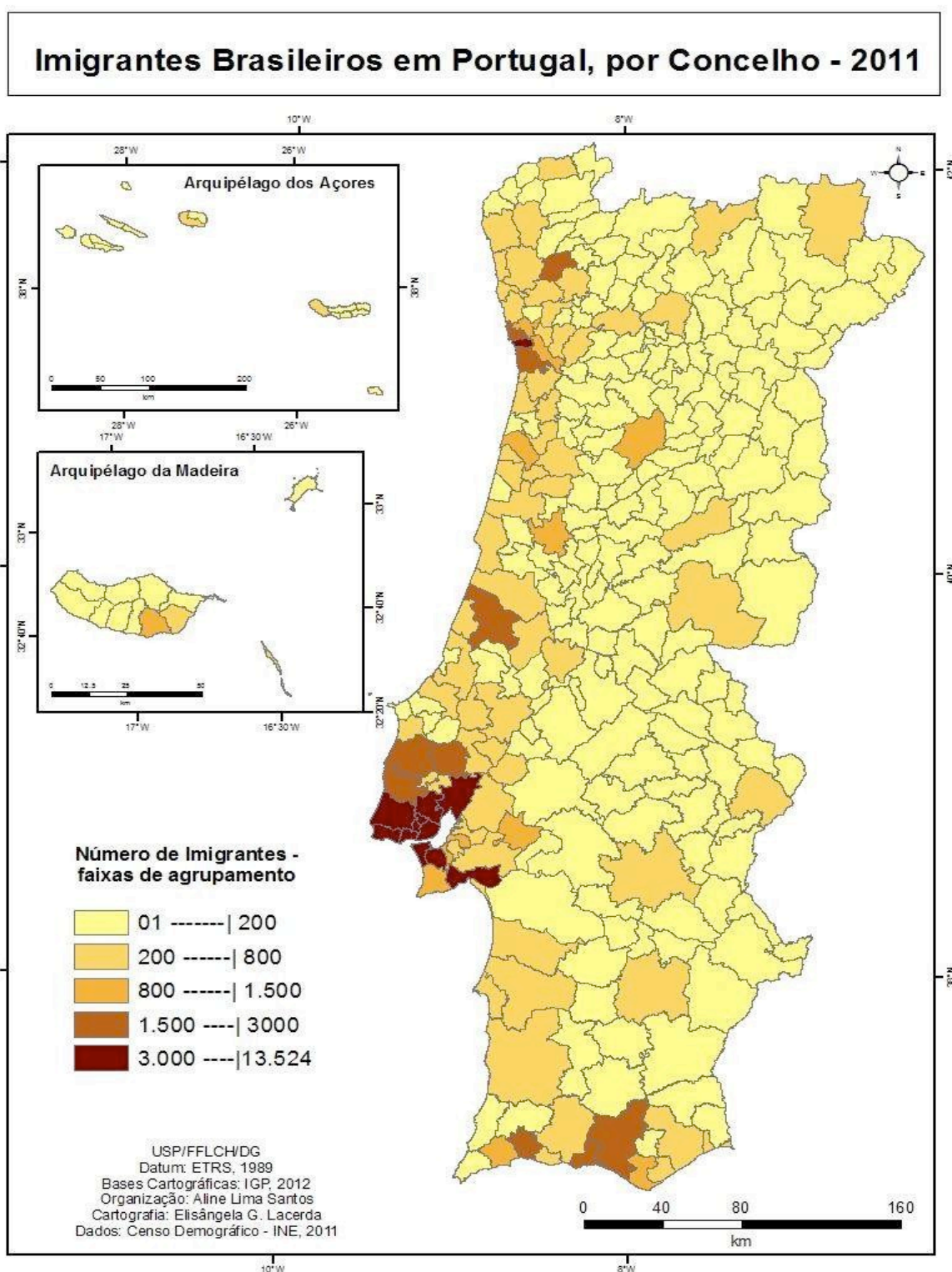
Comparativamente, portanto, apesar de ambos os grupos estarem concentrados espacialmente, dentre os estrangeiros o destaque para a Grande Lisboa é mais intenso. Isso ocorre apesar de também sobressair em sua presença na faixa litorânea, principalmente no Porto, na região norte do país, e na região do Algarve, extremo sul do território português (ver Mapa 8).

Mapa 8



Colabora para esta distribuição de estrangeiros a presença da população brasileira residente em Portugal. Mais uma vez, a maior parte deste grupo populacional aglutina-se na Região Metropolitana de Lisboa (ver mapa 9).

Mapa 9



Em cinco municípios concentram-se mais de 30% de pessoas provenientes do Brasil, enquanto se tomados em conta os dez principais, a proporção da população sobe para mais de 45% (ver Tabela 10).

Tabela 10: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo os dez principais concelhos receptores – 2011

Concelho	Imigrantes brasileiros (Número Absoluto)	% em relação aos imigrantes brasileiros
Lisboa	13.524	9,82
Sintra	9.907	7,22
Cascais	8.565	6,24
Almada	5.233	3,81
Amadora	4.841	3,53
Oeiras	4.636	3,38
Loures	4.503	3,28
Odivelas	4.492	3,27
Seixal	3.675	2,68
Setúbal	3.513	2,56
subtotal	62.889	45,79
total	137.100	100

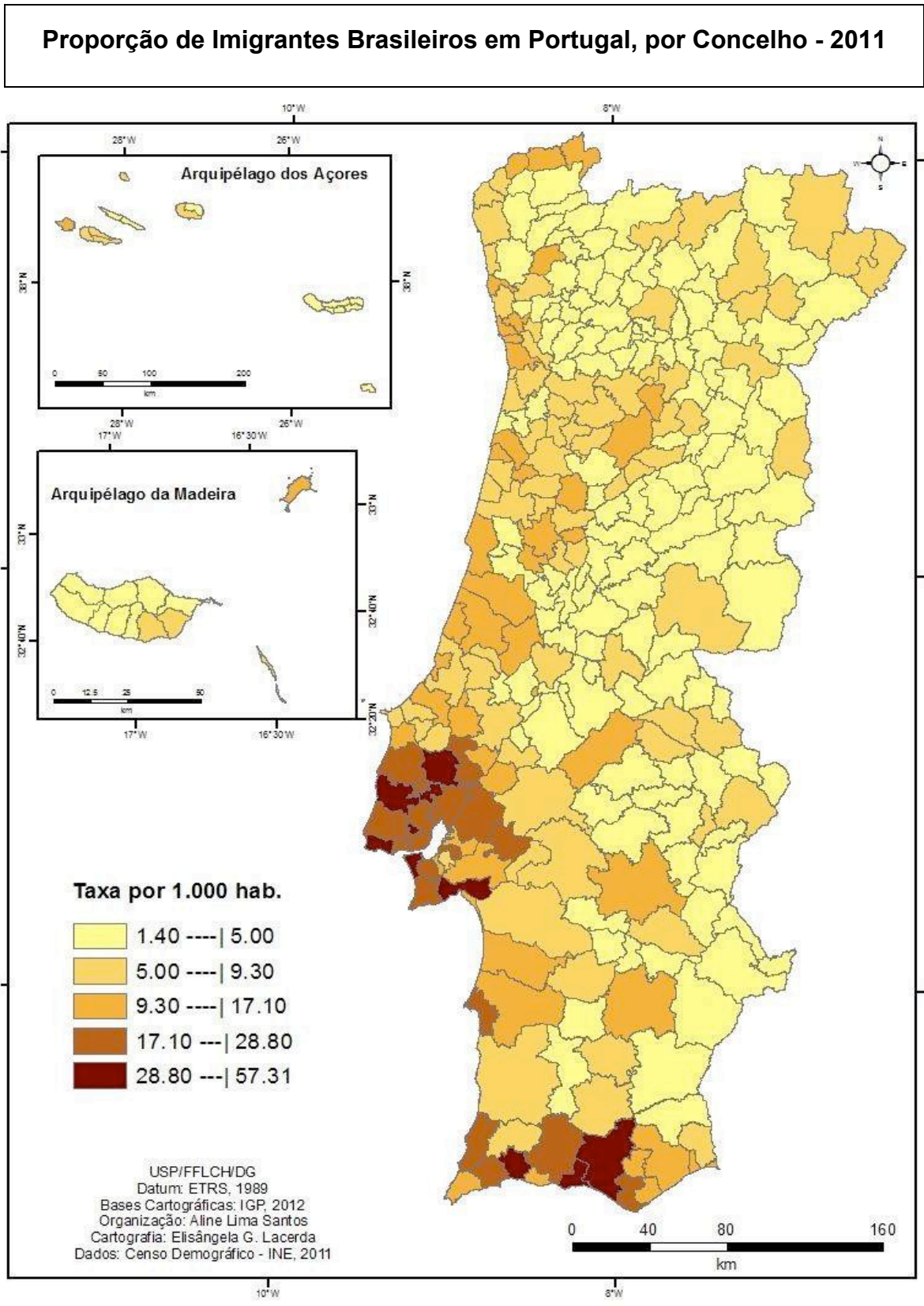
Fonte: Censo Demográfico - INE, 2011.

Organização: Aline Lima Santos.

Alguns municípios com maior número absoluto de imigrantes brasileiros também se sobressaem quando examinada a proporção desses estrangeiros para cada mil habitantes. É o caso de Cascais (41,5%), Odivelas (31%), Almada (30%) e Setúbal (29%). Ainda na região de Lisboa e Vale do Tejo também se verifica a elevada dimensão do contingente de pessoas naturais do Brasil, com destaque para os concelhos de Alenquer (36%), Mafra (33%), Arruda dos Vinhos (32%).

O município português com a maior proporção de brasileiros, porém, é Albufeira (57%), localizado no litoral Sul, especificamente no distrito de Faro. Aí também se nota o grande peso da população proveniente do Brasil em Loulé (30,6%) e Portimão (30%).

Mapa 10



A bibliografia disponível sobre a imigração brasileira em Portugal indica que em meados dos anos 2000 este era o grupo estrangeiro mais disperso territorialmente e que mais se aproximava da distribuição da população portuguesa. Isto refletia o caráter de refluxo migratório que a imigração brasileira possuía nos anos 1980 e 1990. Em termos territoriais, isso significou um percentual significativo desses imigrantes no norte do país. No fim do decênio dos 1990 e início dos anos 2000, a nova onda migratória de brasileiros para Portugal foi se instalando também nas cidades médias e pequenas e, simultaneamente, aglomerava-se cada vez mais nas proximidades da capital do país (FONSECA, 2007; LAGES, 2006; MALHEIROS, 2007; SANTOS A. L., 2010).

As dinâmicas dos movimentos mais recentes foram, em certa medida, apreendidas no Censo Demográfico português de 2011 a partir da pergunta do questionário individual: “em 31 de dezembro de 2005 onde é que residia?”. As opções de resposta incluíam: “noutro país”. Quando era o caso, deveria ser indicado o país de residência. O cruzamentos dessas respostas com as informações sobre a naturalidade da pessoa inquirida permitiu contabilizar os brasileiros imigrados no quinquênio 2006 a 2011.

O contingente populacional registrado era de 41.161 pessoas. A maioria passou a residir na Área Metropolitana de Lisboa. Predominou a afluência para a capital e para mais seis dos nove concelhos que formam a Grande Lisboa, onde 43,5% do grupo referido se concentrou (ver tabela 11).

Tabela 11: Portugal - imigrantes brasileiros que fixaram residência entre 2005 e 2011, segundo os dez principais municípios receptores, 2011

Concelho	Imigrantes brasileiros (Número absoluto)	% de imigrantes brasileiros
Lisboa	4.687	11,4
Sintra	2.956	7,2
Cascais	2.412	5,9
Amadora	1.668	4,1
Odivelas	1.541	3,7
Almada	1.482	3,6
Loures	1.455	3,5
Oeiras	1.444	3,5
Seixal	1.049	2,5
Porto	971	2,3
Subtotal	19.665	47,7
Total	41.164	11,4

Fonte: Censo Demográfico - INE, 2011.

Organização: Aline Lima Santos.

A despeito das áreas de concentração de brasileiros em Portugal, o último recenseamento assinalou a presença destes imigrantes em todos os concelhos. Porém, ninguém pertencente ao grupo de brasileiros que se fixou entre 2006 e 2011 se estabeleceu nos municípios de Ribeira de Pena, Freixo de Espada à Cinta, Alijó, Mesão Frio, Sabrosa, Vinhais, Góis, Penalva do Castelo, Marvão, Barrancos, Alcoutim, São Vicente. Estes concelhos têm em comum sua localização em distritos do interior de Portugal e a sua reduzida população.

Pelo exposto, na distribuição territorial de brasileiros em Portugal em períodos mais recentes parece estar se intensificando a concentração no entorno da capital e do Porto, em detrimento da dispersão para cidades pequenas. Para isso, têm contribuído os vínculos – rede – entre os novos imigrantes e os imigrados há mais tempo em Portugal. A influência da localização das universidades e politécnicas públicas e privadas na distribuição de brasileiros que têm procurado Portugal como destino para fins educacionais pode se fazer sentir mais intensamente em um futuro próximo caso esta população de estudantes venha a optar por se estabelecer no país permanentemente, apesar das adversidades econômicas (FONSECA, ESTEVES, & IORIO, 2015).

A distribuição territorial dos imigrantes como resultado da inércia e das novas dinâmicas

Expostas estas descrições, frisa-se que a distribuição da população imigrante nos destinos revela semelhanças e diferenças entre si. São claros em ambas as circunstâncias os condicionantes da formação histórica do território sob a égide do desenvolvimento capitalista. Em menor grau, mas também importantes, notam-se as influências de caráter natural nas assimetrias demográficas regionais.

No último caso vale referir, por exemplo, a reduzida presença da população total e imigrante brasileira nas regiões serranas portuguesas, localizadas a partir do norte do Rio Tejo, região nordeste do país. No Brasil, na porção norte do país, a presença da Floresta Amazônica é igualmente um elemento do esparsamento da população total e imigrante portuguesa aí observada.

De fato, a base natural que compõe o espaço geográfico foi durante longo período da história um determinante importante da distribuição da presença

humana no planeta e nos territórios, impactando também a distribuição das atividades humanas. Assim, as características naturais desiguais do espaço geográfico foram vistas como vantagens ou desvantagens que resultavam em uma divisão territorial do trabalho específica.

Por esse motivo, para a Geografia tradicional foi tão relevante identificar as interconexões entre localização geográfica das atividades humanas e as diferenciações da natureza. Esta identificação produziu, por exemplo, uma Geografia Política baseada na Geografia Comercial, no século XIX, por exemplo, concepção sucumbida a partir da decadência da hegemonia britânica, conforme demonstrou o geógrafo Neil Smith (1988).

Seguindo esta visão clássica, a geografia da população tradicional, também apontou estes condicionantes, por exemplo indicando a importância dos entrepostos de comércio ou a presença de portos, para explicar a distribuição populacional. Mas, em seguida, a realidade impôs que se ressaltassem as limitações destes fatores, afinal, se no passado o meio natural era mais contundente, há tempos sua artificialização, resultado do desenvolvimento das técnicas, vem gradativamente amortizando sua contribuição (SANTOS M., A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, 2002). Além disso, em paralelo aos fatores técnicos, convém assinalar:

“a concentração e a centralização do capital no ambiente construído dá-se de acordo com a lógica social inerente ao processo de acumulação de capital, e isto, (...) leva a um nivelamento das diferenças naturais, pelo menos até onde elas determinam a localização da atividade econômica” (SMITH N. , 1988, p. 158).

Deste modo, a sujeição da natureza e a intensificação da divisão do trabalho ocorridos de modo específico no processo de formação e modernização de cada sociedade foram alterando a distribuição populacional. Fatores econômicos, culturais e políticos passaram a ser mais decisivos na repartição territorial dos habitantes, embora sem excluir totalmente a influência da natureza. Na prática, todos estes elementos atuam em conjunto e indissociadamente um em relação ao outro.

Mas a alteração da distribuição populacional, tendo em vista o papel ativo do espaço geográfico, tem uma tendência à inércia (CLARKE, 1972; SANTOS M.,

2002). Por diversos fatores, relacionados tanto aos objetos materiais como às ações constituintes dos territórios, o padrão da repartição tende a se reproduzir. Milton Santos (2004, p. 31) colabora na compreensão deste fato ao afirmar que “o homem libertou-se de sua dependência dos elementos naturais, mas passou a depender de suas próprias criações, das matérias que fabricou e das forças que pôs em movimento”.

Assim, se a formação social e territorial de Portugal se deu orientada para o mar, este padrão também se nota ainda hoje no país, influenciando a repartição dos imigrantes. O mesmo se nota no caso brasileiro, cujo litoral foi e ainda é área demograficamente espessa. Pode-se, inclusive, considerar que a imigração portuguesa no Brasil, guardadas as devidas proporções, espelha a distribuição da população portuguesa total, já que municípios litorâneos, Santos, dentre outros, por exemplo, destacam-se com sua presença.

A tendência à inércia, todavia, não resulta numa distribuição inerte. Recorda-se a afirmação com eficácia de axioma de Jacqueline Beaujeu Garnier (1967, p. 20): “a presença do homem em qualquer lugar é (...) essencialmente transitória e inconstante”. Este dinamismo é expresso espacialmente na distribuição demográfica.

Assim, apesar de os imigrantes portugueses fixados mais recentemente no Brasil tenderem a reiterar a histórica concentração desse grupo imigrante no Rio de Janeiro e em São Paulo, há, paralelamente, um tímido, mas presente, processo de dispersão da distribuição. As redes migratórias, articulando nacionais e imigrantes com as áreas de origem são elementos relevantes para as tendências da distribuição da migração. De fato, a comparação do mapa dos imigrantes portugueses no Brasil, com o mapa da emigração brasileira e da imigração brasileira em Portugal sugere fortemente os vínculos existentes entre o processo de imigração e de emigração (CAMPOS, 2014; SILVA, 2015).

Do mesmo modo, a evolução da distribuição de brasileiros em Portugal parece indicar uma redução ou mesmo retrocesso do processo de dispersão, culminando no fortalecimento das principais aglomerações receptoras de imigrantes. Isso leva a ter em conta mais dois elementos: o trabalho e as redes migratórias. Sobre este último, vale a máxima de que população imigrante atrai população imigrante. Nos termos de Jacqueline Beaujeu Garnier (1967, p. 202):

Quase invariavelmente, em especial nos tempos modernos, o emigrante não vai para um isolamento completo rumo ao desconhecido. Possivelmente tem amigos, de sua própria aldeia, da região, que o precederam e lhe deram informações; ou talvez esteja imigrando num grupo que, no novo país, criará uma pequena ilha do país antigo.

A atração exercida pelo próprio grupo associa-se ao impulso dado aos movimentos populacionais pelas dinâmicas do capital. O trabalho humano é mercadoria a serviço da acumulação e expansão do capital. O processo produtivo, exigente do fator trabalho, atua como agregador destas forças no mesmo espaço, daí por que “os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas” (SANTOS M., 2004, p. 33).

Por outro lado, se na organização da produção a demanda por trabalho gera concentração humana, essa também é sinônimo de mercado consumidor de bens e serviços, elementos convenientes à localização da produção. Assim, a organização territorial da produção econômica e a distribuição da população são processos com causa e consequência recíprocos (WEBB, 1969).

A era industrial comprovou esta relação quando os fatores de localização da instalação das plantas incluíam tanto recursos naturais e humanos à produção, como condições de escoamento e consumo dos produtos. A cidade de São Paulo, no Brasil, bem como a de Porto, em Portugal conheceram este processo, por exemplo.

Na era pós-industrial, porém, estas relações apresentam novas roupagens, tornando-se mais complexas. Algumas antigas cidades industriais assumem cada vez mais a função de comando da produção realizada alhures, especializando-se em serviços. A arena de influência do “mandar” de algumas dessas áreas tornou-se tão abrangente que chega a escala global, utilizando-se, para isso, de tecnologias de comunicação que permitem atuação em rede e em tempo real (SASSEN, 1988).

A desindustrialização torna-se uma tendência, ao mesmo tempo que a terciarização se faz realidade. Para o exercício das atividades que a caracterizam, são demandados trabalhadores cada vez mais qualificados e trabalhadores cada vez menos qualificados a serviço dos primeiros. Muitas vezes, tais necessidades são supridas com trabalhadores imigrantes. Mais uma vez, a organização social e

territorial em torno da produção e do consumo se articulam como causa e consequência da distribuição espacial de nacionais e estrangeiros.

A transformação do conhecimento como variável estratégica para produção, característica do período contemporâneo, impactou as hierarquias preexistentes entre distintos países e distintas regiões no interior de cada território estatal. As hierarquias estabelecidas na esfera doméstica podem até permanecer, mas seus conteúdos vêm se alterando profundamente, como demonstram as dinâmicas recentes em São Paulo e em Lisboa.

Adiciona-se que a promoção de desenvolvimento via estímulo da ciência e da tecnologia tem sido, deste modo, a tônica na preocupação de governos. Políticas estatais vêm sendo formuladas para reforçar as qualificações da população e a internacionalização das universidades (FONSECA, ESTEVES, & IORIO, 2015). Protocolos entre universidades de distintos países têm sido assinados, como testificam os acordos entre universidades brasileiras e portuguesas. Tal fato, como já referido, tem impactado a distribuição de brasileiros em Portugal, mas também de portugueses no Brasil.

Se a presença dos imigrantes no mercado de trabalho não é homogênea, o processo de terciarização promove ainda mais a existência de setores e atividades “nichos” de estrangeiros, também esses distribuídos seletivamente no espaço. A formação desta divisão do trabalho entre nacionais e imigrantes, expressa territorialmente, leva a díspares oportunidades de inserção laboral no território. Ao mesmo tempo, as redes migratórias, alimentadoras dos fluxos, acabam contribuindo para maior divisão do trabalho social e territorial no destino.

Em suma, compreender a distribuição da população imigrante no país de destino requer observá-la na perspectiva diacrônica, acompanhando as transformações sociais, econômicas e políticas para as quais contribui. A situação atual da repartição desse contingente populacional é uma síntese em permanente elaboração. O esforço de sua avaliação aqui realizado afirma o espaço geográfico enquanto “acumulação desigual dos tempos” (SANTOS M., 2004).

O perfil contemporâneo de imigrantes brasileiros e portugueses

Esta pesquisa estabeleceu como um dos objetivos conhecer o perfil das pessoas que imigraram aos países de destino a partir de 2000. Subjacente a isso estava a predefinição do que se compreendia por imigrante brasileiro e português. Entendia-se que se trataria da pessoa que, tendo nascido no Brasil, emigrou daí para Portugal e da pessoa que, nascida em Portugal, emigrou daí para o Brasil, ambos no recorte temporal mencionado.

O desenvolvimento do estudo, porém, foi se deparando com situações distintas, que partiam das auto-identificações das pessoas entrevistadas. Assim, pessoas que para a pesquisadora eram brasileiras assumiam-se enquanto portuguesas e vice-versa. Isso ocorreu fundamentalmente porque a longa história do sistema migratório luso- brasileiro tem como efeito a produção de uma população compartilhada, identificada com os dois países embora em alguns momentos possa predominar mais as características atribuídas a um do que ao outro.

A realidade, portanto, provou-se mais complexa e desafiadora. Diante disso, optou-se por valorizar as experiências e auto-identificações pessoais dos imigrantes. Por exemplo, pessoas, nascidas no Brasil, tendo a mãe brasileira e o pai português, imigraram para Portugal na infância, aí viveram até a idade jovem-adulta, tendo, então, retornado ao Brasil e concebendo-se como portuguesas, foram aqui consideradas e vistas como tais.

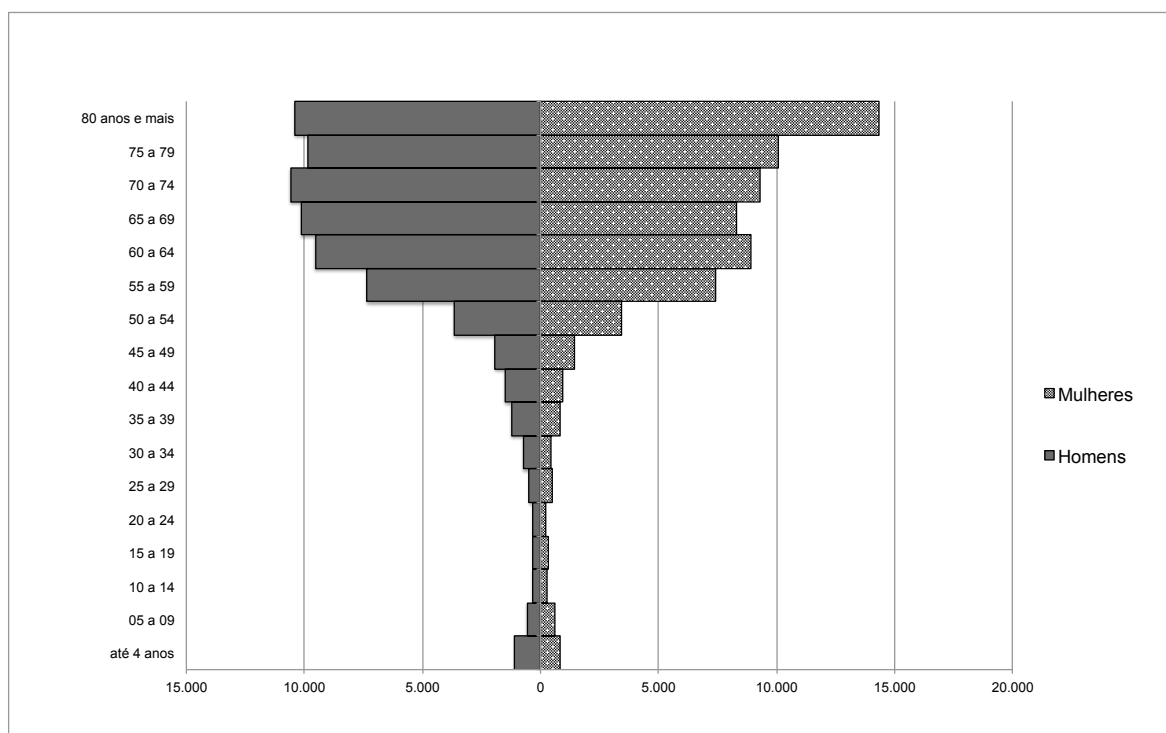
Aliás, demonstra isso, uma vez mais, as limitações dos dados oficiais, que em grande medida desconsideram as experiências e repertórios das pessoas, imprimindo-lhes a frieza dos números ao tratá-las enquanto agregados coletivos. A tentativa de identificar um perfil dos imigrantes a partir dos dados quantitativos disponíveis também possui tais entraves, o que se pretende compensar com a indicação dessas situações concretas encontradas.

A estrutura etária dos imigrantes

Inicia-se a tarefa de traçar um perfil dos imigrantes portugueses residentes no Brasil em 2010 pela observação da estrutura etária deste grupo. Chama

atenção que a idade média era de 65,84 anos, considerando um desvio padrão de 16,709. A amplitude etária desta população ia do 0 aos 104 anos, mas os 68 anos dividiam pela metade o universo analisado. Foram mais frequentes neste conjunto da população os indivíduos que afirmaram ter 74 anos. Infere-se destes dados o predomínio dos idosos neste grupo de imigrantes, fato ratificado pela pirâmide etária (ver gráfico 12):

Gráfico 12: Brasil - estrutura etária da população imigrante portuguesa, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

O território brasileiro reúne diferentes momentos do sistema migratório constituído entre Brasil e Portugal. O estoque da população portuguesa no Brasil pode ser considerado uma síntese de distintas fases dos deslocamentos. O recenseamento brasileiro mostrou que o contingente de portugueses em 2010 era formado por 2,1% de pessoas que se fixaram no Brasil até 1930, 63,3% estabeleceram-se entre 1931 e 1990, 26,2% chegaram para residir no país nos anos entre 1961 e 1990, 1,6% imigraram entre 1991 e 2000 e 6,7% entre 2001 e 2010.

Evidentemente, isso se manifesta na forma da pirâmide etária desses

imigrantes (ver Gráfico 12). Dela infere-se a razão de dependência¹¹² desta população, na ordem dos 167%, causada sobretudo pelo envelhecimento. Soma-se o predomínio de pessoas do sexo masculino neste grupo estrangeiro, os quais correspondem a 50,7% do total. Na faixa etária entre os 30 e 44 anos, porém, a proporção de homens é ainda maior, ultrapassando os 61%.

Esta comunidade estrangeira, recentemente, tem sofrido redução de seu processo de envelhecimento devido às características das ondas migratórias mais recentes, caracterizadas por uma população mais jovem. Isso é possível apreender das entrevistas realizadas com imigrantes portugueses que chegaram no Brasil a partir de 2000.

Especificamente em relação às mulheres deste grupo, das onze inquiridas, a mais jovem tinha 24 anos na data da entrevista, por sua vez, a mais velha tinha 48 anos. Considerando a idade em que fixou residência no Brasil, a que chegou mais nova tinha 21 anos e a que chegou mais velha tinha 46 anos. Predominaram as mulheres entre 20 e 29 anos (6 pessoas). A entrevistada com mais tempo no Brasil chegou em 2004, já aquela que imigrou mais recentemente chegou em 2014.

Quanto aos homens portugueses entrevistados, suas idades variaram dos 25 aos 68 anos, predominando aqueles na faixa dos 25 aos 35 anos (7 pessoas). Considerando a idade em que fixou residência no Brasil, aquele que o fez mais jovem tinha 23 anos, enquanto o que imigrou mais velho tinha 63 anos. O imigrando entrevistado que tinha menos tempo de moradia no Brasil instalou-se em 2013.

No que diz respeito à estrutura etária dos brasileiros em Portugal, há predomínio de pessoas em idade adulta. A idade média observada é de 30,9 anos, abaixo daquela da população estrangeira em geral, que é de 34,2 anos. Este é o contexto do conjunto de pessoas entrevistadas que se refere a oito brasileiros e quinze brasileiras.

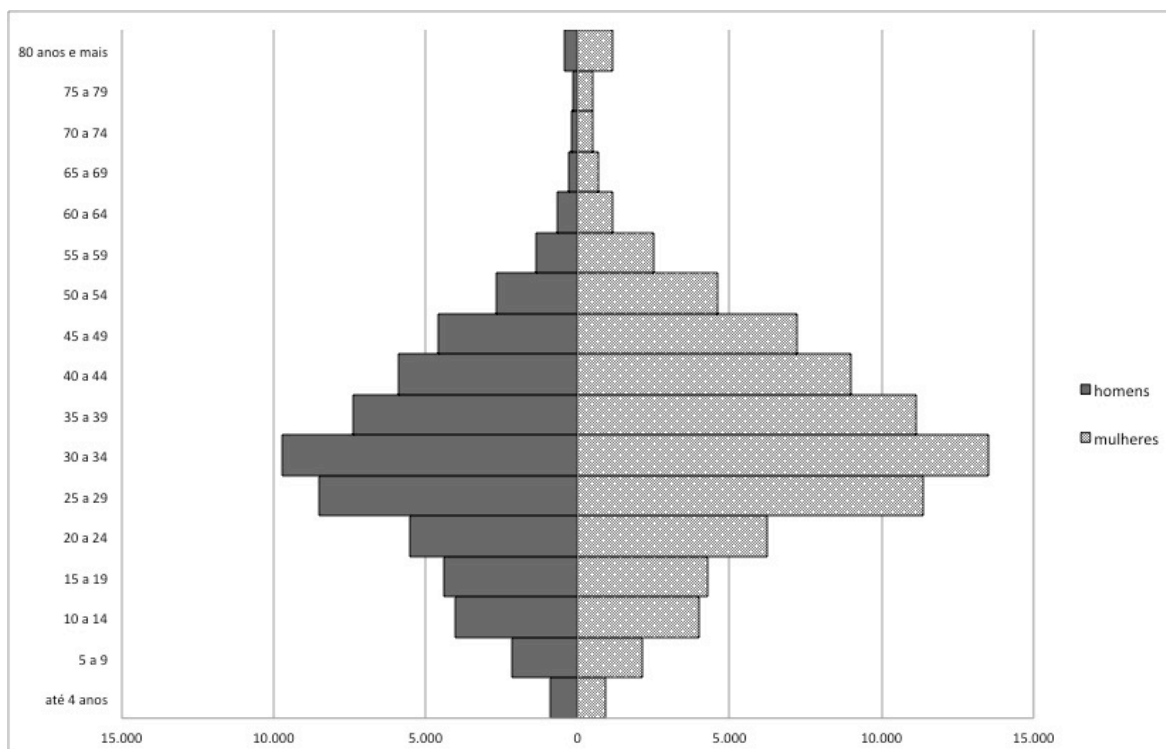
Dos homens brasileiros entrevistados, a maior parte (7) pertencem a faixa

¹¹² A razão de dependência é um indicador demográfico útil para sinalizar o processo de rejuvenescimento ou envelhecimento da população. Isso colabora na análise do grau de dependência econômica em dado momento e lugar. Para o cálculo soma-se a população que tem 14 anos ou menos e a população que tem 65 anos ou mais, divide-se este resultado pelo número de pessoas entre 15 e 64 anos e, por fim, multiplica-se por 100.

etária acima dos 29 anos. O mais jovem tinha 19 anos no momento da entrevista e o mais velho tinha 51 anos. Neste grupo, o que imigrou mais cedo a Portugal chegou no destino com 14 anos de idade, tendo ido porque sua mãe também brasileira, foi buscá-lo após deixá-lo morando um tempo com a avó. Por sua vez, o que imigrou mais velho o fez com 40 anos. O entrevistado que chegou a menos tempo em Portugal fixou residência no país em 2008.

Sobre as quinze mulheres brasileiras entrevistadas, informa-se que a mais jovem tinha 21 anos e a mais velha tinha 51 anos. A que imigrou mais nova em Portugal realizou o deslocamento aos 14 anos, já que chegou mais velha ao país o fez com 37 anos, após ter se divorciado e ter passado por situação de desemprego. A entrevistada com menor tempo de residência em Portugal imigrou em 2012. Predominaram mulheres de 40 anos ou mais (correspondente a 6 pessoas).

Gráfico 13: Portugal - estrutura etária da população imigrante brasileira, 2010.



Fonte: Censo Demográfico – INE, 2011.

Organização: Aline Lima Santos.

Interessa igualmente observar que o sexo feminino é dominante, representando 58% do estoque deste grupo estrangeiro no país (ver Gráfico 13). O perfil etário e segundo o sexo da população brasileira residente em Portugal atual expressa a feminização desta imigração na última década. Dados do SEF demonstram que a presença das mulheres provenientes do Brasil é superior a dos homens desde 2003. Se em 2002 foram registrados 12.563 homens e 12.301 mulheres; em 2003, 13.491 pessoas eram do sexo feminino enquanto 13.070 eram do sexo masculino. Depois desta ultrapassagem a diferença só aumentou. Em 2014, residiam em Portugal 19.581 mulheres brasileiras a mais do que os homens (SEF, 2000-2015).

É de assinalar a reduzida proporção de dependentes nesta parcela da população habitante em Portugal. A razão de dependência é de 15% e corresponde sobretudo à faixa etária até os 14 anos, que se referem a aproximadamente 10% da comunidade brasileira. Em contrapartida, a população potencialmente ativa representa 87% dos imigrantes brasileiros em Portugal.

Nota-se que 7,3% da população portuguesa do sexo feminino está em idade fértil, o impacto de seu comportamento reprodutivo no crescimento populacional brasileiro é, portanto bastante diminuto. O oposto se dá no caso das mulheres brasileiras imigrantes, 82,5% tem entre 10 e 49 anos de idade. O predomínio das mulheres em idade fértil dentre as brasileiras indica que há potencial para serem acrescidos os efeitos demográficos da imigração na direção de reduzir a velocidade do envelhecimento populacional português.

João Peixoto (2008) referiu-se aos impactos demográficos da imigração destacando seus efeitos diretos para o aumento da dimensão do contingente de adultos, mas também nos efeitos indiretos, relativos ao comportamento reprodutivo das mulheres estrangeiras residentes no país. Segundo dados coletados pelo autor, os filhos nascidos vivos de mães estrangeiras foram crescentes no período de 1995 a 2006. No caso particular dos filhos de mães brasileiras, em 2000 os nascimentos representaram 8% em relação ao total de filhos de mães estrangeiras, já em 2006 o percentual elevou-se para 26%.

Cláudia Pina e Graça Magalhães (2014) reiteraram a contribuição da imigração para o aumento dos saldos naturais da população portuguesa. Entretanto as autoras chamam atenção para a influência mais recente da

atenuação dos fluxos imigratórios e o aumento dos fluxos emigratórios, do contexto pós crise de 2008. Esta diminuição das entradas de estrangeiros, o retorno de imigrantes para seus países de origem e o aumento das saídas de portugueses fez-se sentir na diminuição do nascimento de filhos de mães estrangeiras, pressionando a diminuição das taxas de natalidade.

À crise econômica e financeira enfrentada atualmente por Portugal soma-se, portanto, uma crise demográfica. Essa é marcada pelo decréscimo da população jovem, aumento da queda de fecundidade, aumento da longevidade, aumento da emigração, decréscimo do saldo natural e migratório. Tudo isso contribuiu para que o país apresentasse uma taxa de crescimento efetivo de - 0,57% em 2013 (INE, 2014, p.1).

É claro que para esta situação também colaborou a comunidade brasileira residente no país, conforme revela o fenômeno da imigração de retorno no Brasil. Já se mencionou que houve crescimento destes imigrantes no Brasil no período 2005- 2010, comparativamente com o período 1995-2000. Apesar de predominarem os retornados de Portugal pertencentes à faixa etária de 25 a 39 anos e de sobressaírem as pessoas do sexo masculino, também houve retorno de mulheres em idade fértil e mulheres acompanhadas de seus filhos, provavelmente alguns dos quais nascidos em Portugal (SILVA R. V., 2015).

Considerando os brasileiros que moravam em Portugal em 2005 e estavam no Brasil em 2010 nota-se que 8,4% estavam na faixa etária de 5 a 14 anos (SILVA R. V., 2015). Dado que a migração de menores geralmente se faz acompanhada por um responsável, sobretudo um familiar, infere-se a existência do retorno de Portugal de famílias inteiras ou pelo menos uma parte da família. Embora os dados não abranjam os anos mais recentes, a tendência provavelmente se sustentou.

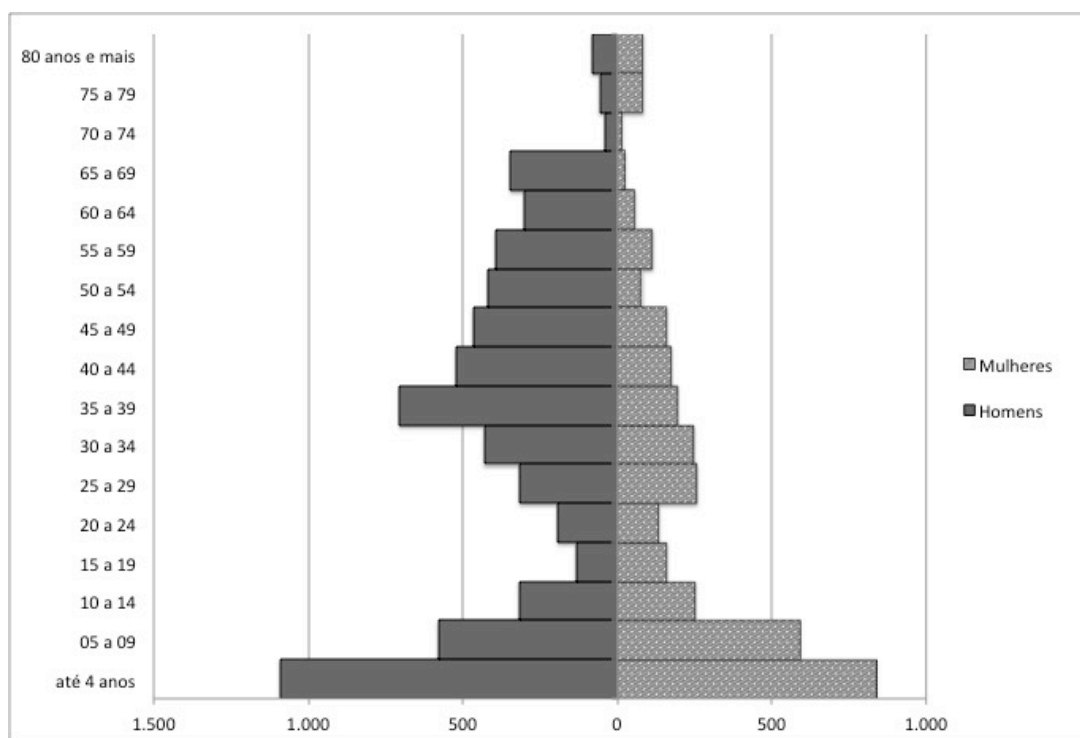
A migração de crianças nascidas em Portugal para o Brasil também se faz notar na pirâmide etária de portugueses que imigraram nos anos 2000 (ver gráfico 14). As pessoas menores de 14 anos perfazem 37% daqueles que chegaram entre 2000 e 2010. Por sua vez, a população potencialmente ativa, isto é, na faixa etária entre 15 e 64 anos, correspondem a 55,4% dos que fixaram residência na década analisada.

São mais frequentes neste conjunto da população os indivíduos com 4

anos de idade. A forma da pirâmide etária para este grupo de imigrantes corresponde a uma razão de dependência menor em relação ao que foi observado no total da imigração portuguesa (80,5%). Dentre os que chegaram entre 2000 e 2010, observa-se diminuição da participação relativa dos idosos e aumento da proporção de crianças e jovens comparativamente com o estoque total.

Os dados são insuficientes para identificar a nacionalidade do contingente populacional de até 14 anos de idade emigrado de Portugal para o Brasil. As repostas dadas nos Censos Demográficos parte da autodeclaração ou do autopreenchimento. Por isso, não necessariamente o que foi declarado corresponde à realidade jurídica da situação.

Gráfico 14: Brasil - estrutura etária da população imigrante portuguesa que fixou residência entre 2000 e 2010, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Para esclarecer esta questão, vale recordar que os Estados territoriais são, em última instância, as entidades definidoras da nacionalidade, um conteúdo chave da elaboração da identidade do indivíduo. A vontade pouco interfere na

atribuição da nacionalidade. Aliás, as situações em que são consideradas a vontade individual de se tornar um nacional são pré-estabelecidas pelos Estados (REIS, Soberania, direitos humanos e migrações internacionais, 2004). As regulamentações jurídicas expressam tal fato e a formulação das questões para obtenção de dados sobre imigração remetem a tais normas. Em Portugal, a Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril, conhecida como Lei da Nacionalidade, define em seu artigo 1º, item 1:

São portugueses de origem:

e) Os indivíduos nascidos no território português, filhos de estrangeiros que não se encontrem ao serviço do respectivo Estado, se declararem que querem ser portugueses e desde que, no momento do nascimento, um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos cinco anos (PORTUGAL, Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril. Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), 2006).

Além desta situação, o artigo 6º, item 2, da mesma lei estabelece:

O Governo concede a nacionalidade, por naturalização, aos menores, nascidos no território português, filhos de estrangeiros, desde que (...) b) O menor aqui tenha concluído o 1.º ciclo do ensino básico (PORTUGAL, Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril. Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade), 2006).

Por sua vez, no Brasil, a CFB/1988 define em seu capítulo III:

São brasileiros: I - natos:

os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007).

Ao definir quem é “brasileiro” e quem é “português” tais leis definem também quem são os “outros”, não enquadrados nestas identidades. No Brasil a lei estabelece que o nascimento no território é suficiente para ser “brasileiro”, mesmo que a origem familiar seja estrangeira. Prevalece, portanto, o princípio *ius solis*. Em Portugal, no entanto, o nascimento no território não é garantia de ser

“português”. Esta deve se somar à presença ininterrupta da mãe ou do pai estrangeiros na condição regular no país ou no término do primeiro ciclo escolar. Ao *ius solis* agrega-se, por conseguinte, outras exigências.

Ressalta-se a força do princípio *ius solis* na imaginação geográfica brasileira. Na sociedade brasileira o pertencimento ao território em que se nasceu é uma ideia fundamental na construção da identidade. O conceito de “brasileiro” leva menos em conta as origens e os laços de sangue, muito embora os mesmos sejam valorizados para construção da hierarquia social. Um exemplo pode ilustrar ambos os aspectos: as famílias “quatrocentonas” em São Paulo. O termo “quatrocentão” remete aos paulistas da elite tradicional, responsáveis pela fundação da cidade e do estado. Ao orgulho da antiga presença e do papel desempenhado na história com a qual se investe essa elite se soma o orgulho de sua origem estrangeira (associada, principalmente com os portugueses). Posteriormente, a esta aristocracia vieram se juntar os imigrantes (especialmente os italianos) que se tornaram ricos e com os primeiros se casaram. Até hoje, portanto, os brasileiros do topo da hierarquia social são aqueles que têm em seu sangue as marcas da imigração europeia.

Levando-se em conta que muitos imigrantes desconhecem as leis dos países no qual se inserem, é comum a transposição de paradigmas já conhecidos, mas que se referem tão somente ao seu país de origem, não fazendo sentido no destino. Disso resulta que o simples fato de uma criança ter nascido em Portugal é, muitas vezes, suficiente para os pais brasileiros identificarem seus filhos enquanto portugueses no momento da resposta ao recenseador no Brasil. Soma-se também, é mister realçar novamente, a valorização simbólica envolta na experiência imigratória em um país europeu, bem como o *status* social de destaque que tem os estrangeiros provenientes de países da UE no Brasil.

Este conjunto de fatores e possibilidades obriga a que se olhe os dados com ressalvas. Ao mesmo tempo evidencia que a construção da identidade tem camadas que incluem o indivíduo, a família, distintas escalas geográficas, até o Estado territorial e o sistema que este e seus pares equivalentes formam no âmbito internacional. Em suma, a construção da identidade é complexa, tem aspectos “duros”, mas também fluidos e flexíveis e as migrações são fenômenos que comprovam tal fato.

De qualquer maneira, ainda que os dados sobre portugueses no Brasil possam corresponder a crianças brasileiras, certamente também terá abrangido crianças e adolescentes acompanhados por pais portugueses. Vale ressaltar que os dados empíricos apontam a existência de migração de famílias portuguesas para o Brasil. Duas das onze portuguesas entrevistadas são mães. Uma teve filhos em Portugal e a outra teve dois filhos no Brasil. Ambas têm filhos residentes no Brasil e em outros países europeus que não Portugal. Confere-se, a seguir, a experiência de uma delas:

Nasci em Porto Alegre, Portugal, mas vivi quase minha vida toda em Lisboa até o ano de 2011, que foi quando decidi, em conjunto com minha família, por todo o enquadramento português, que faria sentido aproveitar a oportunidade que se apresentava em São Paulo, Brasil. E aí nós, eu, meu marido e nossos três filhos, que na altura tinham 14, 16 e 18 anos, resolvemos então mudar a família toda. Mudamos não por causa da minha vida profissional, mas por causa do meu marido, que trabalhava em um banco, na área de mercado de capitais, trabalhava e trabalha. O mercado de capitais, na altura, em Portugal caiu muito, aqui estava ainda bastante florescente e então decidimos investirmos e mudarmos pra cá.¹¹³

Ainda com referência ao gráfico 14 resta observar que a idade média dos imigrantes portugueses que fixaram residência no Brasil no período que vai de 2000 a 2010, é de 29,63 anos, considerando um desvio padrão de 22,732. A amplitude etária desta população vai do 0 aos 94 anos, mas são os 30 anos que dividem pela metade esta parte do conjunto analisado.

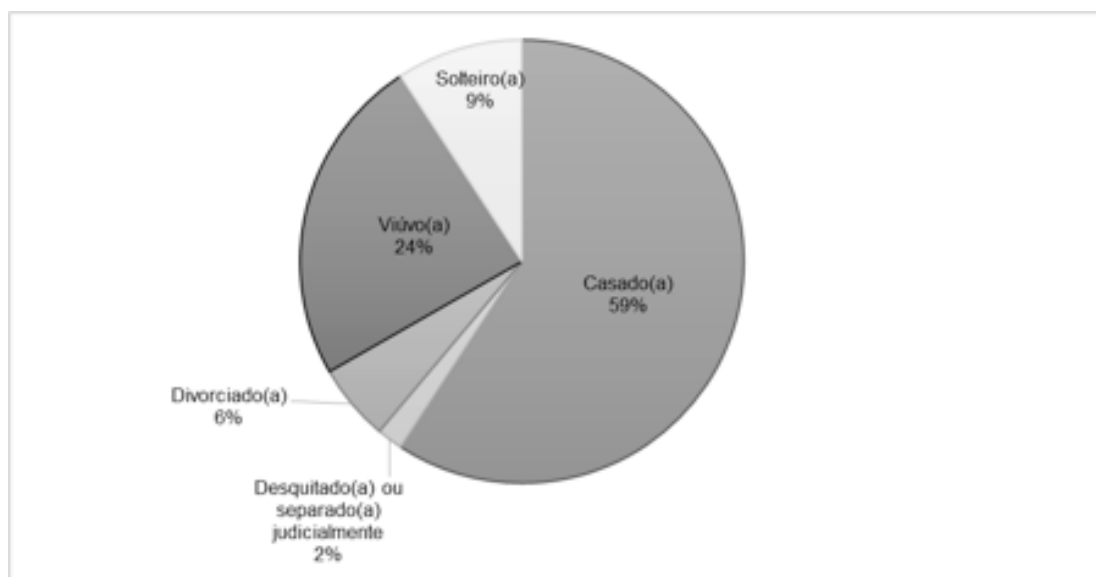
Considerando o estado civil dos imigrantes

Como é notável, ao perfil etário dos imigrantes agregam-se características relativas ao estado civil. Quanto aos portugueses no Brasil, as estatísticas válidas para o estoque total informam que quase 60% são casados, 24% são viúvos e menos de 10% são solteiros (ver gráfico 15). Para o contingente de maior interesse a esta pesquisa, porém, os percentuais alteram-se significativamente. Embora predominem as pessoas casadas (57%), os solteiros representam 30% dos imigrantes. Ainda neste grupo, considerando apenas as pessoas na faixa

¹¹³ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 48 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015.

etária dos 15 aos 64 anos, 62,2% são casadas e 26,3% são solteiras.

Gráfico 15: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo estado civil, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Sendo 102,85 a razão de sexo para o estoque total de imigrantes portugueses no Brasil, observa-se que no grupo dos que chegaram na década de 2000, este valor sobe para 184,26. Nesta comparação, a proporção de mulheres passa dos 49,3% para 35,2%, constata-se portanto que os fluxos mais recentes de Portugal para o Brasil são formados sobretudo por homens.

Desagregando-se o estado civil por sexo, temos no estoque total 46% de mulheres casadas, 38% de mulheres viúvas e 9,4% de mulheres solteiras. Enquanto 72% são homens casados, 10,4% são homens viúvos e 9% são solteiros. Já naquele grupo dos que fixaram residência na década de 2000, as mulheres casadas representam 51%, as solteiras correspondem a 38%. Dentre os homens, por sua vez, também predominam os casados (60%), seguidos pelos solteiros (28%).

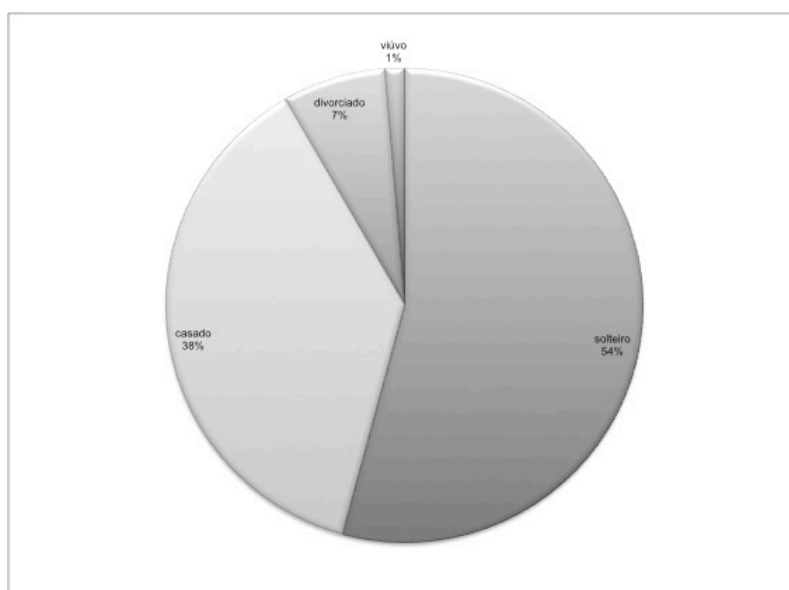
Nos dados primários obtidos nesta pesquisa houve certo equilíbrio entre as mulheres portuguesas imigrantes casadas (6 pessoas) e as solteiras (5 pessoas). Das cinco casadas, três tem cônjuges brasileiros e duas têm cônjuges portugueses. Dos casamentos mistos, uma casou-se no Brasil e as outras duas já migraram casadas. Dentre as solteiras, uma já teve união estável com brasileiro,

duas namoravam brasileiros e outra já namorou um brasileiro, uma namora um português que está no Brasil.

O grupo dos onze homens imigrantes portugueses entrevistados também apresentou equilíbrio entre os solteiros e os casados (4 pessoas cada grupo), sendo que, dentre os últimos, três tinham cônjuges brasileiras e um tinha esposa compatriota. Um homem solteiro e um homem divorciado tinham relacionamento com mulheres brasileiras. Dos homens imigrantes portugueses no Brasil quatro são pais e dois têm filhos no Brasil.

Quanto ao estado civil de brasileiros em Portugal, os dados do Censo Demográfico de 2011 revelam que 54,2% dessa população eram pessoas solteiras. Pouco mais de 34%, tinham união conjugal informal (ver Gráfico 16).

Gráfico 16: Portugal - total de imigrantes brasileiros, segundo estado civil, 2011



Fonte: Censo Demográfico - INE, 2012.

Organização: Aline Lima Santos.

Apesar do predomínio de solteiros, é oportuno atentar para as pesquisas recentes que têm se dedicado à temática do comportamento nupcial dos imigrantes. Como têm demonstrado as sociólogas Madalena Ramos, Sofia Gaspar e Ana Cristina Ferreira (2014), em Portugal os imigrantes têm a tendência de se casarem fora do âmbito de sua comunidade estrangeira. Dentre os casamentos exógamos, prevalecem, tanto para homens como para mulheres

imigrantes, a escolha de um cônjuge português.

Este padrão geral é visto também entre os imigrantes brasileiros. Considerando os casamentos entre pessoas do sexo oposto¹¹⁴, em 2001, dos homens casados, naturais do Brasil, residentes em Portugal, 66,6% tinham cônjuge portuguesa e 26,1% cônjuge brasileira. Em 2011, por sua vez, a proporção de homens casados com mulheres portuguesas caiu para 41,1%, enquanto o percentual dos casados com brasileiras subiu para 53,1%.

Em contrapartida, em 2001, do total das mulheres brasileiras casadas, quase 77% tinham marido natural de Portugal, enquanto cerca de 14% tinham esposo compatriota. Em 2011, os casamentos de mulheres brasileiras com homens portugueses diminuíram para 71,3%, já os casamentos dessas mulheres com brasileiros subiram para 22,3%. Portanto, em fase mais recente, os homens brasileiros residentes em Portugal foram mais endógamos, enquanto as mulheres brasileiras foram, dos grupos estrangeiros, aquelas que demonstraram maior propensão a casar com homens de outros grupos estrangeiros e, especialmente, com homens portugueses (RAMOS, GASPARGAS, & FERREIRA, 2014).

Nas entrevistas realizadas com imigrantes brasileiros em Portugal, avaliando os resultados para pessoas do sexo masculino, prevaleceram os casados (4 pessoas), seguidos dos homens solteiros (3 pessoas) e um divorciado. Todos os casados tinham cônjuge brasileira. Dentre os solteiros, um namorava uma norueguesa e pretendia reemigrar para Noruega com a finalidade de se casar. Para isso estava a espera da nacionalidade portuguesa, cujo trâmite burocrático estava em fase de conclusão.

Já no que se refere às mulheres brasileiras imigrantes, sete delas eram solteiras. Nove mulheres viviam relacionamentos com homens brasileiros, seis das quais eram casadas; e três viviam união de fato com homens portugueses (duas solteiras e uma divorciada). Dentre as seis casadas, quatro consumaram matrimônio em Portugal, uma no Brasil e outra casou-se à distância, estando ela no Brasil e o marido em Portugal. Das duas solteiras com união de fato, uma já se relacionava quando emigrou do Brasil. Apesar de, sem dúvida, existirem encontros

¹¹⁴ É cabível lembrar que Lei nº 9/2010 de 31 de maio, passou a permitir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo em Portugal a partir do ano de 2010. Porém, não se teve acesso aos dados relativos ao casamento homoafetivo com apenas um dos cônjuges natural do Brasil. Por tal razão, utiliza-se apenas as informações sobre os casamentos entre sexo oposto.

e estabelecimento de laços afetivos genuínos em muitos casais formados entre homem português e mulheres brasileiras há um contexto social que, por um lado promove esta união, por outro a julga e combate. Essa dialética decorre dos papéis simbólicos associados aos brasileiros de modo geral e às mulheres desta nacionalidade em particular.

Ser mulher e brasileira em Portugal subordina a pessoa a representações e estereótipos em torno dessa associação entre origem e gênero. A geógrafa Maria Laura Silveira recorda que “segundo a situação da qual partimos, conforme nossa posição na sociedade, o grau de constrangimentos não é o mesmo” (SILVEIRA, 2003, p. 17). A imagem socialmente construída da mulher brasileira em Portugal remete ao imaginário colonial. Um símbolo de sua gênese é a carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o autor descreve:

E uma daquelas moças era toda tingida, de baixo a cima daquela tintura; e certo era tão bem-feita e tão redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tão graciosa, que a muitas mulheres da nossa terra, vendo-lhe tais feições, fizera vergonha, por não terem a sua como ela (CAMINHA, 2015, p. 5).

A mulher indígena, objeto de desejo do homem português no período colonial, também foi “louvada” por seu ventre reprodutor, como exemplifica o encontro do colonizador português Martim com a “virgem dos lábios de mel”, Iracema, de José de Alencar, dentre tantos outros encontrados na literatura. Elaboram-se nestes documentos características identitárias portuguesa e brasileira. Em ambos os casos a mestiçagem sexual e racial é enaltecida.

Tanto em Portugal como no Brasil a construção da mulher brasileira se desenvolveu associada à sensualidade e sexualidade intrínseca e quase genética. No caso do Brasil isso inclui elementos raciais: a mulher negra e o homem negro são socialmente hipersexualizados. A psicóloga Lia Schucman (2012, p. 91) sintetiza, partindo das entrevistas que realizou com pessoas brancas de distintas classes sociais no Brasil, ao afirmar:

na representação do homem branco o que aparece é uma figura ativa, aquele que como apontou Marcelo “pega” e escolhe, que, se valendo da posição de privilégio da estrutura racista e sexista pode ter mais poder de escolha nas relações sexuais e afetivas. Assim, “homens brancos escolhem, não são escolhidos” (ALVES, p.118).

Neste sentido, a sexualidade dos homens brancos é percebida como norma. Já, as opiniões relativas à sexualidade do corpo feminino branco, bem como dos corpos negros, são carregadas de significações ora positivas, ora negativas mas, no entanto, aprisionadoras como a “angelical e “casta” mulher branca, a “super sexualizada” mulher negra e o “viril homem negro” (SCHUCMAN, 2012, p. 91).

Vê-se, portanto, que as antigas representações são reconstruídas atualmente. Em Portugal, porém, distintamente do que ocorre no Brasil, os traços fenotípicos perdem a relevância enquanto dão lugar a traços comportamentais e culturais associados à nacionalidade brasileira. Assim, há erotização da imagem da mulher brasileira, para a qual colabora os meios de comunicação do Brasil e de Portugal (GOMES, 2011). Disso resultam, por exemplo, os vínculos que a sociedade portuguesa estabelece entre as mulheres brasileiras e a prostituição, já discutidos em outras pesquisas (PADILLA, 2007; SANTOS A. L., 2010).

Os efeitos disso para as mulheres brasileiras em Portugal são cotidianos e manifestam-se em situações de discriminação, por exemplo. Em alguns momentos pontuais a discussão adquire maior visibilidade, como o famoso episódio das “Mães de Bragança”, no qual um grupo de mulheres portuguesas se indis põs com a presença de brasileiras, acusando-as de “destruidoras de famílias”.

Além destas indisposições os casamentos mistos entre imigrantes e nacionais do país de destino é cada vez mais objeto de desconfianças, já que frequentemente aparecem associados nos meios de comunicação à mentiras e interesses. É comum a ideia de que tais uniões ocorrem motivadas por conveniência, já que ofereceriam possibilidades para regularizações de imigrantes em situação irregular.

Enfim, apesar das dificuldades enfrentadas, é fato que os casamentos entre imigrantes brasileiros e naturais de Portugal têm impactos na continuidade e conformação do sistema migratório luso-brasileiro. A partir deles surgem famílias cuja atuação tem potencial transnacional, podendo incluir vivências cotidianas no país em que se está presente e, igualmente, no país em que se está ausente e facilitando as condições para a circulação migratória, marcada pela alternância de fases em Portugal e fases no Brasil.

Ainda sobre as mulheres brasileiras em Portugal, os resultados de um

inquérito a uma amostra de 1.400 imigrantes com mais de 16 anos, nacionais do Brasil em Portugal, realizado em 2009, também merecem alusão¹¹⁵. Assumindo uma perspectiva de gênero, parte da análise da pesquisa focou os dados obtidos sobre as mulheres. Ao traçar o perfil das imigrantes, particularmente sobre a situação familiar em que se encontram, constata-se:

... pouco menos da metade das inquiridas está casada ou em união de fato (47,7%) e a maior parte (52,2%) possui pelo menos um/a filho/a. A maioria dos/as filhos/as das imigrantes brasileiras nasceu no Brasil (73,1%). Porém, atualmente, cerca de 60,3% dos/as filhos/as vivem com elas em Portugal, o que permite inferir que, dentro da população estudada, as brasileiras ao migrarem levam sua prole consigo, reproduzindo os papéis de gênero das mulheres como figuras maternas e responsáveis pelos cuidados dos/as filhos/as. No entanto, cerca de 40% delas deixaram algum/a filho/a no Brasil, possibilitando levantar algumas hipóteses, entre outras a migração como uma experiência de reinvenção dos papéis de gênero e um projeto migratório temporariamente incompleto, por não terem ainda conseguido trazê-los (PADILLA & FRANÇA, 2015, p. 93).

Quatro dos oito homens brasileiros entrevistados nesta pesquisa são pais. Um dos homens era casado, mas não tinha filhos e nenhum dos dois homens solteiros era pai. Um dos pais teve filhos em Portugal e dentre os três que tiveram filhos no Brasil, um tinha um filho residente em Portugal. Um dos homens era divorciado e tinha filhos no Brasil, seu relato é interessante para refletir os impactos da migração na relação dos homens com seus filhos:

Os filhos, quando estavam de quinze anos para cima, eu perdi o contato um pouco. Ficou muito distante. Isso eu perdi. Perdi convivência de natais, anos novos com minha família e agora e não tenho como voltar atrás mais. Eu, no meu caso, tenho três netos e só conheço um. Então, vou conhecer os outros dois agora. Desde que moro aqui, fui três vezes para o Brasil e acho assim, que eu perdi muito o crescimento dos netos. Logo eu vou voltar pra lá, porque quero ficar perto dos meus netos, participar mais, estar presente.¹¹⁶

¹¹⁵ O desenvolvimento desta pesquisa reuniu alguns dos principais estudiosos sobre migrações em Portugal e foi denominado “Vagas Atlânticas: a Imigração Brasileira em Portugal”. Em 2015, após revisão dos dados à luz dos novos fatos que impactaram a imigração brasileira ao país, os resultados da pesquisa foram publicados em forma de livro, intitulado: “Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI.

¹¹⁶ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 42 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

No conjunto das quinze brasileiras entrevistadas em Portugal sete eram mães. Cinco delas tiveram seus filhos no Brasil, sendo uma mãe solteira. As outras duas tiveram gestação e filhos em Portugal. Duas mulheres têm filhos morando no Brasil. Das mães, cinco vivem no mesmo país que seus filhos. Sobre a experiência de maternidade e seus impactos na migração, vale citar o depoimento a seguir:

Tenho um filho de 16 anos que mora no Brasil. Tive ele lá, ele nasceu lá. A separação foi uma das coisas que mais me custaram, porque ele sempre morou comigo. Quando eu vim pra cá, eu vim só para conhecer primeiro e depois eu ia buscá-lo. Eu combinei com o pai dele que eu ia vir conhecer, arrumar um espaço para a gente morar e logo em seguida eu ia buscar ele. Por volta de 30 a 50 dias eu voltaria para buscá-lo. E quando eu cheguei aqui as coisas mudaram, o pai dele não deixava eu falar com ele e tão pouco deixava eu buscá-lo, então isso me custou demais. Aí o tempo foi passando, passando, agora eu estou esperando ele vir. O projeto é trazer ele. Nós sempre nos falamos e eu mando um dinheirinho quando posso. Eu quero que ele se forme aqui. Pelo menos que ele fizesse o 3º grau aqui, era o que eu mais queria.¹¹⁷

Em síntese, os dados sobre estrutura etária articulados com os de estado civil de brasileiros em Portugal e portugueses no Brasil levam a considerar que a formação e os predicados da família dos imigrantes homens e mulheres impactam a imigração. Isso ocorre porque, tal como postulado pela teorias das migrações enquadradas no âmbito da “nova economia da migração laboral”, é também na esfera familiar que são discutidas e realizadas as escolhas referentes ao projeto migratório, que envolvem decisões de retorno, permanência, novas migrações para outros destinos etc¹¹⁸.

Os quesitos idade e gênero e suas relações com as migrações são articulados de maneira recíproca. Nessa dinâmica os papéis sociais de grupos etários distintos e de homens e mulheres podem ser reafirmados no destino,

¹¹⁷ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 34 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

¹¹⁸ Uma síntese das principais reflexões realizadas no âmbito da teoria da nova economia da migração laboral pode ser encontrada em MASSEY, ARANGO, HUGO, KOUAOUCI, PELLEGRINO, & TAYLOR. *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millenium*, 1998. Sugere-se especialmente o capítulo 2: “Contemporary theories of international migration”.

reproduzindo o padrão pré- existente na origem. Mas também, há grande potencial dessas relações serem alteradas. Dos distintos grupos imigrantes analisados é patente a maior vulnerabilidade a qual está sujeita a mulher brasileira que é mãe. Isso tem se expressado nas demandas dos utentes dos serviços dos Consulados do Brasil em Portugal, como informado por um representante da instituição no Porto:

De uns dois anos para cá, tivemos que montar no consulado oficinas de assistência psicológica e jurídica. Por quê? Alguns problemas que acontecem muito é violência contra a mulher. A mulher, vem para cá, casa com o português, aí não se insere, a família não gosta, o português começa a beber, enfim, praticamente toda semana a gente tem um caso de violência doméstica. Outro problema que começou a ter, justamente por esse novo tipo de imigrante, foi certas falências psicológicas. Teve mais de um caso que a mulher vem pra cá, casa com português e começa a sofrer violência. Mas tem um sistema muito sofisticado aqui de proteção à mulher e proteção às crianças. O que acontece é que ela denuncia, mas não sai da casa, porque não consegue viver aqui, e não consegue voltar para o Brasil, porque ganha pouco, depende do marido.¹¹⁹

O perfil dos imigrantes quanto à instrução e à inserção no mercado de trabalho

O capitalismo transformou o ser humano, sobretudo, num trabalhador. Essa condição é central na vida dos imigrantes. A inserção no mercado de trabalho permite, por um lado, a sobrevivência das pessoas imigrantes, ao passo que legitimam ou não a sua presença no destino. É sobretudo a partir das necessidades do mercado de trabalho que se justifica e se regula a presença dos estrangeiros no território de um Estado. Nas palavras do sociólogo Abdelmalek Sayad (1998, p. 54) “um imigrante é essencialmente uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, e em trânsito (...) a estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho”.

É via inserção no mercado de trabalho que o imigrante constrói um novo quadro de vida. No novo lugar de moradia e de trabalho, ele se utiliza de seu repertório pré- existente, herdado na origem, que, entretanto, não lhe basta. Milton Santos (2002, p. 329), ao discorrer sobre este processo, afirmou “o entorno

¹¹⁹ Representante do Consulado do Brasil no Porto. Entrevista realizada no Porto, 2014.

vivido é lugar de troca, matriz de um processo intelectual”. Neste processo, a ignorância vai sendo substituída por reformulações de saberes e da própria identidade do imigrante.

As oportunidades de trabalho encontradas pelos imigrantes são inerentes às dinâmicas características da ordem geopolítica neoliberal transnacional. Um dos efeitos principais dessa ordem, associado ao incremento das relações transnacionais, tanto nas esferas interpessoais como institucionais, é o aprofundamento da divisão do trabalho em sua manifestação social e territorial.

Na ordem geopolítica contemporânea, a primazia das técnicas, a ciência e a tecnologia como insumos à produção, são fatores que, no âmbito internacional, impactam a relação e as hierarquias entre os Estados territoriais e, na esfera doméstica, refletem-se na segmentação do mercado de trabalho. Assim, contrapõem-se e complementam-se dois polos: um, no topo estreito, exigente de trabalhadores altamente qualificados e instruídos e outro, na base larga, demandante de trabalhadores braçais. Entre eles, há uma miríade de situações intermediárias.

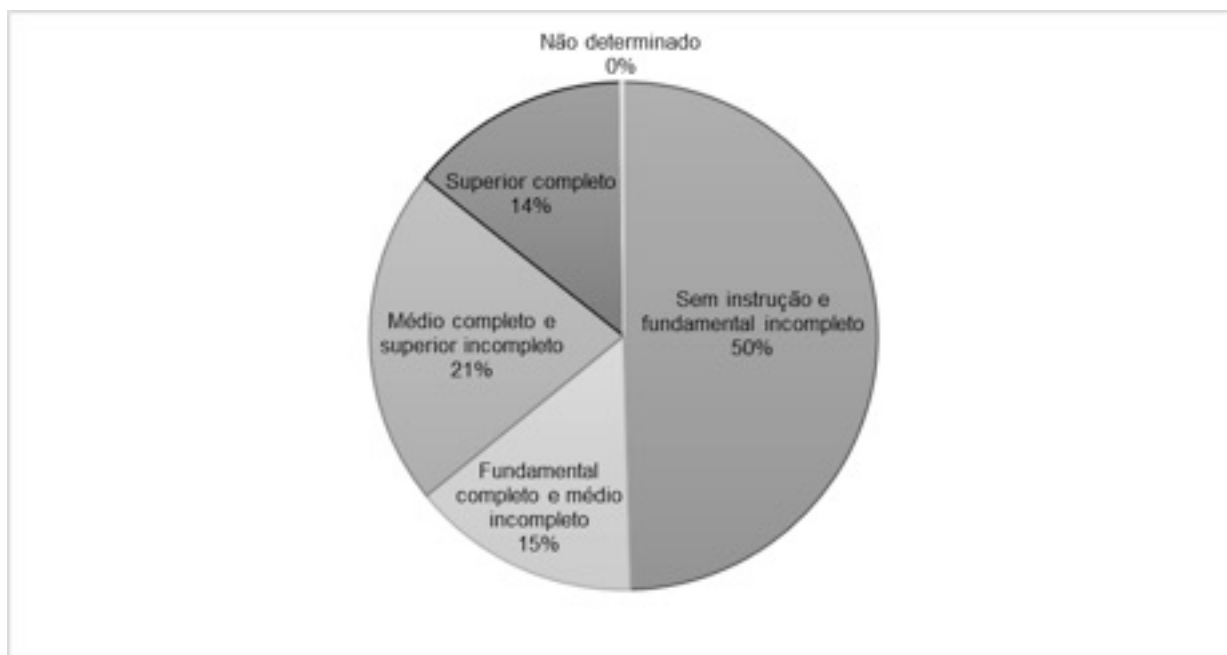
Em vista disso, o nível de instrução torna-se uma variável central para compreensão da participação dos imigrantes na organização social e territorial do trabalho. Este fator traz consequências relativas às remunerações e ao prestígio dos trabalhadores de modo geral, imigrantes em particular. Daí por que vale observá-lo com acuidade.

O nível de instrução também é um elemento importante a ser avaliado na busca de traçar um perfil da população portuguesa no Brasil contemporâneo. Comparativamente à população total residente no Brasil, a imigração portuguesa possui níveis de instrução mais elevado, de modo geral.

Metade do estoque de portugueses no Brasil não tem instrução ou não completaram o ensino fundamental, sendo 62,5% o valor registrado para o total da população residente. Evidentemente isso decorre da estrutura etária brasileira e da população imigrante portuguesa. Aqueles que completaram o ensino fundamental e os que possuem ensino médio incompleto representam cerca de 14% dos imigrantes portugueses, percentual que é mantido quando se examina a população total residente. Os imigrantes portugueses com ensino médio completo, superior incompleto e superior completo representam 35,6%

deste estoque estrangeiro (ver Gráfico 17). Tal participação está acima daquilo observado para a população residente total, na qual as pessoas com tais níveis de instrução perfazem 23%.

Gráfico 17: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo nível de instrução, 2010

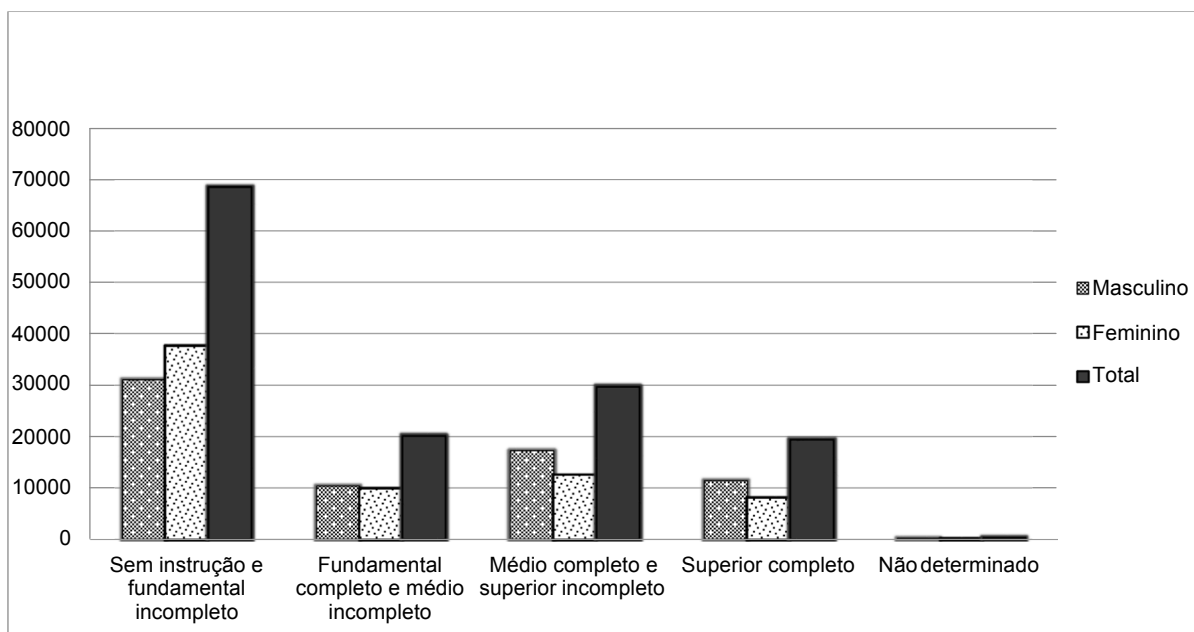


Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Desagregando as informações por sexo, percebe-se que os homens portugueses no Brasil possuem níveis de instrução mais elevados do que as mulheres (ver gráfico 18). Apesar das porcentagens daqueles que possuem fundamental completo e ensino médio incompleto sofrerem pouca alteração quando se observa o quesito sexo, quase 41% dos homens têm escolaridade igual ou superior a 12 anos, enquanto 30% das mulheres tem os mesmos anos de estudo. Da população feminina 55% não possui instrução ou têm o fundamental incompleto, enquanto dentre os homens, o percentual observado diminui para 44%.

Gráfico 18: Brasil - total de imigrantes portugueses, segundo sexo e nível de instrução, 2010

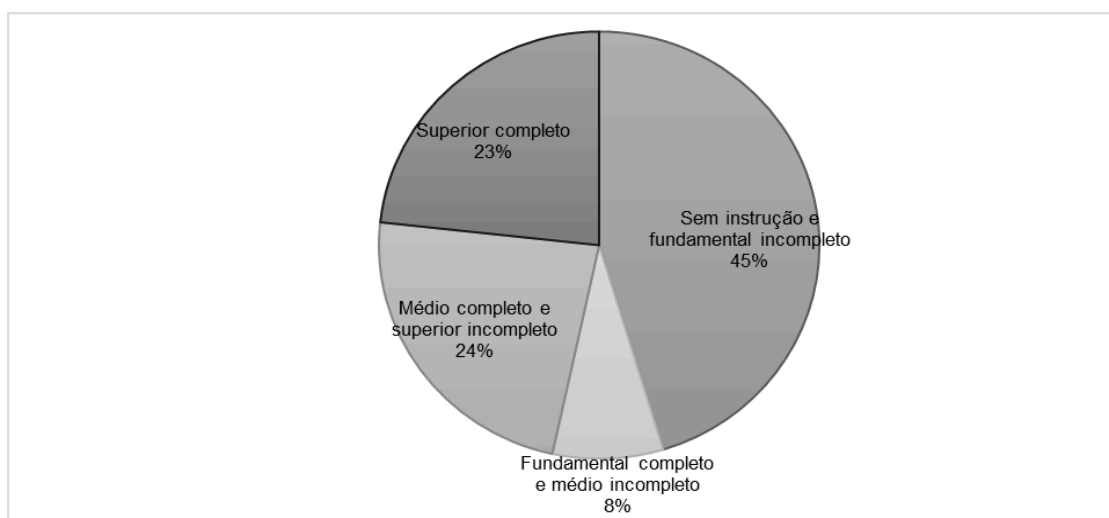


Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Os imigrantes portugueses que fixaram residência no Brasil entre 2000 e 2010 colaboraram para elevar o nível de instrução do estoque total. Isto porque, neste grupo, 47% estudaram 12 anos ou mais, enquanto 45% não tem instrução ou não completaram o ensino fundamental (ver Gráfico 19).

Gráfico 19: Brasil - imigrantes portugueses que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo nível de instrução, 2010



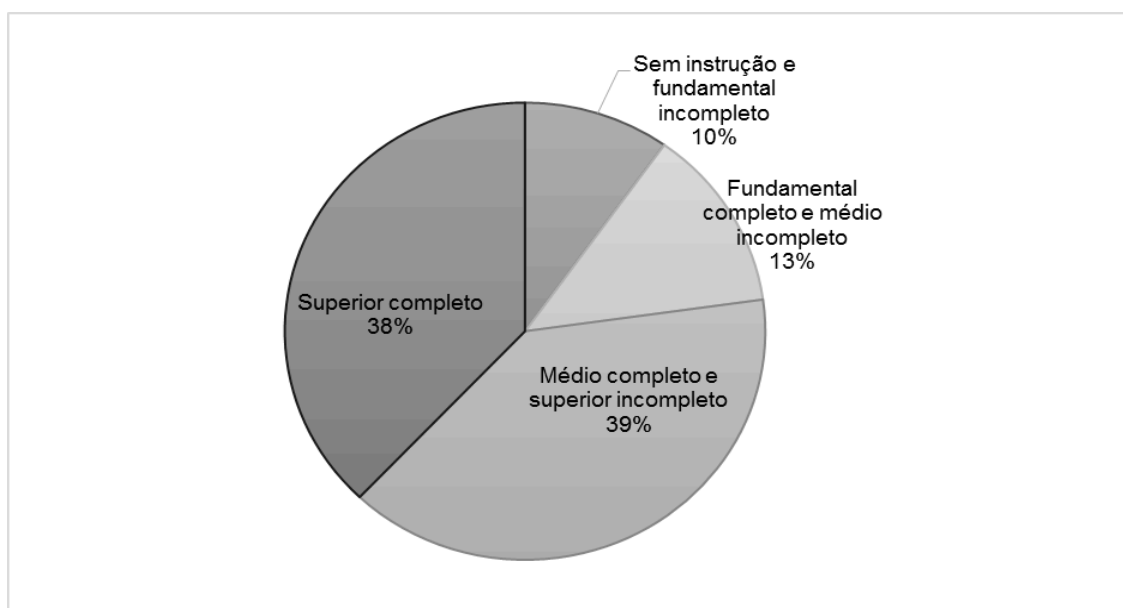
Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

Organização: Aline Lima Santos.

Também para o grupo de imigrantes que fixou residência no Brasil entre 2000 e 2010 observa-se que os homens são mais escolarizados do que as mulheres. Destas, 33% estudaram 12 anos ou mais, enquanto para os homens, o percentual é de 43%. Mais de 53% das mulheres não possuem instrução ou não completaram o ensino fundamental, ao mesmo tempo que o percentual dentre os homens é de 45%. Dentre os que completaram o ensino fundamental ou possuem o ensino médio completo, as diferenças de percentuais são menores, 13% para mulheres e 11,6% para os homens.

Evidentemente os dados sobre o grau de instrução da população portuguesa no Brasil refletem a estrutura etária deste grupo imigrante, manifestando na geração mais recente, o percentual elevado de pessoas com até 14 anos de idade e o percentual de idosos. Mas caso se tiver em conta exclusivamente a parcela desta população portuguesa que está em idade potencialmente ativa, isto é dos 15 aos 64 anos, nota-se que a imigração adulta no primeiro decênio do século XXI foi composta majoritariamente por pessoas com nível de instrução superior a 12 anos de estudo, as quais compunham 77% do contingente observado (ver Gráfico 20).

Gráfico 20: Brasil - imigrantes portugueses de 15 a 64 anos, que fixaram residência entre 2000 e 2010, segundo nível de instrução, 2010



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010. Dados da Amostra.

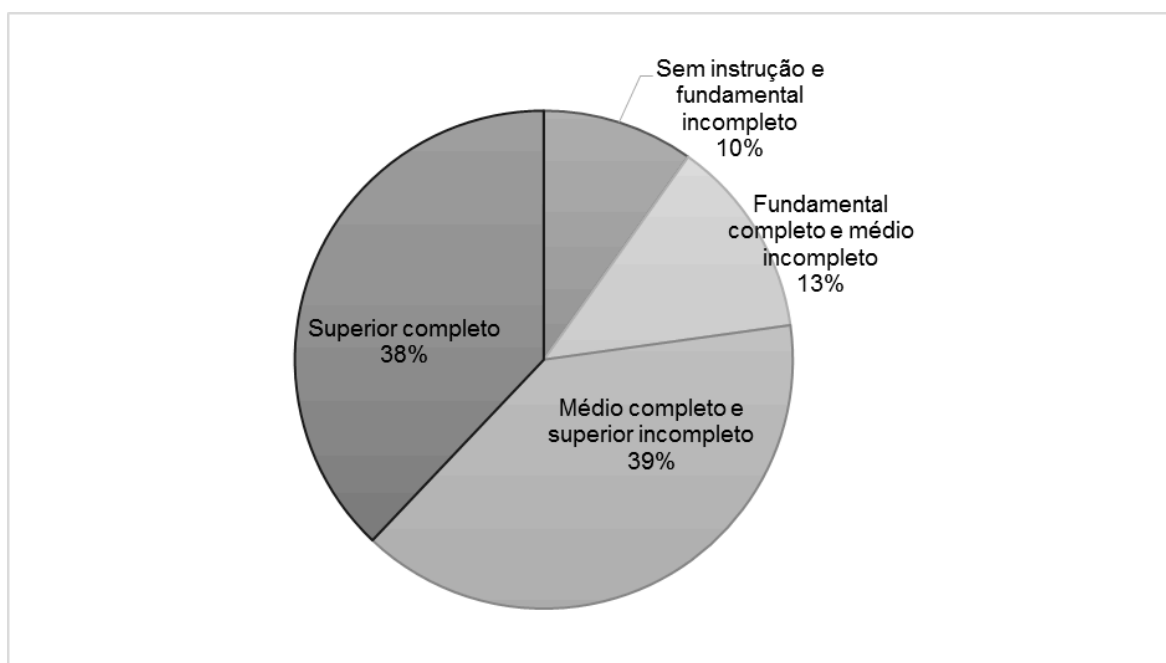
Organização: Aline Lima Santos.

O elevado percentual de pessoas com 12 anos ou mais de estudo também se manifestou enquanto característica do grupo de entrevistados. Das 22 pessoas inquiridas no Brasil, vinte completaram pelo menos o ensino médio. Destes, 14 pessoas completaram o ensino superior e cinco tinham pós-graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*).

Discernindo por sexo, resulta que todas as entrevistadas estudaram mais de 12 anos, sendo que quatro delas fizeram curso de pós-graduação e uma tinha o grau superior incompleto. Dentre os onze homens, por seu turno, apenas dois estudaram 12 anos ou menos e somente um declarou ter completado a pós-graduação. Vale mencionar que das pessoas com pós-graduação, todas fizeram o curso ou uma parte dele no Brasil.

Sobre a instrução dos brasileiros em Portugal, vale destacar que onda migratória iniciada no fim dos anos 1990 é marcadamente menos qualificada do que a anterior. Prevalece o nível intermediário de grau de instrução deste grupo imigrante, isto é, a maior parte das pessoas (74%) estudou pelo menos 12 anos (ver gráfico 21). Recordar-se ainda que quase 70% desta população imigrante era economicamente ativa.

Gráfico 21: Portugal - imigrantes brasileiros, segundo nível de instrução, 2011



Fonte: Censo Demográfico - INE, 2012.

Organização: Aline Lima Santos.

Diversas pesquisas sobre imigração brasileira em Portugal apontaram que a despeito da diminuição dos níveis de instrução no perfil deste grupo estrangeiro, a média é superior aos anos de estudo da população portuguesa (MALHEIROS, 2007; PEIXOTO, PADILLA, MARQUES, & GÓIS, 2015). Soma-se a isso que, como já aludido, há tendência recente de aumento de estudantes brasileiros em Portugal. Estes potenciais imigrantes podem concorrer para o aumento das habilitações literárias dessa comunidade imigrante.

Decompondo o nível de instrução por sexo, as pesquisas e a bibliografia mais recente têm indicado maior qualificação das mulheres brasileiras do que dos homens brasileiros. As sociólogas Beatriz Padilla e Thais França (2015, p. 93), ao analisarem dados de um inquérito com 1400 imigrantes brasileiros, verificaram que, das mulheres:

A maioria (50,6%) concluiu até o 12º ano, 14,4% licenciatura, 7,5% mestrado, pós-graduação ou doutorado e 24% possuem no máximo até o 9º ano escolar. No caso dos homens, o inquérito mostrou que 48,6% concluíram até o 12º ano, 11,6% licenciatura, apenas 4% mestrado, pós-graduação ou doutorado e 32,2% possuem somente o 9º ano ou níveis inferiores. Em ambos os grupos, o percentual de sujeitos que possuem ensino profissionalizante é o mesmo (3,5%). Ou seja, na amostra em questão, as mulheres brasileiras possuem nível de formação mais elevado do que seus compatriotas.

No grupo dos 23 imigrantes brasileiros entrevistados nesta pesquisa, 16 pessoas estudaram 12 anos ou mais, ao passo que sete pessoas estudaram menos de dez anos. Dentre as mulheres, dez completaram o ensino médio, duas concluíram o ensino superior, uma completou apenas o ensino fundamental e as outras duas não terminaram o ensino fundamental e o médio, respectivamente. Quanto aos oito homens, nenhum fez ensino superior, tendo predominado os que terminaram o ensino médio (4 pessoas). Dos quatro restantes, três não completaram o ensino fundamental e 1 não concluiu o ensino médio.

Tendo em vista os perfis apresentados, em suma, verifica-se que as dinâmicas migratórias na década de 2000 contaram com maior nível de instrução dos imigrantes portugueses no Brasil do que dos imigrantes brasileiros em Portugal. Estes dados influenciam a inserção de ambos os grupos no mercado de trabalho.

Por um lado, a maior parte dos imigrantes portugueses logrou engajar-se em trabalhos compatíveis com seu grau de instrução e, ainda, com a sua área de formação. Isso foi notável dentre os entrevistados: apenas três das 22 pessoas entrevistadas no Brasil não trabalhavam na área correspondente a sua habilitação profissional, entretanto, realizavam atividades que exigiam os conhecimentos adquiridos ao longo da vida estudantil. Um dos quesitos que faz a diferença para inserção no mercado de trabalho brasileiro é o domínio de idiomas estrangeiros, como exemplificado pelo caso de uma portuguesa formada em hotelaria que, no entanto, atua em uma empresa de consultoria empresarial, a seguir:

Meu marido trabalhava nessa mesma empresa na China. E quando a gente veio pra cá, ele ainda fez um projeto com a empresa aqui do Brasil porque era um projeto que vinha da China, e aí eles precisavam de alguém que falasse inglês e espanhol pra fazer um trabalho de campo com mega urgência, *freelancer*. E eu estava na altura lutando com a história do visto, eu já tinha conseguido um trabalho num hotel aqui e tudo bem. Só que o hotel não estava disposto a pedir o meu visto e eu estava com essa situação pendurada. E eu estava muito mal porque eu tinha ido pra China fazia meio ano e eu tava aqui fazia quase um ano que eu não tinha um emprego, eu não tinha uma renda e os meus pais não tem como ficar me sustentando pro resto da vida... E aí meu marido chegou em casa e falou: 'olha, eles precisam de uma pessoa que fala inglês e espanhol pra acompanhar um trabalho de campo como freelancer, que não tem nada haver com tua área, mas se quiseres mandar o currículo manda, porque sei lá...'. Eu disse: 'vou mandar'. E aí eu fiquei com eles, eu trabalhei uns três, quatro meses *freelancer*, e nesse momento saiu minha carteira de trabalho e aí a empresa fez um proposta melhor pra eu ficar interna e numa área onde eu ia ganhar mais. E aí eu fiquei até hoje.¹²⁰

Os imigrantes brasileiros em Portugal, por sua vez, enfrentam maiores barreiras para inserção laboral digna. Apesar da queda nos níveis de instrução observadas nos anos 2000 comparativamente a onda migratória que se findou na primeira metade dos 1990, o trabalho realizado por brasileiros em Portugal exige muito menos qualificação do que a que essas pessoas geralmente dispõem. O caso relatado a seguir é extremo, refere-se a uma imigrante com ensino superior completo em moda e que trabalhava com limpeza doméstica no país de destino:

¹²⁰ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

No Brasil eu trabalhava em uma empresa de confecções, eu era encarregada. Na altura eu acho que o salário era de uns cinco salários mínimos. Trabalhei em uma lavanderia quando cheguei, esse foi o meu primeiro trabalho. Depois manicure e limpeza.¹²¹

Nota-se contudo que devido às características da primeira onda migratória os brasileiros estão inseridos em um leque abrangente de atividades em Portugal, inclusive àquelas com exigência de alta qualificação. Desde a década de 2000, porém, prevalece o grupo de pessoas que encontra trabalho no comércio, nos serviços de limpeza, em hotelaria, em restaurantes e na construção civil (FONSECA M. L., 2007). As pesquisas mais recentes têm demonstrado que os imigrantes brasileiros vendem sua força de trabalho principalmente em categorias profissionais intermediárias (EGREJA & PEIXOTO, 2015).

A presença de portugueses no mercado de trabalho brasileiro como a presença de brasileiros no mercado de trabalho português deve ser compreendida no contexto da economia globalizada e de seus impactos em Portugal e no Brasil. Talvez o principal efeito da divisão internacional do trabalho, típica da atual ordem geopolítica, no mercado de trabalho seja o desemprego estrutural, tanto nos países ricos como nos países pobres. A isso se soma a tendência à concentração de renda e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades.

Em todas as partes do mundo há expansão do setor de serviços. Marcadamente heterogêneo, as atividades aí incluídas encerram tanto pequenos e precários negócios que envolvem pouco capital e reduzida tecnologia como o extremo oposto, isto é, empresas especializadas em serviços altamente sofisticados. Seguindo a tendência mundial, tanto Portugal como o Brasil tiveram seu setor de serviços incrementado, sendo este o principal empregador da população. Simultaneamente, cabe referir ao aumento do acesso da população ao ensino e à entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Destacam-se em Portugal, especialmente, as atividades ligadas direta ou indiretamente ao turismo, que empregam uma grande quantidade de imigrantes brasileiros. Este, aliás, é um fator que contribui para a concentração populacional

¹²¹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2014.

notada na faixa litorânea portuguesa, principalmente no entorno de Lisboa. No caso brasileiro, ressalta-se que o setor de serviços incluiu milhões de jovens no mercado de trabalho formal, especialmente nas regiões metropolitanas do país, apesar disso, os salários oferecidos a estes jovens são baixos e muitas pessoas permanecem em situação de informalidade.

Porém, outro ponto em comum que se nota entre os mercados de trabalho brasileiro e português é que o processo de terciarização da economia levou à precarização das condições e à queda dos rendimentos do trabalho. Isso é observado tanto nas altas como nas mais baixas camadas da hierarquia organizacional do processo produtivo e afeta nacionais e estrangeiros (ALVES P. V., 2015).

Neste contexto, desenvolve-se um discurso em torno da qualificação que a coloca enquanto promessa de ascensão social e salvaguarda contra o desemprego. Uma inserção em condições dignas e favoráveis no mercado de trabalho passa a ser vista como mérito individual e fruto da dedicação à formação do dito “capital humano”. Apesar do poder destas ideias, o que se verifica é uma infinidade de situações de qualificação sem trabalho (ALVES P. V., 2015). Aliás, é situação corriqueira em Portugal, por exemplo, encontrar pessoas com pós-graduação completa trabalhando como caixas de supermercados.

A emigração de jovens mais qualificados é uma face desta situação em países como Portugal. Um dos inquéritos mais recentes sobre o fenômeno emigratório português foi o projeto “Retorno ao futuro: a nova emigração e a relação com a sociedade portuguesa” (REMIGR), que focou emigrantes de 18 anos e mais que saíram de Portugal a partir de 2000. Nota-se os desafios e limitações metodológicas inerentes ao amplo escopo da pesquisa. Por exemplo, um dos procedimentos metodológicos adotados foi o questionário online o que levou a sobre representação de pessoas com grau de instrução elevado. Ainda assim, os resultados apontados indicam características importantes da emigração portuguesa para o Brasil.

Das 6.376 pessoas inquiridas pelo projeto REMIGR, 514 (8,1%) eram imigrantes no Brasil. Dentre elas, 80,7% tinham graduação, mestrado ou doutorado. Enquanto que no total mundial, o percentual de emigrantes portugueses com graduação, mestrado e doutorado era de 69%. Considerando-se

apenas as pessoas com graduação, este grupo representou 38,9% dos emigrantes portugueses no mundo, enquanto corresponderam a 45,9% no Brasil. Outras pesquisas, de caráter mais qualitativo, somam-se a estes resultados apontando que os jovens portugueses mais qualificados têm escolhido sobretudo Brasil e Angola como destino, enquanto a emigração menos instruída tem se direcionado para países europeus (MACHADO I. , 2014).

O discurso a respeito do Brasil enquanto potência emergente que adquiriu expressão na última década, sem dúvida, é um elemento explicativo desta especificidade. Nas entrevistas realizadas a menção ao Brasil enquanto “terra de oportunidades” foi feita com frequência. Tal imaginação geográfica, em algumas experiências pessoais se confirmou, para outros, mostrou-se ilusória.

Sempre pensei o Brasil como um lugar onde era possível realizar coisas. Um lugar de oportunidades. E foi o que encontrei. Levo cá uma vida muito boa. Recebo bem pelo meu trabalho. Trabalho aqui como arquiteto, como em Portugal. Mas aqui recebo mais do que recebia em Portugal, muito mais. Estou mesmo tranquilo.¹²²

Achava que era muito fácil, pensava que era a terra das oportunidades. Vim aqui exatamente pra ter alguma coisa na minha área, que é jornalismo... Mas havia muito a questão de quem indica. Isso dificulta pra quem não tem *network*. Eu não tinha *network* nenhum aqui, continuo a não ter, mas era horrível, porque todos dizem: vou te dar uma resposta. Quer saber sim ou não. Vão dizer alguma coisa. Não dizem. Estou falando dois meses intensos em que eu não encontrava nada, fui à várias entrevistas, conheci São Paulo através das entrevistas, mas não consegui nada nessa área. Por isso vim para hotelaria. Comecei a trabalhar num hostel como recepcionista. Fiquei lá sete meses, depois consegui um trabalho que era mais parecido da minha área, como assessora administrativa, assistente administrativa de uma ONG. Mas eu fazia parte da comunicação também. No final, na teoria seria isso, na prática eu fazia trabalho de secretariado. Tinha uma escola no Pantanal, então fazia compras, embrulhava, mandava. Fiquei lá sete meses, entramos em acordo e demitiram pra eu receber aquelas vantagens todas, fiquei três meses sem fazer nada e fui pra rede Tivoli, uma rede portuguesa, agora já não, agora já não é portuguesa. Foi vendida.¹²³

Outros imigrantes portugueses no Brasil também mencionaram a

¹²² Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

¹²³ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

necessidade de indicações e *network* para encontrar trabalho. Alguns, inclusive, valeram-se destes tipos de contatos pessoais para se inserirem no mercado. Prevaleceram, porém, as pessoas que procuraram trabalho em sites de emprego e os que “bateram à porta” para deixar *curriculum*.

Apesar das barreiras enfrentadas, é digno de atenção o fato de que historicamente os imigrantes europeus foram privilegiados no mercado de trabalho brasileiro. Este aspecto se mantém nos dias atuais e aponta claramente para uma hierarquia das alteridades presentes na sociedade brasileira.

Sabe-se que desde os anos 1990 há um processo de diversificação dos fluxos imigratórios no Brasil, que inclui pessoas vindas de países do continente americano e africano. Estas imigrações seguem e alimentam as estratégias adotadas pelo Brasil de valorização das relações com países do hemisfério sul. Sobressaem-se as comunidades boliviana, haitiana, senegalesa, angolana, dentre outras, que têm despertado interesse de pesquisadores brasileiros, especialmente no estado de São Paulo, por ser ele um *locus* importante de concentração destes estrangeiros no Brasil¹²⁴.

Na imigração mais recente de origem periférica também verifica-se a presença de pessoas altamente qualificadas (ALVES P. V., 2015). Apesar disso, a inserção no mercado laboral geralmente se dá em trabalhos com exigências aquém das qualificações dos imigrantes. Evidentemente para isso colabora a barreira da língua. Mas o domínio da língua portuguesa não necessariamente implica recolocação profissional mais privilegiada. Desta forma, o mercado de trabalho brasileiro, além de polarizado e precarizado, apresenta-se cada vez mais complexo e segregado quanto à origem e a “raça”. Em suma, europeus brancos são mais bem aceitos pela sociedade brasileira e pelo mercado de trabalho do que haitianos negros, ainda que se comparem em ambos os grupos pessoas com mesmo nível de qualificação.

Esta diferença de tratamento é notada e, em alguns momentos, até esperada pelos imigrantes portugueses no Brasil. Os trechos das entrevistas a

¹²⁴ Vale mencionar os inúmeros trabalhos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Estudos da População (NEPO) da Universidade de Campinas (UNICAMP). Dentre eles sugere-se uma referência nos estudos sobre a imigração boliviana: o livro organizado pela pesquisadora Rosana Baeninger intitulado “Imigração Boliviana no Brasil”.

seguir revelam essas percepções que, na maioria das vezes são vistas como positivas:

As pessoas querem saber como é que é, fazem mais amizade por eu ser estrangeira, entendeu? Por que tem a curiosidade de saber. Por exemplo, eu tive em vários lugares, daí na conversa, isso chama atenção e as pessoas acabam se aproximando mais. Ser estrangeiro aqui é uma mais valia. Aqui é.¹²⁵

Eu não achei que ia ter muitos problemas. Eu fui *naive*, sabe. Pensei: ‘-vou pro Brasil. Tou a vir da Europa, sou portuguesa... devo ter alguma facilidade, né?’ Eu fui idiota. Fui metida. Eu tenho plena consciência que eu cheguei aqui com uma atitude de superioridade em relação ao Brasil. Não consciente. Acho que inconsciente. Porque a gente... ‘Ah, vem da Europa’. Vem pensa: ‘Ah, vou pro Brasil. Tem isso assim. Hoje em dia eu vejo o quão, assim idiota mesmo eu era. Eu era...Eu não sabia das coisas... Eu era nova, enfim... Não tinha essa noção do mundo.’¹²⁶

Há uma diferença de tratamento negativa e positiva. Positiva porque há muito... Parece que minha opinião é muito mais valorizada. Mesmo se estou a dizer uma grande merda, mas eles vão valorizar mais minha opinião porque supostamente vim do estrangeiro, tenho mais experiência. E negativa porque tem sempre aquela coisa: ‘- Ah, você não é daqui, você não percebe...’ E aquela desconfiança: ‘- Ah, você veio pra cá pra controlar... pra ver o que estamos a fazer’. Porque é mesmo uma equipa só de brasileiros a que eu trabalho.¹²⁷

Verifica-se, portanto, que apesar da posição privilegiada, a relação dos imigrantes portugueses com a sociedade brasileira não se dá desprovida de conflitos. Além disso, o espaço determinado ao imigrante na sociedade receptora é uma barreira que engessa possibilidades de ação dos que não se enquadram no comportamento que se espera. Sobre isso, é elucidadora a experiência e reflexão de um dos entrevistados:

¹²⁵ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 46 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹²⁶ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012.

¹²⁷ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Cabe ressaltar nesse caso, que se trata de um funcionário da empresa Carrefour. Projeto ITINERIS.

Há duas grandes representações portuguesas aqui, bastante distantes. Folclórico ou o carinha do interior de Portugal, pobretão que vem e que é burro. Ou seja, há essa construção do português, essa alternância entre essas duas questões. Tanto um quanto o outro são representações muito fechadas, com as quais eu tenho dificuldade. Tento me colocar enquanto pessoa que saia desses dois paradigmas e buscar um lugar aonde eu possa ser eu. Em geral eu sinto muito que as pessoas tendem a me colocar, pensar os meus gestos, e me incluir dentro dessa ou daquela esfera. Dentro do lerdo, do cara que é lentinho, e depois, pra além disso, uma outra parte, e que são totalmente antitéticos, outra parte, tentando colocar dentro da esfera do europeu, do gringo, do burguês, etc, do branco. Algumas dessas dimensões eu tenho. Sou europeu de certo modo, sou branco, sou português.

Acho que nos lugares onde quero portas, isso não me abre. Talvez abra em lugares em que eu não quero. Não é legal chegar no bloco Ilú Obá de Min¹²⁸ e dizer que sou português. É legal eu chegar num escritório de advocacia e dizer que sou português, formado numa academia portuguesa. Aí é legal. Mas eu prefiro ser legal no Ilú Obá de Min e não aqui, entende? Estou trabalhando agora com... Estou tentando trabalhar com as comunidades afegãs. Tenho muita dificuldade. Chego lá começo a tentar falar com eles e eles me rejeitam. Eu sei que é porque sou branco. E no meio da história, pra pelo menos eles falarem comigo, digo que sou imigrante. Digo que sou de Portugal e esse tipo de coisa. Não sei... me acionam negativamente nos lugares onde quero minha ação. Porque eu não quero minha ação nas esferas da direita conservadora do Brasil, a minha esfera de ação quero em outro lugar. E nesse lugar, da esfera conservadora, talvez venha a ser proveitoso de certo modo ser português. Por outro lado há muito essa coisa da construção do português burro, português lento, e que é muito velada. As pessoas fazem umas brincadeirinhas, uma ou duas pessoas me contam uma piada de português.

Então, não é que seja fácil, eu não diria que minha experiência como imigrante seja a mais difícil. É muito mais foda ser nigeriano no Brasil. Muito mais foda. É muito mais foda ser boliviano. E é muito mais legal ser alemão. Mas também não acho que exista uma relação terrível. Só que é como eu te digo, os lugares onde eu quero é sensível ser português. É sensível para as pessoas eu falar de Portugal, falar da cultura portuguesa, de mim, da minha história, do lugar onde eu venho, para as pessoas com quem normalmente eu tenho mais vontade de lidar, porque essa história é uma história que está relacionada a coisas... É um incômodo. É uma pedra no sapato.¹²⁹

¹²⁸ Ilú Oba De Min é um bloco carnavalesco em São Paulo que busca valorizar as diversas expressões populares ligadas às raízes africanas e relacionadas ao candomblé.

¹²⁹ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 25 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015.

Em contrapartida, em Portugal, houve degradação da inserção laboral dos imigrantes brasileiros da onda migratória mais recente. De modo geral, essas pessoas não desfrutam de posição privilegiada como a anterior ou como a de portugueses no Brasil. Sua participação no mercado de trabalho é predominantemente subalterna, tal como salientou uma imigrante entrevistada:

Nós aqui somos vistos como migrantes. Aqui não é como o Brasil. Quando chega um português, um americano ou um italiano em nosso país eles são muito respeitados. Nós não, nós quando chegamos a Portugal, nós não temos respeito nenhum e os trabalhos que nos restam são os trabalhos que ninguém quer fazer. Essa que é a diferença, né?! Há uma grande diferença da nossa cultura com a cultura deles. Todo mundo quer ter um amigo europeu, esta é a realidade, já aqui não é assim, aqui eles não querem nem saber da gente. A gente é mais um tentando ocupar o espaço deles, e não é só em Portugal, isso é na Europa toda.¹³⁰

Disso resulta que para os brasileiros nem sempre a imigração compensa do ponto de vista da vida financeira pessoal, tal como indicado no relato a seguir:

Eu levo uma vida abaixo da média que tinha lá. Eu era uma pessoa com a cabeça mais tranquila. Não tinha tanto estresse. Tinha mais amigos no Brasil. Sozinho é sempre um pouco mais complicado, não é? Profissionalmente falando, é razoável, não é muito acima daquilo que eu tinha profissionalmente no Brasil, a nível de ordenado, da quantidade de trabalho, de um modo geral, é um trabalho mais ou menos como o que eu já tinha no Brasil, não é nada de muito especial.¹³¹

O mercado laboral português também é segmentado quanto à origem geográfica do imigrante, expressando a hierarquia de alteridades estabelecida na sociedade. Já se discutiu, conjuntamente com outros estudos, a posição hierárquica privilegiada dos brasileiros na sociedade portuguesa comparativamente com os demais grupos de estrangeiros (SANTOS, 2010; LAGES, 2006; MACHADO I., 2006). Estima-se, por exemplo, que em Portugal há aproximadamente 10% de chance de brasileiros se inserirem melhor do ponto de vista da remuneração e do prestígio social do que os africanos lusófonos (GUEDES & MARQUES, 2008).

¹³⁰ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

¹³¹ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 37 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

Evidencia-se, desta forma, tal como no caso brasileiro, que a polarização quanto à instrução é somada a segmentação “racial” do mercado laboral português. Aos brasileiros são associadas representações de alegria, cordialidade, festividade, sensualidade, simpatia. A imagem dos brasileiros com base nestes predicados adquiriu autonomia simbólica, produzindo um espaço específico e limitado para atuação desses imigrantes no território português.

Assumir estas qualidades, engajar-se na produção destas imagens, reforçar e promover os estereótipos preestabelecidos são formas que os imigrantes brasileiros encontraram para se adaptar e se inserir no mercado de trabalho português. Daí decorre sua presença maciça no atendimento ao público em geral, especialmente restaurantes, hotelaria, vendas, músicos, dançarinos etc. (MACHADO I., 2008). Das 23 pessoas entrevistadas em Portugal, nove trabalhavam como atendentes em bares, seis trabalhavam com atendimento relacionados com setor de beleza, duas trabalhavam com serviços de limpeza em hotelaria e na esfera doméstica, e cinco realizavam outros serviços, dentre eles de pedreiro, técnico administrativo etc.

Entretanto, a essa segmentação racial são acrescentadas premissas sexistas e processos de construção de gênero. A condição das mulheres brasileiras em Portugal é diferente daquela dos homens brasileiros. Ambos se inserem no setor de serviços, mas as mulheres brasileiras vão desenvolver as atividades que historicamente foram atribuídas as pessoas do sexo feminino na divisão do trabalho e que as mulheres portuguesas, devido ao aumento de sua presença no mercado laboral, não dão conta de realizar (PADILLA & FRANÇA, 2015; ROSA & CHITAS, 2010). Os cuidados com crianças, idosos, os serviços domésticos são nichos relevantes para brasileiras em Portugal.

É preciso destacar também o exercício de atividades ligadas à estética por essa parcela da população brasileira residente em território português. Tirando proveito da representação portuguesa da brasileira como referência de sensualidade e sexualidade e de beleza, muitas mulheres deste grupo de imigrantes trabalham como cabeleireiras, manicures, depiladoras, esteticistas etc.

A situação do mercado de trabalho português para essas mulheres, inclusive, tem propiciado sua atuação enquanto pequenas empreendedoras, sobretudo no setor da beleza, tema que tem chamado atenção e tem sido objeto

de estudo de algumas pesquisas, como aquela coordenada pelo geógrafo Jorge Malheiros em parceria com a socióloga Beatriz Padilla (2010). Das quinze mulheres brasileiras entrevistadas em Portugal, um terço eram trabalhadoras empregadas ou proprietárias de pequenos negócios ligados à beleza. Convém destacar novamente que a associação da brasileira à prostituição ainda é uma ideia presente em Portugal, muito embora tenha havido diminuição da força deste discurso.

Em suma, imigrantes brasileiros e imigrantes portugueses enfrentam desafios para inserção no mercado de trabalho do país de destino. Os portugueses no Brasil, porém, usufruem atualmente de uma condição mais privilegiada, construída historicamente, que se articula com a elevada instrução característica da nova geração que imigra. Por sua vez, a geração mais recente de imigrantes brasileiros sujeita-se à degradação das condições de inserção laboral, mesmo dispondo de grau de instrução que, em teoria, propiciaria a realização de atividades melhor remuneradas e prestigiadas. Em ambos os casos, alimentar e/ou subverter as representações coletivas sobre a identidade portuguesa e brasileira é um recurso para inserção laboral dos imigrantes.

Contudo, na maior parte dos casos isso se dá reproduzindo relações de poder historicamente estabelecidas que manifestam a superioridade da Europa na imaginação geográfica portuguesa e brasileira, as quais sustentam a ordem geopolítica contemporânea. O que se nota é a existência, dentro de cada sociedade, de fronteiras simbólicas, marcantes da posição do “nós” e do “outro”. Tais fronteiras são mais porosas, para alguns, geralmente para os mais instruídos e para os mais brancos, atingindo diferentemente as pessoas segundo o sexo. Vale, a este respeito, encerrar com a reflexão levantada por um dos entrevistados portugueses:

A representação fechada mata a relação entre os povos. Põe dois personagens falando um com o outro, e não duas pessoas. É como se eu não pudesse existir enquanto sujeito. Infeliz a pessoa que apresenta isso, porque a minha ação vai estar condicionada a uma representação que ela tem, uma fronteira.¹³²

126 ¹³² Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 25 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015 128 Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 35 anos. Entrevista realizada em Lisboa, 2014.

O balanço das vivências enquanto imigrantes

Quando se avalia a experiência migratória geralmente ressaltam-se tanto as vantagens quanto as desvantagens do que se viveu. Neste exercício, a maioria dos entrevistados concluiu ser positiva a sua vivência, tanto no grupo de brasileiros imigrantes como no grupo dos portugueses imigrantes.

Dentre os brasileiros imigrantes em Portugal, os principais motivos citados para justificar a permanência no país de destino até o momento da entrevista foram: condições de vida/qualidade de vida, trabalho/conquistas materiais, adaptação, família e educação dos filhos e conseguir nacionalidade. Dentre as mulheres, destaca-se principalmente o fator família e a segurança, como exemplifica os depoimentos a seguir:

A vida que levo aqui é melhor em termos de segurança. É o único fator que vale a pena. Profissionalmente, eu não estou trabalhando na minha área.¹³³

Se eu não tivesse vindo, eu não teria conseguido comprar a minha casa lá no Brasil. E também a condição de vida que meus filhos têm aqui hoje, se eu tivesse lá não teria conseguido dar isso tudo pra eles. Eu acho que se eu tivesse lá meus filhos até teriam saído da escola, porque eles teriam que começar a trabalhar. E isso é uma coisa que eu não queria, né? Mas, valeu! Hoje eu tenho o que eu quero, eu consigo comprar o que eu quero pra mim. Porque aqui não se ganha muito, mas o custo de vida aqui é mais barato do que lá no Brasil. Aqui você compra um tênis bom.¹³⁴

Entretanto, a despeito das avaliações positivas, dez dos vinte três brasileiros entrevistados desejam voltar ao Brasil. As motivações para o retorno são sobretudo a família e o usufruto daquilo conquistado durante a estada em Portugal, especialmente a casa, como demonstra o trecho a seguir:

133

134 Imigrante do Brasil em Portugal, sexo feminino, 40 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

A minha família não quer viver pra cá. Não vale a pena ficar aqui, estou trocando elas por elas. Só vou terminar a minha casa no Brasil e volto. Tanto lá como cá, dá na mesma. Os brasileiros que estão vivendo aqui estão sobrevivendo e sobreviveriam no Brasil, talvez com um aspecto ou outro diferente mas sobreviveria do mesmo jeito. O que é sobreviver? Morar, comer e vestir, ter um atendimento de saúde básico, que também tem no Brasil, e ainda tem um crescente que é a amizades, mais vida, mais convívio, mais alegria.¹³⁵

Dentre os portugueses igualmente predominaram aqueles que avaliaram positivamente a própria experiência migratória. Os motivos principais foram relacionados às oportunidades profissionais e as relações afetivas estabelecidas com pessoas brasileiras, que podem ser amizades, namoros e casamentos.

O desejo de retornar para Portugal foi expresso por nove dos 22 imigrantes portugueses entrevistados no Brasil. A volta é prevista por sete mulheres e dois homens. A principal justificativa é a família. Também se destacam seis pessoas (quatro mulheres e dois homens) que expressaram a possibilidade de reemigrar para um país terceiro. O restante das pessoas não tinha planos definidos ou desejavam permanecer no Brasil. As justificativas para ficar relacionam-se, igualmente, com questões afetivas vinculadas, sobretudo à família. Os relatos a seguir exemplificam as posturas diante destes temas:

Amo o Brasil por vários motivos: profissionais, os amigos que eu tenho, as oportunidades que eu tive e... Ah... Adoro! A maneira de ser dos brasileiros, eu adoro! Os portugueses são um pouquinho... dramáticos! Eu sou dramática também. Têm uma tendência pro negativo, pra desgraça, o fado... E, então, assim, no geral eu gosto muito daqui. Eu me sinto em casa aqui.¹³⁶

Estou a perseguir um percurso que tem sido de altos e baixos e quero estabilizar, mas estou satisfeito. Se me perguntar: quer voltar a Portugal? Eu não voltava a Portugal. Se voltasse atrás um ano e meio, vinha na mesma para o Brasil? Vinha na mesma para o Brasil. Eventualmente que teria vindo mais cedo, percebes? Não me arrependo em nada de ter vindo para o Brasil.¹³⁷

¹³⁵ Imigrante do Brasil em Portugal, sexo masculino, 52 anos. Entrevista realizada em Costa da Caparica, 2014.

¹³⁶ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 31 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

¹³⁷ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo masculino, 34 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2012. Projeto ITINERIS.

Eu cresci mais aqui que em qualquer lugar na vida, do que qualquer ano da minha vida. Esses dois anos foram de um crescimento gigantesco. E só por isso já vale a pena. Pode dar errado, posso ir embora daqui a um mês, posso ir embora daqui uns dias, posso sair daqui completamente derrotada, mas pela experiência, pelo crescimento, valeu muito a pena. E não sei se eu faria tudo novamente, mas já que aconteceu, aceito tudo da maneira como foi. Enfim, se valeu a pena? 'Tudo vale a pena quando a alma não é pequena'.¹³⁸

¹³⁸ Imigrante de Portugal no Brasil, sexo feminino, 26 anos. Entrevista realizada em São Paulo, 2015. Projeto REMIGR.

Considerações Finais

Com a análise dos deslocamentos populacionais entre Brasil e Portugal, procurou-se evidenciar o caráter mútuo das relações entre as transformações da economia política internacional, as migrações e a formação dos Estados. O fenômeno migratório, por um lado, demonstra a transformação do ser humano em trabalhador, subordinado ao capital. Por outro lado, manifesta crenças e valores e demais aspectos que qualificam e identificam povos e países, produzindo geografias imaginadas hierarquizantes que, por seu turno, influenciam suas relações tanto na esfera internacional como na esfera doméstica.

Como uma estrutura conceitual de referência, os Estados territoriais devem ser examinados como constructo social dinâmico. Nesta construção, processos de identificação e de sinalização de diferenças vão se desenvolvendo, tanto horizontalmente, quanto verticalmente, produzindo alteridades e hierarquias, ressaltando afinidades e/ou antipatias.

As migrações participam dessas dinâmicas, são práticas espaciais que evidenciam as representações, alterando o conteúdo das mesmas. O deslocamento populacional ganha significação de maneira dependente de conjunturas, de ideias e de eventos históricos. Mas tais práticas também são atuantes na formulação dos discursos e são capazes de alterar representações geográficas. Explicita-se, assim, o caráter fluído, heterogêneo, conflituoso e problemático de pertenças, identidades e do próprio Estado territorial (BONURA JR, 1998).

Em uma conversa informal durante pesquisa de campo na cidade de Fafe (Portugal), um português, emigrante retornado, afirmou: “— A história brasileira não se completa sem Portugal”. Os eventos históricos aqui retomados e a análise da configuração atual do sistema migratório luso brasileiro não dão margem à dúvida. Mas cabe também inverter os termos do postulado: a história portuguesa não se completa sem o Brasil. Essa ligação histórica foi e tem sido, ainda hoje, abundantemente nutrida pelas migrações.

Conforme discutido, mesmo com as mudanças nas ordens geopolíticas e as alterações no *status* geopolítico dos países analisados, o Brasil manteve-se ao longo de mais de quatro séculos no horizonte português como destino

concretamente possível. Transformaram-se, no entanto, os conteúdos: a emigração começou enquanto conquista e colonização, passou a ter caráter espontâneo e a ser motivada pela ambição de enriquecimento, e tornou-se, para muitos, necessidade de fuga da miséria e de busca por melhores condições de vida. Após uma fase de certo desinteresse evidenciado pela diminuição dos fluxos, o Brasil renova-se como destino dessa emigração, promovida tanto pelos desapontamentos e incertezas com a realidade portuguesa após a crise de 2008, quanto pelos laços afetivos e familiares estabelecidos entre brasileiros e portugueses.

No passado, o Brasil era a fonte de riquezas, oferecia aos portugueses, na visão destes, oportunidades de construir e prosperar. Algo desta visão permanece nos dias atuais, evidentemente que com novas características. No Brasil, a ascensão econômica e social era viável. Para muitas pessoas, deixar Portugal foi abandonar condições precárias e a entrada no Brasil abriu portas para uma inserção socioeconômica mais privilegiada, tanto pelo *status* de “colonizador”, como pelo *status* de “trabalhador assalariado branco de origem europeia” dos colonos e dos imigrantes e hoje como “trabalhador branco de origem europeia e qualificado”.

Para Portugal, o Brasil minava seus recursos demográficos, por isso a adoção de políticas restritivas às saídas. Hoje, a crise demográfica persiste, marcada especialmente pelo envelhecimento populacional. Entretanto, em um mundo cada vez mais neoliberal e globalizado, as restrições às emigrações se tornaram inviáveis. Há o reconhecimento do direito a emigrar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada em 1948, dispôs em seu 13º artigo, parágrafo segundo: “Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”.

Portugal, só se adequa a esta prática em meados dos anos 1970, quando houve a abertura política e econômica do país, fato que significou outra ruptura com o padrão tradicional do sistema estudado, muito embora as emigrações portuguesas, de modo geral e para o Brasil, em particular, tenham se atenuado substancialmente nos anos 1980.

De certo modo, foram constantes na história as visões das emigrações como convenientes, já que elas promovem redução das pressões do desemprego

e das tensões sociais. Como continuidade, nota-se a sempre presente contrapartida econômica das emigrações, por meio de remessas, por exemplo.

Para o Brasil, Portugal era um celeiro de população útil para garantir o povoamento e a posse do seu território e para arquitetar a coesão social. Posteriormente, constituiu-se como fornecedor de mão de obra para o trabalho nas lavouras e nas cidades e na constituição da classe média. Além disso, os portugueses foram estabelecidos como um dos pilares de formação do seu povo.

No entanto, a relação do Brasil com os imigrantes portugueses foi marcada por ambiguidades. De um lado, houve episódios de antilusitanismo, aos quais se somaram rupturas políticas, diplomáticas, econômicas. De outro, houve valorização dos portugueses enquanto imigrantes ideais, com destaque dado às afinidades culturais e linguísticas, havendo a instituição de privilégios legais. Estas características se sustentam até o presente.

A despeito dos conflitos e ambivalências, jamais se renegou a herança portuguesa nas narrativas e discursos sobre a “brasilidade” e sobre os “brasileiros”. Por vezes, inclusive, utilizou-se de tal legado como instrumento que justificava ações no âmbito internacional, como nos esforços de aproximação econômica e financeira com os países africanos de língua portuguesa, por exemplo, ou nas iniciativas de constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A emigração para o Brasil expressou, num primeiro momento, o pioneirismo de Portugal e convergiu com os movimentos migratórios europeus em massa que caracterizaram o século XIX, principalmente. Após a Segunda Guerra Mundial, a persistência dos movimentos de saída de portugueses divergiu dos demais movimentos europeus, que se restringiram enquanto, paralelamente, cresciam as imigrações destinadas ao continente.

Expôs-se, assim, o isolamento português e o atraso relativo de sua condição econômica e política no contexto europeu. Apesar do arrefecimento dos movimentos populacionais portugueses para o Brasil, e do crescimento dos movimentos para a Europa, no sistema migratório estudado persistiu, até os anos 1980, o predomínio dos portugueses em detrimento dos fluxos de brasileiros.

Os fluxos do Brasil para Portugal, embora menos volumosos no sistema

migratório, também acompanharam a história. Eles se iniciaram com os mazombos, filhos de portugueses nascidos no Brasil. Mas foram se tornando prática comum da elite brasileira. Para essa parcela da população, a ida a Portugal simbolizava seu próprio *status* de elite e, além disso, dava-lhe acesso à educação, à ideias “modernas”, “civilizadas” e “superiores”.

No fim da Guerra Fria, há inversão do padrão tradicional do sistema migratório formado entre Brasil e Portugal. Os fluxos de brasileiros tornam-se majoritários. Os laços afetivos e de ascendência (famílias luso-brasileiras) eram fatores essenciais que qualificavam o perfil dos emigrados em uma fase de turbulências políticas e econômicas no país de origem.

Para os brasileiros, a emigração, além das motivações econômicas, eram associadas às oportunidades de mobilidade social, que o Brasil não era capaz de oferecer. Emigrar significava a possibilidade de manter o padrão de vida ou ascender socialmente, além da tradicional vinculação da vivência no exterior como investimento em capital humano. Reiterava-se igualmente a experiência emigratória como símbolo de pertencimento à elite na hierarquia social brasileira.

Ainda relacionado a isso, observam-se as significações positivas que no Brasil se confere à Europa. Estando no topo das hierarquias na imaginação geográfica brasileira, o continente europeu, bem como os demais países ricos do norte global, é visto como *locus* de desenvolvimento econômico e modelo social, de modernidade, de avanço tecnológico, de boa educação, dentre outras acepções. Assim, tendo Portugal se “europeizado” no decorrer da Guerra Fria, ele passou a atrair mais e mais brasileiros.

Para Portugal, essa imigração se associava, de início, ao retorno de portugueses emigrados. As pessoas egressas do Brasil eram filhos/as ou cônjuges de portugueses. Não se tratava de uma imigração associada à pobreza, pelo contrário. Os imigrantes vinham com recursos, faziam investimentos, ou vinham com formação para inserir-se no mercado de trabalho. Tinham perfil que supria necessidades de mão de obra técnica qualificada. Eram profissionais de informática, de *marketing*, médicos, dentistas, enfermeiros, etc.

Em um momento de expansão das emigrações no Brasil, Portugal era o único destino que possibilitava a inserção em setores exigentes de alta

qualificação. Essa era a principal especificidade do país enquanto receptor, diante dos demais países que recebiam brasileiros, como os Estados Unidos ou o Japão, onde os brasileiros desempenhavam funções braçais no mercado de trabalho.

Nos anos 1990, o discurso geopolítico legitimou reformas de cunho neoliberal e colocou a globalização como um processo necessário e inexorável. Brasil e Portugal curvaram-se à tônica do período, realizando abertura econômica aos capitais estrangeiros, promovendo privatizações, buscando equilibrar contas públicas, controlando a inflação, dentre diversos outros esforços.

Nesta direção, Portugal aprofundou sua europeização, o que lhe trouxe sérias consequências do ponto de vista econômico e político, com impactos para sua soberania efetiva, cada vez mais articulada e dependente do contexto europeu comunitário. O Brasil, por sua vez, procurou valorizar as relações Sul-Sul, fortalecendo laços econômicos e políticos com os países da América do Sul, principalmente com os que compõem o Mercosul, e do continente africano e asiático.

Sem dúvida, Brasil e Portugal atravessaram nos últimos vinte e cinco anos momentos de esperança e desapontamento, os quais se alternaram diante dos resultados econômicos das suas estratégias de inserção global. Apesar do esboço de conjunturas positivas, os impactos das crises internacionais deixaram cada vez mais explícita a vulnerabilidade da condição periférica que caracteriza ambos os países.

A posição hierárquica de Portugal enquanto periferia do centro e o Brasil como centro da periferia, frutos da história da expansão do capitalismo, foram reafirmadas na ordem geopolítica neoliberal transnacional. Essa ordem, tal como as anteriores, é marcada pela distinção entre o “atrasado” e o “moderno”, marcados geograficamente. As representações espaciais, que aqui foram também denominadas imaginações geográficas, compõem os conteúdos dos discursos e justificam práticas espaciais, dentre elas as migrações.

Como tendência mundial, a maior liberdade concedida ao capital e às mercadorias, somada à atuação de instituições de caráter transnacional, instigaram os movimentos populacionais, que se diversificaram e ampliaram. Brasil e Portugal convergiram a este aspecto geral e, curiosamente, ambos

comportaram-se como emissores e receptores de população. Alargou-se o escopo da imigração a eles destinada e também da emigração que deles partia, revelando novas dinâmicas geoeconômicas, geopolíticas e geoestratégicas.

No entanto, o sistema migratório luso-brasileiro se manteve, com prosseguimento do domínio dos fluxos do Brasil para Portugal em um volume sem precedentes. A composição desses fluxos se diferenciava da fase anterior: eram formados por cada vez maior número de mulheres e de pessoas com níveis médios de instrução que, apesar disso, realizavam trabalhos pouco ou nada qualificados. Esta especificidade ainda hoje caracteriza o estoque dessa comunidade estrangeira residente em Portugal.

O fim dos anos 2000, entretanto, apresentou um novo momento desse sistema, que foi abalado pela crise de 2008. Dentre os desdobramentos deste evento econômico, financeiro e social, o Brasil conhece um novo fenômeno: a imigração de retorno, cuja parte significativa é proveniente de Portugal. Concomitantemente, intensifica-se a emigração de Portugal, que se direciona principalmente para a própria Europa, mas que resgata laços históricos com as ex-colônias, dentre elas o Brasil.

Nesta conjuntura, no território brasileiro, que reúne distintas temporalidades da imigração portuguesa, estabelece-se uma nova geração, essencialmente diferente das anteriores. Motivações econômicas somam-se a vínculos afetivos com brasileiros, por vezes de caráter familiar, e a outra miríade de elementos para justificar a escolha pelo Brasil. A imigração do Brasil para Portugal, no entanto, persiste, alimentada, neste momento, pelos reagrupamentos familiares, pelos fluxos de estudantes e pelos filhos de casais mistos. Há, desta forma, uma inusitada configuração de certo equilíbrio entre os fluxos daqui para lá e de lá para cá. As articulações entre emigração brasileira e imigração portuguesa são evidentes e, certamente, elas serão responsáveis pela continuidade dos fluxos e contrafluxos migratórios neste sistema.

Enfim, resta assinalar que a história do sistema migratório Brasil-Portugal comprova a dialética e inseparabilidade entre práticas espaciais e representações na formação dos Estados territoriais. Além disso, confirma as relações intrínsecas entre esfera doméstica e internacional, contradizendo concepções cartesianas e fixas da organização do espaço mundial em blocos de poder distintos e

excludentes, demarcados por fronteiras rígidas.

Impulsionadas por interesses de pessoas, de famílias, de redes sociais, de instituições, de Estados territoriais, do capital, e sendo influenciadas por outros atores e eventos nas distintas escalas geográficas, as migrações entre Brasil e Portugal fundamentaram historicamente as relações de poder assimétricas entre estes países. Entre eles não houve a constituição de fronteiras enquanto divisão ou separação. Por meio dos movimentos populacionais, elas estabeleceram-se de modo poroso e fluído, marcadas sim por tensões e conflitos, mas também por aproximações e solidariedades.

Referências Bibliográficas

- ACIOLY, L., PINTO, E. C., & CINTRA, M. A. (2012). As relações bilaterais Brasil-China. A ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Brasília: IPEA.
- AGNEW, J. (2002). Democracy and human rights after the cold war. In: R. JOHNSTON, P. TAYLOR, & M. WATTS, Geographies of global changes: remapping the world (pp. 118-129). Oxford: Blackwell Publishing.
- AGNEW, J. (2005). Sovereignty Regimes: Territoriality and State Authority in Contemporary World Politics. *Annals of the Association of American Geographers*, 95 (2), 437-461.
- AGNEW, J. (2008). A Nova Configuração do Poder Global. *Caderno CHR*, 21 (53), 207-219.
- AGNEW, J. (2009). *Globalization and Sovereignty*. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.
- AGNEW, J., & CORBRIDGE, S. (1995). *Mastering Space. Hegemony, territory and political economy*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- AGUIAR-CONRARIA, L., ALEXANDRE, F., & PINHO, M. (2012). O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual. *Análise social*, XLVII (2), 298-321.
- AKB. (2008). Dossiê da crise. Associação Keynesiana Brasileira. AKB. (2013). Dossiê da crise IV. Associação Keynesiana Brasileira. ALMEIDA, C. M. (1870). *Ordenações Filipinas (Vol. 5)*. Rio de Janeiro.
- ALVES, J. F. (1994). *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto.
- ALVES, P. V. (2015). *Imigração na modernização dependente: "braços civilizatórios" e a atual configuração polarizada*. Tese de doutorado. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARNOLD, K. (2011). *Anti-immigration in the United States. A historical encyclopedia (Vols. 1 (A-R))*. Santa Barbara, Califórnia: Greenwood.
- ARRIGHI, G. (1996). *O Longo Século XX. Dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. São Paulo: Editora Unesp.
- ARROTEIA, J. C. (1983). *A emigração portuguesa - suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARRUDA, J. J. (2008). O Imperialismo Britânico e o Fenômeno Brasil. *Revista USP* (79), 22-33.
- BAENINGER, R. (2012). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: NEPO/UNICAMP.

- BAGANHA, M. I. (1991). Uma Imagem Desfocada - A Emigração Portuguesa e as Fontes sobre a Emigração. *Análise Social*, XXVI (112-113), (3.º-4.º), 723-739.
- BAGANHA, M. I. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX (128) (4º), 959-980.
- BAILEY, A. (2005). *Making Population Geography*. Londres: Hodder Education.
- BAKEWELL, O. (2010). Some reflections on structure and agency in migration theory. *Journal of ethnic and migration studies*, 36 (10), 1689-1707.
- BAKEWELL, O. (2011). Conceptualising displacement and migration: processes, condition and categories. In K. KOSER, & S. MARTIN, *The migration-displacement nexus* (pp. 14-28). Nova Iorque e Oxford: Berghahn Books.
- BAKEWELL, O. (2012). *Re-launching migration systems*. Oxford: International Migration Institute Working Papers Series, nº 60.
- BAKEWELL, O., de HAAS, H., & KUBAL, A. (2011). *Migration system, pioneers and the role of agency*. Oxford: International Migration Institute. Working Papers Series, nº48.
- BALLESTEROS, A. G. (1998). *Métodos y técnicas cualitativas en geografía social*. Barcelona: Oikos-tau.
- BANCO MUNDIAL. (2015). World Bank Open Data. Retrieved 15/09/2015, from <http://www.worldbank.org/>: <http://data.worldbank.org/>
- BARATA, Ó. S. (2003). *Demografia e Sistema Internacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- BARBOSA, R. A. (2002). Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 45 (1), 72-91.
- BARRICARTE, J. J. (2010). *Socioeconomía de las migraciones en un mundo globalizado*. Madrid: Editora Biblioteca Nueva.
- BASTOS, D. (2014). *Fafe - História, Memória e Património*. Amarante: Converso.
- BATISTA JR., P. (2002). Argentina: uma crise paradigmática. *Estudos Avançados*, 16 (44), 83-96.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1967). *Geografia da População*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- BNDES. (2010). *Estudo do setor de transporte aéreo do Brasil. Relatório consolidado*. Rio de Janeiro: McKinsey & Company.
- BONURA JR, C. J. (1998). The occulted geopolitics of nation and culture: situating political culture within the construction of geopolitical ontologies. In: G. Ó TUATHAIL, & S. DALBY, *Rethinking geopolitics* (pp. 86-105). Londres, Nova Iorque: Routledge.
- BRAGA, I. M. (2010). Brasileiros em Portugal: transmissões, recepções e transformações alimentares. *Horizontes Antropológicos*, 16 (33), 197-224.

- BRASIL. (1824). Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes. .
- BRASIL. (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: DOU 24.2.1891.
- BRASIL. (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro: DOU de 16.7.1934.
- BRASIL. (1980). Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF.
- BRAUDEL, F. (1990). História e Ciências Sociais. Lisboa: Editorial Presença.
- BRENNER, R. (2000). La expansión económica y la burbuja bursátil. *New left review* , 6, 72-107.
- BRENNER, R. (2004). Novo boom ou nova bolha? A trajetória da economia americana. *New left review* , 25, 117-158.
- BRENNER, R. (2009, 01 29). Robert P. Brenner on the crisis. (S. JEONG, Interviewer)
- BRITO, F. (2009). As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. *Anais 6º Encontro Nacional Sobre Migrações* , 1-25.
- CALDAS, J. C. (2013). O impacto das medidas "anti-crise" e a situação social e de emprego: Portugal. Bruxelas: Comitê Econômico e Social Europeu.
- CAMINHA, P. V. (2015). A carta de Pero Vaz de Caminha. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura.
- CAMPOS, M. B. (2011). Reversão do Saldo Migratório Internacional Negativo do Brasil? Evidências Preliminares com Base nos Dados do Censo 2010. Curitiba: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, n.121, ju./dez.
- CAMPOS, M. B. (2014). Uma questão de imobilidade: onde vivem os brasileiros que nunca migraram. *Anais do XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais* , 1- 18.
- CAMPOS, M. B., & MACEDO, D. R. (2014). Agrupamentos de emigração internacional no Brasil: o papel das redes sociais na formação dos espaços de emigração. *Geografia* , 39 (2), 257-272.
- CARDIA, N. (2012). Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais, e valores em relação a violação de direitos humanos e violência. Um estudo em 11 capitais de estado. São Paulo: Núcleo de estudos em violência da Universidade de São Paulo.
- CARIO, S., ALEXANDRE, A., & VOIDILA, T. (2002). Investimento direto externo na economia brasileira nos anos 90: significado, alcance e consequências ao desenvolvimento. *Textos de economia* , 7 (1), 103-136.
- CARVALHO, J. A. (1996). O saldo dos fluxos migratórios internacionais do Brasil na década de 80 - uma tentativa de estimação. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* , 13 (1), pp. 3-14.
- CARVALHO, J. A. (2002). Estimativas decenais e quinquenais de saldos

- migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação de domicílio, sexo, idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG.
- CARVALHO, J. M. (1996). Cidadania: tipos e percursos. *Estudos Históricos* , 9 (18), 337-359.
- CARVALHO, J., & CAMPOS, M. (2006, maio/ago). A variação do saldo migratório internacional do Brasil. *Estudos Avançados* , 20 (57), pp. 55-58.
- CASTLES, J. (2005). Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de século Edições, Sociedade Unipessoal.
- CASTRO, J. (1857). *Collecção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Publicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais Potencias desde 1640 até ao Presente (Vol. TOMO IV)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- CDHIC, & ESF. (2011). Brasil. Informe sobre a legislação migratória e a realidade dos imigrantes. São Paulo: Centro de Direitos e Cidadania do Imigrante e Articulação Sul-americana Espaço Sem Fronteiras.
- CEDEPLAR. (2012). *Publicação Crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FAPEMIG.
- CERQUEIRA, C. A. (2003). Dívida externa brasileira, 2ª ed. Brasília: Banco Central do Brasil.
- CHESNAIS, F. (1996). A mundialização do capital. São Paulo: Xamã.
- CLARKE, J. (1972). *Population Geography*. 2nd edition. Oxford: Pergamon Press.
- CORRÊA, D, & LIMA, G. (2008). O comportamento recente do investimento direto brasileiro no exterior em perspectiva. *Revista de Economia Política* , 28 (2 (110)), 249-268.
- COSTA, A. (1911). *Estudos de economia nacional I. O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- COSTA, W. M. (2008). A relevância do pensamento geográfico para o estudo das relações internacionais. Texto-base para a prova pública oral do concurso para Professor Titular do DG/FFLCH/USP. São Paulo: (mimeo).
- COSTA, W. M. (2008b). *Geografia Política e geopolítica: discursos sobre o Território e o Poder*, 2ª edição. São Paulo: Edusp.
- CUNHA, J. M. (2012). Retratos da Mobilidade Espacial no Brasil: os Censos Demográficos como Fontes de Dados. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, Ano XX, nº 39, jul/dez.
- CURADO, M, & CRUZ, M. (2012). Investimento direto externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. *Economia e Sociedade* , 21 (2), 275-300.
- CURVO, R. C. (2011). Comparação entre as grandes crises sistêmicas do sistema capitalista (1873, 1929 e 2008). Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ.

- DINIZ, A. S., & JAYME JR., F. (2012, jan.). Divergências estruturais, competitividade e restrição externa ao crescimento: uma análise da crise e das limitações da zona do euro. Texto para discussão nº 453 .
- DOWBOR, L. (2014, setembro). dowbor.org. Retrieved setembro 10, 2015, from artigos por Ladislau Dowbor – O PIB é um indicador medíocre: <http://dowbor.org/2014/09/ladislau-dowbor-o-pib-e-um-indicador-mediocre-setembro-2014-6p.html/>
- DURHAN, E. R. (1973). A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva.
- EGREJA, C, & PEIXOTO, J. (2015). Os imigrantes brasileiros e o mercado de trabalho. In J. PEIXOTO, B. PADILLA, J. MARQUES, & P. GÓIS, Vagas Atlânticas.Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI (pp. 59-88). Lisboa: Mundos Sociais.
- FARINELLI, F. (2000). "Friedrich Ratzel and the nature of (political) geography". Political Geography 19(8). Bologna, Itália: Elsevier Science .
- FERREIRA, A., & RAMOS, M. (2012). Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. Revista brasileira de estudos populacionais , 29 (2), 361- 387.
- FERREIRA, A, & RAMOS, M. (2012). Padrões de casamento dos imigrantes brasileiros residentes em Portugal. Revista brasileira de estudos populacionais , 29 (2), 361- 387.
- FERREIRA, M. (2001). Os Casais da Ilhas e a Política do Uti Possidetis no Brasil. In: CEHA, Imigração e Emigração nas Ilhas (pp. 87-108). Coimbra: Centro de Estudos de História do Atlântico. Secretaria Regional do Turismo e Cultura.
- FINOTELLI, C. (et. all.) (2013). Migração Brasil - Europa: a situação dos migrantes brasileiros na Espanha e Portugal e de portugueses e espanhóis no Brasil: aspectos legais e vivências. Relatório ITINERIS - Proteção dos direitos dos migrantes contra a exploração, do Brasil para Estados-membros da União Europeia. ICMPD.
- FLORENTINO, M. (2007). Portugal e a Escravatura dos Africanos. Análise Social (185), 1135-1140.
- FMI. (2015, 07 09). www.imf.org. Retrieved 09 2015, 10, from World Economic Outlook Database: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2015/01/weodata/index.aspx>
- FONSECA, F. T. (1999). Scientiae Thesaurus Mirabilis: Estudantes de Origem Brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850) . Revista Portuguesa de História , t. XXXIII , 527-558.
- FONSECA, L. (2000). O Sentido da Novidade na Carta de Pêro Vaz de Caminha. Revista USP (45), 38-47.

- FONSECA, M. L. (2007). Inserção territorial - urbanismo, desenvolvimento regional e políticas locais de atracção. In A. (. VITORINO, Imigração: oportunidade ou ameaça. Recomendações do Fórum Gulbenkian de Imiagração (pp. 105-150). São João do Estoril: Principia.
- FONSECA, M. L., ESTEVES, A., & IORIO, J. (2015). Mobilidade internacional de estudantes do ensino superior. Os alunos universitários brasileiros em Portugal. In J. PEIXOTO, Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI (pp. 135-158). Lisboa.
- FONSECA, M., & SILVA, J. (2011). O caso Portugal Telecom no contexto das relações entre o Brasil e Portugal: a perspectiva de sua internacionalização. In Anais do XI Conlab (pp. 1-17). Salvador.
- FOUCAULT, M. (1999a). A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5ª edição. São Paulo: Loyola.
- FOUCAULT, M. (1999b). Vigiar e Punir. Nascimento da Prisão, 20ª edição. Petrópolis: Vozes.
- FREYRE, G. (1948). Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. São Paulo: Livraria José Olympio Editora.
- FURTADO, C. (1977). Formação Econômica do Brasil, 15ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FURTADO, C. (2007). A economia latino-americana. Formação histórica e problemas contemporâneos. 4ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- GARCIA, E. V. (jan/jun de 2002). Estados Unidos e Grã-Bretanha no Brasil: transição de poder no entre guerras. Contexto Internacional , 24 (1), pp. 41-71.
- GARCIA, J. (1998). A Emigração Portuguesa. Uma Breve Introdução. Lisboa: Comunidades Portuguesas.
- GARCIA, L., & GONZAGA, L. (2014). Pesquisa de emprego e desemprego: trinta anos de acompanhamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo. Estudos Avançados , 28 (81), 127-140.
- GOMES, M. S. (2011). Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica da literatura. CIES e-working papel nº 106. Lisboa: CIES.
- GONÇALVES, F. R. (1981). Tradução da Bula "Manifestis Probatum". In: F. R. GONÇALVES, Portugal, um estado de direito com oitocentos anos, Bula "Manifestis Probatum" de 23 de Maio de 1179 (pp. 53-55.). Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- GONÇALVES, P. (2010). À Sombra da Lei. Notas sobre a Política de Emigração em Portugal e Itália. VI Seminário Internacional – A Emigração Portuguesa para o Brasil. “Um Passaporte para a Terra Prometida (pp. 01-24). Açores: Universidade dos Açores.

- GOTTMAN, J. (1952). The political partitioning of our world: an attempt at analysis. *World Politics* , 4 (4), 512-519.
- GOZA, F. (1992). A imigração brasileira na América do Norte. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* , 9 (1), pp. 65-82.
- GRABRIEL, E. (2010). Imigrante brasileiro em Portugal - "pé de passada". *Travessia. Revista do migrante* , XXIII (67), 91-103.
- GUEDES, G. R., & MARQUES, D. F. (2008). Migração e mercado de trabalho em Portugal: uma análise comparativa entre brasileiros e africanos lusófonos. *Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais* , 25p.
- HIGGS, D. (1990). Portuguese Migration Before 1800. In: HIGGS, David, *Portuguese Migration in Global Perspective* (pp. 7-28). Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.
- HOBBSAWM, E. (1990). Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade, 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOBBSAWM, E. (1995). Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOOSON, D. J. (1960). The distribution of population as the essential geographical expression. *The canadian geographer* , 4 (17), 10-20.
- HUDDLESTON, T., BILGILI, O., JOKI, A.-L., & VANKOVA, Z. (2015). *Migrant Integration Policy Index 2015*. Barcelona/Bruxelas: CIDOB & MPG.
- HUNTINGTON, S. P. (1997). O choque de civilizações e a recomposição da Ordem Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva.
- IANNI, O. (1987). Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense.
- IBGE. (1940-2010). Séries históricas e estatísticas. Acesso em 02/07/2015, Disponível em seriesestatisticas.ibge.gov.br:
<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>
- IBGE. (2000). *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBGE. (2010). *Censo 2010*. <http://censo2010.ibge.gov.br>. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010. Questionário Básico*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE. (2010). *Censo Demográfico 2010. Questionário da Amostra. Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE.
- INE. (2012). *Censos 2011*. Retrieved 12/10/2015, from <http://censos.ine.pt/>:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_indicador&contexto=ind&indOcorrCod=0006352&selTab=tab10
- INE. (2012, dezembro 17). *A População Estrangeira em Portugal 2011. Destaque. Informação à Comunicação Social* , pp. 1-32.
- INE. (2014). *População residente em Portugal com tendência para diminuição e envelhecimento. Destaque. Informação à comunicação social* , p. 1/10.
- IORIO, J. (2014). La movilidad internacional de los estudiantes de educación superior brasileños para Portugal. *RAXIMHAI* , 10 (1), jan-jun, pp. 213-235.

- KING, R. (2012). Geography and migration studies: retrospect and prospect. *Population, space and place* (18), 134-153.
- KOSER, K. (2010). Dimensions and dynamics of irregular migration. *Population, space and place* (16), 181-193.
- KUUS, M. (2005). Multiple Europes: Boundaries and margins in European Union Enlargement. *Geopolitics* , 10, 567-592.
- LACOSTE, Y. (1989). Braudel Geógrafo. In: Y. (. LACOSTE, Ler Braudel (pp. 175-220). Campinas: Papirus.
- LAGES, M. F. (2006). Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas. Análise de suas sondagens. Lisboa: Observatório da imigração/ ACIME.
- LEITE, J. (1991). O Transporte de Emigrantes: da Vela ao Vapor na Rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social* , XXVI (112-113) (3º, 4º), 741-752.
- LIPIETZ, A. (1988). Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no Terceiro Mundo. São Paulo: Nobel.
- LOBO, E. M. (2001). Imigração portuguesa no Brasil. São Paulo: Hucitec.
- MABOGUNJE, A. L. (1970). Systems approach to a theory of rural-urban migration. *Ohio: Geographical Analysis*, vol 2, issue 1.
- MACEDO, J. (3º trimestre de 1954). Portugal e a Economia "Pombalina". *Temas e Hipóteses. Revista de História* , 81-99.
- MACHADO, I. (2006). Imigração em Portugal. *Revista de estudos avançados* , 20 (57), 119-135.
- MACHADO, I. (2008). Sobre os processos de exotização na imigração internacional brasileira. *Revista de Antropologia* , 51 (2), 699-733.
- MACHADO, I. (2014). O futuro do passado: imigrantes brasileiros em Portugal e diferentes entrelaçamentos. *Revista interdisciplinar de mobilidade humana* , XXI (43), 225-234.
- MACHADO, I. (2011). A condição obscura: reflexões sobre as políticas de imigração e controle de estrangeiros em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais* (92), 125-145.
- MACKINDER, H. (2011). O Pivô Geográfico da História. *GEOUSP - Espaço e Tempo* (nº 29), pp. 87-100.
- MAGALHÃES, J. C. (2003). As relações luso-brasileiras na segunda metade do século XX. In: B. ABDALA JUNIOR, *Incertas relações. Brasil - Portugal no século XX* (pp. 99-124). São Paulo: Editora Senac.
- MALHEIROS, J. M. (2007). A imigração brasileira em Portugal. Lisboa: Observatório da imigração / ACIME.
- MALHEIROS, J., & PADILLA, B. (2010). Mulheres imigrantes empreendedoras. Lisboa: Comissão para a cidadania e igualdade de gênero.
- MANCINI, P. S. (2003). A nacionalidade como fundamento do direito das gentes. In: P. S. MANCINI, *Direito internacional* (pp. 35-86). Itajaí, RS: Editora Unijuí.

- MARCOLIN, N. (2014). Espelhos do mundo. *Revista FAPESP* (225), 88-89.
- MARGOLIS, M. L. (2013). *Goodbye Brazil: emigrantes brasileiros no mundo*. São Paulo: Contexto.
- MASSEY, D. (2003). *Patterns and Processes of International Migration in the 21st Century*. Paper prepared for Conference on African Migration in Comparative Perspective. (pp. 01-41). Johannesburg: University of Pennsylvania.
- MASSEY, D., ARANGO, J., HUGO, G., KOUAOUCI, A., PELLEGRINO, A., & TAYLOR, J. (1998). *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon Press.
- MATIAS, G. S. (2014). *Migrações e cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- MCCABE, K., & MEISSNER, D. (2010/01/10). *Migration Information Source*. Retrieved 28/09/2015, from <http://www.migrationpolicy.org>:
<http://www.migrationpolicy.org/article/immigration-and-united-states-recession-affects-flows-prospects-reform#2>
- MENDES, J. S. (2009). Lei e etnicidade no Brasil: entre a lusofobia e o favorecimento jurídico dos portugueses. *Ciência e cultura*, 61 (2), 56-59.
- MENDES, J. S. (2011). *Laços de Sangue. Privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: EDUSP/FAPESP.
- MONTEIRO, M. (2004). *Fafe dos "brasileiros" (1860-1930). Perspectiva histórica e patrimonial*. Fafe: Diário do Minho.
- MOREIRA, H. (2005). *Emigração Portuguesa. Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas*. (38), 47-65.
- MOREIRA, T. A. (1997). O investimento estrangeiro em Portugal e a defesa nacional. *Nação e Defesa* (82), 173-200.
- MPI. (2013). *Mapping the Destinations of International Migrants over Time*. Acesso em 30/ 06/ 2015, disponível em [migrationpolicy.org](http://www.migrationpolicy.org):
<http://www.migrationpolicy.org/programs/data-hub/maps-immigrants-and-emigrants-around-world>
- MRE. (2015). *Quadro geral do regime de vistos para a entrada de estrangeiros no Brasil*. (M. d. Exteriores, Produtor) Acesso 27/08/2015, disponível em Portal Consular Itamaraty MRE:
<http://www.portalconsular.mre.gov.br/estrangeiros/quadro-geral-de-regime-de-vistos>
- MTE. (2010). *Autorizações concedidas a estrangeiros por país de origem*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego; Coordenação Geral de Imigração.
- MTE. (2015). *Ministério do Trabalho e Emprego. (MTE/CNIg, Produtor) Acesso em 09/05/2015, disponível em Trabalho estrangeiro*:
http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucoes-normativas.htm
- NAIME, J. (2005). *A economia dos Estados Unidos após 11 de setembro. Cenários Puc Minas: conjuntura internacional*. Belo Horizonte: PUC Minas.

- NASSIF, M. (2011, 07 27). Exportações - O avanço das commodities. Retrieved 10 01, 2015, from IPEA. Desafios do Desenvolvimento: http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2513:catid=28&Itemid=23
- NEVES, J. L. (1994). O crescimento econômico português no pós-guerra: um quadro global. *Análise Social*, XXIX (128) (4º), 1005-1034.
- NUNAN, C. d. (2012). As vagas atlânticas e a onda de retorno: movimentos migratórios de Portugal para o Brasil no início do século XXI. Tese de doutorado. Belo Horizonte: Programa de Pós Graduação em Geografia. Tratamento de informação espacial. PUC Minas.
- NYE, J. (10 de agosto de 2010). Benefícios da imigração. O Estado de São Paulo. Internacional.
- Ó TUATHAIL, G. (1996). *Critical Geopolitics. The Politics of Writing Global Space*. Londres: Routledge.
- OLIVEIRA, A. T. (2013, jan/jun). Um panorama da migração internacional a partir do Censo Demográfico de 2010. *Revista interdisciplinar de mobilidade humana* (40), pp. 195-210.
- OMETTO, A., FURTOSO, M., & SILVA, M. (1995). Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Revista Saúde Pública*, 29 (5), 403-414.
- ONU. (2014). *Unitec Nations Development Programme*. Retrieved 09 2015, 20, from Human Development Reports: <http://hdr.undp.org/en/content/table-2-human-development-index-trends-1980-2013>
- OREIRO, J. (2011, ago. 25). Crise do euro: saída é monetária. Valor econômico. Opinião.
- PADILHA, B, & ORTIZ, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. *Balanços e desafios. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, XX (39), 159-184.
- PADILLA, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o gênero na análise. In J. M. MALHEIROS, *Imigração brasileira em Portugal* (pp. 113-134). Lisboa: ACIDI.
- PADILLA, B, & FRANÇA, T. (2015). A imigração brasileira desde uma perspectiva de gênero. In J. PEIXOTO, *Vagas Atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI* (pp. 89-108). Lisboa: Mundos Sociais.
- PAIVA, O. d. (2004). *Caminhos Cruzados. Migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)*. Bauru: EDUSC.
- PAPAVERO, C. G. (2007). *Ingredientes de uma identidade colonial: os alimentos na poesia de Gregório de Matos*. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Antropologia Social, FFLCH/USP.
- PASCCKES, M. L. (1990/1991). Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (sécs. XIX e XX). *Revista de História* (123-124), 35-70.

- PATARRA, N. L. (2005). Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo. Volumes, fluxos, significados e políticas. São Paulo em Perspectiva , 19 (3), 23- 33.
- PEIXOTO, J. (2008). A demografia da população imigrante em Portugal. In M. F. LAGES, & A. T. MATOS, Portugal. Percursos de interculturalidade. Contextos e dinâmicas (Vol. II, pp. 7-48). Lisboa: ACIDI.
- PEIXOTO, J., PADILLA, B., MARQUES, J., & GÓIS, P. (. (2015). Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI. Lisboa: Mundos Sociais.
- PEREIRA, M. H. (1981). A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930). Lisboa: Editora A Regra do Jogo.
- PEREIRA, P. C. (2006). Portugal e o início da construção europeia (1947-1953). Nação & Defesa , 115 (3º), 235-255.
- PEREIRA, R. M., NASCIMENTO, P. M., & ARAÚJO, T. C. (2011). Projeções de mão de obra qualificada no Brasil: uma proposta inicial com cenários para a disponibilidade de engenheiros até 2020. Texto para discussão nº 1663. Brasília: IPEA.
- PESCHANSKI, J. (2011). Europa: crise, austeridade fiscal e mais crise. In T. MERLINO, & M. (. MENDONÇA, Direitos humanos no Brasil 2011. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (pp. 219-224). São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.
- PIMENTA, J. P. (2008). A Independência do Brasil e o Liberalismo Português: um balanço da produção acadêmica. Revista Digital de História Iberoamericana , 1 (1), 70-105.
- PINA, C, & MAGALHÃES, G. (2014). Principais tendências demográficas: as últimas décadas. In A. DELGADO, & K. (. WALL, Famílias nos Censos 2011. Diversidade e mudança (pp. 25-42). Lisboa: INE.
- PINHEIRO, A, GIAMBIAGI, F, & GOSTKORZEWICZ, J. (1999). O desempenho macroeconomico do Brasil nos anos 90. In F. GIAMBIAGI, & M. M. MOREIRA, A economia brasileira nos anos 90 (pp. 11-42). Rio de Janeiro: BNDES.
- PINHO, F. (2014). Transformações na emigração brasileira para Portugal. De profissionais a trabalhadores. Lisboa: Observatório da Imigração / ACM.
- PIRES, R. P. (2010). Portugal: Atlas das migrações internacionais. Lisboa: Tinta da China.
- PIRES, R. P. (2014). Emigração portuguesa. Relatório estatístico 2014. Lisboa: Observatório da Emigração, Rede Migra, ISCTE/UL, CIES/UL, DGACCP.
- POCHMANN, M. (2010). Estrutura social no Brasil: mudanças recentes. Serviço social & sociedade (104), 637-649.
- POCHMANN, M. (2012). Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo.
- POLANYI, K. (2000). A Grande Transformação. As origens da nossa época. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Campus.

- PORDATA. (2015). PORDATA. Base de dados de Portugal Contemporâneo. Retrieved 27/08/2015, from <http://www.pordata.pt/>:
<http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Contas+Nacionais-11>
- PORDATA. (2015). Emigrantes: total e por tipo. (PORDATA. Base de dados Portugal Contemporâneo. Fundação Maunel dos Santos) Acesso 01/07/2015, disponível em [pordata.pt: http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21](http://www.pordata.pt/Portugal/Emigrantes+total+e+por+tipo-21)
- PORTO, G. M. (2014). Transformando convergência em divergência: a economia de Portugal no contexto da unificação europeia. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGE-IE-UFRJ.
- PORTUGAL. (1978). Decreto-Lei nº39-B/78, de 02 de março. Determina que o dia de Portugal passe a ser celebrado a 10 de junho, sendo dedicado a Portugal, Camões e às comunidades portuguesas no estrangeiro. Lisboa: Presidência da República.
- PORTUGAL. (2005). Constituição da República Portuguesa. VII revisão constitucional. Lisboa: Assembléia da República Portuguesa.
- PORTUGAL. (2006). Lei Orgânica nº2/2006, de 17 de abril. Quarta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro (Lei da Nacionalidade). Lisboa: Assembleia da República.
- PORTUGAL. (2007). Lei nº 23/2007, de 4 de julho. Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, alterado pelas: Lei nº 29/2012, de 9 de agosto, Lei nº 56/2015, de 23 de junho e Lei nº 63/2015 de 30 de junho. Lisboa: SEF.
- PORTUGAL. (2010). Lei nº 9/2010 de 31 de maio. Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Lisboa: Assembleia da República.
- PRADO JÚNIOR, C. (1994). História Econômica do Brasil, 41ª edição. São Paulo: Brasiliense .
- PRATES, D. M. (2007). A alta recente dos preços das commodities. *Revista Economia e Política* , 27 (3 (107)), 323-344.
- PRATES, D. M. (2012, fev). A deflação dos preços das commodities em 2011. *Boletim de Economia* (12), pp. 15-23.
- QUEIRÓS, J. (2000). A Emigração como Força Civilizadora. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RAFFESTIN, C. (1993). Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática.
- RAMOS, A. d. (2008). Direito dos estrangeiros no Brasil: imigração, direito de ingresso e os direitos dos estrangeiros em situação irregular. In: D. SARMENTO, D. IKAWA, & F. PIOVESAN, Igualdade, diferença e direitos humanos (pp. 721- 746). Rio de Janeiro: Lúmen Júris.
- RAMOS, M., GASPARGAS, S., & FERREIRA, A. (2014, 04 06). Padrões de exogamia em quatro grupos de imigrantes em Portugal (2001 e 2011). *Sociologia, problemas e práticas* , 77, p. <http://spp.revues.org/1803>.

- RAPOSO, P. (., & TOGNI, P. C. (2009). Os fluxos matrimoniais transnacionais entre brasileiros e portugueses: gênero e imigração. Lisboa: Observatório da imigração, ACIDI.
- RAVENSTEIN, E. G. (1885). The laws of migration. Journal of the statistical society of London , 48 (2), 167-235.
- REIS, R. R. (2003). Construindo Fronteiras. Políticas de imigração na França e nos Estados Unidos (1980-1998). Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Ciência Política. FFLCH/USP.
- REIS, R. R. (2004). Soberania, direitos humanos e migrações internacionais. Revista Brasileira de Ciências Sociais , 19 (55), 149-164.
- REIS, R. R. (2006). Migrações: casos norte-americano e francês. Estudos Avançados, 20 (57), 59-74.
- RIBEIRO, D. (1995). O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras.
- RIBEIRO, O. (1987). A Formação de Portugal. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1970). "Les Portugais à Orsay", in Intergeo. Bulletin Trimestriel des Instituts et Centres de Recherches de Géographie, Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, n.º 17, 11-22.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973). "Sobrevivência e Progresso de uma Aldeia Despovoada", in Geographica. Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, n.35, Ano IX, Julho, 3-24.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973). "Queiriga. Uma Comunidade em Face da Emigração", in Comunidades Portuguesas, [s.l.: s.n.], nº 31-32 (Julho-Outubro): (33), 47-51.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973). Immigrés Portugais. Observation Psycho-Sociologique d'un Groupe de Portugais dans la Banlieue Parisienne: Orsay, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, VIII, 162 [3] (Edição revista da tese de doutoramento).
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz ([1976] 2015). "Comunidades Migrantes em Situação Dipolar. Análise de Três Casos de Emigração Especializada para os E.U.A., para o Brasil e para França". In M. B. ROCHA-TRINDADE, Das migrações à interculturalidades (pp. 249-266). Porto: Edições Afrontamento..
- ROCHA-TRINDADE, M. B. ([2014] 2015). L'émigration portugaise vers l'Europe et la France. In: M. B. ROCHA-TRINDADE, Das migrações à interculturalidades (pp. 249-266). Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. ([2009] 2015). Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências 1908-1945. In: M. B. ROCHA-TRINDADE, Das migrações às interculturalidades (pp. 565-580). Porto: Edições Afrontamento.

- ROCHA-TRINDADE, M. B. ([2002] 2015). Políticas de migrações: Portugal e Brasil. In: M. B. ROCHA-TRINDADE, Das migrações às interculturalidades (pp. 495-508). Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. ([2001] 2015). Políticas portuguesas para a emigração. In: M. B. ROCHA-TRINDADE, Das migrações às interculturalidades (pp. 487-493). Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA-TRINDADE, M. B. (2015). Das migrações às interculturalidades. Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA, S. (2000). Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Textos para discussão nº 721, 1-21.
- ROCHA, S. (2012). O declínio sustentado da desigualdade de renda no Brasil (1997- 2009). Economia , 13 (3), 629-645.
- ROCHA, S. (2013, maio). Pobreza no Brasil. A evolução de longo prazo (1970- 2011). Anais XXV Fórum Nacional , 1-52.
- RODRIGUES, T. F. (2008). História da População Portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. Porto, Portugal: CEPESSE e Edições Afrontamento.
- ROLLO, M. F. (1994). Portugal e o Plano Marshall. Análise Social , XXIX (128) (4), 841- 869.
- ROSA, M., & CHITAS, P. (2010). Portugal: os números. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ROSEIRA, A. M. (2011). Nova ordem sul-americana. Reorganização geopolítica do espaço mundial e projeção internacional do Brasil, 2011, Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH/USP.
- ROSENAU, J. (2000). A cidadania em uma ordem mundial em mutação. In: J. ROSENAU, & E.-O. CZEMPIEL, Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial (pp. 363-392). Brasília; São Paulo: Editora da Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado.
- ROSSINI, R. (2008). A presença do ausente: migrantes nikkeis do Brasil no Japão, migrantes japoneses no Brasil. Actas do Congresso Solidariedade Intergeracional.
- ROSSINI, R. (1975). Contribuição ao estudo do êxodo rural no estado de São Paulo, 1975, Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Geografia, FFALCH/USP.
- SAE. (2014). Assuntos Estratégicos. Social e Renda. A classe média brasileira. Brasília: Secretaria de Assuntos Estratégicos.
- SAID, E. (1990). Orientalismo. O Oriente como Invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras.
- SANTAMARÍA IBEAS, J. J. (1995). El principio de igualdad en la reciente jurisprudencia del tribunal constitucional . Derechos y libertades. Revista del Instituto Bartolomé de las Casas , II (5), 329-339.

- SANTAMARÍA IBEAS, J. J. (out-mar de 1993). Los derechos fundamentales y el tribunal constitucional. Los infraderechos de los extranjeros en España. Reflexiones sobre la jurisprudencia constitucional. Derechos y Libertades. Revista del Instituto Bartolomé de las casas , pp. 495-518.
- SANTOS, A. L. (2010). Mudança de vento: a migração do Brasil para Portugal no fim do século XX e início do século XXI. 2010. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Departamento de Geografia. FFLCH/USP.
- SANTOS, L. C. (2005). A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. 48 (2), jul/dez, pp. 185-204.
- SANTOS, M. (2002). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. (2004). O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. (2004). Pensando o espaço do homem. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M. (2005). A urbanização brasileira. 5ª edição. São Paulo: EDUSP.
- SASSEN, S. (1988). The mobility of labour and capital. A study in international investment and labor flow. Cambridge: Cambridge University Press.
- SASSEN, S. (2003). Los espectros de la globalización. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- SAYAD, A. (1998). A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp.
- SCHNEIDER, A. (2011). O Brasil de Sílvio Romero: Uma Leitura da População Brasileira no Final do século XIX. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. PUC-SP , 163-183.
- SCHUCMAN, L. V. (2012). Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de doutorado, 2012. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- SCHULTZ, T. (1973). Capital Humano. Rio de Janeiro: Zahar.
- SEF. (2001). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2000. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2002). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2001. Lisboa: Serviço de Estrangeiro e Fronteiras.
- SEF. (2003). Relatório de imigração, fronteiras e asilo, 2002. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2004). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2003. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2005). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2004. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2006). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2005. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2007). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2006. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

- SEF. (2008). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2007. Lisboa: Serviço de estrangeiros e fronteiras.
- SEF. (2009). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2008. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2010). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2009. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2011). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2010. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2012). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2011. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2013). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2012. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2014). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2013. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2015). Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2014. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2015). Legispédia SEF. A lei de estrangeiros documentada e comentada. Acesso 06/09/ 2015, disponível em
<https://sites.google.com/site/leximigratoria/>
<https://sites.google.com/site/leximigratoria/artigo-125-o-beneficiarios>
- SERRÃO, J. (1970). Conspecto Histórico da Emigração Portuguesa. *Análise Social* , XVIII (32), 597-617.
- SERRÃO, J. (1978). *Emigração portuguesa. Sondagem histórica*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, J. (1985). Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo. *Análise social* , XXI (87-88-89) (3^a, 4^a, 5^a), 995-1004.
- SILVA, J. R. (2002). *Portugal/Brasil: uma década de expansão das relações econômicas 1992-2002*. Lisboa: Terramar.
- SILVA, J. R. (2005). A economia portuguesa e o investimento direto estrangeiro. <https://aquila4.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=503911> , 1-24.
- SILVA, J. R. (2005). A internacionalização das empresas portuguesas: a experiência brasileira. *Revista de administração de empresas* , 45 (nº especial), 102-115.
- SILVA, R. V. (2015). *Por que, apesar da crise, alguns voltam e outros ficam? Uma análise comparativa da imigração de retorno de Portugal para o Brasil*. Tese de doutorado, 2015. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Geografia.
- SILVEIRA, M. L. (2003). Por uma epistemologia geográfica. In R. BERTONCELLO, & A. A. CARLOS, *Processos Territoriales entre Argentina y Brasil* (pp. 15-26). Buenos Aires: Universidad Buenos Aires.

- SINGER, P. I. (1973). Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: P. I. SINGER, Economia política da urbanização (pp. 29-60). São Paulo: Editora Brasiliense, Edições CEBRAP.
- SMITH, N. (1988). Desenvolvimento desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SOBRAL, J. M. (2012). Portugal, portugueses: uma identidade nacional. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- TREWARTHA, G. (1974). Geografia da População. Padrão Mundial. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- TRINDADE, A. A. (2006). A recta-ratio nos fundamentos do jus gentium como direito internacional da humanidade. In: A. A. TRINDADE, A humanização do direito internacional (pp. 3-29). Belo Horizonte: Editora Del Rey.
- U.S. CENSUS BUREAU. (2000). Foreign Born. Census 2000. Special Tabulations. Washington: U.S. Census Bureau.
- UN. (2013). World population prospects: the 2012 revision. United Nation, Dept. of economic and social affairs. Population Division /UN.
- VENTURA, D., & ILLES, P. (07 de março de 2012). Qual a política migratória do Brasil. Le monde diplomatique Brasil.
- VIEIRA, A. (2001). As Migrações e os Descobrimientos Portugueses. In: CEHA, Imigração e Emigração nas Ilhas (pp. 27-62). Funchal, Madeira: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- WEBB, J. (1969). Population Geography. In R. COOKE, & J. JOHNSON, Trends in geography. An introductory survey (pp. 90-101). Oxford: Pergamon Press.
- WENDT, A. (1992). Anarchy is what States Make of it: the Social Construction of Power Politics. International Organization , 46 (2), 391-425.
- ZELINSKY, W. (1969). Introdução à geografia da população. Rio de Janeiro: Zahar editores.
- ZUBARAN, M. A. (1999). O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul so século XIX. Anos 90 (12), 17-33.